

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

**EXPANSÃO URBANA E PLURIFUNCIONALIDADE NO
ESPAÇO PERIURBANO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
(SP)**

Ana Rute do Vale

Orientadora: Prof^a Dr^a Lúcia Helena de Oliveira Geradi

Tese de Doutorado elaborada junto ao
Programa de Pós-Graduação em
Geografia - Área de Concentração em
Organização do Espaço, para obtenção
do Título de Doutor em Geografia.

Rio Claro (SP)
2005

Ficha catalográfica

910h.3 Vale, Ana Rute do
V149e Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP) / Ana Rute do Vale. – Rio Claro : [s.n.], 2005
214 f. : il., figs., gráfs., tabs., fots. + mapas

Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Lúcia Helena de Oliveira Gerardi

1. Geografia urbana. 2. Cidade. 3. Campo. 4. Plano diretor. 5. Periurbanização. 6. Lazer. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI – Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

Comissão Examinadora

- aluno(a) -

Rio Claro, _____ de _____ de _____

Resultado: _____

À minha querida família e aos amigos que me acompanharam e me apoiaram durante mais essa trajetória, dedico.

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de agradecer às pessoas que foram de essencial importância para que esse trabalho fosse realizado, em especial à minha orientadora Lucia Helena de Oliveira Gerardi, a qual admiro pela profissional humana e ética que ela representa. Pelos muitos momentos de troca de informações e amizade, e pela paciência e compreensão das minhas dificuldades em conciliar o magistério e a pesquisa.

À minha família, principalmente à minha mãe, Olinda, pela força de sempre e por entender que, às vezes o trabalho nos afasta temporariamente das pessoas que amamos. Tudo que sou hoje também devo a vocês, que serão sempre o “meu refúgio preferido”, meu porto seguro, nos momentos de tempestade.

Aos amigos e amigas que compartilharam comigo os momentos de desânimo e os de entusiasmo, mesmo que fosse à distância, como foi o caso do Paulo, que sempre tinha uma palavra para me encorajar. Valeu, meu amigo-irmão! E por falar, nos amigos eternos, mais distantes, não posso esquecer da Rose (pelo empréstimo da câmera digital também), do Pedro e da Kiko. Tem também o Marcos, amigo querido da graduação e da vida toda. Enfim, que sempre torceram por mim.

Ah, tem também aqueles amigos do dia-a-dia, do trabalho, dos almoços dos finais de semana, do cineminha do domingo e principalmente os que me apoiaram nos momentos de dificuldades. Obrigada Mônica, Roseli, Adriana (que também formatou este trabalho) e Silvio. Nunca esquecerei dessa fase da minha vida com vocês.

Aos colegas-amigos da Transcolina e da São Luís, com quem dividi as angústias e alegrias dessa vida de professor/pesquisador durante as viagens Araraquara-Jaboticabal e no ambiente de trabalho. São tantos que eu gosto e admiro, que não daria para citar todos, mas sintam-se representados pelas Márcias (Onofre e Argenti), Sônia, Raquel, Júnior, Silvia, Betânea, Bia, José Vicente, Rosane, Lia, Ismail, Diego... E, especialmente à Vera, amiga e coordenadora da pós, pela extrema compreensão em segurar a barra nos momentos em que eu precisava me ausentar das aulas para escrever a tese.

Não poderia esquecer também da querida amiga Juliana, que compartilhou comigo sua experiência sofrida no mestrado e seu recente sucesso na defesa tão esperada. Parabéns, Ju! E

da Gláucia cuja ajuda profissional e amizade foram essenciais para que eu acreditasse em minha capacidade de realizar esse trabalho, entre outras coisas importante da minha vida, que conquistei nesse último ano.

Aos colegas do doutorado que, apesar de ter perdido o contato com a maioria, não esqueci vocês, sobretudo da Rosane Balsan, que formou comigo a dupla das “orientandas complicadas da Lúcia”. Não foi fácil, mas conseguimos terminar, amiga. Boa sorte de agora em diante!

Aos funcionários da seção de pós-graduação em Geografia, sobretudo, a Eliana e a Valéria, pela atenção e dedicação em resolver nossas dúvidas e problemas, e aos do prédio da pós, representados pelo Arnaldo e Maíca, com os quais tive maior contato durante o doutorado. E às meninas da biblioteca, Nilza, Mônica e Meire, sempre tão prestativas.

Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Araraquara, em especial ao Secretário de Desenvolvimento Urbano, Luís Antônio Nigro Falcoski pela entrevista e pela atenção dispensada em todas as vezes que precisei de informações sobre a cidade.

Aos funcionários do DAAE, representados por Welington Cyro de Almeida Leite e José Braz Scognamiglio, que me disponibilizaram cópias das fotos aéreas de Araraquara.

A Prof^a Darlene, pela amizade, atenção em indicar e disponibilizar materiais úteis à temática pesquisa, e a seus orientados Lucelina e José Carlos, por terem me enviado seus trabalhos de monografia.

À agrônoma da CATI, Maria Claudete Viesi Rezende, pelas informações a respeito da agricultura de nossa área de estudo e as proprietários rurais pelas entrevistas.

A senhor Norberto de Freitas pelas informações sobre o processo histórico de constituição do bairro Chácara Flora.

Às arquitetas Alexandra Lima, Renata Barbugli e Luciana Cintrão que, gentilmente me cederam os materiais de suas pesquisas, que muito contribuíram para me ajudar a compor a história da expansão urbana e da forma atual da cidade de Araraquara.

À Alessandra e ao Vitor, pela arte gráfica que em muito contribuíram para o enriquecimento visual desse trabalho e para o início de novas amizades.

Ao Prof. Vítório Barato Neto pela disposição na revisão da redação do trabalho e ao Ricardo Maria pelo abstract.

Se me esqueci de alguém, me desculpem. Certamente precisaria de páginas e páginas para agradecer a todos que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho fosse concretizado. Assim, só posso dizer muito obrigada!

*Eu vejo o futuro repetir o passado
Eu vejo um museu de grandes novidades.*

(Cazuza)

SUMÁRIO

ÍNDICE.....	I
ÍNDICE DE TABELAS	II
ÍNDICE DE FIGURAS	III
RESUMO.....	V
ABSTRACT	VI
INTRODUÇÃO	12
1. A DIFÍCIL TAREFA DE DEFINIÇÃO E DELIMITAÇÃO DO RURAL/RBANO... 20	
2. A BUSCA PELO SIGNIFICADO DO CONCEITO DE ESPAÇO PERIURBANO ... 64	
3. EXPANSÃO URBANA E ESPAÇO PERIURBANO NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	186
REFERÊNCIAS	192
ANEXOS	202

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	12
1. A DIFÍCIL TAREFA DE DEFINIÇÃO E DELIMITAÇÃO DO RURAL/RBANO... 20	
1.1. UMA BREVE ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DO MEIO RURAL	21
1.2. AS NOVAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE E O SURGIMENTO DE UMA NOVA RURALIDADE.....	32
1.3. A DEFINIÇÃO DE CIDADE NO BRASIL	44
1.3.1 <i>Decreto-Lei 311/1938, ocupação e ordenamento do solo urbano e taxa de urbanização</i>	<i>46</i>
1.3.2 <i>O Estatuto da Cidade e os planos diretores</i>	<i>57</i>
2. A BUSCA PELO SIGNIFICADO DO CONCEITO DE ESPAÇO PERIURBANO ... 64	
2.1. CRESCIMENTO URBANO E TEORIAS SOBRE O ESPAÇO PERIURBANO	65
2.1.1 <i>Cidade difusa ou contra-urbanização</i>	<i>68</i>
2.1.2 <i>Suburbanização</i>	<i>73</i>
2.1.3 <i>Periurbanização ou rururbanização / espaço periurbano ou franja urbana.....</i>	<i>75</i>
2.2. A DINÂMICA DO ESPAÇO PERIURBANO: SEUS DIVERSOS USOS E CONSEQÜÊNCIAS	88
2.3. O LAZER PERIURBANO.....	97
3. EXPANSÃO URBANA E ESPAÇO PERIURBANO NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA	104
3.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO.....	105
3.2. HISTÓRICO DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO	113
3.2.1 <i>A forma urbana atual a questão dos vazios urbanos</i>	<i>123</i>
3.3. O PLANO DIRETOR COMO ESTRATÉGIA DE DIRECIONAMENTO DO USO DO SOLO.....	137
3.4. O ESPAÇO PERIURBANO DE ARARAQUARA	156
3.4.1 <i>Caracterização da área selecionada para estudo de caso.....</i>	<i>157</i>
3.4.2 <i>Chácara Flora: o bairro “urbano” mais próximo.....</i>	<i>162</i>
3.5. A PLURIFUNCIONALIDADE DO USO DO SOLO NO ESPAÇO PERIURBANO DE ARARAQUARA	166
3.5.1 <i>Outros usos do solo periurbano</i>	<i>180</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	186
REFERÊNCIAS	192
ANEXOS	202
ANEXO 1. MACROZONEAMENTO URBANO.....	203
ANEXO 2. EVOLUÇÃO DOS LOTEAMENTOS	204
ANEXO 3. MAPA ÍNDICE DOS BAIRROS DE ARARAQUARA (SP).	205
ANEXO 4. BAIRROS E CÓDIGOS.	206
ANEXO 5. ROTEIRO DAS QUESTÕES - ENTREVISTAS COM OS PROPRIETÁRIOS RURAIS.....	210

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1. DEFINIÇÕES NORMATIVAS OFICIAIS DOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS.	45
TABELA 3. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGOS OCUPADOS NA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA. ...	111
TABELA 4. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA (SP).	115
TABELA 5. LOTEAMENTOS E LOTES APROVADOS POR DÉCADAS, EM ARARAQUARA.	120
TABELA 6. DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA (SP).	130
TABELA 7. TOTALIZAÇÃO DO NUMERO DE IMÓVEIS VAZIOS E CONSTRUÍDOS EM ARARAQUARA.	1366

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Coroas periurbanas.	80
Figura 2: Tipologias dos espaços rurais	86
Figura 3. Localização do município de Araraquara no Estado de São Paulo.	106
Figura 4. Aspectos do relevo urbano do município de Araraquara.	107
Figura 5. Aspectos hídricos do município de Araraquara.....	108
Figura 6. Município de Araraquara – posição geográfica.	109
Figura 7. Áreas verdes e zonas de proteção ambiental na cidade de Araraquara.	112
Figura 8. Conformação urbana do município de Araraquara em 1929.....	114
Figura 9. Vista aérea de Araraquara, em 1965.....	116
Figura 10. Mapa esquemático da Avenida Bento de Abreu.	118
Figura 11. Loteamentos aprovados por década, em Araraquara.	120
Figura 12. Localização dos loteamentos aprovados na década de 1970.....	121
Figura 13. Localização dos loteamentos aprovados na década de 1980	121
Figura 14. Aspectos da morfologia urbana de Araraquara.	124
Figura 15. Desenvolvimento urbano de Araraquara a oeste da ferrovia.....	125
Figura 16. Região à leste da ferrovia - Bairro: Altos da Vila Xavier. Araraquara (SP).	126
Figura 17. Densidade demográfica. número de habitantes por região censitária.....	129
Figura 18. Avenida Manoel de Abreu e malha ferroviária.....	132
Figura 19. Foto aérea da antiga fábrica Anderson Clayton e do Ceagesp em Araraquara, 2002.	135
Figura 20. Carta imagem de Araraquara.	141
Figura 21. Macrozoneamento Territorial do município de Araraquara (SP).	151

Figura 22. Trecho inicial da estrada vicinal Graciano da Ressurreição Affonso, que liga Araraquara ao distrito de Bueno de Andrada e ao município de Matão.....	158
Figura 23. Localização da área de estudo.....	159
Figura 24. Imbricação do perímetro urbano no espaço periurbano.	161
Figura 25. Área Urbana do município de Araraquara – SP: localização do bairro Chácara Flora.	164
Figura 26. Uso e ocupação do solo no espaço periurbano da área estudada.....	167
Figura 27. Foto aérea de parte da Chácara Flora e espaço periurbano do Araraquara, destacando aspectos de algumas propriedades rurais.	169
Figura 30. Aspectos de uma pequena propriedade que se dedica.....	174
à pecuária e, ao fundo, áreas de outras propriedades ocupadas pela cana-de-açúcar. .	174
Figura 31. Área de nascente com mata ciliar preservada em uma propriedade rural periurbana.....	176
Figura 32. Trecho da estrada onde passa a coleta de lixo das propriedades localizadas no espaço periurbano.	177
Figura 33. Chácara no espaço periurbano cercada por muros.....	179
Figura 34. Imagens de uma chácara com criação de cavalos para lazer no espaço periurbano.....	181
Figura 35. Aspectos de um haras localizado à margem da estrada Vicinal Graciano Ressurreição Affonso.....	181
Figura 36. Vista da entrada de um motel localizado à margem da estrada vicinal Graciano Ressurreição Affonso.....	182

RESUMO

Procurando desvendar a dinâmica do espaço periurbano, este trabalho tomou como exemplo o município paulista de Araraquara. O entendimento do conceito de espaço periurbano deve ter como base a origem do processo que levou ao seu surgimento, ou seja, o crescimento urbano de forma difusa, ocupando as áreas periféricas da cidade. No espaço periurbano convivem agricultura, residências (principal ou secundária) e atividades urbanas. O processo de urbanização e modernização tecnológica transformou as relações campo-cidade e pressionou o meio rural, que cada vez mais se caracteriza pelo “novo rural” e pela “nova ruralidade”, ressaltando características rurais perdidas, principalmente a importância do contato com a natureza, difundida pelo turismo rural. Em Araraquara, o espaço periurbano é analisado a partir da expansão urbana do município que, por ser desordenada, gerou vazios urbanos, além de “engolir” os espaços rurais no entorno urbano. Esses problemas são alvo do novo Plano Diretor do município, que está em fase de votação na Câmara Municipal. Assim sendo, escolhemos uma área que representasse o espaço periurbano do município, onde procuramos destacar sua plurifuncionalidade, quer dizer, de que forma se caracterizam as propriedades rurais, a agricultura, e as formas de uso e ocupação do solo, em especial o lazer periurbano.

Palavras-chave: cidade, campo, Plano Diretor, periurbanização, lazer.

ABSTRACT

Seeking to disclose the dynamics of periurban space, this research has taken as an example the municipality of Araraquara, in São Paulo State, Brazil. The concept of periurban space must be understood in terms of the origin of its own generation process, namely, the diffuse urban growth, occupying the town peripheries. In the periurban space agriculture, households (primary or secondary) and urban activities. The process of urbanization and technological modernization transformed the town-country relationships, pressed the countryside that more and more characterized itself by the “new rural” and by the “new rurality”, by highlighting lost rural characteristics, mainly the importance of the contact with nature, increasingly spread through rural tourism. In Araraquara, the periurban space is analyzed from the start of the municipality urban expansion, which, because disordered, has generated urban empties, besides “swallowing” of rural spaces in the town surroundings. These problems are the target of the municipality’s new Town Planning, which is about to be voted at the Town Council. Thus we have chosen an area which would represent the periurban space of the municipality, where we tried to emphasize its plurifuncionalidade, i.e. the ways in which rural properties, agriculture, forms of soil use and occupation – particularly periurban leisure – are characterized.

Key-words: town, country, Town Planning, periurbanization, leisure.

INTRODUÇÃO

As indagações a respeito dos espaços rural e urbano, na atualidade, e o contato com alguns estudos (sobretudo europeus) sobre o espaço periurbano despertaram nossa curiosidade pela pesquisa desse tema. Vimos, então, que a geografia brasileira é carente de trabalhos sobre os espaços do entorno urbano que, a despeito de ainda não terem sido engolidos pela cidade, cada vez mais se transformam social e economicamente. Neles, atividades agrícolas e não-agrícolas misturam-se de tal forma que há dificuldade de diferenciação entre as paisagens rurais e urbanas. Esse desinteresse pelo estudo dos espaços periurbanos pode ser explicado pelo fato de que, até então, os pesquisadores não haviam percebido (ou dado conta de) que existe uma faixa territorial entre o urbano e o rural, extremamente importante por ser dinâmico e plurifuncional.

Nesse sentido, nossa premissa principal era entender a dinamicidade e a plurifuncionalidade desse espaço periurbano, que possui características próprias. Buscando referências teóricas sobre a caracterização do espaço periurbano em outros países (principalmente, na França e em Portugal), pretendemos entender como ele se configura no Brasil.

Antes de tudo, gostaríamos de mencionar ainda que, ao longo de sua história, a Geografia pouca atenção deu à questão rural propriamente dita. Na verdade, sempre houve maior preocupação dessa ciência com os estudos dos espaços agrícolas (e até mesmo com os movimentos sociais no campo), ou seja, com o cultivo da terra e a criação de animais, seus processos e resultados econômicos; enfim, mais com a economia agrária ou agrícola do que com os espaços rurais. Esse fato foi constatado por Ferreira (2002), em pesquisa realizada sobre a produção bibliográfica referente à agricultura brasileira. Nela, a autora verificou que a definição de Geografia Agrária no Brasil sofreu modificações ao longo da história, sobretudo entre as décadas de 1930 e 1990 (período pesquisado), que são o resultado do próprio dinamismo da geografia e da realidade. Assim, segundo a autora, a definição de Geografia Agrária

[...] ganhou conotações diversas em períodos diferentes, espelhando os aspectos que marcavam a sociedade em determinadas circunstâncias: o valor da paisagem como reflexo da ocupação do território e a valorização dos aspectos econômicos da produção agrícola, na Geografia Agrária Tradicional; as medidas da agricultura e sua classificação, na Geografia Agrária Quantitativa; a significância social na Geografia Agrária Crítica (FERREIRA, 2002, p.333).

Andrade (1995) já havia ressaltado que, com o decorrer do tempo, os estudos geográficos sobre a exploração rural mostraram a presença de atividades não-agrícolas no espaço rural, como as industriais, as comerciais e as de lazer (essa, principalmente após a década de 1950), fato que levou os pesquisadores do espaço rural a questionarem a real contribuição desses estudos para uma visão totalizante da paisagem rural. Dessa forma, foi necessário que a visão fosse ampliada para que as várias formas de utilização do espaço rural fossem analisadas, o que engloba não somente os estudos da economia agrária e agrícola como também a paisagem, com a presença das mais diversificadas atividades econômicas. Daí ser mais adequada, para o autor, a designação de Geografia Rural em vez de Geografia Agrária ou Agrícola, para essa área da Geografia.

Contudo, a nosso ver, o que menos importa é qual o termo mais adequado para a área da Geografia que trabalha com as questões do meio rural. de qualquer forma, preferimos utilizar a denominação de Geografia Agrária, acreditando que seus estudos possam abarcar os mais variados temas relacionados ao meio rural, nas áreas econômicas, sociais, políticas e ambientais, considerando que todas estão correlacionadas. Modernização agrícola; concentração fundiária e conflitos no campo; políticas agrárias; proletarização do trabalhador rural; agricultura familiar; agronegócio; agricultura sustentável; pluriatividade e relações cidade-campo são alguns dos muitos assuntos tratados por esse ramo da Geografia.

Voltando ao tema da nossa pesquisa, sua realização consistiu, em termos gerais, em definir e compreender o conceito de espaço periurbano como uma categoria de análise geográfica. Todavia, para chegar ao espaço periurbano, é preciso, inicialmente, discutir a questão da definição e delimitação dos espaços rural e urbano, bem como as novas relações cidade-campo, face ao intenso processo de urbanização no país. Afinal, o espaço periurbano, pela sua plurifuncionalidade, acaba resumindo características dessas duas realidades.

Partindo desse pressuposto, escolhemos o município de Araraquara (SP) como estudo de caso por ser considerada como uma das cidades mais prósperas da Região Central do Estado de São Paulo, uma vez que, de acordo com os estudos sobre as cidades médias brasileiras, realizado pelo IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), publicado pela revista *Exame* (dezembro de 2002), ela é considerada como um subcentro regional (até porque polariza muitos municípios no seu entorno) e aparece entre os 111 municípios brasileiros com maior participação no PIB nacional. Além disso, vários estudos de órgão de

pesquisa público apontam essa região como uma área de potencial investimento (ROSA, 2005).

Araraquara destaca-se também como importante entroncamento ferroviário, rodoviário e infoviário. Isso significa que o município representa um significativo centro de desenvolvimento de novos negócios e de escoamento de mercadorias, pela possibilidade de utilização multimodal dos meios de transporte.

Economicamente, podemos afirmar que o processo de industrialização do município desenvolveu-se concomitantemente com a intensa urbanização a partir da década de 1970. Entretanto, não há como negar a vocação agrícola de Araraquara, que se divide entre a cana-de-açúcar (ocupa atualmente o segundo lugar no estado, em volume de produção) e a laranja (presença da Cutrale, que é uma das maiores exportadoras mundiais de suco cítrico).

Por isso, acreditamos que certamente o espaço periurbano de Araraquara poderia ter muito a acrescentar em nossa compreensão geral do mesmo. Especificamente com relação a esse município, tínhamos como objetivos específicos: o resgate histórico de sua expansão urbana, procurando mostrar suas conseqüências sobre a ocupação do espaço periurbano; a análise da situação da agricultura periurbana no município diante do crescimento das atividades não-agrícolas, dentre elas as atividades de lazer (sobretudo as chácaras de recreio) neste referido espaço. Enfim, compreender a plurifuncionalidade e a dinâmica do espaço periurbano de Araraquara.

O presente trabalho foi realizado, então, utilizando como método de investigação: a) documentação indireta: levantamento bibliográfico, teórico relativo ao tema. Nesse caso, utilizamos obras produzidas em diversas áreas (sobretudo sociologia, economia e arquitetura), além da geografia. Sobre a definição e a delimitação do rural-urbano, propriamente dita, não houve problemas em encontrar material, pois as referências bibliográficas brasileiras são vastíssimas, uma vez que esse assunto parece ter virado “moda”, principalmente quando se trata do “novo rural brasileiro”. Sobre a expansão urbana de Araraquara, também encontramos monografias, dissertações e teses, em geral, produzidas por sociólogos e arquitetos. Entretanto, constatamos que, quando o tema é o espaço periurbano, a maior parte da produção literária vem dos geógrafos europeus, sendo que utilizamos mais aqueles produzidos por franceses, portugueses e espanhóis. A preocupação principal desses estudos diz respeito à degradação (ambiental, cultural e social) dos espaços periurbanos nas cidades

européias e a necessidade de políticas de planejamento para conter a invasão urbana; b) documentação direta: observações, coleta de dados (estatísticos e cartográficos) e informações empíricas, por meio de entrevistas. Nessa fase da pesquisa, procuramos ouvir os atores sociais envolvidos e participantes tanto na expansão urbana do município como na ocupação do espaço periurbano. Assim, realizamos entrevistas com o Secretário de Desenvolvimento Urbano¹, com a engenheira agrônoma da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral)², com um diretor-gerente de uma imobiliária³ e com alguns proprietários rurais de nossa área de estudo.

Convém ressaltar que a base para a elaboração do material cartográfico da área de estudo foram as foto aéreas do município, cedidas pelo DAAE (Departamento de Planejamento e do Departamento Autônomo de Água e Esgoto) de Araraquara.

A partir da fundamentação teórica, desenvolvemos os conceitos que dão embasamento à análise e os métodos utilizados para a realização do nosso trabalho. Procuramos, então, ao longo dos capítulos, discutir os temas necessários para compreendermos que o espaço periurbano representa apenas uma porção da totalidade do espaço geográfico, mas que deve ser inserido nos estudos dos espaços rural e urbano. Com isso, será mais fácil adequar políticas públicas para atender às necessidades da população de cada um desses espaços, que, apesar da contigüidade espacial, possuem configurações paisagísticas e funcionais diferentes.

No primeiro capítulo, discutimos as dificuldades encontradas para definir e delimitar os espaços rural e urbano. Apresentamos, inicialmente, uma análise das características do meio rural, para entendermos, até que ponto, a urbanização as tem afetado. Sabemos que o discurso geral é de que o campo deverá, cada vez mais, sucumbir-se diante da força do urbano, principalmente em termos de cultura, valores, modo de vida e até mesmo com relação à presença das atividades não-agrícolas, que acabam por configurar um “novo rural”. Esse termo, utilizado sobretudo por José Graziano da Silva e os demais pesquisadores participantes do Projeto Rurbano⁴, merecia uma análise também. Enveredamos, dessa forma, pelo caminho

¹ Luís Antônio Nigro Falcoski foi entrevistado em julho de 2004, e os trechos principais serão reproduzidos no capítulo 3.

² Maria Claudete Viesi Rezende concedeu uma entrevista sobre as propriedades rurais da área de estudo, em agosto de 2005, que foram utilizadas no capítulo 3.

³ Norberto de Freitas foi entrevistado em setembro de 2005.

⁴ Maiores informações sobre esse núcleo de pesquisa podem ser encontradas no site <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/>

da discussão sobre as novas relações cidade-campo e o possível surgimento de uma nova ruralidade. Do lado urbano, procuramos resgatar a questão das metodologias utilizadas para definir cidade no Brasil, para tentarmos responder à indagação: será que nosso País é menos urbano do que se calcula, conforme afirma José Eli da Veiga? Tendo em vista os problemas relacionados ao uso e à ocupação do solo, inclusive as dúvidas surgidas sobre as cobranças do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e do ITR (Imposto Territorial Rural), decidimos verificar até que ponto o Estatuto da Cidade e os planos diretores, elaborados a partir dele, poderão contribuir para solucionar tais questões.

Partimos então para o segundo capítulo com a intenção de buscar o significado do conceito de espaço periurbano, por meio da relação entre crescimento urbano e as teorias desenvolvidas sobre o periurbano. Em geral, os pesquisadores do espaço periurbano consideram-no como um resultado da cidade difusa (ou contra-urbanização), cujo crescimento espraiado permitiu a ocupação das áreas rurais próximas à cidade, sem que elas tenham sido incorporadas ao perímetro urbano. O processo de ocupação periférica da cidade recebe diversas denominações, como suburbanização, periurbanização, rururbanização, sendo que a diferenciação entre esses termos, quando existe, é bem sutil. Esse espaço, por sua vez, também recebe nomes diferentes, mas optamos por explicar apenas as designações espaço periurbano e franja urbana ou rural urbana para vermos se realmente possuem o mesmo significado. Terminada a análise conceitual, nós nos voltamos para a compreensão da dinâmica do espaço periurbano, procurando mostrar como se dá a utilização do solo, seja pela agricultura, seja por atividades urbanas, e as conseqüências dessa mistura, tanto em termos espaciais como socioeconômicos. Dentre esses usos não-agrícolas do espaço periurbano, optamos por destacar o lazer, uma vez que vem crescendo no mundo e no Brasil a procura por áreas no entorno urbano, onde os cidadãos podem encontrar entretenimento e descanso junto à natureza. Em geral, predominam nessas áreas as residências secundárias, construídas com equipamentos de lazer (piscinas, churrasqueira, etc.), que são utilizadas pela família nos finais de semana e feriados.

No terceiro capítulo, chegamos à investigação relacionada ao município de Araraquara, sobre o qual pretendíamos entender como se deu sua expansão urbana e como ela se reflete na plurifuncionalidade e a dinâmica do espaço periurbano. Para isso, procuramos caracterizar o município, mostrando sua importância no estado e no País, principalmente por conta do setor citro-sucroalcooleiro, que representa hoje uma das maiores fontes de divisa brasileiras. Além disso, os setores secundários e terciários também vem crescendo no

município em termos de geração de renda e empregos. Levando em consideração que o município possui hoje uma taxa de urbanização de 95% (Censo Demográfico de 2000), era preciso entender o desenrolar desse processo de ocupação urbana para chegarmos à sua forma urbana atual, caracterizada pela presença de vazios intersticiais na malha urbana, os chamados vazios urbanos. Levantamos dados estatísticos, históricos e cartográficos para compor essa história que, a nosso ver, não se difere muito de outras cidades brasileiras, cuja expansão urbana foi direcionada principalmente pela especulação imobiliária. Procuramos, então, saber quais as medidas que vêm sendo estudadas pela administração municipal para conter essa expansão e resolver os problemas decorrentes dela. Nós nos deparamos com a elaboração de um novo Plano Diretor, que foi encaminhado pelo prefeito à câmara de vereadores, onde se encontra em processo final de votação. Apesar de ainda não estar vigorando, esse documento significa um grande avanço para o município, ao menos em termos de propostas. Dentre elas, selecionamos aquelas referentes aos seguintes assuntos: questões ambientais (já o que objetivo principal dele é o desenvolvimento sustentável), os vazios urbanos, os condomínios horizontais fechados, a delimitação do perímetro urbano e as áreas rurais.

A partir daí, escolhemos uma área que representasse parte do espaço periurbano do município, a qual procuramos caracterizar, mostrando sua localização e as atividades econômicas presentes. Dentro dessa caracterização, destacamos o bairro Chácara Flora, o mais próximo da área de estudo que, apesar de ter sido incorporado ao perímetro urbano desde 1979, possui características do meio rural, uma vez que é composto por chácaras de recreio, onde geralmente as práticas agrícolas e a criação de animais se fazem presentes e as ruas não são asfaltadas. Além disso, por estar situado no caminho de uma estrada vicinal que liga Araraquara a Matão, existem ali diversos equipamentos de lazer (clubes de associações, restaurante, clube de rodeio, etc.) freqüentados pela população do próprio município e pelos seus vizinhos. Consideramos, então, que nossa área de estudo representa uma contigüidade do Chácara Flora, pois, apesar de não ser área urbana também possui várias chácaras de recreio e alguns equipamentos de lazer (motel e haras). Nesse sentido, passamos a analisar a plurifuncionalidade da área, inicialmente pesquisando como é vista a agricultura pelo poder público. Mais uma vez, recorreremos ao novo Plano Diretor, haja vista que será a partir dele que o município terá um macrozoneamento, dividindo o município em: zona urbana, zona rurbana e zona rural. É importante ressaltar que agricultura rurbana, para nós, é sinônimo de agricultura periurbana. A comprovação empírica foi realizada por meio de visitas a algumas propriedades rurais da área de estudo, onde as observações e as entrevistas nos ajudaram a

traçar um perfil das mesmas. As entrevistas foram feitas sem preocupações quantitativas, já que nosso objetivo era a qualificação dessas propriedades, sobretudo com relação ao tamanho das propriedades e quem residia nelas; à ocupação funcional do proprietário (para saber se havia pluriatividade); ao tempo de aquisição da propriedade; a preocupação de seus donos com a preservação ambiental, e às vantagens e desvantagens da proximidade urbana. Terminamos o terceiro capítulo discutindo as conseqüências atuais e futuras de outros usos do solo, além do agrícola na área.

Acreditamos que a presença dessas “novas” atividades no espaço periurbano nos permite refletir sobre a plurifuncionalidade deste e seu relacionamento com os espaços rural e urbano, uma vez que a cidade, o espaço rural e o espaço periurbano são elementos de um sistema único e que necessitam de uma análise geográfica mais apurada.

***1. A DIFÍCIL TAREFA DE DEFINIÇÃO E
DELIMITAÇÃO DO RURAL/RBANO***

Estudiosos das mais diversas áreas (inclusive da Geografia) têm-se dedicado à tentativa de definição e delimitação do rural e do urbano. No entanto, acreditamos que esse ainda representa um longo caminho a ser percorrido, tendo em vista que a definição exata e precisa de ambos é cada vez mais difícil e sutil.

Apesar disso, estamos dispostos a desenvolver nesse capítulo a árdua tarefa de definir e delimitar os espaços rural e urbano e os processos históricos que modificaram as relações entre eles. Para tanto, seremos auxiliados por alguns referenciais teóricos que serão apresentados mais adiante.

Antes de tudo, porém, é imprescindível que partamos do princípio de que o espaço geográfico organizado se divide entre rural e urbano, cada qual com características específicas, não obstante, muitos autores considerem a homogeneização do espaço geográfico por conta do atual período que vivenciamos, denominado por Milton Santos de meio técnico-científico-informacional, ou, simplesmente, globalização.

1.1. UMA BREVE ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DO MEIO RURAL

Poderíamos definir o espaço rural e o espaço urbano simplesmente pelas atividades que os caracterizam. Assim, diríamos que no campo predominam as atividades agropecuárias e outras "novas" funções, enquanto na cidade concentram-se atividades de produção industrial e serviços específicos. Todavia, a realidade mostra que essa delimitação carece de uma reflexão mais ampla o que nos leva à discussão da atual configuração do espaço rural.

Quando se fala do mundo rural, não é tão difícil elencarmos algumas características que o diferenciem do urbano. São elas: a) baixa densidade de população, residências e outros prédios, contribuindo para a predominância de uma paisagem natural; b) uso econômico predominantemente agropastoril; c) os habitantes possuem um modo de vida que se caracteriza pelo pertencimento a pequenas coletividades bem como relações particulares com o espaço; d) a cultura camponesa identifica e representa especificamente o meio rural (KAYSER, 1990, citado por MOTA; SCHMITZ, 2002); e) os habitantes relacionam-se com a natureza por meio de práticas e representações particulares com relação ao espaço, ao tempo, à família e outros (bem diferentes dos cidadãos); f) a vivência coletiva resulta em relações sociais de interconhecimento (WANDERLEY, 1997); g) menor diferenciação social; h)

menor mobilidade social e espacial; i) posse da terra como o centro convergente do sistema político-econômico (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, FGV, p.1090, citado por KAGEYAMA, 1998).

Ao examinar tais características atribuídas ao meio rural brasileiro, lançamos a seguinte questão: será que elas permanecem inalteradas nos dias atuais?

Primeiramente nos reportaremos à questão do predomínio da paisagem natural no meio rural. Se levarmos a definição de paisagem natural ao pé da letra, logo constataremos que no campo a vegetação natural foi substituída por plantações, pastagens e até mesmo construções, ou seja, a natureza foi modificada por ação antrópica, obviamente de maneira menos intensa que no espaço urbano. Serra (1987), citado por Santos (2001), afirma que, em sua luta cotidiana e apropriação do produto do seu trabalho, o homem transforma o ambiente em que vive, seja ele urbano, seja rural. O autor apenas acrescenta que no espaço urbano são construídas edificações que possuem várias funções. Entretanto, sabemos que não é difícil encontrar também no espaço rural, atualmente, edificações com funções tipicamente urbanas (sobretudo industriais e de serviços), o que significa que o meio rural também sofre as conseqüências da vida moderna.

A alteração na paisagem natural no meio rural também se dá pela utilização de tratores, colhedoras nas plantações nas fazendas com levado grau de modernização; pelos desmatamentos e pelo reflorestamento com espécies não-nativas que repercutem na flora e fauna em seu entorno, e ainda pela reprodução artificial dos animais com vistas ao incremento da produtividade que aumenta o número de animais por metro quadrado, interferindo na paisagem natural.

Assim sendo, a nosso ver, a paisagem natural foi e continua sendo alterada no campo ou na cidade, mas ainda figura como predominante no meio rural. Até porque, apesar das modificações, ela ainda é um atrativo para os cidadãos carentes de espaços que permitam maior contato com a natureza.

No caso da predominância das atividades agropastoris em termos de uso econômico no campo, podemos até concordar que seja verdadeira. Todavia, não se pode perder de vista que as transformações recentes comprovam que o espaço rural não pode mais ser definido como exclusivo das atividades agrárias, mas sim por atividades econômicas as mais variadas.

Consequentemente, cada vez mais diminui no espaço rural o número de pessoas ocupadas na agricultura, aumentam os residentes no campo que exercem atividades não-agrícolas, além dos pequenos agricultores que continuam dedicando-se à atividade agrícola, mas também buscam outras fontes de rendimento (agricultura em tempo parcial).

A esse respeito, Veiga (2003) nos chama a atenção para a realidade dos Países desenvolvidos, onde mais da metade dos empregos rurais está concentrada nos serviços, enquanto mais de um terço está na agropecuária e um quinto na indústria. Isso, segundo ele, não significa que os agricultores tenham se tornado mero resíduo, já que as famílias mantêm os laços com o meio rural, mesmo dedicando-se a outras atividades na unidade familiar de produção. São, portanto, "famílias rurais cada vez mais pluriativas e multifuncionais" (VEIGA, 2003, p.88). Teceremos maiores comentários a respeito da agricultura familiar em momento propício.

Essa realidade também está ocorrendo no Brasil. Basta constatar, conforme coloca Scussel (2002), que o meio rural brasileiro assume novas características tanto por conta dos novos hábitos dos cidadãos como pela busca de alternativas para complementar a economia da população rural. Nesse sentido, a autora destaca as seguintes características que compõem esse "redesenho" do rural:

a opção de moradia da classe média, que busca no campo, fugir dos problemas das grandes cidades - seja em residências próximas às cidades, que permitem o trajeto diário ao trabalho e à escola, seja em situações de aposentados, que já podem se localizar mais distantes das facilidades da cidade, por não demandarem com a mesma frequência certos serviços urbanos;

alternativas de lazer em moradias de fim-de-semana (sítios, chácaras) e centros de recreio do tipo hotel-fazenda, pesque-pague, *trecking*, etc.;

o provimento de infra-estrutura física e mão-de-obra às novas atividades. São os novos serviços, tipicamente urbanos, que passam a ocupar o trabalhador rural, para prover a demanda decorrente da instalação dessas funções imputadas ao campo - trabalhadores domésticos, faxineiros, motoristas, mecânicos, secretárias, marceneiros, etc. (SCUSSEL, 2002, p.67).

A existência concomitante de atividades agrícolas e não-agrícolas no espaço rural é um fenômeno que muitos autores denominam de pluriatividade, mas embora possa ter várias definições, optamos por essa elaborada por Schneider (2001) para quem a pluriatividade

[...] refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família em domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura e ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção (SCHNEIDER, 2001, p.3).

Carneiro (1997, p.152) ressalta que, apesar de ser um fenômeno antigo, a pluriatividade assume dimensões novas no meio rural brasileiro, por isso existe "a possibilidade de novas formas de organização de a produção vir a se desenvolver no campo ou de antigas práticas assumirem novos significados⁵". Esse seria o que muitos autores, dentre eles, Graziano da Silva (1999) e outros pesquisados que integram o Projeto Rurbano (como já mencionamos na introdução), denominam de "novo rural brasileiro".

A pluriatividade também é o exemplo utilizado por Carlos (2004) para explicar que a diferenciação entre campo e cidade está no conteúdo das relações sociais que cada um deles contém, as quais, em sua articulação com a construção da sociedade urbana, acabam por ganhar conteúdo. No Brasil, segundo ela, a pluriatividade seria uma forma de articulação do campo com o urbano "de um outro modo, redefinindo a antiga contradição campo/cidade" (CARLOS, 2004, p.130).

Todavia, não podemos perder de vista que a situação no meio rural é bastante diversa, conforme comentam Teixeira e Lages (1997):

O espaço rural não é mais o que ele era, daí a pertinência de nos referirmos a espaços rurais, pois existe uma gama de estruturas agrárias e níveis tecnológicos, evocando formas de agriculturas das mais "primitivas" até outras ligadas às técnicas mais modernas do mundo contemporâneo. Existem espaços rurais diversificados, dinâmicos e em permanente mutação. As paisagens e as populações rurais se transformaram profundamente. O rural torna-se polifuncional, daí rural polissêmico. A imagem do rural associado e confundido à imagem do agrícola (em virtude do peso da agricultura) não mais se aplica hoje em dia, sobretudo nos Países industrializados da Europa (TEIXEIRA; LAGES, 1997, p.14).

Assim, fica claro que a atividade agrícola não reina soberana no meio rural. Contudo, há que se considerar a diversidade do campo brasileiro. Em determinadas regiões do País, impera mais do que nunca o "velho rural", com características muitas vezes até feudais, sobretudo no que diz respeito à concentração fundiária. Aliás, uma das características do meio

⁵ Blume (2004, p.39) cita como exemplo a criação de peixes em açudes que se transformam em pesque-pague.

rural que não sofreu nenhum tipo de modificação, foi a posse de terra, que se mantém como o centro convergente do sistema capitalista.

Após as considerações sobre o "novo rural", não há como negar que o perfil da população residente no campo também se modificou. Quer dizer, o modo de vida rural tradicional⁶ e a forma como as pessoas se relacionam com o espaço, tendem a se adequar cada vez mais ao modo de vida urbano, especialmente sobre a influência do consumo, que caminha cada vez mais no sentido da generalização, seja no campo, seja na cidade. Trata-se do mundo do consumo conforme explicam Siqueira e Osório (2001):

O universo do consumo constrói-se enquanto instância legitimadora da transnacionalização que se contrapõe cada vez mais a outras instâncias, tais como o Estado, a escola, a família. O mundo do consumo está em cada país, mas de maneira vinculada à "modernidade do mundo". O consumo poderia ser definido como uma nova territorialidade transnacionalizada e simultaneamente diferenciada: universo de consumo e universo de estilos de vida (SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001, p.68).

Segundo Marques (2002), no passado, a população rural possuía sistemas de valores assinalados por solidariedades coletivas, enquanto hoje predomina a "cultura do *zapping*"⁷ e o individualismo. Dessa forma, o povoado passa a ser composto por "uma coleção de indivíduos, de famílias que rejeitam assumir qualquer responsabilidade na vida coletiva" (MARQUES, 2002, p.102-3).

Como a cidade perdeu seu significado como lugar da política e tornou-se o centro privilegiado do consumo, a autora argumenta, baseada nas idéias de Lefebvre (1969) que a natureza passou a ser vista pelos cidadãos como "gueto de lazeres", onde o campo é integrado ao modo de vida dos urbanos. Assim, o campo, sendo colonizado pelos urbanos, acaba por perder suas qualidades, portanto "seu modo de vida particular" (MARQUES, 2002, p.108).

É importante ressaltar, contudo, que tal situação se aplica com maior intensidade às localidades próximas aos grandes centros urbanos, onde o processo de urbanização se apresenta de forma mais concreta.

⁶ Aqui consideraremos a situação em que os costumes e valores ainda guardam características do passado, em que as relações pessoais são mais próximas e intensas, e baseiam-se na afetividade (SOLARI, 1979).

⁷ A autora está fazendo uma alusão àquela mania compulsiva de trocar rapidamente de programas televisivos por meio do controle remoto.

Além disso, Alves (2001) argumenta que o processo de urbanização do campo é bem mais intenso nos Países desenvolvidos, enquanto nos Países em vias de desenvolvimento (como é o caso do Brasil) ocorre a ruralização das cidades.

Esse fenômeno é facilmente percebido nas médias cidades brasileiras, onde boa parte da população que migra do campo se instala em bairros periféricos. Nesses espaços certamente será possível manter durante um determinado tempo práticas do modo de vida rural, principalmente nos relacionamentos interpessoais entre vizinhos e até mesmo no cultivo da terra (por meio de hortas e jardinagem) e criação de animais de pequeno porte nos quintais. Vale lembrar também que muitas festas religiosas de origem rural se mantêm em algumas dessas cidades.

A grande mistura de culturas e a complexa relação entre o urbano e o rural são observadas nas áreas mais pobres das cidades, em suas periferias. São nesses locais que grande parte dos migrantes convivem com suas tradições. E é exatamente aí que eles se reconhecem uns nos outros. Muitos que também abandonaram sua terra natal, que moram ao lado de conterrâneos, recriam vínculos de vizinhança. A ameaça que a cidade traz com a violência força-os a recriarem práticas anteriores, criando associações, grupos de oração, e outras ações comunitárias (ZABOTTO; OLIVEIRA, 2004).

No caso dos habitantes rurais dos pequenos municípios, Wanderley (2000) adverte que o processo de urbanização não chega a interferir no modo de vida rural, uma vez que

[...] o contato intermitente ou permanente dos "rurais" com cidades desse tipo nem sempre significa o acesso a uma efetiva e profunda experiência urbana, que se diferencie ou mesmo se oponha ao seu modo de vida rural, mas pode significar, simplesmente a reiteração de uma experiência de vida rural menos precária que, por sinal, nem toda cidade brasileira consegue assegurar aos seus moradores, urbanos ou rurais [...] (WANDERLEY, 2000, p.32).

No mesmo sentido caminha a cultura camponesa que, podemos dizer, ainda caracteriza o meio rural em muitas regiões do País, resistindo às influências do capital urbano-industrial. Todavia, é fundamental enfatizar que, com o crescimento das áreas monocultoras (agricultura de exportação), houve uma expulsão maciça de trabalhadores rurais que, em sua maioria, migraram para os grandes centros urbanos. Nesse caso, houve um esvaziamento da vida social, que gerou um enfraquecimento nas relações de vizinhança e conseqüentemente na cultura camponesa.

Ao contrário da tão propagada idéia marxista de que o camponês⁸ desapareceria frente ao desenvolvimento capitalista, vemos que ele continua persistindo. Isso porque, segundo Chayanov (1974) citado por Siqueira e Osório (2001), a vantagem da agricultura familiar com relação ao capitalismo reside no fato de que nela, por exemplo, o trabalho empregado é contínuo, independentemente da garantia de lucro⁹.

Kautsky (1980), por sua vez, considerava que, a despeito do desenvolvimento capitalista, a pequena exploração agrícola não desapareceria nem atingiria a máxima eficiência, mas coexistiria com a grande exploração, exatamente como temos hoje na realidade brasileira.

Nesse sentido, autores como Wanderley (2000) acreditam na sobrevivência da cultura camponesa. Para a autora, vivenciamos um período de reconhecimento oficial da agricultura familiar como ator social no Brasil¹⁰, uma vez que os agricultores "são hoje percebidos como portadores de uma outra concepção de agricultura, diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal no País" (WANDERLEY, 2000, p.36).

Para Carneiro (1998, p.9), o agricultor familiar destaca-se como sendo o agente integrador das relações sociais no interior das pequenas propriedades agrícolas¹¹, onde ocorrem a produção e a reprodução de valores, que possuem significados que vão muito além da lógica de parentesco e da racionalidade econômica.

Por outro lado, há autores como Graziano da Silva (2002) que advertem que são cada vez mais frequentes os casos de estabelecimentos agropecuários que são dirigidos por um ou alguns membros e não mais pela família como um todo. "Isso coloca por terra a idéia de uma

⁸ Aqui estamos tratando o camponês e o agricultor familiar como sinônimos. Carneiro (1998) adverte, no entanto, que a partir do momento em que o agricultor familiar incorpora os avanços tecnológicos e responde às políticas governamentais, ele não deve mais ser chamado de camponês.

⁹ Apesar das especificidades locais, a produção familiar é definida, segundo a FAO/INICRA (1994), pelas seguintes características: a) trabalho e gestão intimamente relacionados; (b) direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários; (c) ênfase na diversificação; (d) trabalho assalariado complementar; (e) decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade no processo produtivo; (f) tomada de decisões *in loco*, condicionada pelas especificidades do processo produtivo, e (g) ênfase no uso de insumos internos.

¹⁰ Um dos principais responsáveis por tal mudança, segundo Wanderley (2000), foi o PRONAF (Programa de Apoio à Agricultura Familiar), implantado na década de 90.

¹¹ Essa força da agricultura familiar inclui não apenas os agricultores que herdaram a terra da família, como também os assentados pela reforma agrária. Obviamente que estamos nos referindo àqueles que já possuíam algum tipo de ligação com o meio rural.

divisão social do trabalho assentada na disponibilidade de membros da família, distinta de uma divisão do trabalho capitalista, ainda que não invalide o caráter familiar do empreendimento" (GRAZIANO DA SILVA, 2002, p.163). Essa situação, sem dúvidas, poderá interferir na cultura camponesa, uma vez que os membros da família que continuam a residir na unidade de produção familiar (ou residem na cidade e retornam periodicamente à casa dos pais) e se deslocam diariamente para cidade onde trabalham, estão totalmente predispostos a se "contaminarem" pela cultura urbana. Nesse caso, esses membros poderão até mesmo desprezar a cultura camponesa, considerada como atrasada, retrógrada pelos citadinos.

Em estudo realizado sobre o meio rural português, Ferreira (1999) constatou que o êxodo rural provocou naquele País um esvaziamento do campo, principalmente nos estratos da população ativos e férteis. Dessa forma, permaneceram no espaço rural os grupos etários com idade mais avançada. Situação essa que, segundo o autor, compromete não apenas o desenvolvimento econômico como também a instabilidade sociocultural das regiões rurais, tendo em vista que contribui para o enfraquecimento das relações de vizinhança e, por conseguinte, para o desmembramento das redes de solidariedade informal.

A separação geográfica das diferentes gerações, inseridas em espaços de vivências e com estilos de vida distintos, é também uma separação de valores sociais e culturais que se torna, nos momentos de reencontros, quando das deslocamentos temporários dos migrantes e seus descendentes aos locais de origem familiar, um potencial choque geracional que vai permitindo a miscigenação entre o urbano e o rural, entre a tradição e o moderno (FERREIRA, 1999, p.315).

Carneiro (1997), no entanto, não vê essa miscigenação como algo ruim para a cultura camponesa. Para ela, a aproximação entre os ambientes culturais rural e urbano não necessariamente gera mudanças na identidade sociocultural dos habitantes rurais. Ao contrário, pode realçar as especificidades do rural, reestruturando as identidades e fortalecendo a ruralidade¹².

As relações dos habitantes do meio rural com a natureza são muito mais estreitas do que aquelas estabelecidas pelos citadinos. Acreditamos que o motivo principal seja o próprio respeito que os rurais têm por ela. Geralmente, a vida cotidiana dos agricultores é influenciada

¹² Sobre esse conceito discutiremos no próximo item.

pelos ciclos naturais, uma vez que as atividades rurais estão diretamente ligadas ao trabalho com os organismos vivos e com a natureza, que nem sempre podem ser controlados. "O homem rural depende, numa proporção muito maior que o homem da cidade, dos processos elementares da Natureza. Isto influi profundamente sobre seu trabalho e sobre a sua mentalidade" (SOLARI, 1979, p.6). Entretanto, não devemos supor que essa ligação com a natureza caracterize o espaço rural como desprotegido e desorganizado, o que o tornaria mais sujeito às forças da natureza, com uma dependência extrema das condições climáticas que interferem na produção agrícola. E a cidade, por sua vez, teria uma situação oposta, ou seja, um espaço organizado e protegido. Acontece que, segundo Costa (2002), nenhuma dessas situações é totalmente verdadeira. de um lado, o campo, atualmente, é capaz de utilizar técnicas e recursos que amenizam as influências climáticas. de outro, a cidade, a despeito de ser um espaço construído, também sofre influência dos azares naturais (que nem sempre podem ser controlados ou previstos). Nesse sentido, a natureza não é limitada pela cidade cujos espaços construídos cada vez mais se expandem além de seus limites geográficos (teoricamente o perímetro urbano), por meio de rodovias, ferrovias, campos cultivados industrialmente, etc.

Veiga (2003) lembra que, na atualidade, as "riquezas naturais" valorizadas no espaço rural, nos países desenvolvidos, não são mais o minério, o solo fértil ou a madeira (que eram os determinantes da economia rural), mas outros tipos de "riquezas naturais".

São os encantos da vida rural - beleza, tranquilidade e segurança - muito valorizados principalmente por aposentados, turistas e alguns tipos de empresários que se tornaram a principal fonte de vantagens comparativas. E apesar dos agricultores já serem uma pequena minoria da população rural dos Países mais desenvolvidos - um décimo no caso dos EUA¹³ - é principalmente deles que depende o maior trunfo de seu meio: a qualidade do ambiente natural (VEIGA, 2003, p.95).

Partindo desse pressuposto, além de ser considerado como espaço da agricultura, dependente dos recursos naturais, o espaço rural é visto pelos habitantes urbanos também

¹³ Nesse país, a partir da década de 1980, algumas características rurais passaram a ser consideradas como "valores de amenidades". Assim, para a sociedade, natureza possui, ao mesmo tempo, um valor ético e afetivo, sendo também a mais promissora fonte de renda rural (relação ambígua e idealizada) (GALSTON; BAECHLER, 1995 citado por ABRAMOVAY, 2000).

como um espaço de modificações e adaptações e, ao mesmo tempo, de liberdade do homem¹⁴. Por isso, estamos assistindo, sobretudo nos países desenvolvidos, a um processo denominado “renascimento rural”, ou seja, uma volta ao campo pelos cidadãos que procuram fugir dos problemas ditos urbanos (congestionamento, violência, falta de moradias, degradação ambiental, etc.). Lefebvre (1969, p.160) acredita que essa reivindicação da natureza pelo homem, seu desejo de aproveitar tudo que ela oferece, significa uma forma de fuga da cidade já deteriorada, bem como da alienação da vida urbana. Esse modo de vida seria totalmente diferente daquele que é mediado pelo valor de uso, em que se crê que uma vida plena consiste no atendimento não apenas das necessidades básicas socialmente elaboradas bem como as de atividade criadora de obra, informação, atividades lúdicas, imaginário, entre outras.

Sobre tal assunto, Abramovay (2000, p.10), citando Ortega (1996), prenuncia uma redefinição do rural voltada para a vinculação da sociedade "com os recursos naturais, o manejo dos mesmos e, concretamente, a vinculação da sociedade com a própria natureza".

Na realidade, a paisagem rural, de acordo com Kayser (2001) lembrado por Marques (2002), transformou-se em objeto de consumo, e o que vemos cada vez mais, é a elaboração e/ou a valorização de identidades rurais com vistas aos interesses do mercado. Na França, por exemplo, ocorreu uma passagem da imagem do campo voltada à produção agrícola para a imagem-consumo. Entretanto, não podemos confundir campo com natureza. “O campo é obra secular dos homens: ele é cultivado, artificializado” (MARQUES, 2002, p.103).

Freyre (1982) acrescenta ainda que essa "volta" do homem à natureza também está sendo feita por meio da crescente procura pela medicina natural (uso de ervas medicinais, da homeopatia) e dos alimentos orgânicos.

Contudo, essa visão romântica dos cidadãos com relação à vida no campo precisa ser repensada. Pelo menos para os habitantes do meio rural nem tudo são flores, já que eles continuam enfrentando grandes dificuldades de sobrevivência. O trabalho é árduo e nem sempre compensatório.

¹⁴ É interessante atentarmos para o fato de que na fase inicial do capitalismo, a cidade é que era considerada como o "lôcus da liberdade", sendo utilizado como principal argumento para atrair as populações rurais.

Falando sobre o fato de a diferenciação social ser menor no campo do que na cidade, podemos encontrar em Solari (1979) uma explicação razoável. Segundo ele, a população rural possui uma origem mais homogênea, enquanto a urbana é originária de processos migratórios (internos e internacionais). O mesmo ocorre com a mobilidade social, que é maior na cidade que no campo. Isso porque, de acordo com o autor, na cidade, em geral, os filhos não seguem a profissão dos pais como acontece com os filhos dos agricultores. Assim, para os jovens urbanos, a chance de ocupar empregos com melhores salários e obter um padrão de vida superior ao dos seus pais é bem maior. Além do mais, a cidade oferece mais oportunidades (universidades, atividades culturais, acesso a informações, etc.), que são fatores que podem contribuir largamente para a ascensão social.

Todavia, não podemos esquecer que essa realidade se aplica mais adequadamente aos agricultores familiares, já que as referidas oportunidades oferecidas pela cidade, geralmente, estão ao alcance dos filhos dos grandes proprietários rurais residentes no campo. Esses, além do acesso às “maravilhas” do mundo moderno, possuem condições financeiras para deslocar-se até as cidades mais próximas em busca de tais oportunidades.

É importante enfatizar também que hoje, em muitas regiões do País, a população rural possui um perfil social diferente daquelas populações tradicionais rurais. Conforme já colocamos, cresce a cada dia o número de novos moradores oriundos da cidade que buscam certa qualidade de vida, construindo residências definitivas ou segundas-residências no meio rural. Apesar disso, Wanderley (2000) adverte que tanto os ocupantes de residências-secundárias¹⁵ como os visitantes que procuram o campo somente pelo lazer, não podem ser caracterizados como pertencentes à população rural, apesar de terem sua importância.

[...] Porém, sua presença marcante, em uma determinada área rural, modifica profundamente não só a paisagem como também a natureza da vida social local, ao provocar o surgimento de novas ocupações (como caseiros e jardineiros, cuja "reconversão" tem sido pouco estudada no Brasil) freqüentemente recrutados entre os antigos moradores, e, ainda, ao afetar o ritmo de vida local, agora determinado pelo fluxo da população "de fora" nos finais de semana, nos feriados prolongados e nas férias, fluxo esse gerador e multiplicador de novas atividades econômicas e de experiências de vida social que repercutem sobre o conjunto do município e não apenas sobre sua área rural diretamente beneficiada (WANDERLEY, 2000, p.32).

¹⁵ Esse tema será melhor abordado no capítulo 2.

Quanto à questão da mobilidade espacial, não há dúvidas de que, no campo, ela é bem menor que na cidade. Porém, também não há como negar que a intensidade do desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação contribuiu em grande parte para a mobilidade espacial das áreas rurais, permitindo, inclusive, um maior intercâmbio (espacial, social e econômico) entre cidade e campo. Pelo menos, não é mais possível caracterizar o espaço rural pelo isolamento total como já o foi no passado¹⁶. de acordo com Ferreira (1999, p.315), “as novas e acrescidas mobilidades das sociedades modernas – geográfica, social, residencial, laborial, etc. – prenunciam um conhecimento mais exaustivo do território, aos quais os espaços da ruralidade que subsistem não ficam à margem”.

Pelo que foi exposto, acreditamos que algumas das características creditadas ao meio rural permanecem praticamente inalteradas somente naquelas regiões onde o espaço rural é denominado por Cavaco (1996), mencionada por Alves (2001), de "profundo", cuja referência são as áreas pouco povoadas, em que a influência urbana é mínima e a acessibilidade é reduzida. Exatamente por isso, são áreas com tendência à perda de população e atividades. A menos que elas possuam recursos locais específicos e os proprietários saibam como aproveitá-los.

De qualquer modo, não podemos perder de vista que a complexidade da realidade que nunca se mostra homogênea, seja no campo, seja na cidade.

1.2. AS NOVAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE E O SURGIMENTO DE UMA NOVA RURALIDADE

Pelo que foi exposto até aqui, ficou claro que o meio rural sofreu transformações ao longo do tempo e que estamos diante do "desabrochar" de um "novo rural" e, conseqüentemente, de uma nova ruralidade.

Antes de tudo, é preciso advertir que os termos rural e ruralidade não são sinônimos. Segundo Brunet et al. (1992) lembrado por Teixeira e Lages (1997), o termo rural é relativo a tudo que pertence ao campo, seja agrícola, seja não-agrícola (população, *habitat*, espaço), enquanto a ruralidade diz respeito às características de tudo que está relacionado com a vida

¹⁶ Esse assunto voltará à pauta quando discutirmos a respeito da globalização e o meio rural.

rural, sobretudo as condições materiais e morais necessárias para a existência dos habitantes rurais. Nessa perspectiva, Teixeira e Lages (1997, p.11) concluem que "é um certo tipo de relação (de produção) entre uma população e seu meio o que caracteriza a ruralidade ou a urbanidade, e não as características do meio natural".

Pelo seu grau de abrangência, Saraceno (1996) julga que a ruralidade é

[...] um conceito territorial que pressupõe a homogeneidade dos territórios agregados sob essa categoria analítica, e isto naturalmente vale também para o conceito de urbano. Ainda que não contíguos, os territórios rurais compartilham, de fato, algumas características comuns que no entanto não foram definidas de maneira clara nem no que concerne aos indicadores que devem ser utilizados, nem no que se refere ao limite que deveria distinguir o rural do urbano. Na maior parte dos casos, o que é rural e o que é urbano vem intuitivamente reconhecido e depois medido. Com frequência tem-se sustentado que a diferença é de natureza social e relativa ao modo como estão distribuídas as populações e as cidades no território, ou francamente cultural, tanto que nenhum órgão oficial empenhado nessa tarefa (Nações Unidas, OCDE, UE, Escritórios de Estatística) tem conseguido encontrar uma definição que satisfaça a todos, ainda que por tempo limitado. (SARACENO, 1996).

Abramovay (2000, p.7) concorda com essa afirmativa e, utilizando a definição Divisão de Desenvolvimento Rural da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura para a América Latina (FAO/DAS), diz que as áreas rurais não deveriam ter uma definição setorial (agricultura) e sim espacial. Por isso, conclui que "unidade de análise não são os sistemas agrários nem os sistemas alimentares, mas as economias regionais e, mais especificamente, aquelas onde as pessoas vivem em áreas de povoamento menos denso que o restante do País" (ABRAMOVAY, 2000, p.6). Para o autor, é preciso entender que a agricultura é somente parte do desenvolvimento rural, que "é um conceito espacial e multissetorial" (ABRAMOVAY, 2000, p.7).

Tendo em vista as transformações recentes tanto no meio rural quanto no urbano (leia-se modernização), podemos verificar que as relações campo-cidade, na atualidade, também se modificaram. Ferreira (2002) explica que, no Brasil, após a década de 1980, os estudos de geografia agrária passaram a destacar as questões da relação cidade-campo, uma vez que houve uma clara ruptura espacial entre ambos, separando campo e cidade, trabalhadores e meios de produção.

A agricultura ou meio rural, como vinha sendo designado, ganhou uma nova conotação espacial diferenciada e passou a ser tratada como espaço agrário, diferente do urbano, e local onde um conjunto de relações, principalmente de trabalho e comerciais, passou a determinar as funções da atividade agrícola (FERREIRA, 2002, p.288).

Tais mudanças nada mais são do que obra do capitalismo, que ao operar transformações entre a cidade e o campo, acaba por alterar as relações entre eles, de forma praticamente unilateral. Explicando melhor, com processo de urbanização, o que se pretende é uma relação em que o campo cada vez mais se submete às vontades da cidade.

Para Reis (1999), as alterações nas relações rural-urbano não se explicam simplesmente pelo fato de os espaços rurais terem criado empregos ou porque são lugares privilegiados para algumas empresas, ou, ainda, porque os produtos locais, diferenciados e com qualidade, produzidos pelo meio rural, são valorizados. Segundo o autor, o que ocorre de fato é o seguinte:

Essas relações alteram-se porque os modos de formação de rendimentos das famílias, a sociabilidade, a reprodução social conheceram rápidas mudanças. Mas nem por isso todos os problemas ficaram resolvidos: assim o mostra a exclusão social que está ligada aos lugares remotos e às regiões com menor capacidade de afirmação perante as políticas hoje existentes (REIS, 1999, 1999).

Há quase três décadas Queiroz (1978) já afirmava que, no Brasil, tais relações se apresentavam mais complexas que no passado, dada a presença de processos antigos e recentes no meio rural, além de prenunciar o processo atual de globalização. A autora atentava para o fato de que, diferentemente do passado, as relações campo/cidade ocorrem

[...] numa sociedade cada vez mais marcada por caracteres urbanos, isto é, em que cidade tende cada vez mais a dominar o campo, reduzindo-o a uma posição não apenas de subordinação como também de inferioridade. É esse, a nosso ver, o perfil atual da sociedade global brasileira, do ponto de vista sociológico e em suas relações campo/cidade que cumpre não esquecer ao emprendermos qualquer pesquisa no meio rural ou urbano, pois tal perfil pesa decisivamente nos processos em curso (QUEIROZ, 1978, p.64).

Cabe lembrar que, se, por um lado, no espaço rural o desenvolvimento urbano-industrial afetou as atividades rurais por meio tanto da demanda crescente por produtos agrícolas como do crescimento da oferta de serviços voltados para a produção da agricultura, no espaço urbano, o desenvolvimento agrícola provocou estímulos nas atividades urbanas

(comerciais, bancárias, saúde, educação, etc.). Portanto, está claro que a cidade também mantém sua dependência como relação ao campo.

No caso da agricultura brasileira, Graziano da Silva (1998, p.27) lembra que a modernização pós-década de 1970, além de modificar a estrutura fundiária, também repercutiu sobre o espaço urbano por meio da geração de empregos indiretos tanto nas agroindústrias, indústrias de insumos químicos, máquinas e equipamentos e outros, quanto em segmentos do setor terciário (além da comercialização, atividades bancárias e financeiras, transporte e armazenagem, assistência técnica e pesquisa).

Além disso, o autor lembra ainda que existe outra forma de repercussão, que está ligada à função do espaço urbano como local de residência dos trabalhadores rurais (sobretudo nas cidades menores) e que é um reflexo dos processos de tecnificação, concentração fundiária e crescimento do trabalho temporário no campo. Mais recentemente, o mesmo autor alertou que "está crescendo o número de pequenas glebas (em geral com menos que 2 ha, tamanho do menor módulo rural) que têm muito mais a função de residência rural que de um estabelecimento agropecuário produtivo" (GRAZIANO DA SILVA, 2002, p.154-155).

Não há dúvidas que o processo de modernização (baseada na ciência e na tecnologia) que atingiu o espaço urbano, promoveu a ampliação dos serviços bancários e do setor de investimentos, aplicações e transferências de remessas de lucros¹⁷. Contudo, tais serviços, de acordo com Graziano da Silva (1998), também são utilizados pelos empresários agrícolas, que estão conectados à rede via computador e na qual obtêm informações sobre os negócios rurais, independentemente do local onde se encontram, seja no campo, seja na cidade. Simplificadamente, podemos dizer que tudo isso é consequência da globalização que, por meio das redes, permite a integração produtiva, comercial, financeira e informacional. Assim sendo, também provoca uma maior intensificação nas relações campo-cidade, inclusive no Brasil.

O processo de globalização certamente é responsável também pela dependência que atinge tanto o espaço urbano quanto o rural. Segundo Costa (2002), do lado urbano, a vida se

¹⁷ Na verdade, o que existe é uma transferência de capitais entre os setores. O agricultor investe na produção ou permite que outros invistam no seu território. A origem dos investimentos pode ser do Estado, de centros urbanos maiores, do próprio campo ou, ainda, de herança familiar.

desenvolve com uma dependência cada vez maior de recursos e informações exteriores, enquanto do lado rural, essa dependência se manifesta com relação às regulamentações nacionais e internacionais, para o escoamento, transporte e aumento da produtividade.

A expansão do capital urbano também teve grande influência na relação cidade-campo. Assim sendo, a cidade tornou-se o centro da acumulação capitalista e, conseqüentemente, é tida como sinônimo de desenvolvimento, enquanto o campo continuou sendo visto como tradicional e atrasado. Ocorreu, então, um aprofundamento nas relações capitalistas, o que acabou por inserir o espaço agrário na lógica capitalista. Penalva Santos (1995), citado por Costa (2002, p.41), acredita, porém, que o mais importante nesse processo é a homogeneização espacial que ocorre por conta da apropriação, visando à geração de lucros, o que tende a suprir as distinções entre campo-cidade.

Enfim, conforme sinaliza Carlos (2004), a globalização se impõe no lugar, independentemente de ser campo ou cidade, e transforma a vida, provocando separações, contradições, enfrentamentos. Para a autora, vivemos em um período caracterizado

[...] pela constituição da sociedade urbana realizando-se num espaço mundial, articulado, mas profundamente hierarquizado, o que não quer dizer que o campo deixe de existir, mas que ele se articula agora num outro plano ao conjunto do território, com outras particularidades. As atividades voltadas ao turismo no campo [...] encaminham nessa direção, o que não quer dizer que vivemos em todos os lugares a sociedade urbana - mas esse é o caminho que toma o processo de reprodução hoje, constituindo novos ramos da atividade, (como o turismo) novas relações entre áreas, novos conteúdos para as relações sociais, profundamente articuladas a expansão do mundo da mercadoria (CARLOS, 2004, p.133).

Dessa forma, segundo a autora, a generalização do processo produtivo torna o espaço uma mercadoria que, por sua vez, generaliza a propriedade privada sobre os espaços urbanos e rurais, gerando uma nova articulação. Passa a existir uma nova contradição (centro-periferia), substituindo a antiga (cidade-campo), e as estratégias de sobrevivência no campo e na cidade são representadas por movimentos sociais articulados. No caso específico do Brasil, Carlos (2003, p.135) lembra ainda que cidade e campo refletem a forma "como se realiza a inserção do Brasil no quadro da economia mundial, na divisão socioespacial do trabalho, revelando a nacionalidade imposta pela globalização do capital reproduzindo na escala internacional a hierarquização do espaço dominados/dominantes. [...]".

Concordamos com Milton Santos (1996, p.68), que a questão não se deve mais à simples distinção entre espaços rurais e urbanos ou entre cidades grandes e pequenas. Nas regiões agrícolas, o campo é quem comanda a vida econômica e social da cidade, enquanto, nas regiões urbanas, esse comando é representado pelas atividades secundárias e terciárias. Esse fato vem reforçar a idéia de que o espaço geográfico mantém-se heterogêneo, apesar da globalização. É por isso que, a nosso ver, os espaços rural e urbano continuarão apresentando paisagens e funções distintas.

Alencar e Moreira (2003), por sua vez, apregoam que o processo de globalização tende a homogeneizar o espaço, mas de maneira em que promove o desaparecimento do campo e do rural tradicional, mas faz surgir um outro.

Esse novo rural é ao mesmo tempo urbano e global. Já tecnificado, industrializado, urbanizado e civilizado, a imagem desse rural na atualidade estaria ressignificando o campo e reconstruindo o agricultor como o jardineiro da natureza e como guardião do patrimônio natural e das tradições culturais, agora a serem preservadas. Nessa imagem o rural já não se diferencia do urbano, unifica campo-cidade, em especial nas regiões metropolitanas impõe uma sobredeterminação do campo. O campo como natureza ecossistêmica se impõe com as questões do ar, água, verde, estilo de vida, poluição e descontroles sazonais e climáticos. A imagem de natureza associada ao campo e ao rural contemporâneo nos remeteria ao ser natural humano, universal, e de sua existência no planeta (ALENCAR; MOREIRA, 2003, p.8-9).

Já Siqueira e Osório (2001, p.68), afirmam que é possível falar em hegemonia da tecnologia, mas não da cultura, ou seja, a economia se globaliza e a cultura se mundializa. No caso da agropecuária, os autores acreditam que o processo de globalização ocorre de forma irregular, uma vez que nem todos os seus setores econômicos são atingidos do mesmo modo. “Afinal, intervêm fatores específicos que dificultam ou retardam a sua internacionalização. A agropecuária possui formas complexas de funcionamento que estorvam sua transformação em um regime aberto, tal como é requerido pelas empresas cada vez mais globalizadas” (SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001, p.68).

De acordo com Mota e Schmitz (2002), o rural pode ser visto como uma categoria de análise do social e que possui particularidades constatadas por meio das atividades econômicas, de relações de trabalho, de representações sociais bem como da ocupação espacial, da paisagem e de outros. Assim, os referidos autores destacam pontos relevantes sobre as transformações no meio rural nos últimos anos: em função de suas relações com o

espaço nacional e global (fluxo de informações, pessoas, materiais, energia, a diversidade de atividades econômicas entre as diferentes áreas geográficas); novas políticas públicas voltadas para os habitantes rurais; busca do campo como moradia pelo cidadão (melhor qualidade de vida); resgate de muitas representações do mundo rural (música sertaneja, festas de rodeio, vaquejadas, etc.). Isso tudo, no entanto, segundo os autores, não significa uma homogeneização do meio rural com relação às políticas modernizadoras da agricultura, sobretudo no caso do Brasil, onde a reação de cada grupo é específica. Explicando melhor, embora a modernização agrícola, calcada no padrão de produção urbano-industrial, tenha influenciado na população local, o modo de incorporação é heterogêneo, da mesma forma que a intensidade e proporção com que tais medidas atingem categorias diferentes de produtores também o são. A ruralidade, por assim dizer, se "expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos" (CARNEIRO, 1997, p.149).

É por isso que acreditamos que o mais correto seria falar em "ruralidades" no campo brasileiro, conforme apregoam Mota e Schmitz (2002).

Falar do rural não é reportar-se apenas a um espaço geográfico, mas às relações que são desenvolvidas ali e como estão inseridas em um todo envolvente. Falar do rural é pensar em "rurais", colcha de retalhos que constitui o mundo agrário brasileiro sujeito às tensões crescentes da competitividade e da urgência de preservação dos recursos naturais. Mas falar do rural é também apontar as pistas que nos conduzam à melhor compreensão do mesmo. (MOTA; SCHMITZ, 2002, p.397).

Muitos estudiosos (sociólogos, historiadores, geógrafos), porém, preferem analisar as relações campo-cidade sob o ponto de vista da dicotomia rural/urbana¹⁸, acreditando na existência de espaços distintos, com características próprias e opostas. Seus trabalhos baseiam-se nas seguintes idéias:

- a) existe uma dualidade do rural e do urbano, no sentido filosófico específico do termo "dual", que exprime a existência, lado a lado, de dois termos, que embora interagindo, são absolutamente irreduzíveis um ao outro;
- b) o rural é concebido como "atrasado" em sua evolução, em relação ao urbano, e sua influência sobre esse é tida como "sobrevivência tradicional";
- c) a penetração de elementos urbanos no campo - "inovações" - passa a ser imediatamente considerada como um avanço "benéfico" para esse;

¹⁸ Nos estudos sociológicos, especialmente os norte-americanos, o enfoque dicotômico clássico surgiu em 1900 e sua preocupação maior era distinguir a realidade rural da urbana com base na polarização "comunidade/sociedade", desconsiderando as relações de influência entre elas (BLUME, 2004).

d) aumentando cada vez mais a penetração, vão se perdendo as características peculiares à sociedade rural, que tende a se confundir cada vez mais com a sociedade urbana, e, portanto, a desaparecer. (QUEIROZ, 1978, p.265).

Marques (2002, p.101) complementa o raciocínio, dizendo que “a perspectiva dicotômica permite a oscilação entre os dois pólos, ora idealizando o passado e valorizando o tradicional, ora baseando-se na idéia de progresso e valorizando o moderno”. A autora ressalta ainda que tal abordagem foi retomada no final da década de 70, tendo em vista a necessidade de redefinição da relação cidade-campo decorrente da “crise urbana” e da degradação da vida urbana.

Andrade (1995, p.10) prefere acreditar que estamos diante de "um processo de ruralidade urbana e, em contrapartida, de uma urbanização rural". E lembrou que a expressão "rurbano" foi usada por Freyre (1982) para definir os espaços que não deixaram de ser rurais, mas que ainda não são urbanos. Segundo Andrade (1995), a rurbanização, no entanto, não significa somente uma situação intermediária entre a puramente rural e a exclusivamente urbana, mas uma mistura entre os valores representados pelos modos de vida rural e urbano. É um processo de desenvolvimento socioeconômico que combina, em termos de forma e conteúdo, uma única vivência regional e nacional (rurbanos). Assim sendo, a rurbanização representa uma rejeição à absoluta urbanização e, ao mesmo tempo, à idealização de camponeses vivendo arcaicamente em espaço rurais¹⁹.

Podemos dizer que essa idéia está contida na concepção de que existe um *continuum* rural-urbano, que é defendido por autores como Graziano da Silva (1997). Para ele, espacialmente, o rural deve ser compreendido como um *continuum* do urbano, já que não são mais as atividades econômicas - no caso, a agricultura, que caracterizam o mundo rural. Assim, o rural e o urbano não devem ser vistos como mundos que se opõem, mas se complementam. Entre eles existe um *continuum* espacial tanto do ponto de vista de sua dimensão geográfica e territorial quanto de sua dimensão econômica e social. A existência de um processo renovador nas áreas rurais sem que haja uma perda total de sua identidade (agropecuária), gera, então, uma interdependência rural-urbano, fenômeno esse denominado de rururbano por Graziano da Silva (1999). Na realidade, o referido autor é tido como um dos

¹⁹ O conceito de rurbanização será retomado no próximo capítulo.

defensores da idéia de que estamos diante do processo de “urbanização do campo”, fruto de um enorme crescimento das atividades industriais na agricultura, cuja integração ao restante da economia não permite mais a diferenciação entre os setores de fornecimento de insumos ou compra de produtos.

Complementando esse pensamento, Costa (2002) argumenta que um estudo sobre a situação do meio rural não exclui o meio urbano e vice-versa. Nesse sentido, muitas vezes, o espaço rural é caracterizado por condições urbanas, "numa relação de complementaridade, que interliga e, ao mesmo tempo, distingue, resultando em duas realidades paralelas, mas dependentes" (COSTA, 2002, p.32). Essa interdependência se expressa da seguinte forma: os setores urbano-industriais necessitam da produção de alimentos e matérias-primas do campo para desenvolver-se e manter sua mão-de-obra, enquanto o campo precisa de serviços e produtos industrializados urbanos. Esse fato faz com que muitas cidades, por exemplo, desenvolvam um comércio específico de insumos e equipamentos agrícolas.

Solari (1976) considera que, na realidade, o termo *continuum* rural-urbano também é baseado na concepção dual, já que o urbano e o rural seriam pontos extremos numa escala de gradação, ou seja, se eles representam pólos diferentes de um mesmo contínuo, subentende-se que entre eles há uma diferença qualitativa.

Souza (2004), por sua vez, questiona a utilização do termo *continuum*, afirmando que o processo urbanizatório promove a urbanização *no* campo e não *do* campo. Assim, o campo recebe as inovações típicas da cidade, mas as características rurais não desaparecem, ou seja, sua essência permanece. Ocorre que a manutenção das práticas espaciais das populações rurais, a despeito de se submeterem às lógicas urbanas, permite certa autodeterminação (RUA, 2002, p.33-34 citado por SOUZA, 2004).

Analisando o caso dos países desenvolvidos, Alves (2001) mostra que cada vez mais assistimos à diminuição das diferenças rural/urbano, em que o antigo contraste é ocupado pela gradação. Neles, apesar de a população urbana ser muito superior, o espaço rural mantém sua importância em termos de superfície. Para se ter uma idéia, as áreas rurais na União Européia ocupam 80% do território (ESPD, 1998) e, apesar de a atividade agrícola não ser mais a única no espaço rural, ela apresenta elevados níveis de produtividade e competitividade. Mas há uma diferença: nos países pouco povoados, a agricultura ocupa grandes extensões de terra, é extensiva e geralmente associada à pecuária; já nos países mais povoados, ao

contrário, a agricultura é praticada em superfícies menores, é altamente intensiva e necessita de grandes investimentos. Nesse sentido, o espaço rural complementa o espaço urbano, fato que contribui para a diminuição das diferenças entre as características de ambos: agricultura e residências-secundárias, indústrias, serviços e atividades ligadas ao ócio dividem o mesmo espaço; há diminuição das distâncias e maior integração do território (aumento dos fluxos de pessoas, bens e serviços) a partir do desenvolvimento de infra-estruturas de base e das acessibilidades.

Em direção oposta, caminha Carneiro (1998) ao considerar que as transformações no meio rural não conduzem á fatalística urbanização.

Ainda que os efeitos da expansão da “racionalidade urbana” sobre o campo, provocada pela generalização da lógica do processo de trabalho e da produção capitalista intensificados pelos mecanismos da globalização, não possam, de forma alguma, ser tratados com negligência, é precipitado concluir que tal processo resultaria na dissolução do agrário, e na tendência à transformação uniformizadora das condições de vida no campo (CARNEIRO, 1997, p.148).

Para a autora, o rural e o urbano nada mais são do que representações sociais que podem ser reelaboradas e sofrer diversas apropriações de acordo com o universo simbólico nos quais se inserem. Portanto, na nova ruralidade, de acordo com a autora, a elite agrária brasileira procura reproduzir as práticas e hábitos "rurais" com nova roupagem mais moderna, enquanto os chamados "neo-rurais" baseiam-se em valores próprios do mundo rural²⁰, mas reproduzem a racionalidade produtiva e tecnológica do mundo urbano (leia-se, modo de produção capitalista). Para ela, a ruralidade brasileira pode ser concebida, por assim dizer

[...] como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local a partir da incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. Tal processo implica um movimento em dupla direção no qual identificamos, de um lado, a reapropriação de elementos da cultura local a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, no sentido inverso, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo uma situação que não se traduz necessariamente pela destruição da cultura local, mas que, ao contrário, pode vir a contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os vínculos com a localidade (CARNEIRO, 1997, p.161-2).

²⁰ Entre eles, podemos citar o contato com a natureza, a simplificação das relações sociais, a tranqüilidade, a autodeterminação.

Dentre os geógrafos brasileiros preocupados com a análise desse "novo rural", destaca-se Alentejano (2000), que recomenda que devemos considerar que

[...] cada realidade rural ou urbana deve ser entendida em sua particularidade, mas também no que tem de geral, sua territorialidade mais ou menos intensa. É essa intensa territorialidade que distingue, em nossa opinião, o rural do urbano, podendo-se afirmar que o urbano representa relações mais globais, mais descoladas do território, enquanto o rural reflete uma maior territorialidade, uma vinculação local mais intensa (ALENTEJANO, 2000, p.105).

Visão muito semelhante possui Veiga (2002), que recomenda a abordagem territorial como uma forma diferenciada de analisar o rural e a ruralidade brasileira, uma vez que tal enfoque valoriza as dimensões espaciais. O uso dos termos espaço e território podem, segundo ele, exprimir simultaneamente as dimensões local, regional e nacional ou continental. Além disso, tal abordagem valoriza dimensões analíticas importantes, como é o caso dos fundamentos ecológicos e econômicos presentes no meio rural. O autor faz também uma crítica à visão de desenvolvimento atrelada à urbanização, ressaltando que as áreas rurais também podem apresentar elevados índices de desenvolvimento sem se tornar não-rural.

Preferimos, então, crer que, mesmo havendo um "um novo rural", uma "nova ruralidade", o meio rural continuará mantendo algumas funções e agregando outras. No caso brasileiro, de acordo com Castro (1977), a agricultura não possui um papel "passivo" no desenvolvimento do País. Ao contrário, ela possui atribuições no processo de desenvolvimento, a saber: a) geração e permanente ampliação de um excedente de alimentos e matérias-primas - condição essencial para o desenvolvimento, uma vez que somente a partir do momento em que a produção ultrapassa as necessidades do agricultor, inicia-se o processo de diferenciação de atividades e se promove o surgimento da vida urbana; b) liberação de mão-de-obra – com a geração de excedentes agrícolas, existe a possibilidade de desvio de mão-de-obra para outros setores, sobretudo nas atividades urbanas; c) criação de mercado – com a melhoria dos padrões de produtividade agrícola e a "urbanização" da sociedade rural, a tendência é que cresça o mercado de produtos industrializados não apenas para a agricultura,

mas também para os habitantes do campo; d) transferência de capitais – desde os primórdios da industrialização, a agricultura transferiu recursos para esse setor²¹.

Acreditamos que, diante desse quadro, é preciso que saibamos olhar o espaço rural com outros olhos. “Como em geral a imagem comum do campo é associada ao passado, à tradição, aos costumes humanos e naturais e a da cidade ao futuro, à modernização, ao desenvolvimento, fica faltando o presente” [...] (MARQUES, 2002, p.104).

Mesmo que os dados mostrem que, em algumas regiões, a população agrícola²² diminuiu, o meio rural continua oferecendo oportunidades que fortalecem a luta contra a exclusão social. Para tanto, é importante atentarmos para as relações entre produção agrícola e vida rural. Considerando a fala de Schmidt e Turnes (2003, p.289):

O que se busca, hoje, é um espaço rural vivo, dinâmico, que dê perspectivas para os jovens. Um dos componentes que é valorizado é a função "emprego" do rural. Sente-se a necessidade de preservar e de reproduzir não só os recursos naturais mas também o homem e sua cultura, pela geração de oportunidades e de condições de vida. (SCHMIDT; TURNES, 2003, p.289)

Nossa conclusão é a de que, no presente, o espaço rural dever ser pensado de outra forma, buscando valorizá-lo e não simplesmente relegá-lo à condição de servidor das necessidades urbanas, que tende a incorporar cada vez mais as características urbanas, sobretudo em nome do consumismo. Por isso, acreditamos que a única maneira de valorização do espaço rural (e de certa forma as pequenas cidades e distritos), seja por meio da realidade local e regional, considerando-se as especificidades dos lugares. Assim sendo, haveria uma valorização também dos recursos locais, criando condições para um melhor entrosamento e intercâmbio tanto entre os vários segmentos produtivos quanto entre o campo e a cidade. É necessário, então, que ambos sejam capazes de oferecer uma condição de vida mais digna à sua população.

²¹ O mesmo vem ocorrendo com outros setores. Tal transferência ocorre por meio de impostos e taxas tanto via consumidores como via investimentos de capitais.

²² Lembramos que população agrícola não é sinônimo de população rural. Na primeira, consideram-se as pessoas que trabalham na agricultura, independentemente de seu domicílio (rural ou urbano), enquanto na segunda consideram-se as pessoas que habitam no espaço rural.

1.3. A DEFINIÇÃO DE CIDADE NO BRASIL

Já discutimos algumas formas de definições teóricas dos espaços rural e urbano. Entretanto, a definição concreta de cidade é algo ainda mais complicado. Isso porque, segundo Clark (1985, p.59), “as cidades existem sob uma infinidade de maneiras. Sob um aspecto, elas são um conjunto de imagens na imaginação humana, e sob outro são definidas como unidades estatísticas e espaciais”. O autor argumenta ainda que a identificação da grande maioria das vilas e cidades no mundo é feita sob “base local, administrativa ou governamental” (CLARCK, 1985, p.50).

A utilização da estatística na definição da cidade é bastante comum. Nesse caso, há dois tipos de critérios: o qualitativo e o quantitativo. No primeiro caso, a cidade é definida pelas funções administrativas ou pela concessão oficial de um órgão jurídico da cidade (legislação municipal). Utilizam-se também os aspectos e as características urbanas, sem especificá-los, para definir a cidade. No segundo caso, toma-se o tamanho do núcleo baseado no número de habitantes que oscilam entre 2.000 a 30.000. Além disso, deve haver uma predominância de atividades econômicas não-agrícolas, ou seja, a população ativa não-agrícola deve representar 2/3 da população ativa total.

Para o geógrafo Capel (1975), a definição do urbano, a partir da perspectiva geográfica, deveria utilizar os critérios de densidade e de morfologia. A densidade, no sentido de que a cidade concentra permanentemente certo número de população sobre um espaço reduzido. E a morfologia, porque reflete a densidade e um tipo de uso do solo de caráter não-rural. Assim, ele considera que o tamanho e a estrutura funcional poderiam identificar os níveis diferentes de complexidade presente no espaço urbano.

A questão é que é impossível encontrar uma definição única de cidade para todos os Países, ou seja, não é possível falar em cidade em termos absolutos. Levando em consideração as distintas realidades de cada País, Capel (1975) julga ser necessário “encontrar una definición estadística general de lo urbano que fuera aceptada y seguida por todos los Países y que permitira la realización de estudios comparativos a nivel internacional” (CAPEL, 1975).

O mais importante, continua ele, é o nível de desenvolvimento da cidade em relação ao território onde está localizada. Além disso, é preciso considerar, segundo Capel (1975), que a definição do urbano se torna difícil também porque a natureza da cidade modificou-se ao longo do tempo, principalmente no que diz respeito às suas funções e, sobretudo, ao

desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação que se difundiram pelo espaço circundante.

Conforme já mencionamos, as definições normativas utilizadas para definir o urbano e o rural possuem padrões diferentes entre os países, inclusive dentro de um mesmo continente. Para se ter uma idéia, as definições normativas oficiais nos Países latino-americanos seguem critérios diferentes com particularidades distintas, conforme podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 1. Definições Normativas Oficiais dos Países Latino-Americanos.

Critério	País	Particularidade
Delimitação Legal, Administrativa e Governamental	Brasil, Equador, Guatemala, El Salvador, República Dominicana.	A definição ocorre a partir do local de domicílio: dentro do município, na cidade = população urbana, fora, população = rural. É valorizado o aspecto estrutural (aparelhos e serviços urbanos).
	Costa Rica, Haiti, Uruguai.	São rurais as localidades com características não-urbanas.
Patamar Populacional	Argentina, Bolívia, México, Venezuela, Honduras, Nicarágua, Panamá.	O limite populacional varia entre 1.000 e 2.500 para definição de população rural.
Patamar Populacional combinado com outras características	Chile	Localidades urbanas com mais de 50% dos habitantes envolvidos com atividades secundárias e patamar de 1.500 habitantes.
fonte: Dados da pesquisa. Organizado por Blume (2004, p.58).		

O critério da classificação administrativa²³, que é fruto do Decreto-Lei 311/1938, adotado pelo Brasil é criticado por vários pesquisadores, dentre os quais Blume (2004), para quem:

[...] entre as diversas definições, a adotada no Brasil se coloca como uma das mais simplificadas por não fazer uso de critérios combinados. Assim, ao abdicar desses critérios, a normativa brasileira tende a comprometer um refinamento para os dados censitários, simplificando a realidade ou até mesmo correndo o risco de aviltar índices (BLUME, 2004, p.64).

²³ O mesmo critério pelos seguintes países latino-americanos : Equador, Guatemala, El Salvador e República Dominicana.

1.3.1 Decreto-Lei 311/1938, ocupação e ordenamento do solo urbano e taxa de urbanização

Antes de 1938, não havia um critério definidor dos espaços rural e urbano no Brasil. Queiroz (1979) explica que o rural, por ser uma continuidade que adentrava no território, era concebido como o interior do País. Isso ocorria porque, segundo a autora, tratava-se de uma lógica estratégica de povoamento utilizada pela colonização portuguesa, em que as decisões relacionadas ao destino da colônia eram centralizadas nas áreas de fazenda no interior rural. Dessa forma, não se formavam centros urbanos.

Em 02 de março de 1938, entrou em vigor o Decreto-Lei 311, que “dispõe sobre a divisão territorial do País, e dá outras providências” e que, a partir de então, passou a regulamentar as unidades territoriais administrativas do Brasil (e continua valendo até hoje). O Art. 3º estabelece que “toda a sede de município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome”, enquanto o Art. 4º regulamenta o distrito, citando que “esse será designado pelo respectivo nome de sua sede, a qual, enquanto não for erigida em cidade, terá a categoria de vila”²⁴.

Além disso, nele também está previsto que todos os municípios e distritos precisam ter áreas urbanas e suburbanas e que as áreas urbanas municipais e distritais devem ter respectivamente 30 e 200 moradias, no mínimo.

Essa normativa foi criada para delimitar as cidades no País, regulamentando-se, dessa forma, a distinção oficial entre o rural e o urbano. Com isso, adotou-se uma delimitação administrativa, em que urbano e cidade se tornaram sinônimo.

A partir daí, todas as sedes municipais (pequenos povoados ou simples vilarejos), não importando suas características funcionais ou estruturais ou sua população, foram transformadas em cidades, conforme já havia sido mencionado por Wanderley (2000). Assim, os prefeitos municipais (quando ainda não havia câmaras municipais) passaram a definir também os perímetros urbanos de seus municípios. Blume (2004) lembra, porém, que, em 1938, vigorava no Brasil o período do Estado Novo, em que os municípios abrangiam áreas

²⁴ BRASIL. **Decreto-lei nº 311**, de 2 de **março de 1938**. Dispõe sobre a divisão territorial do País, e dá outras providências. Coleção de Leis [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 1, p.438, 1938. Col. 1.

maiores que os atuais, o que caracterizava um território mais centralizado. Em alguns casos, optou-se pela divisão da área total do município em distritos para que a homogeneidade e a autoridade dos municípios fossem mantidas (leia-se, poder político). Nesse sentido, dentre os vários distritos, um deles era escolhido como sede, onde ficava a cidade, cujo poder administrativo e judiciário era representado pela prefeitura municipal. Para os distritos e vilas, havia as subprefeituras. Com o processo de emancipação²⁵, muitos distritos foram tornando-se municípios independentes, reduzindo a área territorial de alguns municípios, a ponto de muitos deles passarem a ter a área total limitada pelo próprio distrito sede.

[...] no novo recorte territorial instituído, as relações de poder tomam novo sentido no cotidiano dessas populações. A hierarquia anterior que estava estabelecida pela delimitação administrativa distrital gradualmente vai-se tornando sem efeito e perdendo o significado. (BLUME, 2004, p.70)

Cabe aqui ressaltarmos que, baseando no Decreto-Lei 311/1938, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) realiza sua definição de município (e, conseqüentemente, de cidade) e distrito para fins censitários. Assim, os municípios

[...] constituem as unidades autônomas de menor hierarquia dentro da organização político administrativa do Brasil. Sua criação, incorporação, fusão ou desmembramento se faz por lei estadual, observada a continuidade territorial, a unidade histórico-cultural do ambiente urbano e os requisitos em lei complementar estadual. Essas transformações dependem de consulta prévia às populações diretamente interessadas, através de plebiscito [...] (IBGE, 2000, p.16).

A cidade, por sua vez, é definida como “a localidade onde está sediada a Prefeitura Municipal”, enquanto os distritos “são unidades administrativas dos municípios” (IBGE, 2000, p.16).

Abramovay (2000) questiona o critério brasileiro de distinção rural/urbano, apontando algumas restrições como: 1) a definição do rural é feita em parte pelos poderes públicos municipais muito mais interessados na arrecadação fiscal do que nos aspectos geográficos,

²⁵ Para que um novo município seja emancipado é necessário todo um envolvimento popular, que vai desde a vontade das lideranças comunitárias em fazê-lo até a realização de um plebiscito, onde a maioria da população deverá responder "sim", fato esse que transformará a subprefeitura em prefeitura municipal. Daí resulta, então, um processo de transformação de vilas em cidades via impulso popular e político, que muitas vezes significa algo muito mais ligado à vontade política do que às características demográficas, econômicas, sociais e ambientais. (SPECHT; BLUME, 2004)

sociais, econômicos ou culturais; 2) todo aglomerado populacional que possuir serviços públicos, poderá ser definido como urbano, o que leva os pequenos distritos a serem denominados urbanos e; 3) a definição do rural, geralmente, se baseia na carência, que não é um critério adequado, seja qual for o ponto de vista (ABRAMOVAY, 2000, p.4).

O mencionado interesse dos poderes públicos municipais pela arrecadação de impostos está relacionado principalmente ao critério da localização, onde se considera urbano tudo que estiver dentro do perímetro urbano e, portanto, sujeito ao pagamento do IPTU, e rural o que estiver fora do perímetro urbano, incidindo sobre ele o ITR. Todavia, nem sempre é isso que observamos em nossas cidades. Muitas vezes, por exemplo, uma propriedade (geralmente chácaras) localiza-se fora do perímetro urbano, mas dela cobra-se o IPTU. A respeito dessa questão, Tavares (2003) argumenta que sendo as normas que delimitam o rural e o urbano no Brasil tributaristas, elas acabam por subestimar os espaços rurais e classifica-os como urbanos, objetivando a expansão da base de arrecadação do IPTU.

O referido princípio da localização substituiu o da destinação (em que vigora como critério o destino econômico ou ocupação do espaço) e foi revogado pelo Código Tributário Nacional (CTN), Lei 5.172, de 25/10/1966, nos artigos 29 e 32, parágrafos 1º e 2º que tratam da zona urbana, ficando assim estabelecido:

Art. 29. O imposto de competência da União, sobre a propriedade territorial rural tem como fato gerador a propriedade, o domicílio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na Lei civil, localizado fora da zona urbana do um Município.

Art. 32. O imposto, de competência dos municípios, sobre propriedade predial e territorial urbana tem como fato, gerador a propriedade, o domicílio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na Lei civil, localizado na zona urbana do Município.

1º - Para os efeitos desse imposto, entende-se como zona urbana definida em Lei municipal; observado o requisito mínimo de existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I – meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III – sistema de esgoto sanitário;

IV – rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V – escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

2º - A lei municipal pode considerar urbana as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria e ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior. (CORRÊA; CORRÊA; GERARDI, 2001, p.42)

É relevante explicarmos que o uso e a ocupação do solo são regulados pelas instâncias federal, estadual e municipal. Assim, na instância federal, existe a Lei nº 6766/1979, que "dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano". Nela ficaram estabelecidas quais as condições necessárias para a legalização de um loteamento, "seja do ponto de vista ambiental, de adequação de infra-estrutura urbana, provisão de áreas públicas, etc., estabelecendo os ritos legais a serem seguidos para sua aprovação". O parcelamento do solo para fins urbanos poderá ocorrer somente nas zonas urbanas ou de expansão urbana²⁶. Quando ocorre em área rural, certamente, é porque a "proibição foi contornada, muitas vezes pelo 'mascaramento' de uso, ou, muito comumente, através de expedientes, por parte do promotor imobiliário, junto ao poder municipal, forçando os limites do perímetro urbano legal" (SCUSSEL, 2002, p.58).

A que se considerar que, apesar de a referida lei obrigar todos os municípios brasileiros a definirem por lei o perímetro urbano, na prática, nem sempre isso acontece.

Não obstante as exigências contidas na Lei 6766/1979, que prevê inclusive penas de reclusão para as autoridades públicas que não aplicam a norma, segundo o levantamento realizado pelo IBGE, em 1998, cerca de 33% dos municípios brasileiros ainda não tinham Lei de Perímetro Urbano. (MIRANDA, 2002, p.132).

Pelo que foi exposto anteriormente, entendemos que a União também deve regular as atividades no espaço rural, uma vez que possui competência tributária e cobra dos proprietários de terra o ITR. Com isso, o governo federal deveria promover o desenvolvimento rural. Porém, temos observado que efetivamente isso nem ocorre. Miranda (2002, p.109) cita o caso das estradas de terra que cortam as zonas rurais, cuja manutenção seria de competência da União, mas que, via de regra, é feita pela Prefeitura, tendo em vista a necessidade de escoamento da produção agrícola²⁷.

²⁶Devemos esclarecer que, com o Estatuto da Terra (Lei Federal nº 4504/1964), ficaram definidos os critérios de "parcelamento de imóveis rurais", objetivando o desenvolvimento de "projetos de colonização particular" em propriedades do tipo "familiar", de acordo com o "módulo mínimo rural" (em geral de 2 hectares). Em 1980, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) editou a instrução nº 17-b para definir regras para o parcelamento para fins agrícolas de imóveis rurais que se localizam tanto na zona urbana quanto na zona de expansão urbana. Nesse sentido, é possível o parcelamento para "formação de sítios de recreio", desde que o projeto seja submetido "à prévia aprovação e fiscalização do órgão competente do Ministério da Agricultura ou do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (atual INCRA)" (MIRANDA, 2003, p.13).

²⁷ Vale dizer que historicamente sempre houve uma atuação pontual dos poderes federal, estadual e municipal no que tange "à gestão de uso e ocupação do solo das áreas rurais" (MIRANDA, 2002, p.108).

Na Constituição do Estado de São Paulo (art.30) está previsto que as atribuições específicas dos municípios estão ligadas tanto à suplementação e à legislação federal e estadual, quando necessário, quanto à legislação sobre assuntos de interesse local. Dentre as principais questões, podemos destacar:

[...] instituir e arrecadar tributos de sua competência, como o Imposto Predial e Territorial Urbano; organizar e prestar, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, serviços públicos de interesse local (como saneamento e transporte coletivo); e promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano (MIRANDA, 2002, p.108).

Na instância municipal, o uso do solo é disciplinado por uma legislação que se refere aos seguintes instrumentos: Lei do Perímetro Urbano, Lei de Parcelamento e Lei de Uso do Solo. Todos eles estão presentes no Plano Diretor, que será assunto do próximo item. No momento, nos limitar-nos-emos a discutir somente a Lei do Perímetro Urbano.

A mencionada lei tem como objetivo estabelecer os limites da área de expansão urbana do município, o que em geral compreende "a área urbana propriamente dita e uma área de expansão urbana, para onde se pretende direcionar o crescimento da cidade. Além desse limite, define-se a área rural, sob controle e tributação do INCRA" (SCUSSEL, 2002, p.59-61).

Nesse sentido, a Lei do Perímetro Urbano, que deverá ser aprovada pelas Câmaras Municipais de Vereadores, além de ser um instrumento de gestão urbana, tem a função de diferenciar as áreas onde serão cobrados o IPTU (imposto municipal) e o ITR (imposto federal). Conforme já mencionamos, a delimitação do perímetro urbano acaba por privilegiar muito mais a funcionalidade tributária que a urbanística. "Nesse sentido, a expansão dos limites do perímetro urbano tornou-se um importante artifício para aumentar a arrecadação de impostos municipais" (BLUME, 2004, p.79).

Mesmo nos municípios onde a lei existe, Scussel (2002) lembra que nem sempre ela é bem aplicada, não havendo consonância no que tange à definição de diretrizes de ocupação e zoneamento de usos. Com isso, os perímetros serão mal dimensionados e não haverá um controle no crescimento urbano, causando problemas relacionados à ocupação desordenada bem como constantes mudanças em sua delimitação. Também podem ocorrer problemas

relacionados à descrição e à localização dos limites urbanos. Dessa forma, Scussel (2002) conclui que:

Feitas tais observações, é possível entender a importância da clareza de critérios que deve presidir qualquer alteração do perímetro urbano de um município e os conseqüentes transtornos da não-observação desse princípio. Não são raros os casos de alterações geradas por interesses meramente especulativos, quando, a fim de autorizar loteamento em plena área rural, permitindo um ganho imobiliário ao empreendedor, se estende o perímetro urbano para áreas além dos limites suportáveis pela estruturação urbana, gerando vazios urbanos²⁸ e deseconomias para toda a cidade. (SCUSSEL, 2002, p.62).

Esse fato mostra que a administração municipal contempla os interesses de alguns grupos em detrimento daqueles da maioria da população. Sabemos que, em grande parte das cidades brasileiras, não haveria necessidade de permitir a expansão urbana, já que existem espaços intra-urbanos suficientes para seu crescimento. Para se ter uma idéia, a maioria das cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes já possuía área loteada suficiente para até mesmo dobrar essa população, de acordo com pesquisas realizadas na década de 80. Além disso, cerca de 80% dos municípios brasileiros não possuem Secretaria da Agricultura e, em boa parte deles, o mapa da cidade termina no perímetro urbano. Isso significa que existe um divórcio entre administrações locais e espaço rural – entre população e território (CERRI, 2001).

Ocorre também que, geralmente, o governo municipal não atualiza periodicamente o perímetro urbano, o que permite que áreas já urbanizadas, via expansão de serviços públicos (água, luz, esgoto, asfalto, coleta de lixo, etc.), continuem sendo consideradas como rurais. (GRAZIANO DA SILVA, 1997)

É importante que se entenda como funciona o trâmite legal de delimitação/alteração do perímetro urbano. Um projeto de lei é encaminhado à Câmara Municipal, nele constando a solicitação de alteração da planta planimétrica delimitadora do perímetro²⁹. Sua aprovação é submetida a injunções e vontades locais.

²⁸ Esse termo é utilizado pelos arquitetos, mas há geógrafos que preferem o termo "espaços não-construídos". Trataremos desse assunto no capítulo 3.

²⁹ Traçado esse que é previamente elaborado por técnicos de engenharia da prefeitura.

Também há exceções em que a própria sociedade pode exigir da administração municipal a alteração do perímetro urbano. Nesse caso, Blume (2004, p.80-81) aponta três motivos principais para que isso ocorra:

- a) *Demanda por recursos de financiamento para a construção da casa própria*: a Caixa Econômica Federal financia somente os imóveis na planta ou em fase de construção que estejam dentro do perímetro urbano e a área já possua infra-estrutura básica.
- b) *Necessidade de parcelamento da propriedade*: como na área rural se utiliza do módulo rural como parâmetro para o seu desmembramento, geralmente, nas áreas rurais próximas à cidade opta-se pelo loteamento da cidade em terrenos.
- c) *Melhoria da infra-estrutura urbana*: reivindicação dos moradores que necessitam de ruas pavimentadas. Em geral, a administração municipal atende a esse pedido, condicionando o traçado do perímetro urbano por meio da criação de uma faixa urbana próxima às vias de circulação. Assim, não haverá uma oneração tributária demasiada, uma vez que o tributo incide somente sobre parte da propriedade.

É também na Lei do Perímetro Urbano que o IBGE se baseia para delimitar os espaços rural e urbano na coleta de dados para o censo demográfico. Explicando melhor: o IBGE segue os dados apresentados pelas prefeituras para realizar a contagem da população, em que os domicílios urbanos são aqueles localizados dentro do perímetro urbano, enquanto os que estão fora dele, são domicílios rurais. Corrêa, Corrêa e Gerardi (2001, p.47) explicam que "os censos demográficos classificam a situação de domicílio pautando-se na localização geográfica estabelecida pela legislação municipal vigente na data da coleta, a qual já havia sido definida pelo Código Tributário Nacional". Funciona da seguinte forma:

[...] em períodos anteriores ao da coleta dos dados censitários, o IBGE cadastra os mapas dos perímetros urbanos fornecidos pelas prefeituras para integrar a base territorial de dados. Esses mapas são cadastrados com os mapas das localidades, em conjunto com o mapa municipal origina os mapas dos setores censitários. A partir da articulação desses mapas é que se aloca a distribuição dos setores censitários para operacionalizar o controle cadastral e a coleta dos dados estatísticos³⁰ (BLUME, 2004, p.78)³¹.

³⁰ Convém esclarecer que, de acordo o IBGE, "os Mapas Municipais, são elaborados em escalas topográficas, apresentam cobertura completa do município, sua divisão distrital e os setores rurais. Os Mapas de Localidade elaborados em escalas cadastrais apresentam a cobertura das cidades e vilas, suas divisões intra-urbanas e os setores urbanos" (IBGE, 2002, p.3).

³¹ Somente no caso dos municípios onde a Lei Municipal não discrimine o perímetro urbano, o IBGE poderá criar uma delimitação para fins censitários.

Esse tipo de critério adotado pelo IBGE se reflete na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADs), como ocorreu no Censo Demográfico de 2000.

Segundo a localização de domicílio, a situação é urbana ou rural, conforme definida por lei municipal em vigor em 1º de agosto de 2000. Em situação **urbana** consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou áreas rurais isoladas. A situação **rural** abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. Esse critério também é utilizado na classificação da população urbana ou rural (IBGE, 2000, p.20).

Um questionamento importante pode ser feito sobre o fato de que, ao estabelecer que quem habita as sedes urbanas dos municípios é população urbana, a legislação brasileira não leva em consideração as profissões desempenhadas pelos habitantes. Em outras palavras, se o agricultor trabalha no campo, mas mora na cidade, é considerado urbano; se o operário mora no campo, mas trabalha na cidade, é considerado rural.

Outro ponto relacionado ao Decreto 311/1938 é mencionado por Blume (2004), para quem a sua vigência significa a manutenção da metodologia de contagem da população, anulando cada vez mais o rural, sempre concebido como “residual” (“os de fora”, “o que sobra”, “o resto”) e que é preciso, portanto, que tal normativa seja reavaliada. A questão é que não se transformam simplesmente, do dia para a noite, áreas com características totalmente rurais em “urbanas”, mantendo suas características espaciais, demográficas ou econômicas. “Uma simples alteração na legislação municipal pode facilmente transformar significativos contingentes de população rural em urbana, sem que, efetivamente, grande parte dos habitantes tenha saído do campo para a cidade” (GUIMARÃES, 2002, p.181).

E é exatamente por conta dessa situação que Veiga (2003, p.32) acredita que a definição oficial de cidade no Brasil se torna responsável pela elevada taxa de urbanização que é atribuída ao Brasil nos dias atuais. Ele explica que a utilização dessa normativa permite que encontremos aberrações, como é o caso da “cidade” gaúcha de União da Serra, cuja sede do município, segundo os dados do Censo Demográfico de 2000, possui apenas 18 habitantes. Esse mesmo censo comprovou que do total de 5.057 sedes municipais existentes no País, a divisão era a seguinte: 1.176 possuíam menos que 2 mil habitantes, 3.887 possuíam menos de 10 mil e 4.642 possuíam menos de 20 mil, sendo que todas elas foram consideradas cidades da mesma maneira que os núcleos formadores de regiões metropolitanas ou centros urbanos

regionais. Por esses dados, chegou-se à conclusão de que a taxa de urbanização³² do Brasil é de 81,2%.

De acordo com os dados do IBGE, nos últimos 50 anos, houve no País uma queda da população rural, sobretudo após a década de 1970, e um crescimento da população urbana e, conseqüentemente, um aumento na taxa de urbanização, conforme podemos observar na tabela abaixo.

Tabela 2. População Residente no Brasil, por Situação do Domicílio e por Sexo, de 1940-2000.

Anos	Urbana		Rural		Taxa Urbanização
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
1940 (1)	6.164.473	6.715.709	14.449.615	13.906.518	31,23%
1950 (1)	8.971.163	9.811.728	16.913.838	16.247.668	36,16%
1960	15.120.390	16.182.644	19.935.067	18.832.356	45,10%
1970	25.227.825	26.857.159	21.103.518	19.950.535	55,93%
1980	39.228.040	41.208.369	19.895.321	18.670.976	67,59%
1991	53.854.256	57.136.734	18.630.866	17.203.619	75,60%
1996	59.716.389	63.360.442	17.726.476	16.266.856	78,35%
2000	66.882.993	71.070.966	16.693.022	15.152.189	81,25%

Fonte: [http:// www ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). (População). (1) – População residente.

Procurando atenuar distorções como essa, no censo de 1991, o IBGE utilizou outras unidades territoriais além das já tradicionais urbana, rural e rural ou urbana isoladas. São elas; a) áreas especiais (de conservação e preservação ambiental, comunidades indígenas, etc.); b) aglomerados subnormais (favelas e similares); c) aglomerados rurais (povoados, núcleos e lugarejos); d) áreas urbanizadas (dentro do perímetro urbano, mas que não apresentam efetiva urbanização), e e) aglomerados de extensão urbana (assentamentos externos ao perímetro urbano legal, mas que se desenvolvem a partir da expansão de uma cidade ou vila) (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p.126). Convém, lembrar que a maioria dessas unidades representa ameaças aos ecossistemas, muitos ainda preservados.

Em 1992, novamente, o IBGE introduziu variantes para a situação de domicílio da PNAD. O objetivo era captar com mais detalhes as áreas do *continuum* rural-urbano, ficando estabelecidas para a localização dos domicílios pesquisados as situações seguintes:

³² A taxa de urbanização do País também é calculada a partir dessa normativa, da seguinte forma: população urbana dividida pela população total (urbana + rural) vezes 100 ($GU = Pu/Pt \times 100$).

1. **Áreas urbanas:** áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios. Como urbanizadas são classificadas as áreas com construções, arruamentos e intensa ocupação urbana; as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, tais como áreas de lazer, aterros, etc.; as áreas reservadas à expansão urbana e adjacentes às áreas anteriores.
2. **Áreas urbanas não urbanizadas:** áreas localizadas dentro do perímetro urbano que não apresentam efetiva urbanização e ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas.
3. **Áreas urbanas isoladas:** englobam a área urbana isolada (casos de vilas e distritos), consideradas legalmente como áreas urbanas, mas não contíguas ao núcleo do município.
4. **Áreas rurais - extensão urbanas:** áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios (com distância inferior a 1 km), resultado do crescimento horizontal das cidades, e que ainda não foram incorporadas legalmente ao perímetro urbano do município.
5. **Áreas rurais - povoados:** aglomerações no espaço rural que se caracterizam por não estarem vinculadas a um único proprietário e possuírem um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis, ou dispostos ao longo de uma via de comunicação, e com serviços para atender seus moradores, da seguinte forma: pelos menos um estabelecimento comercial vendendo bens de consumo e pelos menos dois dos três serviços seguintes - estabelecimento de ensino de primeiro grau, posto de saúde e templo religioso de qualquer credo (PROJETO RURBANO, 2004)³³.

Apesar disso, Veiga (2003) afirma que o mais correto seria criar tipologias alternativas que esclarecessem melhor a configuração territorial brasileira e tivessem a capacidade de captar as enormes diversidades dos municípios brasileiros. Inclusive, o autor acredita que, se o Brasil adotasse o critério de definição de cidade da OCDE (Organização da Cooperação e do Desenvolvimento Econômico), que denomina de urbanas somente as localidades que tenham 150 hab/km², a situação de urbanização do Brasil seria bem diferente da atual. Isso se explica pelo fato de que 70% dos municípios brasileiros têm densidades demográficas menores que 40 hab./km², o que leva o autor a concluir que, do total de 5.507 municípios contabilizados em 2000, somente 411 seriam realmente urbanos.

Veiga (2003) ressalta também que a utilização do Decreto 311/38 acaba por comprometer os trabalhadores ligados às atividades agropastoris que habitam em sedes de municípios minúsculos, uma vez que eles não terão direito aos benefícios das populações rurais. Por exemplo, lavradores do semi-árido nordestino castigados pela seca não têm direito à cesta básica ou bolsa-escola, pois habitam em sedes de municípios, justamente por

³³ <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/glossario/glossario.html>

encontrarem ali a infra-estrutura básica (água, energia elétrica, escola primária, etc.) que necessitam para viver com dignidade. O autor lembra ainda que, em muitos casos, o perímetro urbano do município incorpora áreas ocupadas pela agropecuária, o que provoca confusões entre as profissões denominadas rurais (fazendeiros, agricultores familiares, bóias-frias, pescadores, etc.) e as urbanas (bancários, comerciantes, guardas de trânsito, etc.).

Outro equívoco provocado pela utilização dessa norma também é apontado por Specht e Blume (2004) ao constatarem que, além do urbano ser distinguido do rural, ele também passa a ser sinônimo de cidade. Dessa forma, com essa conotação do urbano, "as cidades brasileiras tornaram-se a figura do 'moderno', sendo que a taxa de urbanização passou a ser o mensurador oficial desse processo". Considerando tal critério, poderemos concluir que, ao longo dos últimos cinquenta anos, a taxa de urbanização brasileira só fez crescer e deverá manter essa tendência no futuro.

Semelhante a uma ampulheta, onde cada grão passado pelo gargalo anuncia o término de um período, a porcentagem anunciada pela taxa de urbanização ratifica quantitativamente a esperada superação do "atraso do rural" pela modernidade do urbano (SPECHT; BLUME, 2004).

Os referidos autores lembram ainda que existe uma confusão feita pelo senso comum para distinguir entre cidade e município por desconhecimento da definição normativa oficial utilizada no País.

Para Carlos (2004), contudo, toda essa discussão sobre a definição político-administrativa de cidade como toda sede de município já perdeu o sentido para a geografia urbana, tendo em vista que essa não a utiliza há várias décadas. Para essa geógrafa, a questão a ser discutida deve ser outra.

[...] O problema é que "urbano" e "rural" longe de serem meras palavras são conceitos que reproduzem uma realidade social concreta. A simples delimitação espacial do que se acredita ser o urbano ou o rural nos diz muito pouco sobre os conteúdos do processo de urbanização brasileira, no momento atual. Em primeiro lugar porque, não se confunde processo de urbanização com densidade demográfica. Nem tão pouco, cidade com sede de município [...] (CARLOS, 2004, p.131)³⁴.

³⁴ Para aprofundamento do assunto deve ser consultado o capítulo 'Seria o Brasil "menos urbano do que se calcula"?' in CARLOS, A. F.A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004. Nesse estudo a autora analisa o livro "Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula", de José Eli da Veiga (2003).

A nosso ver, ainda é muito pertinente a discussão sobre a definição oficial de cidade no Brasil, haja vista que, conforme pudemos contatar, ela “mascara” a realidade brasileira ao considerar que temos um elevado grau de urbanização. Essa generalização acaba por homogeneizar a população do País e, conseqüentemente, por definir que a predominância da urbanização (e do modo de vida urbano) significa desenvolvimento, já que uma das formas de alcançá-lo é via modernização. Ora, cada vez mais o “moderno” da cidade nos mostra a face da deterioração da qualidade de vida (social, econômica, ambiental) da maioria de seus habitantes. Obviamente que sabemos que a utilização da densidade demográfica para definir o que é cidade, não resolveria o problema, uma vez que não se trata simplesmente de uma questão quantitativa, mas qualitativa. Isso porque uma localidade pode ter menos 150 hab/km², mas ter características urbanas, sobretudo se estiver próxima de um grande centro urbano, portanto em uma região altamente urbanizada.

Como foi mostrado, existe legislação específica com relação ao ordenamento e ocupação do solo (urbano ou rural), porém nem sempre ela é aplicada. Destacaremos agora a importância do Estatuto da Cidade e os planos diretores nesse processo de tentativa de democratização do uso do solo.

1.3.2 O Estatuto da Cidade e os planos diretores

Embora muito tempo tenha transcorrido desde 1938, não houve mudanças com relação à definição de cidade no País. Houve sim, o que podemos chamar de evolução institucional (Constituição Federal de 1988) e, mais recentemente, a promulgação do Estatuto da Cidade. Trata-se da Lei 5.788, cujo projeto é de 1990, que regulamenta os capítulos 182 e 183 da Constituição Brasileira, que foi sancionada pelo Presidente da República em 10 de julho de 2001, entrando em vigor em 10 de outubro de 2001. Essa Lei "estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental". Assim, o Estatuto da Cidade procura contemplar um conjunto de medidas legais e urbanísticas essenciais para a implementação da reforma urbana em nossas cidades. "Oferece instrumentos para que o município possa intervir nos processos de planejamento e gestão urbana e territorial, e garantir a realização do direito à cidade" (BRASIL, 2004, p.12).

Para Carvalho (2000, p.54), é preciso analisar o Estatuto da Cidade com uma certa visão crítica, pois se trata de uma “agenda para debate, um pequeno complemento do artigo 182 da Constituição Federal, cujas disposições têm pouca eficácia, como mostra a realidade”. O autor lembra também que a implantação dos instrumentos de gestão urbana depende da boa vontade dos estados e municípios, que sofrem alguma pressão da opinião pública, mas que deveria ser também preocupação do governo federal. Afinal, o controle da implantação das leis urbanas não deve ser simplesmente municipalizado, uma vez que as cidades formam regiões interestaduais, que formam regiões federais. Muitos problemas urbanos (ambiental, por exemplo) podem causar impactos no espaço regional e até mesmo no nacional.

O Estatuto da Cidade é criticado por Veiga (2003), mas por outro motivo. Ele considera-o como mantenedor do "entulho getulista", pois, apesar de trazer medidas que poderiam resolver os problemas urbanos, não alterou a definição administrativa de cidade do Decreto 311/38. O Autor argumenta que o Estatuto "não define o que é cidade, prolongando a vigência de uma aberração que coloca o Brasil entre os Países mais atrasados do mundo do ponto de vista territorial" (VEIGA, 2003, p.55).

Miranda (2002), inclusive, questiona os resultados não apenas do Estatuto da Cidade, mas também das demais iniciativas implementadas a partir da década de 80. Para a autora,

[...] ao longo dessas três últimas décadas foi aprovado e sucessivamente alterado um conjunto vasto de normas com interface com a gestão do uso e ocupação do solo, sendo a maioria delas relativa ao direito urbanístico e ambiental. Muito pouco se produziu em termos da estruturação de um aparato normativo-institucional, com vistas à gestão propriamente dita do uso e ocupação nas áreas rurais (MIRANDA, 2002, p.133).

O Plano Diretor é um dos instrumentos interventores do processo de planejamento e gestão urbana oferecidos pelo Estatuto da Cidade. Ele tem "a função de definir as condições a que a propriedade deve conformar-se, para que cumpra sua função social" (BRASIL, 2004, p.12-3), sendo obrigatório somente aos municípios:

Com mais de 20 mil habitantes;
Integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
Com áreas de espacial interesse turístico;

Situados em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou no País (BRASIL, 2004, p.14)³⁵.

Deve constar na elaboração do Plano Diretor a definição de imóvel não-utilizado e as áreas de interesse do município tanto para fins de equipamentos comunitários, de moradia para a população; quanto seu peculiar interesse. Por isso, ele é considerado como a lei municipal responsável pelo processo de desenvolvimento e expansão urbana; define o planejamento de um município durante um período de 5 a 10 anos, e deve prever as principais ações governamentais em todas as áreas, levando em consideração a vontade da população com relação à cidade as quais desejam no futuro.

Todavia, Maricato (2001) adverte que:

Aprovar um plano com essas características já significa um grande desafio. Implementá-lo depois torna a tarefa mais complexa. O PD pode, dependendo da correlação de forças local, ficar muito aquém do que permitem os instrumentos fixados no Estatuto da Cidade. A lei dá instrumentos para o avanço da luta contra a apropriação desigual do espaço urbano, mas não a substitui como muitos pensam. Certamente haverá interpretações diversas (e até apostas) para a implementação dos instrumentos urbanísticos nela previstos (MARICATO, 2001, p.113).

SOUZA (2003) lembra, inclusive, que os planos diretores elaborados até meados da década de 90 estavam muito mais centrados no Estado, sendo seus planejadores urbanos e juristas progressistas, configurando assim uma reforma "de cima para baixo".

Não que os planos e as leis não sejam importantes, como referenciais técnicos e jurídicos. Contudo, ao mesmo tempo em que a atenção se voltava cada vez mais para uma discussão técnica em torno dos instrumentos de planejamento e, cada vez mais, também para questões legais, o *contexto social mais amplo*, que é o que dá sentido a todo o resto, era banalizado ou negligenciado (SOUZA, 2003, p.120).

E foi por conta disso, ou seja, pela necessidade de aproximar o cidadão do processo administrativo do espaço urbano e rural que, em 2004, o Ministério das Cidades publicou o

³⁵ A despeito da obrigatoriedade da implantação do Plano Diretor nos municípios com essas características, em reportagem de 16 de janeiro de 2005, a Folha de São Paulo mostrou que o Ministério das Cidades havia constatado que somente na região de Ribeirão Preto (a qual Araraquara integra), 30 municípios ainda não o possuíam e 10 precisavam atualizá-lo no prazo máximo de outubro de 2006. Caso isso não ocorra, os prefeitos serão processados.

"Plano Diretor Participativo - Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos". Nele se coloca que o Plano Diretor deve ser, além de um instrumento de controle do uso do solo, o responsável pela introdução do processo de desenvolvimento sustentável nas cidades brasileiras.

[...] Para isso, por exemplo, é necessário que assegure espaços adequados para a provisão de novas moradias sociais que atendam a demanda da população de baixa renda; que preveja condições atraentes para micro e pequenas empresas - itens vitalmente importantes para que haja crescimento urbano equilibrado; para que se evite ocupação irregular e informal do território do município e outros (BRASIL, 2004, p.14).

Nesse sentido, fazendo jus ao seu nome, a elaboração do Plano Diretor Participativo (PDP) deverá ser conduzida pelo poder Executivo, em articulação com o poder Legislativo e com a sociedade civil. Traduzindo, em conjunto com os moradores, as equipes técnicas da Prefeitura deverão conduzir, e elaborar e acompanhar todas as etapas do Plano Diretor, para que a participação da sociedade não se restrinja à apresentação do mesmo em audiência pública. Dessa forma, o governo federal acredita que, com a participação de todos, o benefício será generalizado, com a democratização das oportunidades e das condições de utilização dos recursos disponíveis com sustentabilidade, além da garantia das condições satisfatórias para financiar o desenvolvimento municipal. Nessa perspectiva, o PDP visa a contribuir para a redução das desigualdades sociais.

Entretanto, é importante atentarmos para o fato de que de nada adianta a existência de vários instrumentos "progressistas" no Plano Diretor, "se não existirem condições políticas, sociopolíticas e político-culturais para que eles sejam aplicados, e bem aplicados" (SOUZA, 2003, p.132).

Existem autores tão empolgados com o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor, como é caso de Coelho (2003), que os consideram como fundamentais até mesmo no desenvolvimento regional.

Desenvolvendo a cidade, a área rural e o município estarão no conjunto contribuindo para o desenvolvimento regional, isto é, determinada região ganha com isso e assim todos em determinadas áreas regionais podem colher frutos do planejamento e da preocupação como desenvolvimento sustentável (COELHO, 2003).

Consideramos que o PDP seja realmente importante por permitir a participação da sociedade civil no planejamento da cidade, afinal é ela a maior interessada nesse processo. A única ressalva que fazemos é que, em curto prazo, a mobilização das pessoas para participarem da elaboração do plano seja dificultada pela falta de informação e até mesmo de iniciativa própria. É preciso, em primeiro lugar, que tenhamos consciência da necessidade de opinarmos sobre o que nossa cidade precisa para ser mais justa, inclusive para cobrarmos das autoridades o que ficou decidido no Plano. Em segundo lugar, somente os resultados positivos desse processo garantirão a adesão dos não-participantes a essas e outras iniciativas democráticas de gestão da cidade.

Outro ponto a destacar é a importância também dada às zonas rurais no PDP, uma vez que seu propósito é "a democratização do acesso à terra urbana e rural, em localizações adequadas para o desenvolvimento urbano e para que a propriedade cumpra sua função socioambiental" (BRASIL, 2004, p.59). Isso, no entanto, demanda uma leitura socioambiental da zona rural, em que devem ser analisadas as tendências de desenvolvimento agrícola e não-agrícola, permitindo a realização de um cadastro georreferenciado dos imóveis rurais, com o mapeamento das características das propriedades agrícolas, o qual permitirá uma visualização da estrutura fundiária³⁶.

Dessa forma, é realizado o macrozoneamento urbano, onde são identificadas as áreas secundárias e restritas para a ocupação de acordo com as características relacionadas às "capacidades de suporte das redes de abastecimento de água, coleta de esgoto, energia elétrica, fornecimento de gás, transporte coletivo, do sistema viário, das orientações geotécnicas e dos riscos socioambientais", e o rural, onde são identificadas "as áreas com solos, topografia, acessibilidades e infra-estrutura adequadas para as diversas formas de produção agropecuária, extração vegetal, exploração mineral, usos não-agrícolas como turismo, chácaras de veraneio, moradias permanentes, dentre outras" (BRASIL, 2004, p.63).

As áreas rurais contíguas à zona urbana, onde existe uma sobreposição entre usos de solo urbanos e rurais (aquelas que chamaremos de espaço periurbano), também são discutidas no PDP. A aceleração na ocupação desses espaços depende do ritmo da expansão urbana, ao

³⁶ Porém, dada a inexistência de um cadastro completo dos imóveis rurais no Brasil, que seja atualizado e disponível e que seria de competência do INCRA, é preciso recorrer às informações contidas nos cadastros de empresas públicas, encontradas na EMATER ou secretarias Estaduais ou Municipais de Agricultura.

passo que sua regularização depende da consolidação do sistema municipal de planejamento e gestão territorial. Assim sendo, tais áreas apresentam-se indefinidas, inclusive com relação à sua denominação: periurbana, urbana ou do entorno imediato (conceitos que serão discutidos no próximo capítulo). E, apesar da tendência que temos de enxergá-las como áreas problemáticas, não podemos esquecer que nelas existem diversas potencialidades que podem perfeitamente ser transformadas em soluções. Um bom exemplo seria a utilização dessas áreas para a produção agrícola intensiva ligada à política municipal de abastecimento, constituindo novas alternativas de emprego e renda para a população da periferia.

Percebemos que, cada vez mais, a regularização fundiária e urbanística das ocupações urbanas na zona rural é reivindicada pelos moradores de núcleos que permanecem clandestinos e irregulares, sobretudo aqueles que pertencem às classes sociais com nível de rendimento médio (condomínios fechados, loteamentos populares ou de padrão médio). Por isso, o Ministério das Cidades recomenda que, tendo em vista que a regulação das formas de uso, a ocupação e o parcelamento do solo no município são assuntos de interesse local, cabe ao poder municipal executá-la por meio de negociações e articulações com o INCRA, conforme já mencionamos.

O que se espera, nesse sentido, é que o PDP seja realmente capaz de contribuir para um melhor ordenamento e ocupação do espaço urbano e, acima de tudo, que ele seja capaz de promover o tão sonhado “direito à cidade”.

Procuramos nesse capítulo discutir questões pertinentes às dificuldades encontradas quando nos enveredamos pelo caminho da definição e delimitação dos espaços urbano e rural, enfocando as mudanças que se operaram em ambos ao longo da história. Pudemos constatar que estamos diante de um paradoxo, nos dias atuais: de um lado, desponta no campo um “novo rural”, uma “nova ruralidade” que, cada vez mais, procura valorizar a paisagem e determinadas características do mundo rural (por interesses urbanos, diga-se de passagem); de outro, o processo de urbanização em franca expansão que, além de considerar o urbano como sinônimo de moderno, de mundo evoluído, promove o transbordamento (cultural e espacial) da cidade sobre as áreas rurais.

Felizmente temos, ainda, muitas regiões rurais brasileiras, e até mesmo dos distritos e pequenas cidades, que, a despeito desse “massacre” da urbanização, mantêm suas peculiaridades.

No entorno das cidades, nas áreas que ainda não foram incluídas no perímetro urbano, mesclam-se usos do solo rural e urbano e esses espaços são denominados de periurbanos. Esse tema que será objeto do próximo capítulo.

***2. A BUSCA PELO SIGNIFICADO DO CONCEITO
DE ESPAÇO PERIURBANO***

Após discutirmos a questão da definição/delimitação dos espaços rural e urbano, chegamos ao ponto em que focaremos nossa atenção para um espaço que cada vez mais vem chamando a atenção dos pesquisadores (sobretudo os europeus). Trata-se de um espaço localizado nas proximidades das cidades, mas que, por conta de ainda não ter sido incorporado ao perímetro urbano, não pode ser denominado de urbano. Sendo assim, poderíamos então considerá-lo como espaço rural? Não exatamente. Acontece que, mesmo sua paisagem sendo predominantemente rural, geralmente sua lógica é urbana. Como conceituar esse espaço?

É exatamente essa a nossa tarefa a partir de agora, ou seja, definir e analisar tal espaço no contexto rural e urbano.

2.1. CRESCIMENTO URBANO E TEORIAS SOBRE O ESPAÇO PERIURBANO

O crescimento urbano alcançou níveis desconhecidos, levando as cidades a expandirem seus limites físicos sobre o espaço rural (como já foi exposto), o qual possui identidade própria, modo de vida e organização socioeconômica específicos.

Esse processo, conseqüentemente, vai provocando a integração do espaço rural pela cidade, que, de acordo com España (1991), ocorre por meio de duas etapas distintas: 1) crescimento compacto, em forma de anéis concêntricos, invadindo os espaços mais próximos, integrando-os à economia urbana, e 2) urbanização de áreas mais distantes (dezenas de quilômetros). A essa segunda forma de urbanização, chamamos de difusa (ou dispersa).

Fazendo uma retrospectiva histórica, Nel-lo (1998) lembra que a diferença formal entre campo e cidade se dissolveu na Europa Ocidental a partir da Revolução Francesa e que convulsões sociais e políticas vieram a reboque desses processos. A cidade, até então, estava cerrada por muros que a separavam do campo. Isso não quer dizer, todavia, que cidade e campo representassem, naquele momento, espaços estanques e justapostos. Ao contrário, eram espaços que dialogavam permanentemente e transformavam-se mutuamente. Somente no final do século XVIII, a transformação nas relações entre cidade e campo ocorre de forma mais radical e acelerada, quando as jurisdições senhoriais foram abolidas e o princípio de igualdade entre os cidadãos perante os poderes públicos foi estabelecido, acabando com a diferenciação legal entre população urbana e rural. “Se facilitaba, de esta manera, la

progresiva difusión de las relaciones de producción capitalistas sobre el conjunto del territorio” (NEL-LO, 1998, p.37).

Além disso, o crescimento concentrado da população, explica o autor, provocou grande densificação do espaço construído no interior das muralhas, que foram, aos poucos, sendo pressionadas pelas necessidades higiênicas e pela nova realidade social, deixando de lado sua função defensiva. Assim, em pouco tempo, o principal elemento que delimitava fisicamente a cidade do campo, veio abaixo.

Entretanto, Nel-lo (1998) ressalta que até meados do século XX, a cidade podia ser considerada como um espaço diferenciado, onde existia um "coágulo" representado pelas atividades secundárias e terciárias, mas em contato com um "mar de ruralidade". Esses coágulos acabaram por se conectar entre si, formando vastos espaços, onde predominam atividades e formas de vida urbanas. Os fatores responsáveis por esse processo foram a expansão dos meios de comunicação modernos, a mecanização agrícola e a difusão industrial e de serviços pelo território. Os novos sistemas territoriais passaram a ser denominados pelos conceitos de cidade-região, cidade-território, cidade-difusa.

Dessa forma, segundo o referido autor, a situação atual não deve ser compreendida como um resultado da simples expansão dos limites urbanos, mas da dissolução dos conceitos tradicionais de cidade e campo (conforme já discutimos no capítulo anterior). Hoje temos construções urbanas nas áreas rurais próximas da cidade, e a população residente, que trabalha em atividades urbanas, tem maior facilidade de deslocamento pendular.

Para Nel-lo (1998), atualmente, os conceitos de cidade e limite são inconciliáveis; e o território converteu-se em "cidade confinada", ou seja, uma cidade sem limites que, portanto, não pode ser considerada uma cidade no sentido tradicional. Na realidade, continua ele, o espaço urbano é ilimitado do ponto de vista físico e funcional, mas está cheio de limites do ponto de vista social e administrativo. Por um lado, a expansão urbana sobre o território não fez desaparecer as velhas divisões sociais do espaço, mas transformou seu caráter e expressão. Por outro, a cidade difundiu-se sobre o território, ultrapassando os antigos limites administrativos que, mesmo assim, continuam existindo. Todavia, segundo o autor, não se pode perder de vista que, com o surgimento de novas necessidades e problemas decorrentes da difusão urbana, é necessária a criação de novos tipos de gestão, cujas delimitações podem ser diferentes das já existentes. Daí resulta uma cidade que é, ao mesmo tempo, difusa,

ilimitada e fragmentada tanto social quanto administrativamente (NEL-LO, 1998, p.36). Essa fragmentação, em nosso ponto de vista, vem se acentuando de tal forma que a cidade começa a repetir o passado, quando muros separavam a cidade do campo. Agora eles separam os ricos dos pobres. Nas cidades médias e grandes, a classe média alta constrói condomínios (verticais ou horizontais) totalmente cercados e vigiados para se protegerem da violência, que é, em parte, fruto do elevado nível de concentração de renda do mundo capitalista.

Nos países desenvolvidos, vemos, então, que a urbanização compacta deu lugar a um fenômeno que gera confusões conceituais: contra-urbanização ou urbanização difusa (Estados Unidos e em parte da Europa); suburbanização (Inglaterra, Espanha e Itália), e rururbanização e periurbanização (França e Espanha). Para se ter uma idéia, há autores que consideram que todos esses termos possuem significados diferentes.

Nel-lo (1998), por exemplo, teoriza que o processo de urbanização passou por diversas fases nos últimos quarenta anos: a) do crescimento da cidade em "mancha de óleo" (pela agregação simples ou alargamento descontínuo com o espaço construído preexistente) à suburbanização (aparecimento de periferias metropolitanas, mais ou menos densas, com alguma ligação com a cidade central); b) da suburbanização à periurbanização (a integração das dinâmicas metropolitanas dos antigos núcleos rurais); c) da periurbanização à rururbanização (dinâmicas metropolitanas atingem os espaços rurais mais distantes da cidade).

Vamos abrir um parêntese para explicar que, a nosso ver, com base em pesquisa bibliográfica, optamos por considerar que contra-urbanização e urbanização (ou cidade) difusa, em geral, têm o mesmo significado. Existem algumas diferenças com relação à definição entre os termos suburbanização e periurbanização, sendo que o segundo é consequência do primeiro. Já os termos periurbanização e rururbanização (que também aparece como rururbanização) são praticamente utilizados como sinônimos³⁷. Compreendemos que suburbanização e periurbanização ou rururbanização são, na verdade, processos consequentes da urbanização difusa. Procuraremos, então, explicar melhor tais conceitos.

³⁷ Mas variam de país para país e, até mesmo, de autor para autor.

2.1.1 Cidade difusa ou contra-urbanização

Para Entrena Durán (2003), o termo cidade difusa é utilizado para designar um fenômeno caracterizado pela dispersão da população urbana pelo território, inclusive sobre as áreas rurais, sem que exista vínculo algum dessas pessoas com as atividades agrícolas. Tal termo originou-se na década de 1970, na Europa, com o intuito de tipificar as novas realidades urbanas e também é sinônimo de “metápolis” ou “hipercidades”. Na Europa Ocidental, durante a década de 1950, assistimos a um padrão migratório caracterizado pelo deslocamento de populações rurais para os grandes centros urbanos. Entretanto, nos anos 70, o sentido da migração inverteu-se, ou seja, houve diminuição do fluxo migratório para os grandes centros e um aumento na direção das médias e pequenas cidades. Langenbuch (1999) prefere usar o termo contra-urbanização para explicar tal processo que, para ele:

[...] implica na reversão de fluxos de pessoas e atividades econômicas [...], antes tendentes a se dirigir prioritariamente às grandes cidades, mas que de certo tempo para cá, tendem a uma movimentação predominante em sentido oposto. Nessa “saída” das grandes cidades, os habitantes e as unidades de atividade econômica de caráter urbano fixam-se novamente, variando muito a natureza do lugar de destino com relação à grande cidade de origem. [...] (LANGENBUCH, 1999, p.39).

As principais causas da urbanização dispersa estabelecidas por Entrena Durán (2003) estão vinculadas:

- à disponibilidade de solo, que está condicionada às normativas políticas, às condições socioeconômicas e à preferência pela ocupação do solo em vez de seu cultivo agrícola (sobretudo, baseada na especulação imobiliária);
- ao avanço dos meios de locomoção, via melhoria nas infra-estruturas viárias e meios de transporte, que permitem o deslocamento diário entre a residência e o local de trabalho, e vice-versa, bem como viagens às zonas rurais nos finais de semana e feriados (obviamente beneficiadas também pelas condições

socioeconômicas) – sobretudo por conta da utilização cada vez maior do automóvel em detrimento do uso do transporte coletivo³⁸;

- à extensão das comodidades urbanas (eletricidade, telefone, água encanada) nas áreas rurais, favorecendo a ocupação de áreas periurbanas distantes;
- às novas tecnologias de comunicação, como a telefonia móvel e o uso da *internet*, que, permitem a realização, em casa, de tarefas que antes necessitavam da presença física das pessoas (compras, trabalho)³⁹.

Nesse sentido, o autor acredita que

[...] estão se configurando novas formas de relações sociais, laborais ou comerciais, as quais, ademais das transformações que acarretam na organização do trabalho, fazem possível que a prestação de determinados serviços já não requeira para ser rentável a existência de grandes concentrações populacionais, como se sucedia no passado, senão que os serviços podem estar dirigidos a partir ou para zonas com baixa densidade populacional, sem que isso acarrete uma elevação nos custos (ENTRENA DURÁN, 2003, p.77).

A respeito das mudanças ocorridas no espaço urbano ao longo do tempo e à "independência" das áreas periféricas em relação ao centro, López Trigal (2003) comenta:

La dinámica de las ciudades en el tiempo ha producido numerosos cambios en la estructuración interna del espacio urbano y el papel del centro y de la periferia, cada vez más extensa y densa demográfica y funcionalmente en el conjunto de las áreas urbanas y metropolitanas, hasta el punto que en las ciudades donde los suburbios y núcleos periurbanos han adquirido una mayor desenvolvura, parece que estos se desquitan de su papel anterior de dependencia respecto del centro urbano y pasan a desempeñar incluso funciones centrales por causa de desplazamientos de actividades terciarias de todo tipo [...] (LÓPEZ TRIGAL, 2003, p.62).

Essas transformações se explicam pela expansão dos espaços periféricos que absorvem a população (sobretudo rural) e novas funções, diminuindo sua dependência em relação ao centro, aos espaços pericentrais, aos arrabaldes e aos bairros periféricos.

³⁸ Um dos elementos mais importantes que contribuíram para a dispersão da cidade foi o surgimento dos novos "territórios do automóvel" nas cidades européias, permitindo maior mobilidade da população residente nas áreas periféricas. Dessa forma, o crescimento da motorização da população, sem dúvida, coincide com o novo ciclo de urbanização, que se caracteriza pelo estancamento ou raleamento do crescimento demográfico e da expansão territorial dos usos urbanos (MONCLÚS, 1998).

³⁹ É importante esclarecer que tais tecnologias são acessíveis somente a uma pequena parcela dessa população.

Podemos também considerar a existência de resultados positivos e negativos da cidade difusa. Os efeitos positivos são: a) a diminuição da população nas áreas centrais e a homogeneização relativa dos lugares que oferecem trabalho, equipamentos, infra-estruturas e serviços sobre o território (NEL-LO, 1998, p.36); b) a melhoria nas condições de vida e de habitação; c) a recuperação de áreas rurais deprimidas ou utilização daquelas que aparentemente não tinham uso (ENTRENA DURÁN, 2003, p.78). Já os efeitos negativos seriam: a) a manutenção da desigualdade de oportunidades para os cidadãos com relação aos acessos à renda, a equipamentos e a serviços (NEL-LO, 1998, p.36); b) os choques entre usos urbanos e rurais do solo; c) as intensas transformações na paisagem e os impactos ambientais; d) as necessidades de serviços públicos para atender à população dessas áreas; e) as dificuldades administrativas e fiscais para gerir esses territórios; f) a elevação dos custos de infra-estrutura para garantir a ideologia de que moradia dispersa é sinônimo de qualidade de vida e bem-estar (ENTRENA DURÁN, 2003, p.77). Alguns desses temas serão retomados ainda neste capítulo.

É imprescindível mencionarmos que o crescimento da cidade, de acordo com España (1991, p.12), possui três fases: a) urbanização: a cidade central cresce rapidamente e o entorno imediato, ainda rural, diminui ou permanece estancado; b) suburbanização: o crescimento da cidade central começa a decrescer, ao mesmo tempo em que aumenta a população da área suburbana; c) desurbanização: ponto em que a população de uma cidade central começa a decrescer a um ritmo tal, que dele resulta um decréscimo absoluto da população de toda região urbana funcional⁴⁰.

Monclús (1998, p.20) acrescenta que pode existir ainda uma quarta fase que seria a reurbanização, ou seja, a espera de hipotética recuperação do núcleo central. Situação que ainda não se configurou na maioria das grandes cidades dos países desenvolvidos.

Entrena Durán (2003) lembra que, na medida em que as classes médias “fogem” do centro histórico e se dirigem às áreas periféricas, as áreas centrais sofrem um despovoamento. A partir daí, passam a ser ocupadas por operários do setor terciário avançado (comércio especializado, seguradoras, bancas de jornal, imobiliárias), além da população envelhecida

⁴⁰ Segundo a autora, de acordo com o desenvolvimento econômico e com o tamanho da cidade, essas etapas variam de região ou país. No caso da Europa, a tendência é a concentração da população em áreas metropolitanas, enquanto nos Estados Unidos, ocorre um crescimento sustentado da periferia rural em detrimento das áreas metropolitanas.

que permanece habitando em casas deterioradas e grupos marginalizados que ocupam prédios abandonados (cortiços). Isso permite concluir que a cidade difusa, além de segregação social, também apresenta novos tipos de especialização funcional.

É importante destacar que, em várias metrópoles brasileiras, a deterioração das áreas centrais já é visivelmente percebida. Maricato (2002) comenta que, a despeito da infraestrutura excepcional presente nos centros metropolitanos, caso de São Paulo e Rio de Janeiro, cada vez mais eles estão sofrendo um esvaziamento significativo, enquanto as periferias continuam crescendo, onerando os gastos com a necessária expansão da rede de infraestrutura. A autora cita o caso dos transportes.

A circulação se torna muito complexa e impõe pesado ônus aos moradores da periferia que são obrigados a dedicar parte do dia e dos rendimentos mensais aos transportes. Em contraponto, os bairros centrais apresentam significativa ociosidade em sua infraestrutura nos horários comerciais. A ausência de moradores também se reflete no abandono da área à noite e nos finais de semana (MARICATO, 2002, p.138).

Nesse sentido, a mesma autora acredita na necessidade de promover o uso residencial das áreas centrais metropolitanas por meio de programas de moradia, tanto no sentido de desenvolver “uma reação em cadeia que incorpora financiamento e mercado”, como no de “redirecionar o fluxo de assentamento residencial que, nas metrópoles brasileiras, se dirige às áreas ambientalmente frágeis e à periferia”⁴¹ (MARICATO, 2002, p.141). da mesma forma que nas demais metrópoles mundiais, boa parte da população residente no centro delas, no Brasil, faz parte das camadas menos abastadas (e mais marginalizadas) da sociedade, as quais vivem em moradias, em condições precárias. A questão é que, dificilmente, os agentes envolvidos no processo de reabilitação do centro aceitarão ter os pobres como seus vizinhos. E esses, por sua vez, não pretendem abandonar o centro por conta de fatores facilmente encontrados nessa área, como oferta de emprego e maior mobilidade⁴².

⁴¹ No final da década de 90, muitos projetos de revitalização de áreas centrais foram implementados nas metrópoles brasileiras (Salvador, São Luís, Recife, Porto Alegre, Rio de Janeiro, entre outras), patrocinados por empresas públicas, como os Correios, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Todavia, há ainda muitos desafios a serem enfrentados e os resultados obtidos ao longo prazo (MARICATO, 2002).

⁴² Mais da metade dos moradores do centro de São Paulo, segundo o IBGE (2000), pertence à classe C, e dados da FIPE-USP, de 1998, apontam que 65% das famílias não têm automóveis e 59,9% dos chefes de família vão a pé para o trabalho (MARICATO, 2002).

Carlos (2004) atenta para o fato de que, no caso de São Paulo, está ocorrendo o surgimento de novas centralidades e o esvaziamento de outras, como consequência dos novos usos do espaço urbano decorrentes das mudanças nos setores econômicos. Isso porque, segundo a autora, o espaço constitui “nova raridade” na metrópole, ou seja, é raro encontrar espaço nas áreas centrais. Daí, a necessidade de expansão do espaço central, a criação de novas centralidades nos bairros, para que novas atividades (geralmente ligadas aos setores modernos da economia) possam desenvolver-se.

Nessas novas centralidades se associam os novos espaços de lazer e o novo centro econômico – voltado ao setor empresarial e de serviços – com suas novas formas urbanas e multifuncionais – com hotéis e *flats* associando trabalho com hospedagem e/ou moradia. Aqui os novos setores econômicos – gerando novas atividades de apoio e um novo modo de gerenciamento dos edifícios de escritórios associando novas funções a novos usos – dão uma nova configuração ao espaço aprofundando a segregação pela valorização diferenciada do espaço e com a expulsão dos antigos moradores (CARLOS, 2004, p.71).

Tal situação já havia sido verificada há algumas décadas, nos países europeus, conforme constatou Espanha (1991), mencionando que as grandes cidades estão se transformando, de centro de produção, em centro de organização técnica de conhecimento, gestão e comunicação. Como resultado, ocorre a perda de importância do setor industrial tradicional e o crescimento das atividades de investigação-inovação tecnológica e do setor terciário, ou seja, vivemos uma fase de transição entre a economia industrial e a economia terciária (ESPAÑA, 1991).

A preferência da população urbana da classe média alta pelas áreas periféricas da cidade vem se ascendendo, sobretudo nos países desenvolvidos, em decorrência da crença de que nela existe melhor qualidade de vida. Nos países em vias de desenvolvimento, por sua vez, o crescimento dos principais centros urbanos ocorreu à custa das periferias. Entretanto, já é possível notarmos, na atualidade, a diminuição da população das áreas centrais, principalmente nas metrópoles, e até mesmo alguns fenômenos da dispersão urbana nesses países, conforme mencionamos no caso brasileiro, que são favorecidos não apenas pela mobilidade propiciada pelo uso do automóvel, como também pela elevação dos preços dos

terrenos nas áreas centrais e pela busca por condições ambientais superiores às aquelas oferecidas pelos centros urbanos altamente congestionados⁴³ (ENTRENA DURÁN, 2003).

Nas grandes cidades dos países latino-americanos (inclusive no Brasil), os dois processos, ou seja, concentração populacional nos principais centros e dispersão seletiva⁴⁴, ocorrem simultaneamente.

2.1.2 Suburbanização

A suburbanização é definida por Langenbuch (1999) como um dos processos da nova fixação urbana resultante da conta-urbanização. Seria, então,

[...] o deslocamento para a periferia imediata da grande cidade de origem, onde boa parte, senão a maioria, dos habitantes permanece ligada ao mercado de trabalho da primeira, para onde se desloca diariamente a fim de exercer suas atividades profissionais (*migração pendular*). Se for significativo, o crescimento demográfico dos subúrbios é maior que o da grande cidade de origem, na qual muitas vezes ocorre até decréscimo. Quando há delimitação formal (para fins estatísticos ou administrativos), de *aglomeração urbana*, *área metropolitana* ou *área supracomunitária* congêneres com outra designação, é praxe rotular-se toda porção externa à comunidade (município, *condado*, etc.) contendo a cidade principal (a “central city”), sendo então a suburbanização a transferência de moradores e atividades para os subúrbios (LANGENBUCH, 1999, p.39).

No mesmo sentido caminha Gonzáles Reverté (2003), que vê o processo de suburbanização como um resultado sociogeográfico associado à idéia de cidade difusa (dispersa). Essa, por sua vez, está ligada às novas condições de mobilidade acompanhadas pela transformação e aparecimento de novos espaços periféricos que, progressivamente, protagonizam o crescimento urbano, ao mesmo tempo em que suportam transformações territoriais e socioeconômicas. Para esse autor, os espaços periféricos não são espaços à margem, mas relacionados à cidade central. São elementos fundamentais para a organização da nova cidade.

⁴³ Não podemos nos esquecer de que, nesses países, existem problemas urbanos não apenas socioeconômicos como também relacionados à planificação e regulamentação do uso do solo.

⁴⁴ Seletiva porque atinge somente determinados grupos sociais.

Monclús (1998) avalia que a dispersão suburbana está associada à descentralização e ao caráter extensivo das novas áreas industriais, os parques cercados de oficinas, os vários tipos de equipamentos, aeroportos, universidades, centros comerciais, etc., que devoram, cada vez mais, espaços. Assim, temos um espaço urbano fragmentado e disperso, onde convivem diversos usos do solo e variadas classes sociais (desde guetos e bolsões de marginalidade a conjuntos residenciais nobres). Essas novas paisagens suburbanas estão ocupando, cada vez mais espaço, em relação às cidades propriamente ditas, não somente nas grandes como também nas pequenas aglomerações.

Nos países latino-americanos, a vida suburbana tradicional reflete a dependência do campo no entorno urbano com relação à cidade. Existe suburbanização, mas não há expansão urbana. Seria a paisagem rural criada pela cidade, ou seja, um grande jardim produtivo (jardim da cidade). Já nos países anglo-saxões, a suburbanização não é rural, mas invasão dos espaços rurais pela cidade, conservando alguns elementos rurais, como os bosques, os pequenos jardins e os parques (cidade-jardim) (DEMATTEIS, 1998, p.19).

Faissol, Moreira e Ferreira (1987) lembram que, no caso de muitos países subdesenvolvidos, como o Brasil, o rápido crescimento da população gerou um tipo de expansão territorial das cidades por meio de um processo de expulsão dos pobres dos centros urbanos para áreas mais distantes, que, sem dúvida, podemos chamar de processo de formação de uma periferia socioespacial. Entretanto, trata-se da suburbanização inversa ou “às avessas” daquela realizada nos países anglo-saxões. Isso se explica

[...] porque essas periferias são constituídas de populações pobres, com elevadas taxas de subemprego, carentes em serviços urbanos, físicos e sociais, enquanto nos países desenvolvidos, o processo de suburbanização está associado a uma qualidade de vida muito superior, exatamente nos arredores das grandes cidades, com casas unifamiliares, espaços verdes amplos, etc., que caracterizam o padrão de vida de famílias de classe média-alta (FAISSOL; MOREIRA; FERREIRA, 1987, p.86).

Cabe ressaltar, no entanto, que nos últimos anos essa suburbanização, típica dos países ricos, vem se disseminando em diversas cidades brasileiras (especialmente nas metrópoles), destina-se ao atendimento da classe média alta e se expressa pela expansão dos chamados condomínios horizontais fechados, vendidos pela mídia como paraísos habitacionais. Sobre esse assunto, voltaremos a falar em momento oportuno.

A essência do desenvolvimento suburbano é a transformação do meio rural em urbano, do campo em cidade. Assim, segundo Clarck (1975), a suburbanização provoca mudança sutil da sociedade rural em urbana, sobretudo no que tange aos valores e aos modos de vida. Tais transformações também se processam na população que se transfere das áreas centrais para o subúrbio. Segundo o autor, o simples deslocamento já é suficiente para provocar mudanças no gênero de vida, nas vinculações sociais e nos valores estabelecidos até então. Todavia, isso não significa que a sociedade suburbana seja mera projeção das formas e modos de vida urbanos.

De qualquer forma, não há como negar que a expansão da forma de vida urbana vem se disseminando sobre a maior parte dos territórios de vários países.

2.1.3 Periurbanização ou rururbanização / espaço periurbano ou franja urbana

Conforme anunciamos antes, é perfeitamente possível considerarmos os processos de periurbanização e rururbanização ou rurbanização como equivalentes, a despeito do uso da terminologia variar de país para país e de autor para autor. Steinberg (2003) e Entrena Durán (2003) adotam o termo **periurbanização**, enquanto Berger (1980), Zárata (1984) e Fernández García (2003) preferem utilizar **rururbanização**. Há, ainda, o caso de autores brasileiros, como Freyre (1982) e Coelho (1999), que se referem ao mesmo processo com a denominação de **rurbanização**.

Nossa pesquisa constatou que, embora adotando terminologias diferentes, todos os autores concordam que os termos periurbanização ou rurbanização representam um processo diferente da suburbanização e que se fundamentam nas relações campo-cidade, com a expansão urbana sobre as áreas rurais, fortalecida pelos avanços tecnológicos dos meios de transporte e comunicação. Senão vejamos a colocação dos autores.

Berger (1980), citado por España (1991), explica que o espaço rururbano seria diferente dos chamados subúrbios clássicos pela descontinuidade das construções e pela predominância da agricultura. Ele possuiria forma descontínua e transitória de ocupação do espaço rural periurbano, a qual pode evoluir por meio de vários processos, tais como: realocização de algumas atividades econômicas, evolução da agricultura sobre os sistemas de produção voltados às necessidades urbanas, substituição da agricultura por atividades de lazer

e turismo. Existe, portanto, associação entre o rural e o urbano, onde predomina a população urbana que vive num espaço rural com tendência à valorização na medida em que a cidade cresce⁴⁵.

Para Steinberg (2003), o subúrbio é mais denso, urbanizado, e ocupa os espaços agrícolas e florestais de forma contínua, enquanto a periurbanização é um crescimento urbano descontínuo, que geralmente está ligado a cidades antigas e vilas rurais da periferia de uma aglomeração principal (centro urbano). Seria um subúrbio em construção, algo novo, diferente, deixando para trás intervalos espaciais ocupados pela agricultura, por florestas e atividades ao ar livre. Esse processo pode ser denominado de "cidade espalhada" ou "cidade emergente". Ela fica separada do centro urbano, mas as franjas que estão próximas a ela, tendem a se tornar subúrbios por contato. Entrena Durán (2003) completa afirmando que, dessa forma, a distinção entre campo e cidade é dificultada, o que se explica pelo fato de “que as periferias citadinas ou áreas periurbanas tendem a aumentar sua extensão e, sobretudo, ter limites cada vez mais indefinidos com respeito à área rural” (ENTRENA DURÁN, 2003, p.57).

Da mesma forma que os outros autores, Coelho (1999, p.17-18) também se reporta à rurbanização como sendo diferente da suburbanização. Explica que, enquanto o subúrbio se caracteriza pelo crescimento urbano em “mancha de óleo”, o chamado “espaço rurbanizado se notabiliza pelos níveis de imbricação e de inter-relação entre espaço rural e urbano, independentemente da questão da contigüidade no processo de crescimento da cidade”. Segundo ele, o termo rurbanização é um neologismo derivativo do recurso lingüístico de junção das palavras rural e urbanização, utilizado para designar a nova forma de *habitat* dos citadinos, que passam a residir nos chamados campos periurbanos e se deslocam constantemente para a cidade por motivo de trabalho. Na realidade, o espaço rurbanizado, de acordo com o autor, pode até mesmo situar-se bem distante da cidade, ligando-se a ela pelos meios de transporte e comunicação. Nesse caso, o campo que foi rurbanizado, mantém suas características rurais (predominância dos espaços agrícolas, baixa densidade demográfica e baixa presença de equipamentos coletivos).

⁴⁵Zárate (1984, p.105) acreditava que esse fenômeno agiria como um obstáculo ao crescimento urbano nos países desenvolvidos, onde o êxodo rural já terminou e o que existe é certo equilíbrio entre população rural e urbana. Surge então um "novo tecido urbano, flexível, disperso e adaptado às novas exigências da vida moderna".

Fernández García (2003), embora adote o termo rururbanização, acredita que nem esse nem os demais termos são capazes de explicar a interação rural-urbana, uma vez que há, atualmente, uma nova configuração no espaço da cidade pós-industrial, que se baseia no modelo da "revolução da informação"⁴⁶. Nesse sentido, o conceito de rururbanização ligado à idéia de crescimento do entorno da cidade, segundo ele, já não faz mais sentido. Isso porque: a) o tamanho da superfície afetada é muito maior hoje do que no passado, além de o espaço recentemente rururbanizado ser várias vezes maior que a extensão da cidade, e b) a função desse espaço se caracteriza pela variedade ou complexidade: nele entram ou saem funções que até então eram exclusivamente urbanas (comércio e hotelaria, por exemplo) (FERNÁNDEZ GARCÍA, 2003, p.88).

A mesma confusão terminológica, conseqüentemente, também ocorre com o espaço dito periurbanizado ou rururbanizado, ou simplesmente, o espaço rural no entorno urbano sobre o qual se expandem as cidades. Espaço periurbano (termo mais utilizado pelos franceses) é uma das muitas denominações utilizadas para designá-lo e é também o termo que adotaremos nesse trabalho. Todavia, convém mencionarmos outros conceitos empregados, tais como: franja rural-urbana, franja urbana ou rururbana, sombra urbana, subúrbio, ex-urbano, região urbana e semi-urbano. Dentre eles, destacaremos aqui os conceitos de franja urbana ou rururbana e franja rural-urbana, buscando a comparação/equalização com o termo espaço periurbano.

Na realidade, compreendemos que, cronologicamente, a terminologia franja urbana surgiu primeiro e que o emprego da designação espaço periurbano, que tem predominado e se disseminado cada vez mais nos últimos anos (inclusive no Brasil⁴⁷), surgiu especialmente após a década de 1990.

O termo franja urbana foi utilizado pela primeira vez, segundo España (1991), pelo geógrafo Smith (1937) e se referia à área construída fora dos limites administrativos da cidade. Essa definição, porém, era insuficiente para diferenciar os chamados subúrbios clássicos, dos municípios com infra-estrutura econômica e social ligada à atividade agrícola e

⁴⁶ A cidade da revolução da informação é aquela que estende suas funções além dos limites físicos urbanos e tende a localizar, entre outros, os usos produtivos em espaços distantes, mas conectados pela informática e as vias de comunicação de alta capacidade (FERNÁNDEZ GARCÍA, 2003, p.89).

⁴⁷ É importante destacar que os estudos sobre o espaço periurbano ainda são muito poucos em nosso País, sobretudo na geografia brasileira.

com organização espacial específica, que é transformada pela descentralização de funções e pela presença de população urbana. Além do mais, España (1991) acrescenta ainda que, na geografia, o emprego desse termo possui um sentido mais amplo, sendo utilizado para as áreas onde ocorre o crescimento periférico e onde os usos urbanos e agrícolas do solo se misturam, formando uma zona de transição entre a cidade e o campo.

Na década de 70, España (1991) cita que Johnston (1978) defendeu a teoria de que a franja urbana é uma parte da cidade, onde operam forças em múltiplas direções por todo o conjunto da área urbana.

Há autores que consideraram a franja urbana como entidade física, outros como entidade social. Zárate (1984, p.100-102), apesar de preferir chamá-la de rururbana (obviamente por ser também um dos autores adotantes do termo rururbanização), analisa-a como sendo as duas coisas. Explicando melhor, ele a define como um espaço físico diferenciado do resto da cidade (com distância entre 19 a 50 quilômetros, dependendo do tamanho da cidade), onde, além do uso rural (áreas de cultivo, terrenos baldios e áreas de preservação ambiental), é ocupada por: a) subúrbios, onde existe um agrupamento de casas e população próximas à cidade, que pertencem ao município da cidade principal, mas também há pessoas vinculadas a outros municípios (subúrbio dormitório); b) pequenos agrupamentos de casas em torno de uma fábrica, que pode ser uma antiga que se transferiu para as áreas fora da cidade ou uma nova, construída nesse espaço, criando nova localização periférica; c) proliferação das propriedades unifamiliares, tanto como residência permanente quanto secundária, motivada pela vontade de boa parte da população urbana de viver em contato com a natureza, e d) solo ocupado por outros usos urbanos, como vias de transporte e instalações de serviços urbanos que necessitam de amplas superfícies (tratamento de água, fábricas de gás, etc.). O autor também vê a franja rururbana como um espaço social diferenciado, tendo em vista: a) o aumento das formas e modos de vida urbanos, tanto por parte dos antigos camponeses que deixam a atividade agrícola parcial ou totalmente e se empregam em indústrias instaladas na franja rururbana ou mesmo na cidade, quanto por trabalhadores urbanos que se mudam para essa área em busca de um maior contato com a natureza ou moradias com menores custos; b) forte mobilidade de sua população, por conta de um número elevado de famílias (além das já existentes) oriundas de outras cidades, contribuindo para o

aumento da população na franja rururbana⁴⁸. c) variedade social, onde predominam estratos sociais diferenciados (dos mais privilegiados aos mais humildes) de acordo com as distintas áreas residenciais existentes⁴⁹; d) comportamento social diferenciado, tendo como característica relações sociais mais intensas (mesmo que variem de acordo com os grupos sociais, a idade e a cultura), e e) valorização contemplativa da natureza sem que, no entanto, haja integração com o campo⁵⁰ (ZÁRATE, 1984, p.100-4).

O referido autor estabeleceu três modelos de difusão da franja rururbana, conforme diferentes cidades: a) desenvolvimento descontínuo: a franja surge regularmente ao redor da cidade central, originando uma área de baixa densidade demográfica; b) desenvolvimento radial: o crescimento ocorre de forma segmentada ao longo das principais vias de acesso; c) desenvolvimento em saltos: usos de solo urbano misturam-se aos usos de solo exclusivamente rural. Todavia, Zárate (1984) ressalta que:

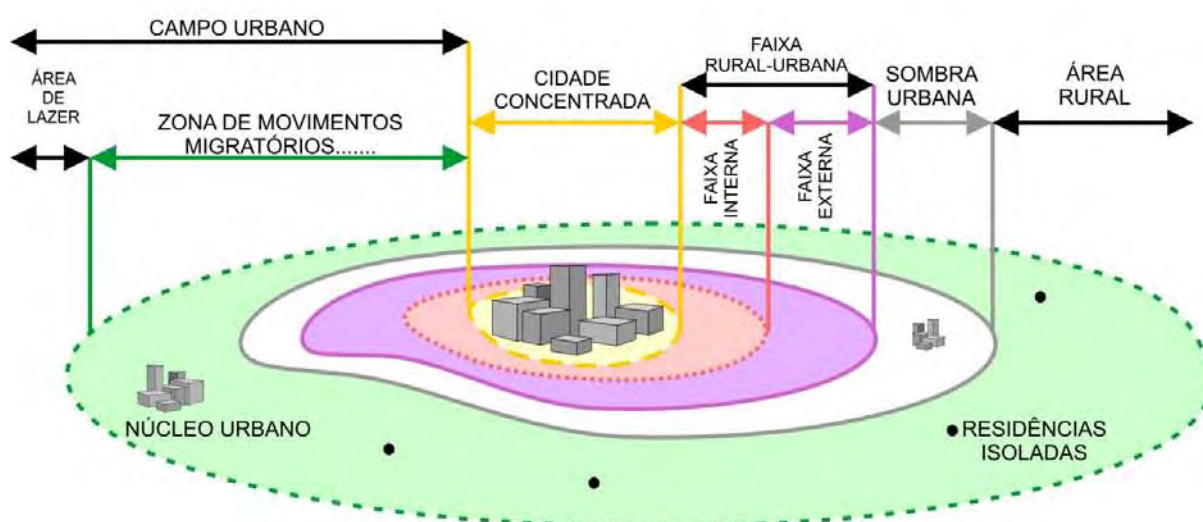
En cualquier caso, el proceso de rururbanización ha dado lugar a un aprovechamiento rápido y discontinuo del suelo con fines urbanos como resultado de: los intereses de los promotores de las urbanizaciones por reducir al máximo la cantidad de suelo ofrecido cada año a la demanda, la especulación que acompaña al crecimiento de la ciudad, el trazado de las líneas de transporte público que favorecen la urbanización de los sectores situados junto a ellas, la regulación urbanística local que promueve el crecimiento y el desarrollo de sectores concretos, y las estrategias de los particulares por conseguir que los suelos de su propiedad sean calificados como urbanos o urbanizables (ZÁRATE, 1984, p.104).

Moliner (1990) lembra que Bryant e Russwurm (1982) distinguiram três coroas periurbanas, diferenciadas pelo grau de evolução e intensidade dos processos. A primeira seria franja rural-urbana ou periurbana, que se subdivide em franja interna (total conversão do solo rural em urbano) e franja externa (predomínio do uso rural do solo com alguns elementos urbanos). A segunda é a sombra urbana que se caracteriza pela presença de trabalhadores que vivem no campo, mas trabalham na cidade, e pelas moradias rurais. E a terceira é a área rural, cuja influência urbana ocorre pela presença das residências secundárias, já que a agricultura continua em pleno funcionamento. Esse esquema é representado na figura 1.

⁴⁸ Ali predominam os casamentos de jovens, e o número de filhos é bastante elevado.

⁴⁹ O que há de comum entre os habitantes dos vários estratos é o fato de serem obrigados a se deslocarem diariamente para a cidade central para trabalhar, mas o que os diferencia é o fato de que, nos bairros mais nobres, cada família possui mais de um automóvel para tal deslocamento.

⁵⁰ Esse espaço é tido como oposição à cidade, tendo em vista a tranquilidade, o ar puro, ausência de contaminação.



Fonte: Bryant; Russwurm (1982) apud Molinero (1990, p.325).

Figura 1. Coroas Periurbanas.

Na concepção de Kayser (1982), citado por España (1991, p.18), também aparecem três coroas vagamente concêntricas e com diferentes organizações espaciais no espaço urbano. A primeira está soldada à cidade tanto fisicamente como pela natureza das atividades e deslocamentos dos habitantes. A segunda é menos evidente em sua delimitação exterior, podendo ser definida como a zona parcial ou totalmente urbanizada, onde o espaço anteriormente agrícola, hoje possui um controle urbano. E, finalmente, a terceira, que é aquela onde os processos de urbanização enfrentam agricultura e sociedade rural em pleno funcionamento e vigor, as construções urbanas estão localizadas e delimitadas espacialmente, expandem-se lentamente. Essa última coroa, considerada como periurbana⁵¹.

As áreas periurbanas seriam, então, zonas de transição entre cidade e campo, onde se mesclam atividades rurais e urbanas na disputa pelo uso do solo (reparem que a definição é a mesma utilizada para designar a franja rururbana). Daí, muitos autores, de estudos sobre os

⁵¹ Entretanto, é importante esclarecer que a diferenciação entre pólo urbano e coroa periurbana não é tão simples, sobretudo nas grandes cidades. Entre eles, geralmente existem espaços pericentrais, ou seja, bairros periféricos mais próximos do centro da cidade (LÓPEZ TRIGAL, 2003).

espaços periurbanos, como é o caso de Espanha (1991), considerá-los como plurifuncionais, que se submetem a grandes e rápidas transformações econômicas, sociais e físicas, além de possuírem um dinamismo marcado pela proximidade de um grande núcleo urbano (ESPAÑA, 1991, p.8).

Nessa mesma linha de raciocínio, podemos citar López Trigal (2003), que considera as áreas periurbanas como:

[...] nuevos e diferentes espacios de los propiamente urbanos o rurales, participando más de los primeros por su hábitat, su plurifuncionalidad y diversificación de actividades y sobre todo por ser el espacio realmente de reserva y urbanizable y el soporte de los amplios espacios de todo tipo que necesita la ciudad (LÓPEZ TRIGAL, 2003, p.62).

Na geografia brasileira, temos Souza (2003), que procura explicar o espaço periurbano na perspectiva da mistura das "lógicas" rural e urbana⁵², no que se refere aos usos do solo. É importante observarmos claramente que esse autor utiliza concomitantemente os dois termos: franja rural-urbana e espaço periurbano.

O que pode confundir é que na **franja rural-urbana**, muitas vezes a face visível do espaço (a paisagem) continua tendo um aspecto "rural", às vezes até belamente bucólico - algumas plantações, muito verde, grandes espaços servindo de pastagem para algumas cabeças de gado - quando, na verdade, por trás disso se verifica uma presença insidiosa e cada vez mais forte da "lógica" urbana de uso do solo. Grandes áreas servindo de pastagem para umas tantas cabeças de gado, por exemplo, nada mais são, freqüentemente, que uma "maquiagem" para glebas mantidas como reserva de valor por empreendedores urbanos; são, assim, terras de especulação, "em pousio social", por assim dizer, e que serão convertidas, depois de muitos anos ou mesmo após algumas décadas, em loteamentos populares ou condomínios fechados de alto *status*, dependendo da localização. Nem tudo aquilo que parece ser, por conseguinte, de fato é, em matéria de **espaço periurbano** [...] (*grifo nosso*) (SOUZA, 2003, p.27-8).

A plurifuncionalidade é uma característica muito importante do espaço periurbano, pois ela expressa uma realidade que o diferencia dos espaços rural e urbano. Não estamos aqui dizendo que a mistura de usos do solo seja exclusivo do espaço periurbano, mesmo porque é bastante comum a presença de práticas agrícolas em terrenos urbanos ou a

⁵² Na "lógica" rural, o que importa é a terra de trabalho para a agropecuária, e seu valor se deve tanto à localização do terreno quanto à fertilidade natural do solo (valor intrínseco). Enquanto na "lógica" urbana, interessa mais o solo somente como suporte para atividades (produção industrial, atividades terciárias, habitação e circulação) (SOUZA, 2003, p.27).

implantação de indústrias em áreas rurais. Ocorre que no espaço periurbano, essa mistura pode ser tão intensa, que dificulta a separação entre o que é rural (ou agrícola) do que é urbano. Isso permite que a dinâmica periurbana tenha características próprias. Aliás, consideramos a importância do periurbano muito mais pela sua dinamicidade do que pelo fato de ser um espaço rural ou urbano.

É oportuno, nesse momento, aproveitarmos para explicar que essa é outra forma de conceber o espaço periurbano, ou seja, como espaço vazio, reserva especulativa do solo à espera de ocupação por atividades urbanas⁵³. Assim, surgem extensas superfícies improdutivas que, muitas vezes, são tão importantes quanto a superfície urbanizada. Essa transformação dos usos do solo acaba provocando elevação nos preços dos bens ali produzidos, bem como o preço do solo. Dessa forma, a terra rural passará a ser negociada em metros quadrados e não mais em hectares. A manifestação da especulação imobiliária pode ocorrer, então, tanto na venda dos lotes quanto na sua "estocagem" para venda posterior.

Maia (2001) explica que, em geral, as atividades primárias se tornam cada vez mais frágeis e com menor importância no contexto urbano e, por serem praticadas por pequenos agricultores, esses acabam por abandoná-las, deixando a área sem utilização, à espera de posterior valorização. No caso da cidade de João Pessoa (PB), o autor explica que o processo ocorre da seguinte maneira:

Nesse espaço urbano, encontram-se tanto propriedades inferiores a 1 hectare, com uma pequena produção, sendo mais propícias a serem engolidas pela cidade, como estabelecimentos rurais de caráter extremamente comercial, além de outras caracterizadas enquanto atividades de lazer, como residências temporárias, nas quais as práticas dessa atividade dão-se unicamente por "puro hobby", nas palavras de um entrevistado. Dessa forma integrada ao processo de estruturação do espaço urbano, essas atividades rurais nos espaços periurbanos, ou as que surgem nos corredores da cidade, estão sujeitas à lógica expressa no uso e na valorização do solo urbano: a da acumulação do capital (MAIA, 2001, p.216).

Entretanto, Méndez (1987), lembrado por Molinero (1990), que adota o termo franja periurbana, explica que sua funcionalidade pode variar no tempo.

⁵³ Os mecanismos da especulação imobiliária, além de promover e valorizar terrenos e imóveis, também direcionam os eixos de expansão da cidade, ou seja, decide o sentido desse crescimento e o que acarretará a transformação do espaço rural em urbano ou a destinação de bens e serviços para as áreas já ocupadas, resultando em benefícios que poderão promover a substituição da população residente (SPOSITO, 1983, p.97).

Las franjas periurbanas, en su acepción territorial, son los lugares en transformación que se sitúan alrededor de la ciudad, espacios sometidos a la presión demográfica y al desarrollo de las construcciones por efecto de la expansión física de la ciudad...Su importancia ha dependido en cada momento de su funcionalidad: unas veces como espacio de reserva, otras de expansión, como espacio productivo o banal, únicamente como soporte del hábitat. Una dinámica de valorización/desvalorización que explica su contenido y sus transformaciones (MÉNDEZ, 1987, p.31 citado por MOLINERO, 1990, p.323-4).

Existem também formas de definir o espaço periurbano quantitativamente. Na verdade, trata-se de uma tentativa de delimitar o periurbano com relação ao espaço urbano, como já vimos antes.

España (1991, p.18) cita o caso da OCDE⁵⁴ (1979), que propõe um método de delimitação da área periurbana, considerada por ela “como a periferia de uma aglomeração urbana, onde a presença e a expansão da cidade influem diretamente sobre as atividades econômicas e sociais ali localizadas”, com base em critérios exclusivamente estatísticos. Os dados utilizados seriam: volume de população do centro urbano, densidade demográfica, distribuição de mão-de-obra por setores e porcentagem de mão-de-obra que se desloca diariamente. Todavia, o órgão não deixa de mencionar que, apesar de reter características da área rural, a área periurbana está constantemente sujeita a grandes modificações, sobretudo: mudanças na configuração física, nas atividades econômicas, nas relações sociais e assim por diante (IAQUINTA; DRESCHER, 2002, p.11).

Outro autor citado por España é Kayser (1982), que estabelece algumas variáveis para determinar a combinação das características próprias da “coroa periurbana”. São elas: a) dados referentes à situação da agricultura, tipo de moradia, e o equipamento básico; b) grau de urbanização, volume de novas construções, nível socioeconômico dos proprietários e a situação do mercado de solo urbanizável; c) a gestão municipal: o papel dos agricultores e de outros grupos sociais nessa gestão, atitude dos poderes locais diante da urbanização no sentido de controlar o processo e planejar o território (citado por ESPAÑA, 1991, p.18).

Convém lembrarmos que para Zárate (1987) a franja rurbana localiza-se entre 19 e 50 km da cidade, tamanho que pode variar conforme o tamanho desta.

⁵⁴ Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

No caso francês, o INSEE (Instituto Nacional da Pesquisa Agrônômica) define a categoria periurbana como sendo aquela utilizada

[...] para designar comunidades rurais localizadas ao redor das cidades, onde seu crescimento é interpretado como alargamento das atividades urbanas, dando continuidade ao padrão anterior das migrações. Na categoria periurbana são incluídas as comunidades industriais com no mínimo 100 empregos industriais e uma empresa com no mínimo 20 assalariados (PEREIRA, 2000, p.2).

Alguns autores, todavia, se posicionam contrariamente ao uso de dados estatísticos na delimitação do espaço periurbano. Espanha (1991), por exemplo, justifica sua posição afirmando que tais dados se modificam constantemente, além do que, há alterações também nas estruturas físicas, econômicas e sociais em curto espaço de tempo. A autora explica que, geralmente, nesse espaço, aparecem loteamentos para habitações unifamiliares ou coletivas, que pouco a pouco formam um tecido urbano complementado por serviços comerciais, culturais e saneamento. Em seguida, um segundo núcleo surge da mesma maneira, evoluindo até que o conselho municipal se transfira para esses novos distritos, convertendo o espaço periurbano em um espaço totalmente urbano independente (emancipação municipal).

Iaquinta e Drescher (2002, p.11), questionando as definições e delimitações do espaço periurbano, mostram o caso de autores que vêem o espaço periurbano como um fenômeno que possui as seguintes características: é conectado com o que é urbano, possui um componente demográfico relacionado ao tamanho e à densidade populacional e um componente geográfico, reduzido sempre à proximidade com a cidade (além de ter um componente temporal devido ao crescimento urbano e à melhoria dos meios de transporte). Mencionam também um tipo de definição que entende o espaço periurbano somente com relação aos usos, aos mercados ou a fatores específicos, o que pode levar à conclusão de que há vários tipos de ambientes periurbanos, e que os fatores que compõem uma área periurbana, podem derivar do mercado ou de relações de uso, ou, ainda, podem apoiar-se nos mais profundos princípios básicos (sociocultural, demográfico, propagação de atividades urbanas). Iaquinta e Drescher (2002) analisam, entretanto, que o espaço periurbano não pode ser facilmente definido e delimitado com critérios ambíguos, uma vez que não se pode perder de vista que se trata de área nem inteiramente urbana nem puramente rural no sentido tradicional. Ela é a parte mais urbanizada da área rural e, seja qual for a definição dada, não elimina algum grau de arbitrariedade. A questão é que, segundo eles, as definições de espaço periurbano utilizadas

nos dias atuais, conforme constatamos, se baseiam numa enorme variedade de variáveis operacionais⁵⁵.

Moliner (1990) argumenta, no entanto, que, seja qual for a definição adotada, os espaços periurbanos, antes de tudo, se caracterizam pelas transformações intensas que ocorrem no campo que circunda a cidade.

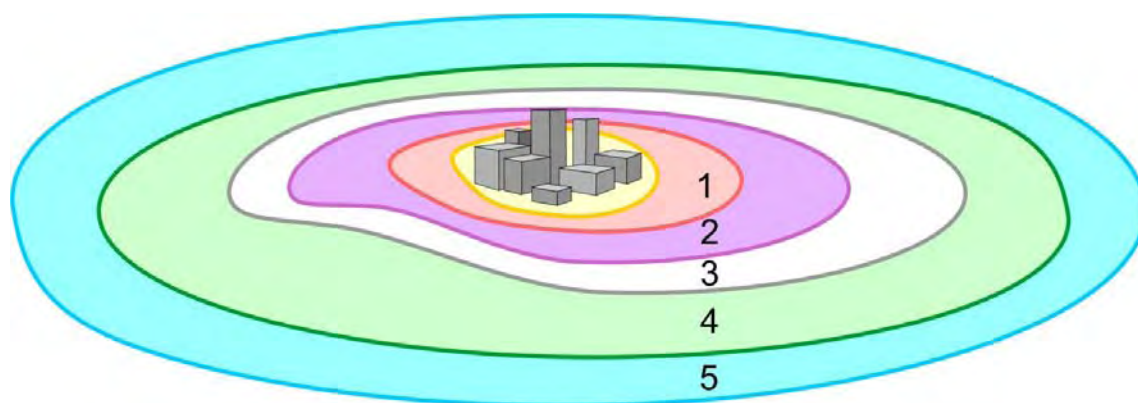
Tarefa ainda mais difícil que delimitar o espaço periurbano, acreditamos, deve ser a de especificar dentro dele quais são as áreas rurais periurbanas.

Kageyama (1998), citando Saraceno (1994), lembra que, além do espaço periurbano, o INSEE também procurou delimitar o rural, restringindo-o a comunidades com população inferior a 2.000 habitantes em áreas contínuas, sem que haja qualquer tipo de indústria importante. Assim, o crescimento das áreas periurbanas pode ocorrer pelo deslocamento tanto dos rurais para essas áreas, quanto dos urbanos com preferência por moradia fora do centro das cidades.

López Trigal (2003), porém, prefere acreditar que os moradores periurbanos se diferenciam daqueles que, em geral, habitam os bairros periféricos. Isso porque, segundo ele, a população periurbana não é a rural que migrou para as cidades, mas, sim, aquela composta por grupos sociais (e funções) que possuem origem, cultura e modos de vida urbanos. Quando muito, são habitantes de propriedades rurais que foram “engolidos” pela expansão urbana. Utilizando o exemplo das cidades européias, explica que nelas se observa a presença de uma linha distante do centro conhecida como espaço periurbano e suburbano, que é definida pelas características rurais e urbanas e pela manutenção de fortes vínculos com o rural ou natural, apoiando-se um pouco em antigos núcleos populacionais (medievais). Para esse espaço, deslocam-se populações das mais variadas rendas e, conseqüentemente, carregam consigo problemas ambientais. Assim, quanto mais se expande a periferia, mais ela se confunde com o espaço urbano. Como pudemos observar, o autor em questão emprega tanto o termo espaço periurbano como urbano, como se fossem sinônimos.

⁵⁵ Para tais autores, além dos componentes demográficos e setor econômico, deve-se acrescentar o componente social-psicológico, uma vez que o periurbano está diretamente ligado ao conceito de “mudança na orientação mental” (IAQUINTA; DRESCHER, 2002, p.13).

Numa tentativa de solucionar a questão da delimitação do rural, Entrena Durán (2003) lembra que a Comissão Europeia EUROPA 2000 estabeleceu cinco tipologias para os espaços rurais, conforme ilustra a figura 2. Dentre eles, o autor considera que os espaços rurais 1; 2 e 3 como sendo aqueles que já são periurbanizados ou estão em processo de periurbanização, enquanto 4 e 5 são espaços rurais propriamente ditos.



Org. por Ana Rute do Vale

Des. Alessandra Alberto



Núcleo urbano

1

Espaços rurais situados junto às zonas urbanizáveis (empreendimentos residenciais, atividades industriais e de lazer, agricultura intensiva)

2

Espaços rurais de alto atrativo turístico (áreas costeiras ou motanhas com presença de infraestruturas de lazer e alojamentos)

3

Espaços rurais com atividades diversificadas (agricultura e turismo rural, pequena indústria e artesanato)

4

Espaços rurais com atividades predominantemente agrícolas (capacidade de produção associada ao setor de transformação e comercialização agrícola ou agricultura tradicional)

5

Espaços rurais de difícil acesso (áreas montanhosas com bosque e atividades agrícolas, sujeitas ao despovoamento rural e agrícola)

Fonte: Dados da Comissão Europeia EUROPA, 2000 apud ENTRENA DURÁN (2003, p.57-58)

Figura 2: Tipologias dos espaços rurais

Para Wanderley (2000) existe também diferenciação social dos espaços rurais. Um seria o meio rural "peri-urbano", que é o espaço mais afetado pela influência das grandes

idades. Esse espaço geralmente é procurado pela população de origem urbana, que busca melhor qualidade de vida, seja como local de residência, seja para práticas de lazer. Isso não significa, no entanto, que não haja outras "situações" de uso desse espaço. Pelo contrário, existem usos produtivos (como é o caso dos cinturões verdes), bem como a presença de agricultores e trabalhadores rurais. O outro tipo de espaço seria o rural "profundo" ou "remoto", que, inversamente, fica distante dos grandes centros urbanos e tem geralmente sua situação é precária, especialmente para a agricultura familiar, tendo em vista o esvaziamento dessas áreas provocado pelo êxodo rural e pela falta de alternativas produtivas locais⁵⁶.

O que ocorre, na verdade, no espaço periurbano, é a transformação da economia rural, baseada essencialmente na agricultura, em economia urbana, baseada na indústria e nos serviços. Isso poderia levar-nos a acreditar que esse espaço pode ser considerado como um *continuum* urbano ou rural-urbano. Todavia, Iaquina e Drescher (2002) ressaltam que o conceito de periurbano é um resultado das limitações da dicotomia rural/urbano e enfocam que existem estudiosos que argumentam que a utilização da construção dicotômica sobrevive, mas não a distinção básica entre graus de ruralidade e de urbanidade (assunto já discutido no capítulo anterior). Para tais autores, rural periurbano e formas urbanas são termos multidimensionais desiguais que constituem um *continuum*.

De qualquer forma, seja lá qual for a definição mais adequada, concordamos com o argumento de España (1991), que afirma que é impossível separar, para o estudo dos modos de ocupação do solo ou a evolução demográfica, social e econômica, a cidade central e as auréolas do espaço periurbano, já que as divisões arbitrárias do espaço impedem a compreensão dos processos de mutação social e espacial das regiões urbanas. Para compreender esse processo, segundo a autora, é necessário levar em conta a cidade, o espaço periurbano e o espaço rural como elementos de um sistema único. Assim, o espaço periurbano deve ser analisado por meio de suas interações tanto com a cidade quanto com o espaço rural, tendo em vista o conjunto de processos econômicos e socioculturais que exercem pressões sobre o meio rural que, muitas vezes, se apresenta passivo diante delas⁵⁷. A autora complementa citando Barrere (1985), para o qual o processo de urbanização do espaço rural

⁵⁶ Essa denominação também é utilizada por Caminda Cavaco, conforme vimos no capítulo 1 desse trabalho.

⁵⁷ Isto não significa, no entanto, que não existam agricultores opositores dessa invasão do campo pela cidade e que reclamem aos poderes públicos medidas para limitar tal crescimento, tanto por meios individuais, quanto por meio de sindicatos ou outras formas associativas.

deveria ser analisado tanto do ponto de vista rural quanto do urbano. Do ponto de vista rural, esse fenômeno pode ser considerado destrutivo, podendo ser denominado de rururbanização ou periurbanização. Já do ponto de vista do urbano, o processo denomina-se exurbanização e a ele não se atribui carga tão negativa para o espaço que o cerca (ESPAÑA, 1991, p.8).

Isso posto, passaremos a analisar a dinâmica do espaço periurbano e as repercussões econômicas, sociais e, sobretudo, ambientais dessa mistura de usos do solo sobre ele.

2.2. A DINÂMICA DO ESPAÇO PERIURBANO: SEUS DIVERSOS USOS E CONSEQÜÊNCIAS

Antes de qualquer coisa, convém mencionar que, segundo Corellano (1998), é preciso considerar que, quando analisamos o espaço periurbano do ponto de vista ambiental, vemos que nele existe a justaposição e a co-participação de três tipos de espaços: a) os espaços naturais (com áreas recreativas que permitem o contato com a natureza); b) os espaços rurais (tendo como principal expressão a horticultura), e c) os espaços urbanos (representados pelos bairros periféricos, com a presença de residências principais ou secundárias, instalações turísticas, distritos industriais, grandes infra-estruturas urbanas, etc.). Procurando caracterizar cada um desses espaços, o autor explica que os espaços naturais, geralmente, são áreas desabitadas ou com baixa densidade demográfica, onde as atividades humanas pouco interferem na fisionomia, na estrutura e na função do espaço, bem como na sua capacidade de auto-recuperação. Seu valor é muito mais ecológico que econômico e cabe a ele a produção de alimentos, a purificação do ar, a reciclagem da água. O espaço rural possui usos agrários, pecuários e florestais, e os núcleos populacionais existentes são pequenos e com baixa densidade. Sua tradicional função de produzir alimentos e matérias-primas associa-se, na atualidade, àquela de servir de espaço vazio, a de constituir discontinuidades entre aglomerações urbanas, além de manter o meio ambiente saudável. Entretanto, na medida em que a agricultura sofre transformações por meio das inovações tecnológicas, ocorrem também mudanças na paisagem rural e agressões ao meio ambiente. E, por fim, o espaço urbano, que apresenta transformações provocadas pela ação humana, que gera total degradação ambiental.

Corellano (1998) constatou que, por meio de um crescimento irracional e contínuo, as cidades mediterrâneas estão engolindo o espaço periurbano, provocando, progressivamente, a degradação de seus valores, tanto estéticos quanto simbólicos dessas áreas. O autor questiona

o desrespeito ao meio ambiente pelos interesses privados que, legitimados pela administração pública, fazem uso do solo arbitrariamente.

En la retícula de flujos del periurbano, incluso las huertas y los espacios naturales privilegiados son considerados muchas veces como teselas necrosadas, vacíos la trama productiva en espera de su incorporación a la ciudad. Muy al contrario, la interpretación que aquí se esboza tiende estos espacios como la trama sustentante del sistema vital, integrada como factor de primer orden en el sistema global de valores económicos, sociales, simbólicos y estéticos que determinan la calidad de vida. Se trata, por tanto, de una visión geocológica complementaria a la perspectiva estrictamente urbanística (CORELLANO, 1998, p.114).

A questão é que, cada vez mais, cresce a demanda do uso do solo por atividades urbanas que, conseqüentemente, substituem a atividade rural tradicional, ou seja, a agricultura, em especial no entorno urbano.

Tudo isso ocorre em circunstâncias em que os espaços rurais próximos às cidades passam a ser cada vez mais desejados pela população urbana como lugares para se viver, o que propicia uma progressiva periurbanização e/ou vinculação funcional ou relacional desses espaços com as cidades das quais são periféricos. Enquanto são observadas tendências de perda gradual da importância do setor agrário, em tais espaços há uma diversificação econômica cada vez maior, com um crescente predomínio do setor terciário. Em tais tendências, manifesta-se aquilo que pode ser definido como uma concepção multifuncional do espaço [...] (ENTRENA DURÁN, 2003, p.60)

Na explicação de Sancho Martí (1989), citado por Entrena Durán (2003), a dinâmica urbana, as inovações tecnológicas e as motivações dos usuários transformaram o espaço em contínua crise, ao qual se delega variadas funções. Tudo o que chega da cidade ou não tem espaço para se desenvolver nela, é inserido no espaço periurbano, da mesma forma que a absorção de funções que necessitam de um determinado distanciamento da cidade, espaços maiores e preços menores de solo.

Ocorre que, conforme avalia Molinero (1990), as mudanças agrárias são produzidas principalmente pela demanda de uso do solo gerada por outras atividades, dentre as quais, temos as atividades industriais (consideradas como uma das mais dinâmicas), que são atraídas por essas áreas por favorecerem a atual reorganização do sistema produtivo, uma vez que podem permitir a produção descentralizada e a instalação de pequenas empresas. A essas atividades juntam-se as comerciais, que consideram as áreas periurbanas como as mais adequadas para sua implantação, ademais atraem outros serviços, como hotelaria e centros

automotivos. E, por último, a função residencial, que é a maior consumidora de espaço, tendo em vista que as áreas periurbanas são também franjas de expansão urbana.

Andrade (1995) explica que o processo de urbanização no entorno das cidades ocorre por meio da expansão de novas atividades ligadas, ou não, à produção agropecuária *stricto sensu*. Em geral, são ocupações do solo voltadas às atividades de lazer e ao ócio (como é o caso dos pesque-pague e das chácaras de recreio), além das moradias secundárias, de propriedade da classe média urbana, das áreas de preservação ambiental, como parques e estações ecológicas, para práticas do ecoturismo. Andrade (1995) explica como se dá tal processo:

Na verdade, com o desenvolvimento do capitalismo e a facilidade de transportes, as pessoas de nível de renda mais elevado que vivem na cidade, passaram a adquirir terras nas proximidades da mesma, fazendo o que se chama no Nordeste de granjas e no Sudeste de sítios e chácaras. Granjas, sítios, chácaras que são uma segunda residência e não unidades de produção; funcionam sobretudo como áreas de lazer embora apresentem, às vezes, uma pequena produção agrícola. Mais modernamente, com a criação de "prives"⁵⁸, as classes mais favorecidas passaram a construir, fora do núcleo urbano, conjuntos residenciais em que se segregam procurando mais segurança e melhor qualidade de vida, formando assim, enclaves urbanos no meio rural (ANDRADE, 1995, p.9-10).

Convêm destacar que essas "novas" atividades no Brasil geram novas formas de emprego, especialmente aquelas ligadas à prestação de serviços (caseiros, jardineiros, motoristas, pedreiros, vigias, etc.). Esse é o contexto do "novo rural brasileiro" em que, conforme já explicamos, a cidade e o mercado de trabalho urbano transbordam sobre as áreas rurais, sobretudo as que se situam no entorno das cidades (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Todavia, Molinero (1990) ressalta que, a despeito da valorização das atividades comerciais e industriais, a agricultura é a atividade que ocupa maior espaço nas franjas periurbanas.

Nos países europeus, as transformações, observadas atualmente no espaço periurbano brasileiro, já estão presentes há algumas décadas. Para Corelano (1998, p.14), elas podem ser explicadas como resultado: a) da desvalorização econômica das atividades agrícolas; b) da grande demanda de solo exigida pela expansão urbana aliada; c) da grande capacidade técnica

⁵⁸ Mais comumente conhecidos com condomínios horizontais fechados.

para a transformação, principalmente em termos de infra-estrutura; d) da intensa produção de dejetos; e) do crescimento da demanda por materiais de construção, e f) da pressão dos cidadãos por espaços públicos ou privados destinados às atividade de lazer. Sobre o lazer periurbano, trataremos no próximo item.

O crescimento da população nos espaços periurbanos, ocorrido nos últimos quarenta anos nos países desenvolvidos, pode ser explicado pelos seguintes fatores: a saturação dos espaços urbanos, a degradação ambiental nas cidades, a realocação do aparato produtivo, a generalização do transporte individual e as novas preferências residenciais dos cidadãos. No caso do Brasil, podemos acrescentar, ainda, a construção de conjuntos habitacionais populares (décadas de 70 e 80) e dos condomínios fechados destinados às classes média e alta (pós-década de 90). Geralmente tais construções situam-se em locais distantes do centro da cidade, deixando para trás vazios urbanos, que serão valorizados na medida em que a infra-estrutura urbana (asfaltamento, eletrificação, saneamento básico, etc.) for implantada nesses novos bairros. Em outros termos, a expansão urbana ocorre favorecendo a especulação imobiliária.

Para Entrena Durán (2003, p.61), a expansão urbana e a periurbanização dos espaços rurais mostram que a cidade grande, que na época pré-industrial era a preferida pela população, tornou-se, na fase pós-industrial, “um meio caro, e as economias de aglomeração se convertem em deseconomias”.

Essa revalorização das áreas periurbanas mostra mudança na concepção de escolha de locais de moradia pela população urbana, sobretudo a de renda mais elevada. Isso porque, geralmente, a periferia urbana possui um sentido pejorativo, ou seja, morar na periferia sempre foi sinônimo de viver em espaços com qualidade inferior à do centro, pois nela as patologias urbanas e as desvalorizações aparecem em sua forma máxima, sobretudo no que se refere à degradação social e ambiental, à marginalidade, à exclusão. Essa situação é muito diferente daquela vivenciada pela população periurbana, conforme pondera Entrena Durán (2004):

Tal imagem negativa das periferias urbanas, derivada de uma concepção centralista da cidade, já não tem mais sentido no contexto atual da crescente globalização, dada a preponderância social e econômica que as áreas periurbanas vêm adquirindo durante as últimas décadas. Nesse contexto, sem negar a importância para o dinamismo dessas áreas da existência de vínculos privilegiados entre elas e as cidades centrais, no desenvolvimento das zonas periurbanas também são muito importantes as relações que essas mantêm com os grandes centros urbanos e de decisão socioeconômica em escala global. [...] (ENTRENA DURÁN, 2004, p.63)

Na realidade, ocorre a transformação social das comunidades periurbanas, uma vez que, por exemplo, a população que passa a habitar essas áreas em condomínios fechados, possui condições de arcar com os custos dos deslocamentos diários para o centro da cidade, já que é composta pela classe média, profissionais liberais e trabalhadores qualificados. Isso certamente se refletirá na composição do poder local. Cada um desses segmentos da sociedade possui objetivos diferentes, sendo que os novos moradores demandam serviços urbanos, enquanto os agricultores pedem maior restrição aos novos usos urbanos dos solos. O poder dos novos residentes em termos de gestão e organização do espaço periurbano dependerá, nesse caso, da debilidade dos moradores tradicionais⁵⁹.

Valette (2004) explica que, em geral, nas regiões metropolitanas, os territórios periurbanos são locais privilegiados de inovação social, pois são, a um só tempo, fracos em relação à identidade própria e fortes pela proximidade que possuem dos territórios dominantes. Nesses locais, dois tipos de atores são encontrados: a) os neo-urbanos, que desenvolvem atividades aproveitando-se das vantagens cumulativas (proximidade das redes urbanas e baixos custos locais e dos terrenos), como é o caso das teleatividades; b) aqueles que utilizam o território da melhor forma possível aproveitando-se da ambivalência da organização territorial, implantando diversas atividades econômicas.

López Trigal (2003) adverte, no entanto, que não se pode perder de vista que, para os habitantes do espaço periurbano, a cidade é, como para os demais indivíduos, uma forte referência por se tratar de um lugar de trabalho e de consumo, assim como também o é o espaço rural. Daí, portanto, a importância tanto do espaço urbano quanto do rural para os moradores periurbanos.

Nesse sentido, a mobilidade residencial da população e o conseqüente crescimento do habitat periurbano, se ajustam perfeitamente à mobilidade das atividades econômicas. Por isso, juntamente com a presença do setor de serviços (comercialização e distribuição), aparecem instalações de atividades, que são nocivas à cidade e, conseqüentemente, também o seriam para essas áreas, como é o caso dos depósitos de combustíveis, tratamento de resíduos, etc. Segundo Entrena Durán (2003, p.82), as conseqüências perturbadoras dessa ocupação

⁵⁹A esse respeito, Molinero (1990) lembra Di Meo (1988), que considera os espaços periurbanos como locais onde as sociedades rural e urbana se encontram, sendo que as classes urbanas se assentam e procuram se enraizar, enquanto as populações rurais já estão enraizadas, e as classes altas buscam manter suas relações sociais e culturais com seus pares do centro urbano.

com relação ao meio ambiente são: aumento excessivo de veículos privados; diminuição da qualidade do ar; enorme aumento do consumo energético; poluição sonora; perda do caráter multifuncional da cidade ou destruição de muitas das paisagens agrárias.

Valette (2003) questiona o lugar dos territórios rurais periurbanos⁶⁰ diante do fortalecimento da hegemonia das metrópoles e das concentrações populacional, econômica e cultural das áreas urbanas. Assim, o autor os considera como:

Espaços situados em margem aos processos de urbanização, eles parecem se encontrar em situação de territórios periféricos e posicionam-se não apenas à margem das dinâmicas urbanas, mas também em dependência em relação a essas, sobretudo no que tange aos transportes e recursos (VALETTE, 2004, p.9).

Como vimos, a periurbanização provoca, portanto, a modificação nas formas de aproveitamento do solo (não-renovável e limitado), promovendo competição pela sua ocupação entre indústrias, comércio, residências e infra-estrutura de vários tipos, que vão, ao mesmo tempo, reduzindo o espaço agrícola e ocupando as melhores terras que, por sua vez, são valorizadas.

As principais conseqüências dessa transformação são, segundo España (1991): elevação dos preços do solo; transferência da propriedade a grupos urbanos para sua transformação em solo urbano ou para especular⁶¹; desestruturação da malha de explorações periurbanas e criação de um clima de incerteza pouco favorável para as inversões em longo prazo na agricultura.

Conseqüentemente, a agricultura praticada nos espaços periurbanos acaba sofrendo modificações causadas por fatores externos relacionados à urbanização, no que se refere ao custo e à disponibilidade de recursos; às estruturas físicas dessa área; à qualidade dos solos, e às condições de comercialização dos produtos. Apesar de a definição desse tipo de agricultura não ser tarefa fácil, para a FAO, a utilização da expressão “agricultura periurbana” refere-se

⁶⁰ Esse autor denomina as áreas ocupadas pelas atividades agrícolas dentro do espaço periurbano de territórios rurais periurbanos.

⁶¹ Acredita-se que, diante de uma boa oferta, praticamente todo agricultor proprietário de terra nessas áreas esteja disposto a vendê-la. Entretanto, esse comportamento dependerá de vários fatores, como a idade, a situação financeira, volume de inversões realizadas na exploração ou a atividade principal dos proprietários.

[...] às unidades agrícolas situadas perto da área urbana que exploram intensivamente granjas comerciais ou semi-comerciais, cultivando hortaliças e outros produtos hortícolas, criando frangos e outros animais, além de produzir leite e ovos (PEREIRA, 2000, p.2).

Além disso, Espanha (1991) afirma que, tirando as diferenças intra e inter-regionais, a agricultura periurbana (nos países europeus) tem como características que: a) os aportes de capital e mão-de-obra nas explorações são mais importantes nessas áreas do que nas zonas rurais; b) a dimensão média das explorações é inferior à média nacional, geralmente são explorações familiares; c) quando as condições para a atividade agrícola são desfavoráveis e as perspectivas futuras, incertas, essa é substituída por atividades não-agrícolas ou as terras são abandonadas; d) a evolução recente mostra a exploração em cultivos hortícolas, aumentando sua importância em detrimento da produção animal, que tende a diminuir nas proximidades da cidade; e) em algumas regiões, a percentagem de terras cedidas em aluguel é muito elevada, e f) existe um elevado e crescente número de proprietários de terra que se dedicam à agricultura em tempo parcial.

Consideramos de fundamental importância explicar que existe diferença entre a agricultura urbana e a periurbana, uma vez que as dinâmicas socioeconômicas e práticas agrícolas de ambas são diferentes. Citando Nugent e Egal (2000), Monteiro (2001) afirma que a agricultura periurbana destina-se ao abastecimento do mercado, uma vez que existe uma “indústria hortícola e graneleira, estando situada, em grande parte nas áreas periurbanas”. Enquanto agricultura urbana, caracteriza-se “pela produção de subsistência das unidades domésticas pobres presentes nas áreas urbanas e periurbanas, onde a existência de terra e a pobreza criam a oportunidade e a necessidade”. Ela pode ser praticada tanto em quintais quanto em áreas públicas ou privadas da cidade⁶² (NUGENT; EGAL (2000) *apud* MONTEIRO, 2001).

Os estudos da FAO (1999), realizados em diversos países, mostraram a necessidade de se repensar a agricultura urbana e periurbana nos mais diversos aspectos (o volume e o tipo de alimento produzido, custo da produção, preço, mercados aos quais se destina), buscando

⁶²Souza (2003) denomina de "extravagâncias espaciais" a presença de práticas agrícolas em espaços isolados dentro da cidade e cita o caso das plantações de hortaliças, verduras e legumes em terrenos sem aproveitamento econômico aparente, como aqueles embaixo das torres de alta tensão em áreas suburbanas do Rio de Janeiro.

solucionar os problemas da população dos grandes centros, sobretudo as mais carentes dos países subdesenvolvidos.

Fica claro, então, que os proprietários de terras localizadas no espaço periurbano têm dificuldades para reagir à influência da expansão urbana. Assim, o maior conflito que se estabelece é com relação ao uso e ao domínio do solo. Muitas vezes, o agricultor periurbano é visto como um agente especulador⁶³.

Na realidade, o principal problema da agricultura periurbana e que mais condiciona sua evolução é a incerteza. Devido à rapidez do ritmo da urbanização sobre esses espaços, a agricultura não consegue adaptar-se e mudar sua orientação produtiva. Qualquer outra resposta é sempre vista com cautela, levando muitas vezes ao abandono da atividade ou à busca de emprego em outros setores. Todavia, apesar do contexto desfavorável, as restrições impostas pelo mercado de trabalho têm levado muitos agricultores periurbanos a assumirem o risco de lutar pela sobrevivência da agricultura em um espaço já bastante modificado pela urbanização.

A competição pelo uso do solo não é o único problema. A introdução de usos não-agrícolas dificulta a comunicação entre as propriedades, a circulação de máquinas e a rápida comercialização dos produtos, além das freqüentes ocorrências de violações da propriedade e a destruição de cultivos nesses espaços, principalmente, naqueles mais próximos às vias de comunicação, representando grandes perdas para os agricultores, além da questão de que os antigos habitantes são obrigados a conviver com a degradação ambiental. No entanto, há outros problemas que são comuns aos antigos moradores, mas que representam novidade para os novos, como destaca Pereira (2000):

[...] uso inadequado ou excessivo de insumos agrícolas, que podem chegar por lixiviação ou escoamento às fontes de água potável; contaminação microbiana do solo e água; contaminação atmosférica; métodos intensivos de produção pecuária que podem ocasionar enfermidades zoonóticas e problemas de saúde pública veterinária. A utilização como fertilizantes, por vezes, de dejetos animais líquidos sem tratar ou semitratados, e o emprego de esterco de frango e gado sem tratamento, também significam riscos para a saúde pública (PEREIRA, 2000, p.3).

⁶³Nessas terras, o preço do solo é elevado, muito mais por conta do seu uso não-agrícola do que agrícola, o que pode ser um incentivo para o abandono da agricultura pelos agricultores, não determinando, contudo, o caráter especulativo do coletivo.

Segundo Bryant (1995), citado por Entrena Duran (2004), a agricultura periurbana somente será viável se houver revalorização dos espaços agrícolas, em que suas múltiplas funções e sua contribuição ao funcionamento do ecossistema metropolitano sejam destacados. Além disso, é preciso considerar as necessidades reais dos habitantes e estabelecessem estratégias socioculturais, econômicas e ambientais.

Práticas inovadoras são adotadas pelos empreendedores no espaço periurbano, de acordo com Valette (2004), tendo em vista a dificuldade de concorrência com a economia produtivista dominante. Essas práticas procuram ser viáveis e duráveis, além de considerar o problema do espaço periurbano que reside no fato da indecisão entre campo e cidade. Daí, a presença da pluriatividade, que pode ocorrer também, a despeito de ser uma inovação individual, apoiada em "procedimentos coletivos de associação de atividades ou parceria", como acontece em Montpellier, na França, onde existe associação entre um restaurante e um viticultor, um quiosque de *fast food* e um produtor agrícola, um bar para degustação e um artista. Nesse caso, o objetivo dos empreendedores é “valorizar a proximidade de um mercado de consumidores urbanos, a presença sazonal de turistas, e também os recursos rurais dos territórios”, o que, conseqüentemente culminaria, no denominado desenvolvimento local (VALETTE, 2004, p.14-5). Em outras palavras:

[...] por intermédio dos processos de inovação, os territórios rurais periurbanos estão aptos a transformar sua situação de território periférico em múltiplas vantagens para o processo de desenvolvimento local, participando ampla e especificamente da dinâmica dos territórios metropolitanos circunvizinhos. (VALETTE, 2004, p.18)

Há autores, como Iaquina e Drescher (2002), que defendem que tanto o ambiente urbano quanto o periurbano têm papel determinante na contribuição para a diminuição da insegurança alimentar e para a complementação nutricional da população urbana mais carente e marginalizada. Para eles, desenvolvimento rural e planejamento urbano são atividades ligadas. Dessa forma, as políticas de desenvolvimento urbano e rural têm impactos sobre os ambientes periurbanos.

É exatamente por conta disso que acreditamos que somente pelas políticas públicas será possível a regulação dos usos do solo, no sentido de limitar a elevação dos preços e a qualificação dos usos futuros. Dessa forma, será possível restringir o impacto perturbador da expansão urbana, a despeito, de muitas vezes, o espaço periurbano ser considerado pelos poderes públicos muito mais como um espaço verde do que como um espaço produtivo ou,

pior ainda, como uma área de expansão urbana. As políticas públicas, no entanto, devem considerar os conflitos gerados por esse novo tipo de ocupação das áreas periurbanas.

A transformação da paisagem e o mosaico resultante dos diferentes usos da terra expressam as dinâmicas dessas áreas, onde emergem conflitos, que devem ser compreendidos para se construir uma base de dados que possibilitem sua operacionalização em termos de políticas públicas de uso e ocupação da terra que preserve o recurso constituído pela qualidade da paisagem tal como percebida pelos atores envolvidos (QUEVEDO NETO; LOMBARDO, 2005, p.12160).

2.3. O LAZER PERIURBANO

Dentre as diversas atividades econômicas não-agrícolas implantadas no espaço periurbano, destacam-se também o lazer e o turismo ecológico, tendo em vista que os territórios rurais (áreas verdes) são tanto um espaço reservado às atividades de lazer quanto ligado à imagem de qualidade de vida e autenticidade, tido como “valores que se impõem cada vez mais como essenciais para a população urbana, em busca de laços e de pontos de amarra para sua existência”⁶⁴ [...] (VALETTE, 2004, p.9).

Em nosso caso, destacaremos mais especificamente o lazer. Entretanto, é preciso mencionar as várias maneiras como o lazer pode ser definido. Sociologicamente, Dumazedier (1976) o define como

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. [...] (DUMAZEDIER, 1976, p.34)

De forma mais simplificada, podemos encontrar em Pelegrini Filho (2000) uma definição, que talvez seja a que nos interessa para explicar o lazer periurbano. O lazer é para ele:

Atividade desenvolvida em tempo livre, geralmente objetivando repouso e entretenimento. Entre as diversas formas de lazer incluem-se: descansar, ver televisão, relacionar com os amigos e parentes, praticar esportes, assistir a

⁶⁴ Freyre (1982) ressalta que a "volta" do homem à natureza também está sendo feita por meio da crescente procura pela medicina natural (uso de ervas medicinais, da homeopatia) e dos alimentos orgânicos.

competições esportivas, passear, veranear (em praia, montanha e outras paisagens) (PELEGRINI FILHO, 2000, p.161).

Freyre (1982) explica que os avanços tecnológicos e, conseqüentemente, a automatização na indústria (e em menor escala na agricultura) tendem a gerar, sobretudo nos países desenvolvidos, um aumento no tempo livre dos trabalhadores⁶⁵. Por isso, torna-se urgente a necessidade de espaços com fins recreativos ou lúdicos ou ociosos. Cresce, a cada dia, o número de clubes de campo ou de praia. No entanto, nem todos atendem às classes sociais menos favorecidas. Os benefícios rurbanos deverão atingir a todos, independentemente de classe social, faixa etária ou sexo.

É importante lembrarmos que a ocupação dos espaços periféricos por atividades de lazer e turismo é incentivada pela generalização das férias remuneradas e a diluição do tempo de trabalho pelo tempo livre, que transforma o ócio, antes um luxo, em necessidade urbana (GONZÁLES REVERTÉ, 2003, p.19)

Com relação ao lazer dos cidadãos, Gómez Orea (1995), citado por Corellano (1998, p.32), acredita no papel importante representado pelos espaços naturais e rurais periurbanos "como suporte de numerosas atividades recreativas, desportivas e educativas demandadas pela nova sociedade urbana". Assim sendo, muitas atividades de lazer podem ser desenvolvidas nas áreas rurais (passeios a cavalo, dentre outros), inclusive como forma de sua manutenção. Com isso, segundo Corellano (1998), seus moradores, agricultores ou não, estariam contribuindo para a melhoria ambiental da cidade, realizando a possível integração entre o espaço rural e a urbanização.

Rodrigues (2001) atenta para o fato de que, ao tentar classificar o tipo de turismo presente no meio rural (turismo rural, ecoturismo, agroturismo, ecorrural), é importante considerar a relação entre o proprietário do empreendimento e o entorno onde a atividade é executada. Nesse sentido, a autora argumenta que, muito embora seja comum o emprego denominação do tipo de turismo presente no espaço periurbano como rural, quando um indivíduo adquire um terreno e constrói lagos para pesque-pague, restaurante, lanchonete e

⁶⁵ Melo e Alves Júnior (2003) lembram que o lazer é típico da modernidade, que surgiu com a artificialização do tempo de trabalho decorrente do modelo de produção fabril da Revolução Industrial. Ele também pode ser visto como um campo de tensões por conta do fato de que o tempo livre foi conquistado pelas organizações trabalhistas e não concedido pelos donos dos meios de produção.

quando não há nenhum vínculo afetivo com o lugar (inclusive esse proprietário geralmente reside na cidade). da mesma forma, seus funcionários, as relações de trabalho são urbanas, apesar de sua localização fora do perímetro urbano, ou seja, podemos caracterizá-lo pela ruralidade. E a autora prossegue:

Também pode ocorrer que as instalações, antes de cunho rural, tenham sofrido modificações no uso, como antigos haras que, mudando de função, hoje são adaptados e alugados para festas de casamento. O caso se complica um pouco com as chácaras de veraneio, que nunca tiveram cunho rural, a não ser pelo fato de estarem localizadas em zonas periurbanas e que, atualmente, também são alugadas para festas de caráter totalmente urbano. Que rótulos poderíamos dar aos dois exemplos citados? Turismo rural, turismo urbano, ou turismo em espaço rural? Nenhuma dessas nomenclaturas é rigorosamente correta, considerando-se, de início, que tais atividades nem se caracterizam como turismo, sim como lazer. Como sugestão, devemos lançar mão de um rótulo que indique o hibridismo, como lazer periurbano (RODRIGUES, 2001, p.106)⁶⁶.

Há muitos exemplos de lazer periurbano, como é o caso dos arredores das áreas metropolitanas, próximas às capitais estaduais e regionais, sobretudo nas cidades médias mais ricas do Brasil, em que as condições climáticas (altas temperaturas anuais) indicam a necessidade de instalação de equipamentos que ofereçam conforto, principalmente para a população de alta renda em busca de melhor qualidade de vida. Sua instalação geralmente ocorre em áreas serranas próximas à zona urbana, onde a maior altitude e vegetação mais densa favorecem a formação de microclimas de temperatura mais agradável, ou próximo a represas ou rios, que permitem a prática de esportes náuticos. Várias são as denominações para tais equipamentos: "clube de campo, campos de hipismo, clubes de golfe, clubes de pesca, clubes náuticos e outros". Nesses locais, dificilmente existem meios de hospedagem. Assim, seus visitantes são excursionistas ou visitantes de um dia, e não turistas (RODRIGUES, 2001, p.110-1).

A presença desses empreendimentos no espaço periurbano se torna comum, então, tendo em vista a busca dos cidadãos por lazer, descanso, qualidade de vida e relação harmoniosa com a natureza, em localidades próximas à cidade, principalmente nos feriados e finais de semana, o que significa custo mais reduzido e tempo de deslocamento menor. Entrena Durán (2003) lembra que, por conta disso, nos países mais avançados, as questões

⁶⁶A autora considera que existe também o turismo periurbano que se diferencia do lazer periurbano pelo fato de que, nesse caso, ocorre pernoite do turista (RODRIGUES, 2001).

ambientais e o desenvolvimento sustentável estão no centro das atenções. Aliás, é bastante comum, nos países desenvolvidos, os estudos relacionados à preservação dos espaços periurbanos, não somente do ponto de vista ambiental como também com relação às suas peculiaridades históricas e culturais.

Centraremos nossa atenção nas denominadas chácaras de recreio presentes no espaço periurbano, uma vez que são os empreendimentos de lazer predominante em nossa área de estudo, conforme poderemos constatar no capítulo 3.

Em pesquisa realizada sobre o lazer e o turismo nas áreas periurbanas da Região Metropolitana de São Paulo, Franca *et al* (2005) destacam a presença dos sítios de lazer (ou chácaras de veraneio, recreio) que se definem como domicílios de uso ocasional. Também chamados de segunda residência, são domicílios particulares destinados ao descanso de fim de semana, férias ou outro fim. Citando Tulik (2001), os autores explicam que há contraposição entre residência secundária e residência permanente (ou principal, normal ou primária), uma vez que o ocupante da residência secundária deve residir obrigatoriamente em residência principal (em geral, no espaço urbano).

Graziano da Silva, Vilarinho e Dale (1998) consideram que tais chácaras de veraneio:

São pequenas áreas de terra destinadas ao lazer de famílias de classe média urbana, geralmente inferiores a 2 hectares (que é o menor módulo rural) localizadas nas periferias dos grandes centros urbanos, na orla marítima ainda não densamente povoada ou em áreas próximas a rios, lagos, represas ou reservas florestais e com fácil acesso pelas principais rodovias asfaltadas do país [...] (GRAZIANO DA SILVA; VILARINHO; DALE, 1998, p.41-2).

As residências secundárias, geralmente, localizam-se em áreas rurais dos municípios vizinhos dos grandes centros urbanos. No caso das regiões metropolitanas, são denominados como cinturão circummetropolitano de chácaras de veraneio e situam-se em um raio de até 100 quilômetros com relação ao centro, em municípios que se contrapõem à Grande São Paulo (LANGENBUCH, 1977). Convém lembrar que as segundas-residências são modalidades de

alojamento turístico mais difundidas no mundo, mas no Brasil os dados sobre o assunto são ainda muito escassos⁶⁷.

Apesar de a maioria das chácaras de veraneio dedicar-se exclusivamente ao lazer, é possível encontrarmos algumas onde existem atividades de fim de semana do proprietário e de seus familiares, combinadas com atividade produtiva do caseiro, residente na propriedade. Conforme já mencionou Rodrigues (2001), elas também podem ser alugadas para a realização de festas e reuniões.

Uma questão importante sobre as residências secundárias é ressaltada por Assis (2003) e se refere à condição socioeconômica de seus proprietários.

A residência secundária pressupõe a disponibilidade de uma renda excedente, pois implica em custos com a compra do terreno, construção do imóvel (quando não se compra o imóvel construído), impostos, manutenção e meio de transporte para o deslocamento pendular (geralmente automóvel particular). Esses fatores fazem da segunda residência uma modalidade de alojamento turístico elitista, símbolo de *status* social, característica das camadas sociais alta, na sua grande maioria, média. Para essa última camada a falta de maior disponibilidade financeira e de tempo livre para o aproveitamento das férias com a família em grandes viagens pelo mundo, torna a segunda residência uma importante alternativa de lazer, devido à economia de tempo (de trabalho) e, sobretudo, de dinheiro. (ASSIS, 2003, p.112)

Cabe aqui abriremos um parêntese, para falarmos sobre os impactos que a proliferação das chácaras de fim de semana têm causado sobre a paisagem rural, que, de acordo com Graziano da Silva, Vilarinho e Dale (1998), são as seguintes: a) contribuem para a manutenção do que resta das áreas de preservação/conservação ambiental, inclusive por meio de reflorestamento com mistura de plantas nativas e exóticas; b) podem substituir as “grandes culturas” que, além de consumidoras de grandes extensões de terra nas periferias urbanas, utilizam excessivamente insumos e máquinas pesadas; c) permitem um novo uso do solo, ocupando terras antes dedicadas à agricultura familiar, gerando empregos, para antigos posseiros ou moradores locais, em ocupações como: caseiros, jardineiros ou guardas das propriedades, quando o proprietário não reside nela. Entretanto, os autores consideram que existem aspectos positivos e negativos desse fenômeno. Os negativos seriam “a especulação

⁶⁷ Os domicílios de uso ocasional tornaram-se uma categoria separada dos demais tipos de domicílio somente a partir do Censo Demográfico de 1980.

imobiliária⁶⁸, a sonegação fiscal e trabalhista e o desvio do crédito rural”. Já os positivos se referem à geração de empregos (sobretudo trabalhadores domésticos); cessão de casa de moradia (caseiro passa a ter ao mesmo tempo emprego e residência); uso de solo, água e outros recursos de forma menos intensa favorece um novo tipo de povoamento do espaço rural; surgimento de novas atividades intensivas (floricultura, piscicultura, fruticultura, criação de pequenos animais, etc.) em algumas chácaras, que, além de complementarem a renda familiar, reduzem os custos da manutenção com atividades de lazer implantadas (GRAZIANO DA SILVA; VILARINHO; DALE, 1998, p.43-4).

Ademais, Franca et al (2005) concluíram que, economicamente, os sítios de lazer localizados nas áreas periurbana de São Paulo são muito importantes também, porque “estimulam o comércio da região, gerando renda através principalmente das compras dos funcionários, visto que os donos de sítio em geral trazem da cidade de origem os bens de consumo”. Outro fator destacado pelos autores diz respeito à preservação da paisagem rural, uma vez que ela é de extrema importância para o lazer e o turismo. Com isso, acabam por contribuir “para a construção, fortalecimento e desenvolvimento do território” (FRANCA et al, 2005, p.14).

Quevedo Neto e Lombardo (2005) compartilham da mesma idéia ao afirmarem que

O tratamento da paisagem da área de transição urbano-rural como patrimônio natural, cultural e econômico, implica em alternativas de uso e ocupação da terra, em que as atividades de lazer e recreação aparecem como prioritárias. Como patrimônio cultural e natural, a paisagem representa uma opção de lazer e recreação para a população dos centros urbanos, que compatibiliza o desenvolvimento sócio-econômico e cultural por meio do turismo rural, com a proteção da paisagem, o que representa uma possibilidade de valorização e resgate da cultura local e preservação dos ecossistemas naturais remanescentes. (QUEVEDO NETO; LOMBARDO, 2005, p.121)

Certamente, essa "nova" configuração do espaço periurbano não é decorrente somente do processo de urbanização, mas também da procura por atividades que proporcionem renda maior que a proporcionada pela agropecuária e que, muitas vezes, é garantida por aquelas voltadas ao lazer e ao turismo. O retorno geralmente é garantido - desde que o

⁶⁸ A esse respeito, Tulik (1996), citando Baid-Bovy e Lawson (1997), pondera que as residências secundárias representam uma pressão urbana sobre as áreas rurais que, ao promoverem o parcelamento da estrutura fundiária, fragilizam a economia local e contribuem para o êxodo rural, de forma indireta.

empreendimento seja bem planejado e administrado - uma vez que os cidadãos, cansados do estresse urbano, estão dispostos a pagar por momentos de paz e tranquilidade num ambiente que permite um contato maior com a natureza.

Para analisarmos o processo de ocupação no espaço periurbano no município de Araraquara, ou seja, a plurifuncionalidade do uso do solo periurbano, procuraremos mostrar historicamente como se deu sua expansão urbana e como ela contribuiu para a atual organização espacial urbana e periurbana.

***3. EXPANSÃO URBANA E ESPAÇO PERIURBANO
NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA***

Araraquara não foge à regra da maioria das cidades médias paulistas, onde o intenso processo de êxodo rural (decorrente principalmente da mecanização no campo) contribuiu para o crescimento urbano, geralmente de forma desordenada, incentivado pela especulação imobiliária que expandiu o perímetro urbano e deixando para trás muitos "vazios urbanos". Conseqüentemente, o espaço periurbano do município tende a ser cada vez mais ocupado pelas atividades econômicas urbanas e por residências, seguindo as tendências das médias e grandes cidades do País. Tal situação traz consigo problemas que deverão ser resolvidos pelo poder público. Entretanto, percebemos que especificamente sobre o espaço periurbano ainda não há muita preocupação sobre seu futuro, já que essa é, como já salientamos, um assunto pouco tratado pelos administradores e pesquisadores brasileiros.

3.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

O município de Araraquara localiza-se no centro do Estado de São Paulo, a 273 km da Capital e possui área total de 1.132 km², sendo que a área urbana é de 77,34 km² (Figura 3). Podemos considerá-la como uma cidade de porte médio, com 182.471 habitantes (Censo Demográfico - 2000), sendo que 173.569 (95%) habitam a zona urbana e 8.902 (5%) a zona rural⁶⁹. Nesse sentido, temos um município caracterizado por intenso processo de urbanização, acompanhado pela industrialização e pela ampliação do setor terciário.

⁶⁹ O município é composto também pelos distritos da Vila Xavier e de Bueno de Andrada, os quais possuem subprefeituras.



Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/mapa>.

Figura 3. Localização do município de Araraquara no estado de São Paulo.

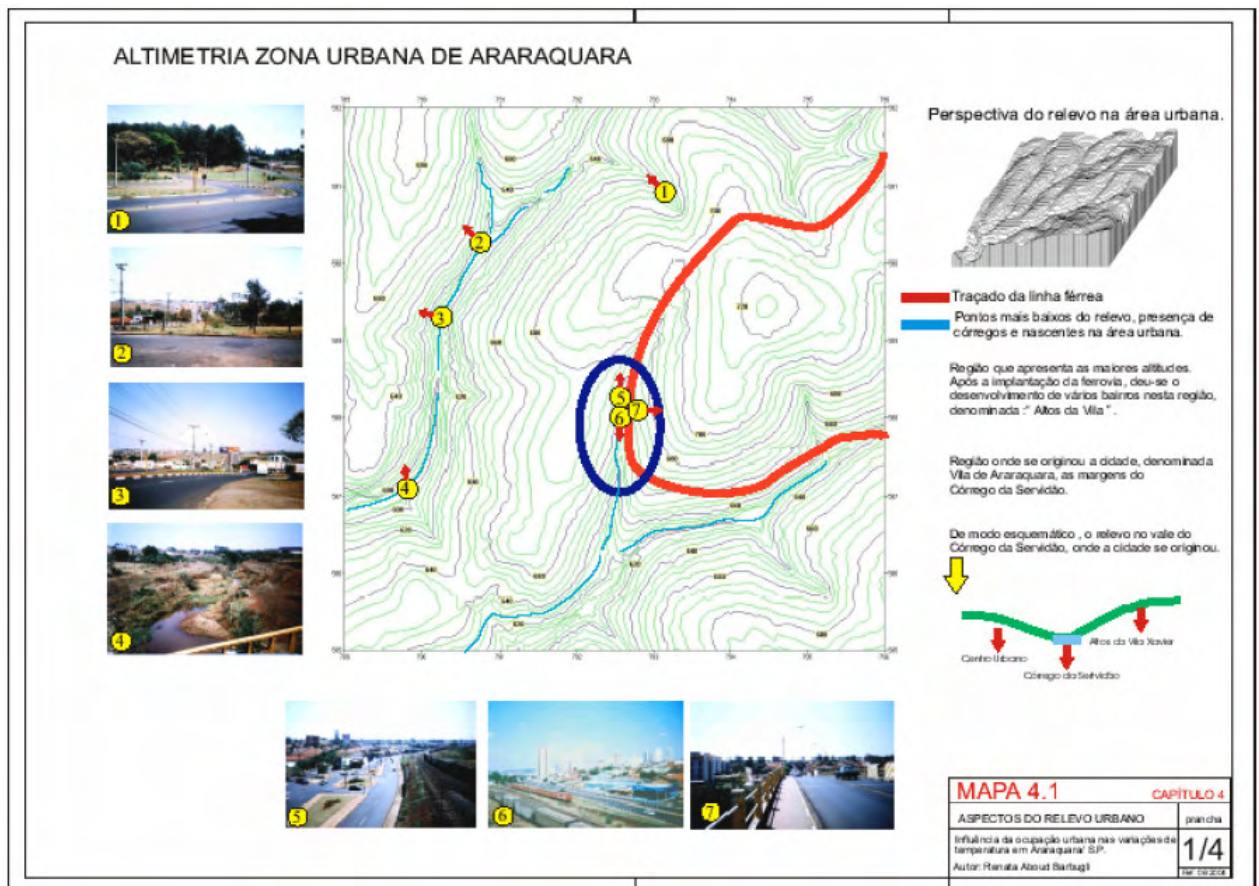
As coordenadas geográficas do município são: 21°47'37" (latitude sul) e 48°10'52" (latitude norte). A altitude média é de 600 m, podendo variar entre 500 m e 740 m, o que configura um relevo com leve sinuosidade. As maiores cotas estão na região leste da cidade (“Altos da Vila Xavier”), enquanto as mais baixas estão a sudoeste da malha urbana. Essas formas de relevo favorecem o desenvolvimento de uma rede hidrográfica muito numerosa.

Os cursos d’água existentes no Município de Araraquara, fazem parte de duas bacias hidrográficas - a do Rio Jacaré-Guaçu⁷⁰, a oeste, afluente do Rio Tietê, e a do Rio Mogi-Guaçu, a leste, afluente do Rio Pardo. Os principais afluentes da Bacia do Rio Jacaré-Guaçu

⁷⁰ Essa bacia é importante tanto pela extensão da área que banha no município quanto pela responsabilidade no abastecimento de água da cidade.

são os ribeirões das Cruzes e do Ouro⁷¹, que atravessam a zona urbana de Araraquara. A Bacia do Rio Mogi-Guaçu tem como afluentes, no município, os ribeirões das Cabaceiras, das Anhumas, do Rancho Queimado, do Cruzeiro, do Monte Alegre e os Córregos da Pindaíba, da Trela, do Boi, da Ponte.

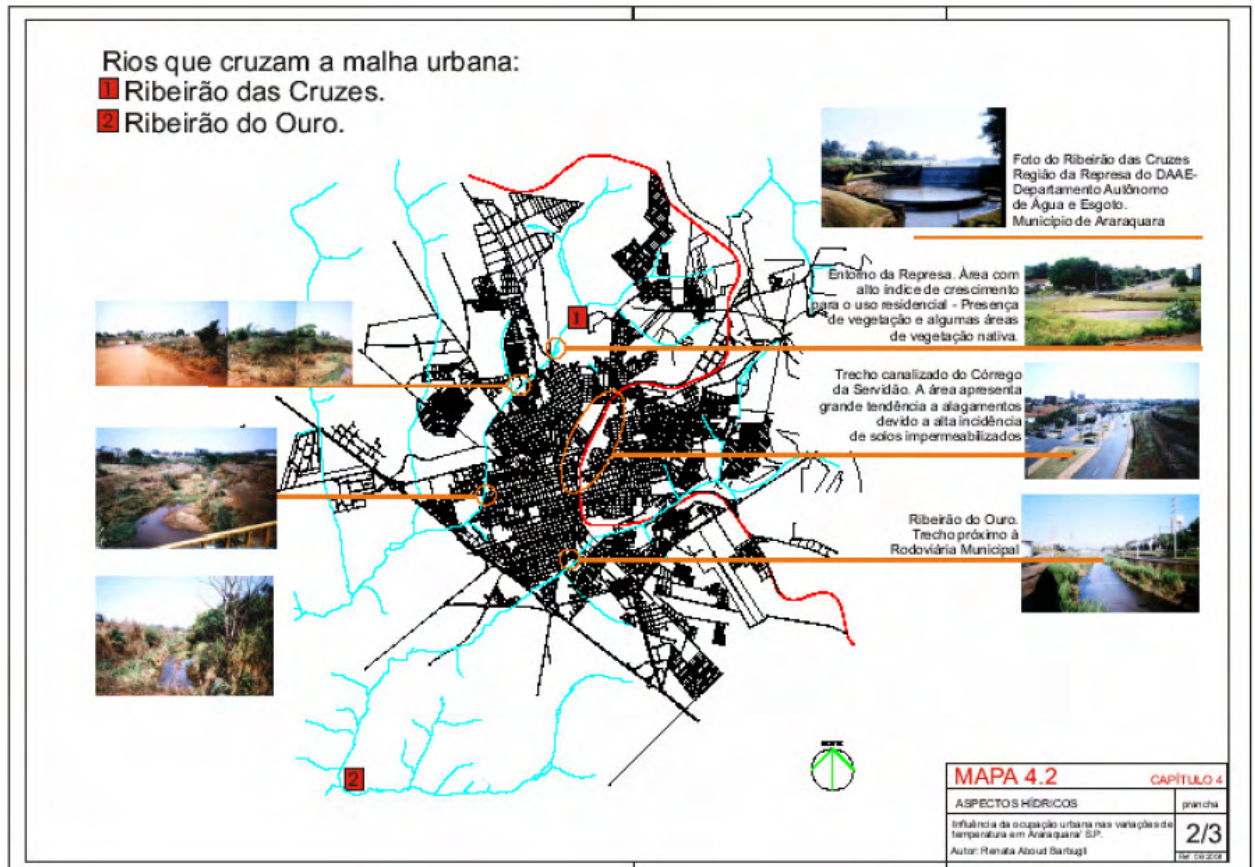
Na figura 4, podemos visualizar o relevo da área urbana do município, com destaque para a linha férrea e os pontos com menor altitude, enquanto, na figura 5, temos o traçado da hidrografia, em que são ressaltados os dois rios principais que cortam o espaço urbano do município (Ribeirão da Cruzes e o Córrego do Ouro) e alguns aspectos de trechos dos mesmos.



Fonte: Barbugli (2004).

Figura 4. Aspectos do relevo urbano do município de Araraquara.

⁷¹ Os afluentes mais importantes do Ribeirão das Cruzes são o Córrego Águas do Paiol, Córrego do Laranjal e o Ribeirão do Lageado. Já os afluentes do Ribeirão do Ouro são os córregos Capão do Paiva, do Vieira, Água Branca, da Servidão, e do Pinheirinho.



Fonte: Barbugli (2004).

Figura 5. Aspectos hídricos do município de Araraquara.

Os seguintes municípios compõem a região administrativa de Araraquara: Araraquara, Américo Brasiliense, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Ibitinga, Itápolis, Matão, Nova Europa, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Tabatinga e Taquaritinga. Toda essa região possui extensa rede de rodovias, ramificadas a partir dos principais centros urbanos, o que facilita o serviço de transportes. Araraquara é também um entroncamento rodo-ferroviário importante, além de estar distante apenas 80 km da Hidrovia Tietê-Paraná.

O eixo rodoviário principal do município é a Rodovia Washington Luís, que o liga à capital do estado por meio da interligação com o Sistema Rodovias Anhanguera (SP-330) / Bandeirantes (SP-348) e desse com o Porto de Santos pelo Sistema Anchieta (SP-150) / Imigrantes (SP-160), local de escoamento de boa parte da produção agrícola local.

O município também se liga à capital e ao Porto de Santos por meio da FERROBAN (antiga FEPASA), sendo que uma das linhas de entroncamento segue para o norte e outra para

o noroeste do Estado de São Paulo. Estas informações podem ser verificadas na figura 6, que se segue.



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura do Município de Araraquara (SP)

Figura 6. Município de Araraquara – Posição Geográfica.

As agroindústrias representam 60% da transformação industrial de Araraquara. Tendo em vista que a cana-de-açúcar⁷² e a laranja representam a vocação agrícola predominante, é natural que a estrutura industrial da cidade seja caracterizada pela agroindústria citrosucroalcooleira. No setor cítrico, temos a Sucocítrico Cutrale, processadora de suco cítrico, que representa uma das maiores empresas no setor, tanto em nível nacional como

⁷² No caso da cana-de-açúcar, seu grande impulso ocorreu, sobretudo, a partir da década de 70, com o advento do programa Proálcool.

internacional⁷³. Já o setor sucroalcooleiro conta com três usinas de açúcar e álcool no município⁷⁴ e quinze em um raio de 80 quilômetros. Essas usinas formam uma fatia significativa do bolo produtivo no Estado.

Também existe no município a intenção da constituição de um pólo tecnológico por conta do desenvolvimento, já existente, de setores como os de química fina, de bioquímica e de alimentos, apoiados pela concentração de universidades regionais (UNESP, USP e UFSCar).

A presença, no município, de oito distritos industriais com infra-estrutura adequada, além dos incentivos oferecidos (doação de terrenos, isenção de tributos municipais), garante vantagens para a implantação de novas indústrias. Os estabelecimentos industriais somavam 386 em 2003 (SEBRAE, 2003)⁷⁵.

Com relação à atividade comercial, há forte concentração na área central expandindo-se pelos bairros compostos por camadas sociais mais privilegiadas, num processo “natural” de descentralização⁷⁶. Possui também três *shopping centers*⁷⁷, além de galerias comerciais dentro e fora do centro e fora dela.

Assim, segundo informações do IBGE (2000), as principais atividades econômicas do município de Araraquara são: agroindústria, comércio e serviços. Os dados abaixo mostram a evolução dos empregos nos setores secundário e terciário no município, de 1991, 1995 e 2000. Por meio deles, podemos constatar que o total de empregos no município é praticamente estável, e que o número de empregos nos setores de serviços teve aumento significativo entre 1995 e 2000, sobre o declínio dos empregos de outros setores (Tabela 3). Aliado a isso, houve também crescimento gradual no setor comercial, cujo número de estabelecimentos subiu de 1.425, em 1995, para 1.787 em 2001, segundo informações do SEADE (2002).

⁷³ Essa empresa iniciou seu funcionamento em 1963, com a denominação de Suconasa.

⁷⁴ Usina Zanin, Usina Maringá e Açucareira Corona.

⁷⁵ De acordo como o site oficial da Prefeitura municipal de Araraquara (www.araraquara.gov.br), a maioria dessas indústrias está ligada ao setor alimentício, metalúrgico e madeireiro.

⁷⁶ Segundo Corrêa (1999), a descentralização está associada ao crescimento demográfico e espacial da cidade, onde as distâncias entre a área central e as novas áreas residenciais se ampliam. Assim, surgem vários núcleos secundários de atividades comerciais, que permitem ao morador uma economia de transportes, uma vez que não precisa deslocar-se até o centro para consumir.

⁷⁷ Tropical Shopping, Shopping Center Jaraguá e Shopping Lupo.

Tabela 3. Evolução do número de empregos ocupados na indústria, comércio e serviços no município de Araraquara.

Tipo de Ocupação	Período		
	1991	1995	2000
Total de empregos ocupados	41.158	40.253	41.361
Empregos ocupados na indústria	10.662	12.034	9.690
Empregos ocupados no comércio	5.050	6.813	8.669
Empregos ocupados nos serviços	17.689	15.730	19.086
Demais empregos ocupados	7.757	5.676	3.916

fonte: Fundação SEADE e IBGE (2000).

Organização: Lucelina Rosseti Rosa (2004, p.26).

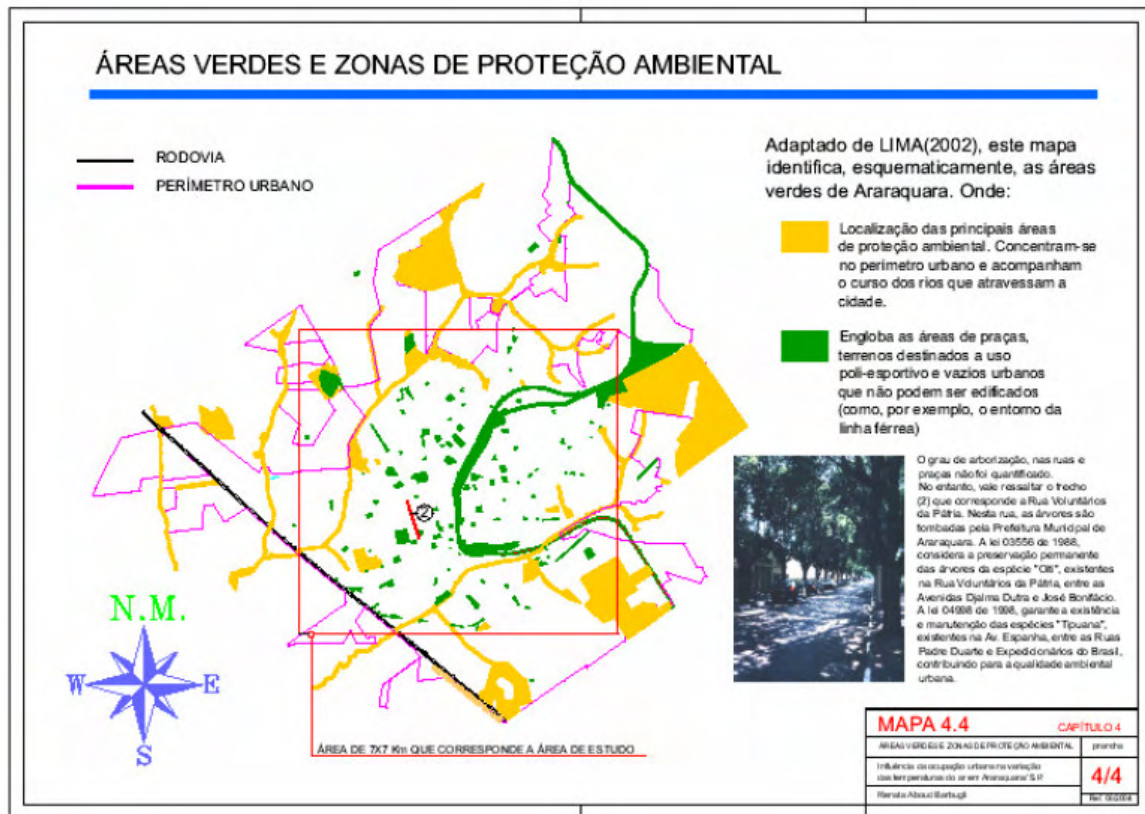
Em termos de infra-estrutura urbana, a cidade de Araraquara apresenta mais de 98% de suas ruas pavimentadas, sendo que a presença de avenidas e vias expressas facilita o acesso mais rápido aos bairros. O saneamento básico pode ser considerado excelente, uma vez que 100% da população é atendida pelo abastecimento de água e 99% por ligações de esgoto⁷⁸. Além disso, Bizelli (2002) acrescenta ainda que, 99% da área urbana possui iluminação pública, mais de 90% das ruas são pavimentadas e quase 100% (99,81%) da malha urbana é atendida pelo serviço de coleta de lixo.

Nesse sentido, podemos considerar que Araraquara oferece boa qualidade de vida também no que se refere às áreas verdes, já que possui 105 praças e ruas bastante arborizadas. Para ser ter uma idéia, a área urbana possui um grande bosque natural com 209,1 hectares (Parque Pinheirinho), o que representa 34,2 m² de área verde por habitante, que significa um indicador bastante adequado, segundo parâmetros preconizados pela ONU (Organização das Nações Unidas). A importância de uma cidade arborizada para sua população é destacada por Barbugli (2004):

A presença de arborização nas cidades não deve ser vista apenas como um artifício ornamental. A vegetação tem funções específicas, como a de proporcionar sombra e deter ou canalizar os ventos, funcionando como um ótimo condicionador térmico natural (BARBUGLI, 2004, p.53).

⁷⁸ Dados do DAAE de Araraquara, 2005.

As áreas verdes e as zonas de proteção ambiental do município, com destaque para uma imagem da Rua Voluntários da Pátria (Rua 5), ladeada por dezenas de árvores da espécie oitis, aparecem na figura 7.



Fonte: Barbugli (2004).

Figura 7. Áreas verdes e zonas de proteção ambiental na cidade de Araraquara.

Entretanto, a despeito do município oferecer uma boa qualidade de vida aos seus habitantes, Cintrão lembra que

De acordo com esses dados de infra-estrutura, comparados aos dados de ocupação, concluímos que boa parte dessa infra-estrutura está ociosa. Ou seja, há locais onde 100% de infra-estrutura, possuem 30% de ocupação. Resultante dessa situação peculiar vivida por Araraquara, é o desperdício do investimento público não aproveitado; encarecimento do valor do solo urbano, dos serviços e outros gastos que proporcionam valorização aos lotes e áreas vazias de proprietários privados (CINTRÃO, 2004, p.69).

Para a autora, o aumento no preço dos terrenos provoca não apenas a expulsão da população carente para os bairros periféricos (alguns até em fase de implantação), como

também para municípios vizinhos⁷⁹, onde os terrenos e os aluguéis são mais baratos, transformando-os em cidade-dormitório para os trabalhadores araraquarenses. Dessa forma, o custo social dessa situação é bastante elevado, uma vez que a distribuição da infra-estrutura pelo território é desigual, contribuindo para a diferenciação de preços dos imóveis nas diferentes regiões da cidade.

3.2. HISTÓRICO DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO

Foi especialmente a partir da década de 1950 que o município de Araraquara intensificou seu ritmo de crescimento e expansão urbana, tendo em vista o desenvolvimento econômico da região, que é considerada hoje como um dos mais importantes pólos citrosucroalcooleiros do Brasil. Nas décadas posteriores (sobretudo pós-década de 1980), o que vimos foi a incorporação de novos bairros periféricos, seja por meio de loteamentos populares, seja por núcleos residenciais para a população de baixa renda. Podemos afirmar que nesse período já se caracterizava o crescimento difuso, que marcará toda expansão urbana do município até os dias atuais.

Entretanto, o município teve seu início com uma grande fazenda produtora de gêneros alimentícios destinados aos desbravadores, tropeiros e mascates, e formou a denominada Freguesia de São Bento de Aracoara, em 1817, por meio de doações de lotes para os agregados da família de Pedro José Neto. O nome Araraquara surgiu somente a partir de 1838, quando foi elevada à categoria de Vila⁸⁰, cujo traçado estava praticamente delineado entre 1830-1869.

As principais vias seguiam as ondulações do terreno, propiciando ao aspecto urbano, uniformidade e paralelismo, com ruas aproximadamente paralelas, ao Ribeirão da Servidão, no sentido do Ribeirão Rego D'água. Contudo, as ruas dispostas desta maneira provocaram certa fragmentação no traçado da vila quando ligadas a outras posteriormente construídas. As vias foram abertas a partir do pátio da Matriz, que seria o marco inicial da vila (eixo) e a trama urbana teria sido imaginada em "xadrez" [...] (LIMA, 2002, p.124).

⁷⁹ Américo Brasiliense, Ibaté, Santa Lúcia.

⁸⁰ O governo da província de São Paulo pretendia a ocupação racional do território paulista com a implantação da agropecuária.

Aqui vale mencionar a idéia de Cintrão (2004, p.24) de que as propriedades urbanas no município formaram-se a partir dos interesses de seus proprietários. As sesmarias foram divididas em fazendas que, por sua vez, foram subdivididas em áreas que, aos poucos, foram incorporadas ao perímetro urbano, “tornando-se glebas de terras urbanas, ocupadas ou não imediatamente, conforme decisão também do poder local”⁸¹.

Como boa parte dos municípios paulistas, Araraquara insere-se no processo de expansão cafeeira a partir da segunda metade do século XIX. O produto passa a ser escoado pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro, conforme já mencionado. O desenvolvimento da cidade deu-se inicialmente no sentido oeste, à direita do Ribeirão da Servidão, fato que se explica pela topografia favorável do terreno nesta área. Na figura 8, podemos ter uma visualização melhor de tal ocupação.



Fonte: Prefeitura Municipal de Araraquara (LIMA, 2002, p.127)

Figura 8. Conformação urbana do município de Araraquara em 1929.

⁸¹ A autora argumenta que, em Araraquara, os grandes proprietários rurais se transformaram em “latifundiários urbanos” e que isso pode ser comprovado pelo fato de que os grandes loteadores e/ou proprietários de loteamentos terem pertencido a famílias tradicionalmente proprietárias rurais. Isso significa, segundo ela, que existe um monopólio da terra garantido pela permanência dessas famílias no poder.

Também teve grande importância para o município a produção de algodão, tornando-o um grande centro produtor e atraindo capital inglês para a então agrovila Gavião Peixoto (hoje município). No início do século XX, no entanto, a economia agrícola do município voltou-se para a policultura. Nesse período, muitos imigrantes, sobretudo os italianos (famílias Lupo, Morganti e Cruz), introduziram as indústrias de açúcar e confecções de meias⁸² no município.

Entre 1930-1935, o café passa por uma fase de declínio, possibilitando que as culturas de cana-de-açúcar e algodão passassem a se destacar na região.

A população urbana do município equiparou-se à rural a partir da década de 1940 e a ultrapassou na década de 1950. A partir daí, seu crescimento foi acentuando-se de tal maneira que atingiu 95% da população total no Censo Demográfico de 2000. Tais dados podem ser constatados na tabela 4.

Tabela 4. Evolução da população urbana e rural do município de Araraquara (SP).

Anos	População Urbana	População Rural	Total
1940	33.552	34.552	67.724
1950	36.476	26.212	62.688
1960	60.591	22.307	82.898
1970	84.582	15.884	100.466
1980	118.778	9.331	128.109
1991	156.462	10.270	166.732
2000*	173.332	8.903	182.238

fonte: RAIA JÚNOR (1995, p.31) citado por LIMA (2002, p.128) baseado nos Censos demográficos do IBGE de 1940 a 1991.
*Dados do IBGE, 2000

Essa elevada taxa de urbanização pode ser explicada, segundo Rosa (2004), pela emancipação dos antigos distritos de Rincão e Santa Lúcia⁸³, em 1950 e 1960, respectivamente. Entretanto, a autora ressalta que:

Além disto, o aumento da população urbana e da própria expansão física da cidade podem ser explicados por um processo mais geral, em que grande parcela da população rural – devido à desestabilidade das condições de vida

⁸² No setor específico de confecção de meias, existe a indústria Lupo, cuja atuação nos mercados interno e externo merece destaque.

⁸³ Ocorre que, nesses antigos distritos, a população no período referido era predominantemente rural, o que contribuía para uma percentagem maior de população rural, pelo menos até 1960.

no campo, por conta das políticas de modernização da agricultura – se dirigia para as cidades (ROSA, 2004, p.28).

Inicialmente, os acessos à Estação Ferroviária eram problemáticos, uma vez que a mesma fora construída à margem esquerda do ribeirão da Servidão, enquanto a cidade crescia à margem direita. Nesse sentido, foi necessária a construção de pontes para fazer as ligações.

O bairro Vila Xavier, localizado a leste da Estação Ferroviária, também possuía dificuldades de acesso. No entanto, por ser um bairro importante e possuir depósitos de mercadorias, foram feitas ampliações e construções de vias, facilitando seu acesso ao centro da cidade. Na figura 9, podemos observar alguns aspectos da cidade de Araraquara em meados da década de 1960, destacando-se um dos viadutos, sobre os trilhos ferroviários, ligando a Vila Xavier (à esquerda) à área central, que já mostrava tendência ao processo de verticalização.



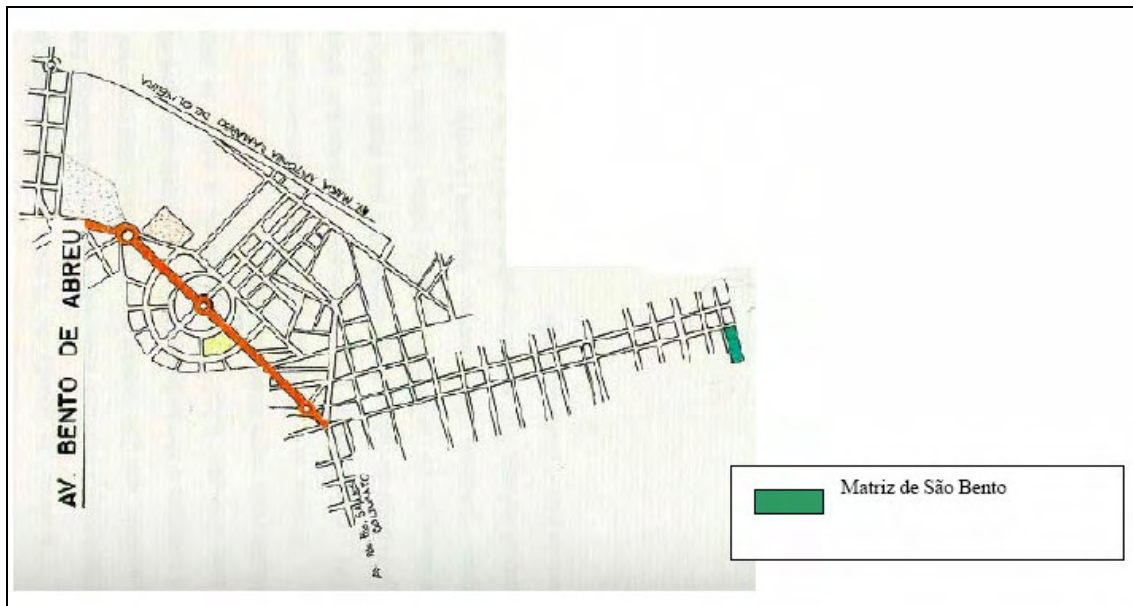
Fonte: Prefeitura Municipal de Araraquara.

Figura 9. Vista aérea de Araraquara, em 1965.

A cidade foi crescendo e aproximando-se da Avenida Padre Francisco Salles Culturato, em meados da década de 40, o que possibilitou o acesso à Rodovia Washington Luís, a oeste, em direção ao município de Matão. A referida rodovia foi aberta entre 1948 e 1949, e asfaltada entre 1963 e 1965. Nesse período, foram extintas as voçorocas por meio de aterramento, valorizando as áreas que eram atingidas pela erosão, que foram urbanizando-se, permitindo a expansão da área urbana também em direção a oeste.

As primeiras agroindústrias chegaram ao município e à região na segunda metade da década de 50, trazidas pela crescente produção de citros e cana-de-açúcar. Alguns acontecimentos importantes se destacam nessa fase no município: a criação da Companhia Tróleibus de Araraquara (CTA), o que significou um marco da expressão econômica e urbana do município; a expansão urbana no sentido norte, uma vez que até então o crescimento se dava mais intensamente em direção ao sul; a instalação da estação de tratamento de água; a formação do bairro da Fonte Luminosa; a construção da Avenida Bento de Abreu, dando acesso do bairro às ruas Nove de Julho e São Bento, no centro da cidade, e interligando a Avenida Padre Francisco Salles Culturato com a Rodovia Washington Luiz e com a Alameda Paulista (Figura 10). Atualmente, a Avenida Bento de Abreu, que no passado se configurava pela concentração residencial, ocupada, sobretudo, pela classe média alta, apresenta-se hoje como uma via de circulação permeada por estabelecimentos comerciais (sobretudo bares, lanchonetes, churrascarias, restaurantes *fast food*, etc.) para o atendimento da vida noturna da cidade, uma vez que é bastante freqüentada pela população jovem. Além disso, pode-se observar que, principalmente nos últimos três anos, houve um grande deslocamento de clínicas e consultórios médicos para essa região da cidade⁸⁴, ocupando as antigas residências, cujos habitantes se mudaram para edifícios de luxo localizados nas áreas centrais, em busca de maior segurança

⁸⁴ Acreditamos que o principal motivo, além da grande oferta de imóveis de elevado padrão, seja a presença nas proximidades de um hospital administrado por um plano de saúde, ao qual muitas destas clínicas estão conveniadas.



Fonte: Prefeitura Municipal de Araraquara. (LIMA, 2002, p.130)

Figura 10. Mapa esquemático da Avenida Bento de Abreu.

É importante ressaltar que a implantação de loteamentos na cidade, a partir da década de 1950, foi muito relevante no processo de expansão urbana, quando o surgimento das agroindústrias também conferiu à região uma transformação no seu perfil produtivo. Esse crescimento urbano continuou na década de 1960 e manteve a tendência (observada até hoje) no sentido norte, embora também ocorra nas demais direções. Além disso, Cintrão (2004) destaca que

[...] Somente a partir dos anos 50, com a valorização do espaço urbano em detrimento das moradias rurais, (processo definitivo e irreversível de êxodo rural) é que os proprietários de terras urbanas começam a vislumbrar lucrativo mercado de terras, transformando áreas rurais em lotes urbanos. É a partir desse momento, inclusive, também que as leis municipais começam a ser mais direcionadas a esta prática (CINTRÃO, 2004, p.27).

Entre 1962 e 1976, a expansão industrial do município levou à criação dos Distritos Industriais, provocando explosão urbana em todas as direções, inclusive dando início à formação de bairros populares. Contudo, no final da década de 1970, o crescimento do número de loteamentos não acompanha a procura de lotes para construção. O problema é que a velocidade com que ocorria a criação de loteamentos era bem mais rápida que sua capacidade de ocupação. Assim, foram surgindo os vazios urbanos à espera de valorização imobiliária (BIZELLI, 1990). Sobre esse assunto, trataremos mais adiante.

Cumprir lembrar que a prática da especulação imobiliária, muito comum nas cidades brasileiras, geralmente acarreta problemas fundiários, sociais e de gestão no uso do solo, que podem ser assim enumerados:

- a) Desequilibrada ocupação do espaço urbano.
- b) Grande número de lotes vagos.
- c) Enormes glebas não urbanizadas ou subutilizadas.
- d) Processo de densificação e verticalização em áreas centrais.
- e) Favelização.
- f) Alto preço da terra, especulação imobiliária e demanda de terra para uso.
- g) Pouca atratividade para os setores a fim de aplicações de capital e reserva de valor.
- h) Segmentação da demanda e oferta em sub mercados locais;
- i) Inexistência de um processo de produção de lotes urbanos racionalmente planejados.
- j) Valorização de preços da terra em decorrência de implantação de infraestrutura e serviços públicos.
- l) Desigualdade de distribuição espacial, acarretando diferencial de preços pela escassez (retenção de terrenos vagos).
- m) Demanda por terras para população com baixos salários.
- n) Primazia do decreto da propriedade sobre o direito de habitação.
- o) Legitimidade da propriedade ociosa e baixos impostos sobre ela.
- p) Poucos recursos para provisão de infra-estrutura e para habitação subsidiada.
- q) Legislação informal.
- r) Padrões técnicos de urbanização fora da realidade sócio-econômica (LIMA, 2002, p.144).

Os novos núcleos de ocupação da cidade passaram, assim, a definir e a reelaborar um novo traçado para o limite da cidade, uma vez que estavam muito próximos do perímetro urbano na época. O crescimento da quantidade de loteamentos foi incentivado também pela publicidade e intensificado pelo processo de êxodo rural.

Nesse sentido, com a expansão urbana nas décadas de 1970 e 1980, a cidade passou a ter a mesma proporção de lotes ocupados e desocupados, o que forçou o poder público a aprovar uma lei para restringir a aprovação de pedidos de abertura de novos loteamentos.

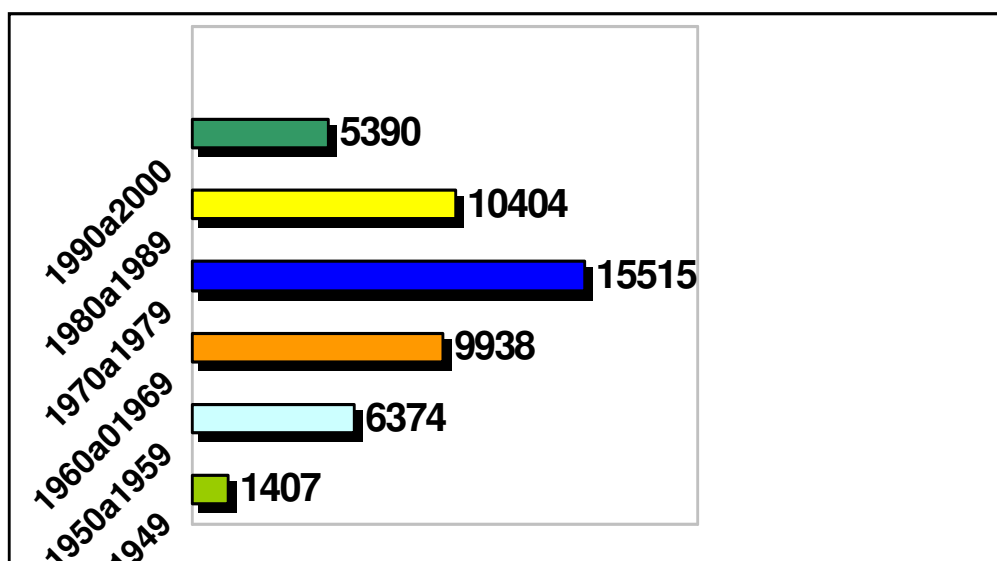
Passa-se a exigir do loteador toda a infra-estrutura, desde "rede distribuidora de água e respectivas derivações prediais e das necessárias à inflação de hidrantes, e, ainda, conforme o caso, captação, recalque e reservatórios de água, bem como rede coletora de esgotos e respectiva derivações prediais", galerias para águas pluviais, até "colocação de guias, sarjetas, plantação de grama e arborização" e obras de pavimentação (Lei n.º 2467, de 11 de junho de 1979), alterando também a forma de devolução da caução, firmada quando da regularização do loteamento, que passa a ser feita em parcelas conforme terminem as obras de instalação da infra-estrutura (CINTRÃO, 1995, p.49).

Cabe aqui salientar que essa expansão urbana ocorreu sobre as áreas anteriormente rurais, que, com a proximidade da cidade, se tornaram supervalorizadas. Se junta a isso a necessidade de criação de novas áreas de habitação popular. Rosa (2004) lembra que muitos desses bairros passam a ser ocupados por uma população (em geral, de baixa renda) que possui vínculo muito forte com o meio rural, tendo em vista que muitos são oriundos de áreas rurais, de onde trouxeram e ainda mantêm valores, atitudes e comportamentos de vivências anteriores.

Na década de 1990, o processo de loteamento continuou intensivamente, sendo que, dos aproximadamente 415 loteamentos atuais existentes na cidade (dados da Prefeitura Municipal de Araraquara), 59 foram criados e aprovados nesse período. Na tabela 5 e figura 11, podemos ver um panorama da aprovação de loteamentos e lotes por década.

Tabela 5. Loteamentos e lotes aprovados por décadas, em Araraquara.

Período	Número de loteamentos aprovados	Número total de lotes aprovados
Até 1949	20 (excluindo Centro Histórico)	1.407
1950 a 1959	32	6.374
1960 a 1969	44	9.938
1970 a 1979	73	15.515
1980 a 1989	37	10.404
1990 a 2000	59	5390

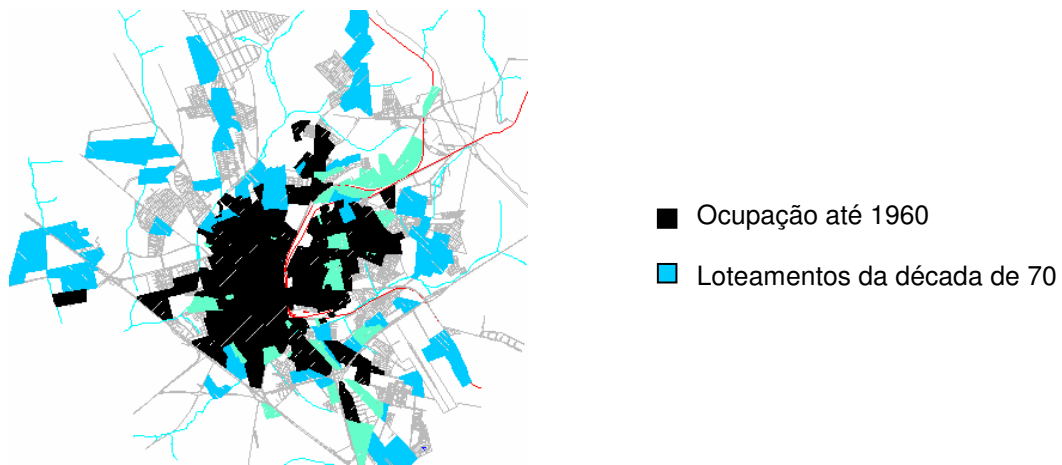


fonte: Secretaria de Planejamento - Prefeitura Municipal de Araraquara (2000), adaptação de Cintrão (2004, p.29).

Figura 11. Loteamentos aprovados por década, em Araraquara.

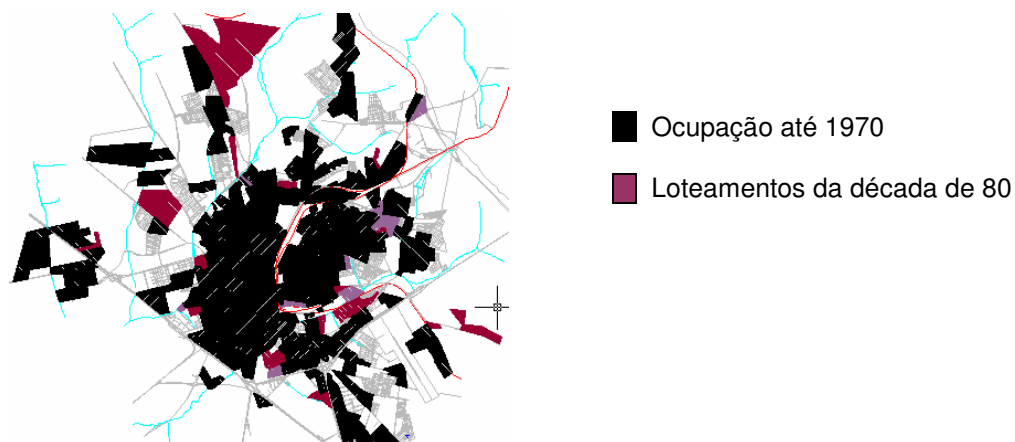
Os loteamentos aprovados no último período (1990-2000) deveriam estar no perímetro urbano, segundo as leis do PDDI (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado), todavia, muitos as desrespeitaram e, nesse caso, os lotes foram aprovados como chácaras de recreação, apesar de serem utilizados como residências tipicamente urbanas, incentivando assim a dispersão urbana (LIMA, 2002).

Para uma melhor visualização desse processo histórico, temos as figuras 12 e 13, nas quais podemos observar a expansão urbana do município por meio dos loteamentos aprovados na década de 1970 e 1980. Fica clara que a criação de novos loteamentos e sua ocupação foram muito intensas na década de 1970.



Fonte: Cintrão (2004, p.49).

Figura 12. Localização dos loteamentos aprovados na década de 1970.



Fonte: Cintrão (2004, p.49)

Figura 13. Localização dos loteamentos aprovados na década de 1980

Cintrão (2004) atenta para o fato de que, se compararmos os dados acima com aqueles da evolução demográfica do município (Tabela 6), veremos que não existe uma coincidência entre crescimento físico e populacional. O maior percentual de crescimento demográfico ocorreu na década de 1950, enquanto que a maior expansão da área urbana deu-se nas décadas de 1970 e 1980 acompanhadas pela redução da população na década de 1990. Assim, o crescimento do número de lotes nas décadas de 1970 e 1980 não foi acompanhado pelo aumento populacional, o que gerou uma ampliação nas áreas de expansão urbana, ao mesmo tempo em que ampliava os vazios urbanos.

Além disso, até início da década de 1990, houve o que se pode chamar de retração na expansão territorial, uma vez que a redução na aprovação de novos loteamentos favoreceu a ocupação dos já existentes. O mercado imobiliário voltará a se aquecer no final da década de 90, com a expectativa criada em torno da implantação da EMBRAER em Gavião Peixoto (município vizinho, antigo distrito de Araraquara). Com isso, tivemos uma elevação nos valores dos imóveis, mas o crescimento imediato do setor imobiliário não se confirmou. “O impacto imobiliário, causado pela instalação da empresa, não chegou a movimentar sequer a indústria da construção civil – que poderia significar um processo de ocupação nos lotes existentes” (CINTRÃO, 2004, p.111). Todavia, cabe aqui ressaltar que, apesar não ter havido alteração na situação dos vazios urbanos, a chegada da EMBRAER, favoreceu investimentos em Araraquara, nos últimos anos, como construções de hotéis, condomínios fechados de alto padrão, dois *shoppings centers* e remodelação de um já existente, além da inauguração três hipermercados. Além disso, uma empresa de táxi aéreo se instalou no município oferecendo serviços de transporte, tanto de carga, como de passageiros, em aviões modelo bimotor. Ademais, muitos funcionários dessa empresa, sobretudo da área administrativa, optariam por morar em Araraquara.

Merece destaque, na década de 1980, o surgimento de novos conjuntos habitacionais em Araraquara, num total de 2.000 casas construídas⁸⁵ e 10.400 lotes, o que significa que menos de 20% das unidades foram financiadas, permitindo a ocupação imediata das casas. Porém, a Caixa Econômica Federal criou, nesse período, linhas de financiamento para a autoconstrução, o que contribuiu para diminuição do *déficit* habitacional no município.

⁸⁵ Por meio da COHAB-BANDEIRANTES, INOCOOP e CDHU.

No final da década de 1990 o número de unidades habitacionais para a população de média e baixa renda chegou a 8.129 (6.081 casas e 2.048 apartamentos), sendo que havia mais 3.898 unidades em andamento. Essas habitações, em geral, localizam-se em áreas periféricas.

Configura-se o caráter condutor do crescimento urbano provocado pelo poder público, tal qual acontece com a construção de equipamentos sociais e infra-estrutura em bairros periféricos. Permanece a lógica da valorização dos vazios intersticiais especulativos (entre a cidade a ocupação periférica). Daí o interesse, apesar de contido, das construtoras/empreendedores locais na construção, em projeto associativo (CINTRÃO, 2004, p.82).

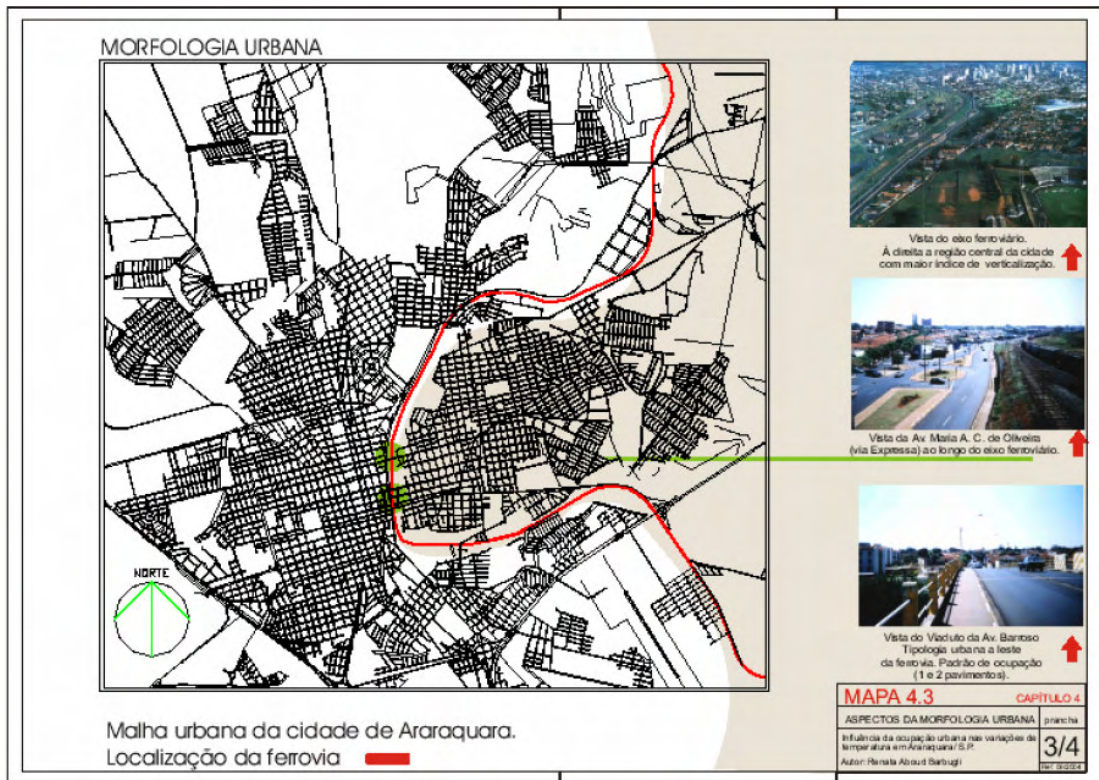
Convém destacar também que durante a década de 1990, novas indústrias foram instaladas no município, com a aprovação de novos distritos industriais⁸⁶, localizados na área de expansão urbana, próximos dos bairros periféricos. de acordo com Cintrão (2004, p.76), “este processo confere um desenvolvimento ao setor sudeste da cidade, onde se localiza a maior parte das indústrias, devido principalmente ao fácil escoamento da produção pelas principais rodovias de acesso à cidade”.

Em anexo, podemos observar a evolução dos loteamentos, no período que vai desde antes de 1925 a depois de 1990 (Anexo 1), e o macrozoneamento urbano da cidade de Araraquara (Anexo 2).

3.2.1 A forma urbana atual a questão dos vazios urbanos

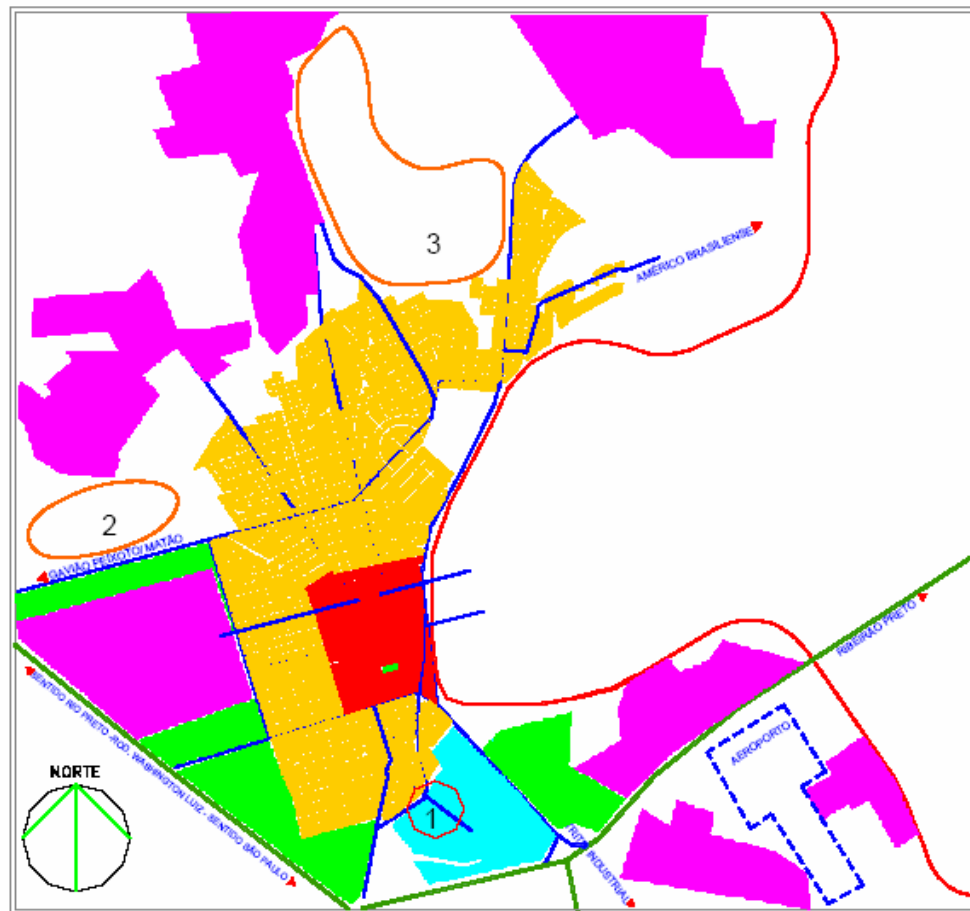
Conforme foi dito anteriormente, o desenvolvimento da cidade deu-se inicialmente no sentido oeste da linha férrea, a partir de onde se formou a Vila de Araraquara e onde se concentra o centro comercial principal e de serviços, bem como o centro político e administrativo do município. Além disso, esta área apresenta o maior desenvolvimento e crescimento urbano não apenas pela topografia favorável, mas também por possuir ligação direta com a Rodovia Washington Luís. Tal desenvolvimento pode ser observado nas figuras 14 e 15.

⁸⁶ Merecem destaque, nessa fase, o V Distrito (Indústria Kaiser) e o VI Distrito (Jardim Regina).



Fonte: Barbugli (2004).

Figura 14. Aspectos da morfologia urbana de Araraquara.

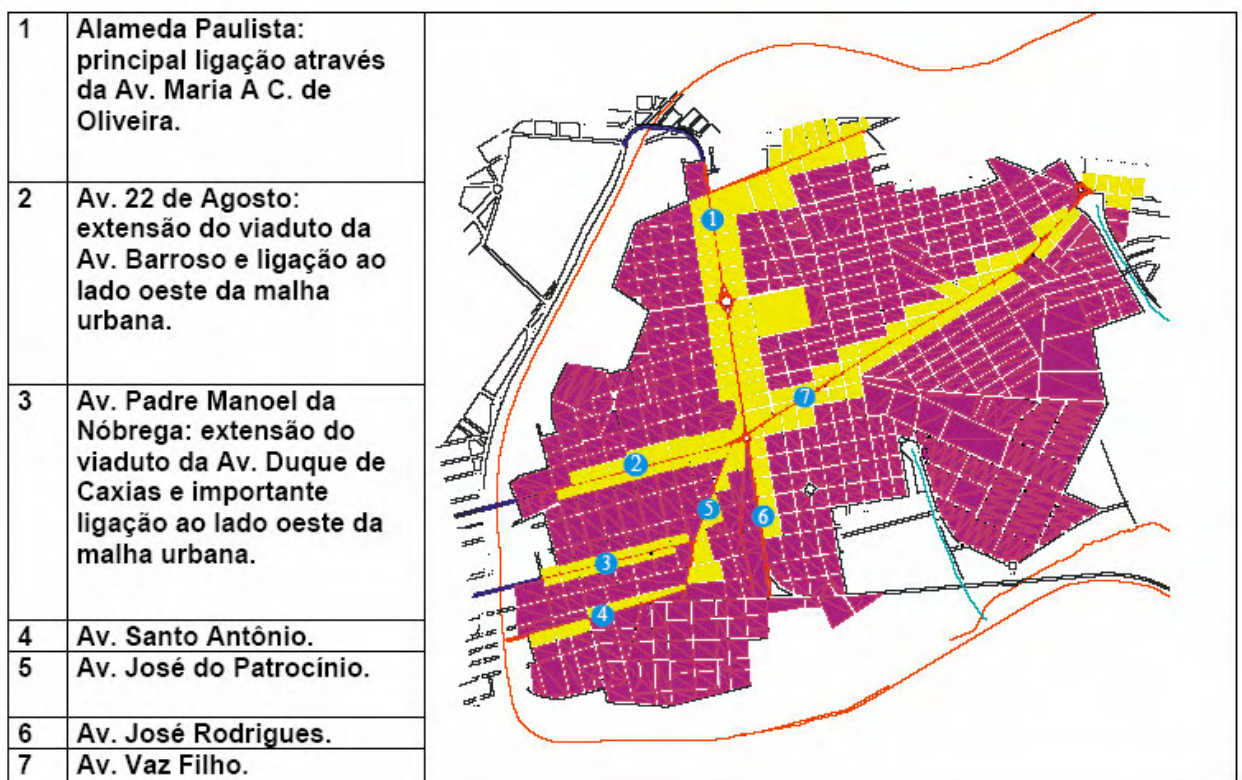


- Corresponde ao quadrilátero central. O retângulo verde ao centro representa o "marco zero" da cidade. A área caracteriza-se por apresentar uso misto com predominância de comércio e serviços. É a região que se encontra mais verticalizada.
- Corresponde aos bairros centrais. O uso do solo é misto. O padrão de ocupação predominante é de 1 e 2 pavimentos, no entanto a área apresenta forte tendência de verticalização. Ao longo dos principais eixos de ligação predominam os usos comerciais e de serviços.
- Corresponde aos bairros periféricos com predominância de usos residenciais e comércio de pequeno porte. O padrão de ocupação predominante é de 1 e 2 pavimentos. No setor Norte localizam-se as regiões com maior tendência de crescimento (uso residencial de baixo gabarito).
- Corresponde aos bairros periféricos com predominância de usos residenciais e comércio. Apresentam grande tendência de crescimento para uso comercial e de serviços devido as facilidades de interligação entre a entrada da cidade e demais bairros. O círculo vermelho representa a localização da Rodoviária Municipal e do Shopping Tropical.
- Corresponde aos bairros periféricos. O uso é misto, mas apresentam comércio e serviços de grande porte, como agências de veículos, oficinas, materiais de construção e empresas como a CUTRALE, CPFL, DER, além de uma unidade do SESC.
- LINHA FÉRREA
- PRINCIPAIS EIXOS DE LIGAÇÃO
- PRINCIPAIS RODOVIAS
- 1 LOCALIZAÇÃO DA RODOVIÁRIA E DO SHOPPING TROPICAL
- 2 ÁREA COM GRANDE TENDÊNCIA DE CRESCIMENTO NOS SETORES COMERCIAL E DE SERVIÇOS. NOS 3 ÚLTIMOS ANOS FORAM IMPLANTADOS UM SHOPPING E UMA UNIVERSIDADE. LOCALIZA-SE NO PRINCIPAL EIXO DE LIGAÇÃO COM A CIDADES DE GAVIÃO PEIXOTO, ONDE ESTÁ SENDO INSTALADA UMA UNIDADE DA EMBRAER.
- 3 ÁREA COM GRANDE TENDÊNCIA DE CRESCIMENTO RESIDENCIAL DE BAIXO PAVIMENTO.

Fonte: Barbugli (2004).

Figura 15. Desenvolvimento urbano de Araraquara a oeste da ferrovia.

Na região leste da cidade, originou-se o bairro que recebeu a denominação de “Altos da Vila Xavier”. A partir dessa região, novos bairros foram surgindo, ampliando a cidade no sentido leste. Podemos observar que nestas áreas existe a mistura de usos do solo, pois, embora predominem os usos residenciais, é intensa a presença do comércio e dos serviços, sobretudo nos eixos de ligação. Na figura 16, temos a cor amarela representando as áreas com predominância do comércio e dos serviços, enquanto a cor rosa representa o uso residencial, além da localização e caracterização das principais vias de acesso do bairro.



Fonte: Barbugli (2004).

Figura 16. Região à leste da ferrovia - Bairro: Altos da Vila Xavier. Araraquara (SP).

Na medida em que nos deslocamos do centro para a periferia de Araraquara, podemos notar que a quadrícula da malha urbana perde o traçado ortogonal original. Algumas zonas da cidade podem ser identificadas em função do desenho das quadras e do traçado viário.

Em bairros planejados, como é o caso da região da Fonte Luminosa, ao longo da Av. Bento de Abreu e demais alamedas, existem largos canteiros que permitiram o plantio de árvores de médio e grande porte. Esta preocupação desaparece nos loteamentos populares, onde predominam ruas

principais largas privilegiando o fluxo de veículos e ruas perpendiculares mais estreitas para a obtenção do maior número de lotes (BARBUGLI, 2004, p.77).

Assim sendo, a autora considera que, em função do uso e do padrão de ocupação, cada loteamento segue uma lógica própria, o que resulta na configuração de um desenho da malha urbana em forma de “colcha de retalhos”.

A visualização da localização dos bairros na cidade de Araraquara, pode ser feita por meio do Mapa-índice dos Bairros de Araraquara, acompanhado pela listagem dos bairros e seus códigos correspondentes, em anexo (Anexos 3 e 4).

Pelo que foi exposto, não há como negar que, ao longo da história do município de Araraquara, sempre existiu uma política urbana conivente com a especulação imobiliária ligada à expansão urbana. Assim, ela determinou os tipos de ocupação e usos, e direcionou o crescimento da cidade, construindo atrativos em áreas seja de importância socioeconômica, seja política ou de baixo valor econômico com o objetivo de transformá-las em áreas de interesse imobiliário. Como, na maioria das vezes, tais áreas são afastadas do centro, entre elas e as áreas edificadas são criados vazios responsáveis pela alteração das características do seu entorno bem como do valor do solo. Nesse sentido, essa forma de ocupação do solo mostra um desequilíbrio social e espacial, que é resultado da especulação imobiliária, que foi apoiada pelo setor público por meio de facilidades concedidas aos investidores do setor. No caso de Araraquara, David (1993) afirma que

[...] embora desenvolvendo uma urbanização não caótica, atraiu para si a existência de vários "vazios urbanos" que vieram marcar um elemento bastante forte no processo de crescimento físico da cidade. Mesmo abrangendo um processo em que a deterioração urbana é relativamente controlada, são encontrados loteamentos bastante isolados espacialmente [...] (DAVID, 1993, p.90).

Tudo isso resultou em um tipo de cidade que se expande horizontalmente em praticamente todas as direções, sofrendo intenso processo de verticalização das áreas centrais e de loteamentos nas áreas de expansão. Como consequência, o solo urbano sofre impactos como: “aumento do consumo de fontes de energia não-renováveis, aumento da poluição, ocupação de áreas agricultáveis ou de proteção e outros fatores de impactos” (LIMA, 2002, p.141). Além disso, Cintrão (2004, p.50-51) lembra que o processo de verticalização promove a valorização da área central de Araraquara, que também é reflexo do “próprio zoneamento de

uso e ocupação do solo, que estabelece o centro (histórico e comercial) como uma área privilegiada, quanto à diversidade de uso e índices de ocupação a serem explorados pelo setor imobiliário”.

Conforme já mencionamos nos capítulos anteriores, a expansão urbana difusa já é considerada bastante comum nas cidades brasileiras (inclusive em Araraquara), e a existência dos vazios urbanos pode ser assim explicada, segundo Lima (2002a):

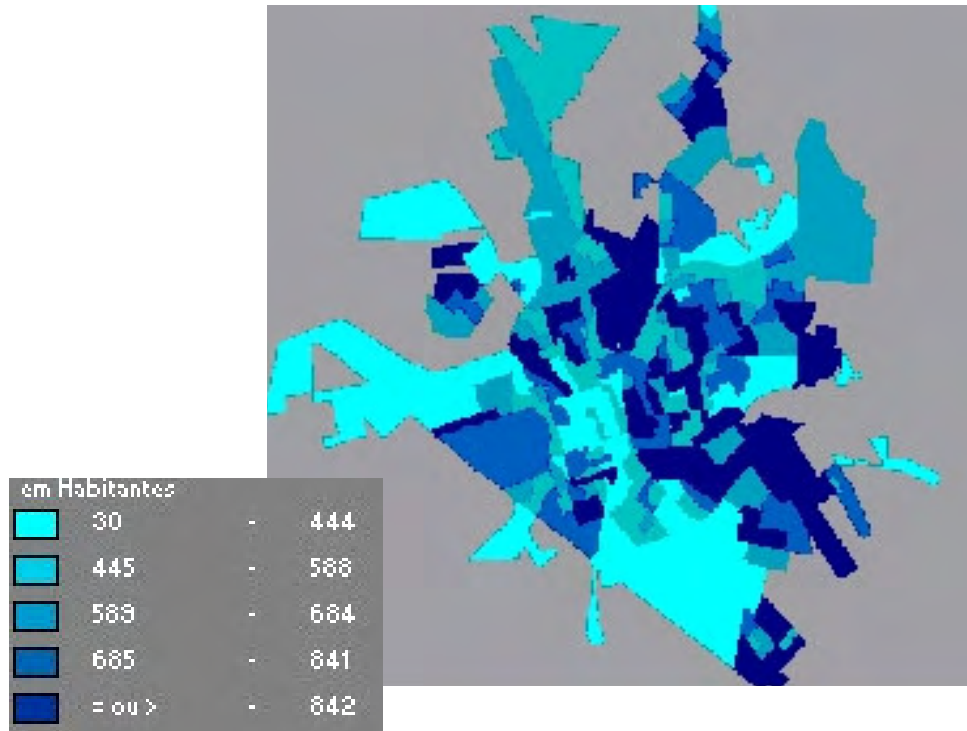
[...] Os limites urbanos não são fixos, ao contrário, variam com o tempo, são temporários. Também, toda vez que uma área é anexada à cidade, essa expansão nem sempre é feita dando continuidade ao limite urbano que ora é extrapolado. Frequentemente, são deixadas áreas livres, "vazias", entre o perímetro urbano que foi, anteriormente, o limite da cidade, e essas novas áreas de expansão (LIMA, 2002, p.100).

Dessa forma, as áreas vazias ocorrem em todas as partes da cidade, tanto nos lugares centrais quanto nos periféricos. E, no caso de Araraquara, a ocorrência de vazios urbanos, atualmente, situa-se em cerca de 50% da área urbana, o que resulta numa ocupação de somente 22 habitantes por hectare (ou 10.000 m²), representando 55% do número mínimo ideal que seria 40 habitantes por hectare⁸⁷. Para Cintrão (2004), isso significa,

[...] que qualquer benefício introduzido pelo poder público (seja Prefeitura ou pelo Governo Estadual) representa esforço dobrado, pois é como se atendesse a um lote e desatendesse a outro. Apesar disso, continuam sendo retalhadas glebas ainda mais distantes, nas quais os mais pobres são obrigados a ir morar, normalmente em lotes de menor valor, isto é, nos quais existam prejuízos principalmente à acessibilidade (CINTRÃO, 2004, p.22).

O mapa a seguir (Figura 17) determina a quantidade de habitantes por setores censitários. Nele, podemos notar que, embora predominem nas áreas periféricas, os setores com densidade de ocupação menor também aparecem em posições centrais da malha urbana, indicando, provavelmente a existência de vazios urbanos.

⁸⁷ Dados de reportagem do jornal Folha de S. Paulo, de 27 de fevereiro de 2005.



Fonte: IBGE, Resultado do universo do Censo Demográfico 2000 – Malha Municipal do Brasil1997 (CINTRÃO, 2004, p.38).

Figura 17. Densidade demográfica. Número de habitantes por região censitária.

A existência de vazios urbanos independe da especulação imobiliária segundo Lima (2002a). Nesse caso, podem ser consideradas como áreas vazias não cumpridoras de sua função social, áreas de proteção ambiental, edifícios abandonados, praças e centros históricos deteriorados, entre outros.

Outro dado importante diz respeito à condição de vida e habitação da cidade de Araraquara e mostra que ela possui 55.641 imóveis residenciais, com ocupação média de 3,8 habitantes/imóvel, e 37.490 lotes vagos urbanizados com infra-estrutura completa, segundo dados do IBGE.

Para melhor ilustrarmos a situação da distribuição urbana de Araraquara, em meados da década de 1990, podemos observar os dados da tabela 6:

Tabela 6. Distribuição das áreas urbanas do município de Araraquara (SP).

CATEGORIA	ÁREA (m²)	%	OBS.
Gleba não-loteada	7.966.848	10,5	Vazio
Área loteada e ocupada	21.956.036	28,9	Ocupado
Áreas não-ocupáveis	32.655.916	43,0	Ruas, praças, etc.
Área loteada e vaga	13.265.700	17,6	Vazio com infra-estrutura
Perímetro urbano	75.844.500	100,0	Total
Fonte: CINTRÃO, 1995, p.49.			

Lima (2002) lembra que os impactos causados pela presença de vazios urbanos na cidade são considerados, por alguns estudiosos, como negativos, tanto econômica como socialmente e, para outros, como positivos, porque podem representar um estoque de terras que poderão ser utilizadas posteriormente. A mesma autora também destaca que existem quatro dimensões da questão dos vazios urbanos: a socioeconômica, a físico-espacial, a ambiental e a institucional e cultural, que serão explicadas a seguir.

A dimensão socioeconômica refere-se aos lotes tanto privados quanto públicos, que podem se destinar-se à população de baixa, média ou alta renda, glebas (não-loteadas ou parceladas, ou, ainda, conforme a localização, chácaras) que foram parceladas, mas permanecem subutilizadas ou sem ocupação, embora estejam localizadas em áreas urbanizadas. No caso de Araraquara, a autora constatou que o valor do solo urbano é muito discrepante, sobretudo conforme a localização espacial⁸⁸. Como consequência de tal processo, David (1993) destaca que

[...] mesmo na ausência de um déficit habitacional expressivo⁸⁹, o processo de loteamento popular se manifestou de forma intensa na formação dos conjuntos habitacionais extremamente distantes do de centro urbano, marcando um padrão de habitação bastante precário, com ausência de áreas verdes, bem como com características de aridez e de isolamento [...] (DAVID, 1993, p.89-90).

Para a administração municipal, segundo o Secretário de Desenvolvimento Urbano do município, esse tipo de crescimento urbano gera um “peso” na infra-estrutura urbana, que se

⁸⁸ Existe uma variação de R\$ 5,00 a R\$ 45,00 o m² nas áreas periféricas, de R\$22,00 a R\$100,00 nos bairros mais próximos do centro, por volta de R\$280,00 nas áreas centrais e, entre R\$50,00 e R\$250,00 nos corredores comerciais, como a Av. Vaz Filho e a Alameda Paulista (Dados do Caderno Imobiliário, n. 1155, maio/2002).

⁸⁹ Embora seja como em cidades brasileiras de porte médio, Araraquara não possui favelas nem loteamentos clandestinos.

reflete na oferta de serviços, principalmente no que se refere ao sistema de drenagem e à pavimentação. Explicando melhor, a implantação e a manutenção de infra-estrutura em bairros tão distantes do centro tornam-se muito onerosas para o poder público.

Com relação à dimensão físico-espacial, Lima (2002) a define como a relação da configuração espacial, a distribuição de assentamentos humanos e as atividades econômicas e afirma que, em geral, os vazios urbanos em Araraquara ocorrem por toda a cidade, podendo ser encontrados tanto nos lugares mais centrais quanto nos mais periféricos, como vimos na figura 17. Tal fato se explica pela contínua ultrapassagem dos limites urbanos observada no município. Cumpre ressaltar que a situação se agrava ainda mais se pensarmos que, atualmente, apenas 11% dos terrenos não utilizados estão disponibilizados para a venda nas imobiliárias da cidade, ou seja, seus proprietários pretendem mantê-los inutilizados à espera de valorização futura⁹⁰.

[...] isso confirma a retenção de terras para fins de reserva de capital, e dessa forma só serão disponibilizados ao mercado imobiliário, por motivos particulares ou num momento muito vantajoso no sentido da valorização financeira, e como nesse caso o tempo colabora a favor da valorização, só são disponibilizados ao mercado pequena parte que estaria atendendo a estes requisitos (CINTRÃO, 2004, p.106).

Lima (2002) cita como exemplos de espaços relacionados à dimensão físico-espacial e também socioeconômica os vazios periféricos (loteamentos desocupados), praças sem usos ou deterioradas, malha ferroviária, passeios e ruas. Na figura 18, temos a localização e a foto de um trecho da malha ferroviária que corta a cidade, considerada como pertencente a essa categoria de vazio físico-espacial, uma vez que se trata de um espaço público subutilizado atualmente, a despeito de sua grande extensão, sua importância espacial, econômica e cultural, e de separar o bairro da Vila Xavier do centro da cidade.

⁹⁰ Dados de reportagem do jornal Folha de S. Paulo, de 27 de fevereiro de 2005.

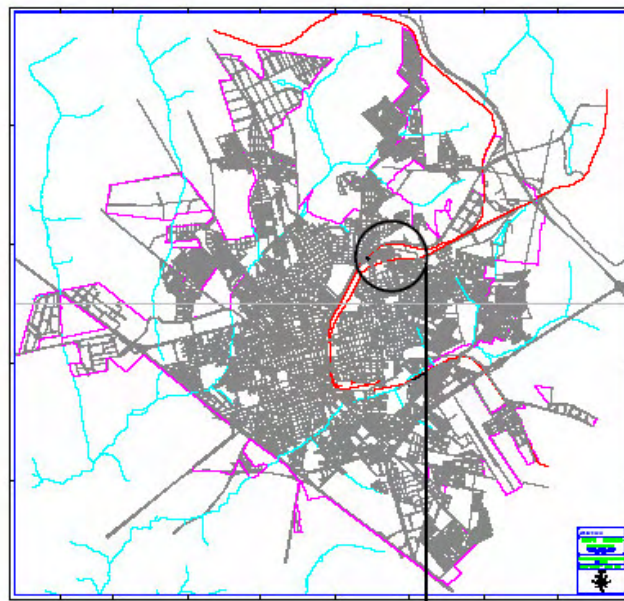
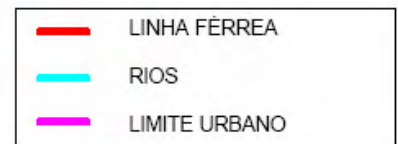


Figura 02. Mapa Atual da Cidade de Araraquara, 2002

Fonte. Prefeitura Municipal de Araraquara.



Fonte. Prefeitura Municipal de Araraquara, 1995 (LIMA, 2002).

Figura 18. Avenida Manoel de Abreu e malha ferroviária.

Os vazios urbanos possuem uma relação complexa com a configuração do espaço urbano e com o meio ambiente. de um lado, o problema da degradação ambiental causada pela expansão urbana e, de outro, a relação de ambientes muito densos com a escassez de espaços livres e áreas verdes, que corre o risco de afetar negativamente a estrutura urbana.

Assim, considera-se que tais áreas devem ser preservadas, ou seja, não-ocupadas, pois se tratam de

[...] áreas de risco e de enchentes, áreas de desmoronamento, áreas suscetíveis à erosão, áreas de assoreamentos, áreas de mangues, unidades de conservação, proteção e cobertura vegetal, áreas de recarga do aquífero Guarani-Botucatu⁹¹ -, solos permeáveis, morros, lagos, lagoas e açudes, áreas de declividade acentuada (>30%), parques, reservas florestais (estaduais e municipais), Zonas de Proteção de Mananciais (planícies aluvionares - várzeas), margens de rios, córregos, reservatórios, nascentes, áreas com vegetação natural remanescente, áreas de preservação permanente (de acordo com Código Florestal, Lei Nacional do Meio Ambiente e Resolução CONAMA), áreas de proteção arqueológica, áreas de proteção e recuperação de mananciais, reserva particular do patrimônio cultural e Áreas de Proteção Ambiental (LIMA, 2002, p.105).

Finalmente, existe uma dimensão institucional e cultural do vazio urbano que está relacionada ao que se pode denominar de apropriação social dos benefícios de investimentos públicos, ou seja, aos vazios urbanos construídos (como os de usos deteriorados) e não-construídos (lotes privados, glebas à espera de valorização). Como exemplo de vazio construído, podemos citar o centro histórico ou principal, que, geralmente, com a expansão urbana, perde valor do solo e dos custos de infra-estrutura. Outra modificação ocorre no uso que deixa de ser predominantemente residencial, esvaziando-se ou refuncionalizando-se por meio de usos voltados ao setor terciário (comércio, prestação de serviços).

Existe atualmente uma preocupação, sobretudo nos países desenvolvidos, em requalificar espaços (centrais ou periféricos), como é o caso da revitalização de antigas áreas industriais, que são denominados de *brownfields/friches industrielles*. Vasques e Mendes (2003) definem os *brownfields*

[...] como propriedades (edifícios/terrenos) que tiveram um uso econômico anterior e que atualmente estão abandonadas, ociosas, sub-utilizadas ou mal aproveitadas, que podem ser limpas, descontaminadas e reutilizadas se foram convergidos esforços para o seu redesenvolvimento (VASQUES; MENDES, 2003, p.89).

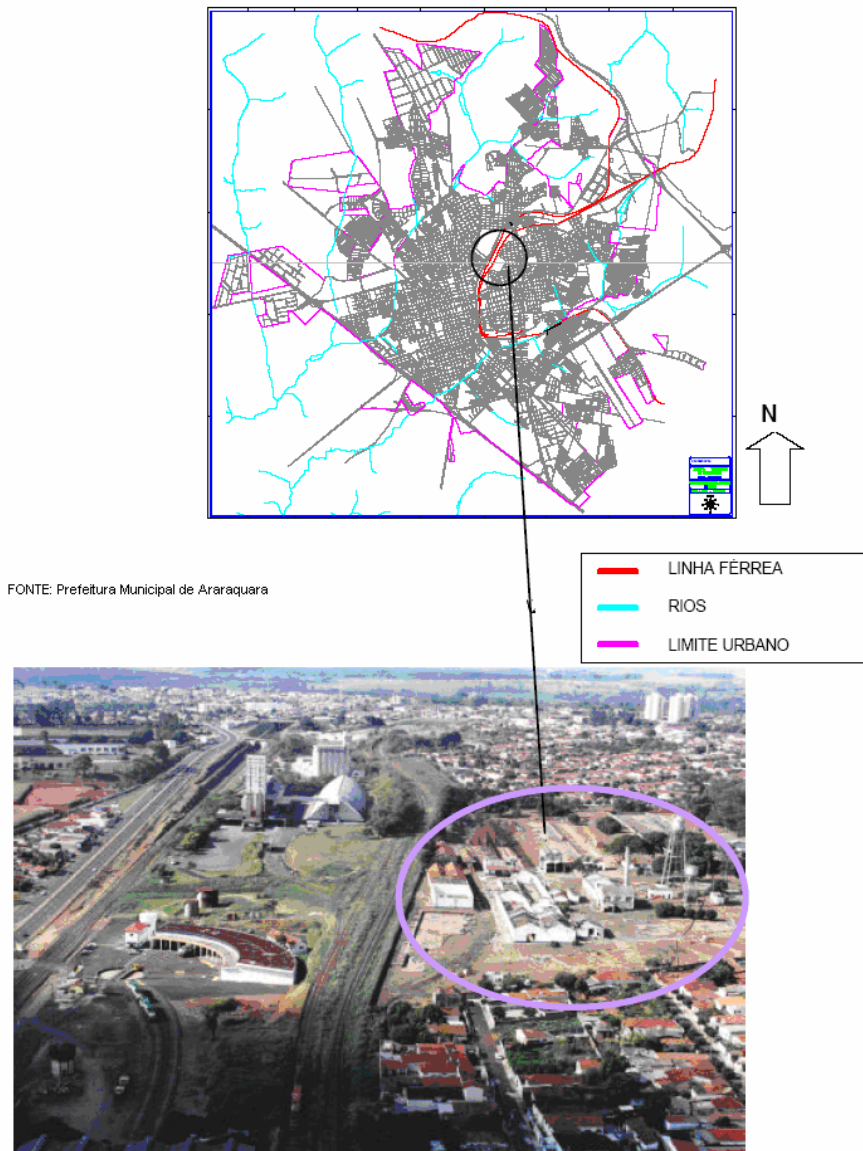
⁹¹ Em Araraquara, o Aquífero Guarani é área de proteção ambiental. Trata-se de uma das mais importantes e maiores reservas subterrâneas de água da Terra, que se estende pelos estados de Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, chegando ao Uruguai e Argentina. Ele é uma reserva que ocupa uma área de 1,5 milhão de km², com capacidade de produção de quatrilhões de litros d'água. Para o município ele é vital, pois cerca de 50% da água consumida pela população vem do aquífero.

Também são considerados vazios urbanos construídos os edifícios ocupados por alguma atividade no passado que agora estão sem uso, como é o caso

[...] de indústrias fechadas, casas desocupadas, edifícios não concluídos, as edificações na orla ferroviária subutilizada ou sem atividade, antigos armazéns, silos, usinas, olarias, serrarias; e, além disso, podem-se considerar áreas que não possuem animação e intensidade de uso, por mudanças funcionais e decorrente perda de valor imobiliário, proporcionando impacto na paisagem urbana, a ser considerado em programas e projetos de revitalização e reabilitação (LIMA, 2002, p.111).

Na figura 19 temos uma foto que traz um exemplo de vazio urbano construído. Na área circundada aparece uma antiga fábrica (Anderson Clayton), localizada na área central da cidade e que possui aproximadamente 130.000m², sendo que, atualmente, está sem uso. No lado esquerdo, temos podemos visualizar também a rotunda⁹² e a CEAGESP localizada na orla ferroviária e lotes vazios.

⁹² Construção circular.



Fonte: Prefeitura Municipal de Araraquara, 2002 (LIMA, 2002).

Figura 19. Foto Aérea da antiga fábrica Anderson Clayton e do CEAGESP em Araraquara, 2002.

Os dados mais recentes relacionados aos vazios urbanos do município de Araraquara podem ser observados na tabela 7, na qual, apesar de basear-se em duas fontes de informações diferentes (Prefeitura Municipal e IBGE), confirmam que o percentual de imóveis vazios se situa entre 41% e 42%.

Tabela 7. Totalização do numero de imóveis vazios e construídos em Araraquara.

Categoria	Levantamento municipal (cadastro Técnico)		Censo IBGE (2000)	
	Imóveis com construção Lotes construídos	47.142	58%	50.472
Imóveis sem construção Lotes “vazios”	34.254	42%	35.171	41%
TOTAL imóveis Áreas loteadas	81.396	100%	85.643	100%

Fonte: Prefeitura Municipal de Araraquara e IBGE (Censo Demográfico 2000), adaptado de Cintrão (2004, p.62).

Cintrão (1995) lembra que o Estado é responsável pela dinâmica da produção do espaço urbano, uma vez que possui poder de interferência em distintas instâncias como consumidor de espaço, proprietário fundiário e, sobretudo, como agente de regulamentação do uso do solo. Dessa forma, a autora acredita que cabe ao poder público realizar trabalho de planejamento urbano que lhe permita conhecer a estrutura social, econômica e política dos segmentos sociais que compõem a cidade. Para ela, é imprescindível a existência de um Plano de Diretrizes, não importando o nome que lhe é dado.

[...] é fundamental para que o município tenha eficácia na análise de seu desenvolvimento. É um termo de compromisso com a sociedade, estabelecendo objetivos, prioridades e diretrizes estratégicas locais e vai além de "tapar buracos", o planejamento deve ter uma função de controlar e democratizar a ação do Estado e uso dos seus recursos. Para isso são necessárias precisas indicações realistas do que a administração municipal pretende realizar, fixando assim objetivos com base na viabilidade política e na capacidade financeira e administrativa da sua execução, revelando a locação aproximada e as características estruturais ou operacionais. Isto deve permitir que nas épocas certas ocorra a elaboração dos projetos executivos com estimativa dos custos das respectivas obras, serviços ou atividades que compõem os empreendimentos anteriormente planejados; sejam construções isoladas, sejam planos setoriais de urbanização ou reorganização, sejam sistemas viários, ou qualquer outro equipamento público ou de interesse social (CINTRÃO, 1995, p.62).

Após toda essa explanação, fica claro que a ação disciplinadora do poder público de Araraquara com relação à apropriação do solo urbano e à solução dos problemas urbanos, nunca foi muito intensa. Nesse sentido, o capital imobiliário pôde agir sobre o processo de formação e apropriação das rendas fundiárias urbanas, promovendo a segregação da distribuição socioespacial da população (MOREIRA, 1995, p.51).

3.3. O PLANO DIRETOR COMO ESTRATÉGIA DE DIRECIONAMENTO DO USO DO SOLO

Vimos no capítulo 1 que o Plano Diretor deve ser um instrumento de planejamento físico-territorial, objetivando o desenvolvimento do município, com objetivos socioeconômicos e políticos, tendo em vista a participação da população. O que se pretende com ele é a ordenação da ocupação do espaço urbano, por meio da transformação no processo de produção, apropriação e estruturação social.

No município de Araraquara, sempre existiram leis urbanísticas referentes à ocupação e à ordenação do solo. A questão é que nem sempre elas eram devidamente aplicadas, conforme o depoimento do Secretário do Desenvolvimento Urbano:

Araraquara teve vários planos específicos, plano diretor de regularização urbana, lei de zoneamento e parcelamento urbano⁹³. Embora essas leis existam, não foram suficientes para impedir um desses grandes problemas urbanos que foi o crescimento desigual em extensão, criando vazios urbanos e principalmente na falta de infra-estrutura de pavimento e drenagem urbana. Ela (cidade de Araraquara) apresenta uma boa qualidade de vida, mas padece dessa falta de planejamento urbano, que permitiu esse processo no tempo e uma evolução urbana desigual, rarefeita e horizontal, provocando vazios urbanos.

A administração municipal de Araraquara, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, tem mostrado grande preocupação com os rumos tomados pela expansão urbana do município nos últimos 30 anos e, conseqüentemente, com a ocupação do solo urbano bem como com as questões ambientais dela decorrentes. Nesse sentido, de acordo com o Secretário de Desenvolvimento Urbano, a administração municipal procura adotar uma política urbana que promova crescimento mais compacto da cidade, principalmente ocupando os vazios urbanos. O objetivo dessa política, nas palavras do referido secretário, é o crescimento de “fora para dentro” e não mais de “dentro para fora”, como ocorreu até hoje. Para tanto, é necessário incentivar a ocupação dos espaços vazios, em vez de permitir a expansão urbana sobre áreas rurais, especialmente naquelas consideradas de proteção ambiental.

Na perspectiva do Estatuto da Cidade, está sendo elaborado para o município um novo Plano Diretor que, segundo o secretário, se realiza de forma totalmente transparente, portanto

⁹³ Vide Lei nº 2467/1979 citada anteriormente.

democrática, contando com a colaboração da sociedade civil, das associações, dos conselhos municipais e da câmara dos vereadores, quer dizer, um Plano Diretor Participativo, nos moldes recomendados pelo Ministério das Cidades. As principais diretrizes estabelecidas no Projeto de Lei do Plano Diretor de Araraquara encaminhado à Câmara Municipal⁹⁴ estão nos seguintes títulos:

- Título I - da política de desenvolvimento urbano ambiental;
- Título II - Do desenvolvimento urbano sustentável;
- Título III - da estrutura urbana, modelo espacial e uso do solo;
- Título IV - Do sistema de planejamento e gestão democrática;
- Título V - dos planos diretores reguladores e regime urbanístico;
- Título VI - Das disposições gerais e transitórias.

De acordo com o Art. 5º do Plano Diretor proposto, os princípios específicos que devem ser assegurados pela política urbana, são os seguintes:

- I** – Implementação de uma reforma urbana com instrumentos urbanísticos inovadores;
- II** - Desenvolvimento urbano e produção de um município e cidade sustentável com justiça social, ambiental e qualidade de vida urbana, visando o bem-estar dos seus habitantes;
- III** – Promoção da cidadania e a participação democrática na gestão pública municipal;
- IV** - Modernização institucional com programas de descentralização no processo de decisões e gestão do planejamento local e fiscalização;
- V** - Proteção e recuperação do patrimônio cultural e ambiental;

⁹⁴ Em janeiro de 2005, o prefeito encaminhou à Câmara Municipal o Projeto de Lei Complementar que aprova o Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Urbana e Ambiental de Araraquara e dá outras providências. De acordo com esse documento, o Plano Diretor iniciou sua elaboração com a criação da Comissão Executora (representantes das Secretarias e órgãos municipais) e da Secretaria Técnica do Plano Diretor (Portaria nº 11.905, de 27 de março de 2001) que, por meio de reuniões internas na administração municipal, definiu a estrutura, os princípios, objetivos e marcas estratégicas do novo Plano Diretor. Em fevereiro de 2002, durante a realização do 1º Fórum da cidade, foi apresentado o diagnóstico sobre as políticas públicas do Município. O próximo passo foi a apresentação de diretrizes pela Comissão Executora nas áreas de desenvolvimento social, econômico, espacial, ambiental e institucional. Feita a sistematização e a definição da estrutura do novo plano, foi aberta discussão com a sociedade, por meio da criação do Conselho Municipal de Política Urbana e Ambiental de Araraquara (CMPUA), Lei nº 5.831/2002, e debates nas oito regiões de orçamento participativo. Assim sendo, no momento atual, o Plano Diretor de Araraquara encontra-se em processo de apreciação pelos vereadores, devendo ser aprovado em alguns meses (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, 2005, p.1-2).

- VI** – Qualidade e acessibilidade aos bens e serviços públicos;
- VII** - Política habitacional e acesso a moradia digna, com diversidade nos programas e projetos;
- VIII** - Integração entre princípios, objetivos e estratégias do plano diretor com os planos reguladores ou planos diretores setoriais;
- IX** - Integração administrativa e interinstitucional entre os diversos agentes sociais e conselhos de representação setorial;
- X** - Mecanismos transparentes de ação compartilhada com parceria entre o Poder Público e a sociedade civil;
- XI** - Fortalecimento da ação do poder público na produção, atração de investimentos e financiamento da cidade para o cumprimento e execução das metas, programas e projetos;
- XII** - Estabelecimento de uma rede urbana com articulação regional, fomentando organismos representativos e programas tendo por finalidade o desenvolvimento econômico e social;
- XIII** – A promoção da igualdade social para os segmentos sociais oriundos de discriminação, por meio de políticas públicas específicas de gênero, raça e etnia (ARARAQUARA, 2005, p.7).

A preocupação com as questões ambientais é constante no novo Plano Diretor; afinal de contas, o que se busca é uma cidade sustentável e, ao mesmo tempo, moderna. Desse modo, optamos por tratar primeiramente da política ambiental proposta pelo Plano Diretor que, de certa forma, permeará os demais assuntos que destacaremos também nesse item, que são os vazios urbanos, os condomínios horizontais fechados, a delimitação do perímetro urbano e as áreas rurais.

Inicialmente, reportar-nos-emos a algumas medidas tomadas pela administração atual, inclusive anteriores à elaboração do Plano Diretor. Uma dessas medidas foi, a já mencionada (em nota de rodapé, p.27), criação do CMPUA, em 2002, que, em linhas gerais, deve formular políticas, planos, diretrizes, programas e projetos relacionados à política urbana e ambiental. Além disso, segundo o Art. 2º do Estatuto da Cidade, no que tange à ordenação e controle do solo, deixa claro que pretende evitar que ocorra:

- a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;
- b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes; o parcelamento
- c) do solo, a edificação ou os usos excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana;
- d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infra-estrutura correspondente;
- e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulta na sua subutilização ou não utilização;
- f) a deterioração das águas urbanizadas;
- g) a poluição e a degradação ambiental (ARARAQUARA, 2002, p.6-7).

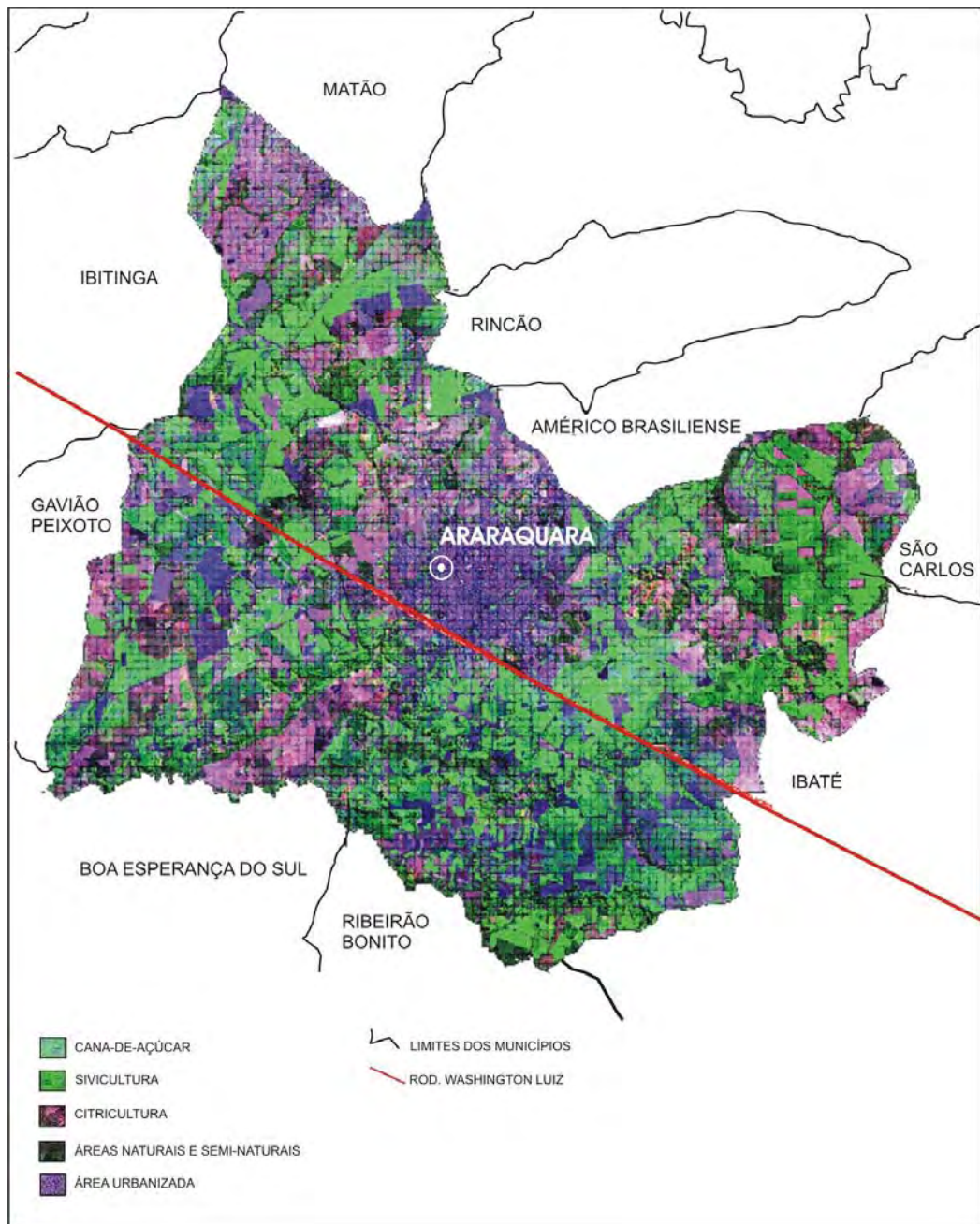
Além do CMPUA, existe, dentro da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, a Coordenadoria Municipal de Meio Ambiente, criada em 2001, tendo em vista a necessidade de gerenciamento do espaço urbano orientado por padrões ecológicos. Essa coordenadoria desenvolve projetos relacionados à coleta seletiva⁹⁵, à esterilização de animais, ao Projeto "Entre Bairros"⁹⁶, à recomposição da mata ciliar e à proteção de mananciais das microbacias hidrográficas do município e ao controle de queimadas.

Convém mencionar também que se encontra em processo de elaboração de um inventário da dinâmica ambiental do município e da cidade, denominado AURA (Atlas Ambiental Urbano de Araraquara), que é resultado de pesquisas envolvendo técnicos da Prefeitura Municipal e pesquisadores da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) e da UNESP. Esse material deverá servir como suporte para a elaboração de políticas públicas urbanas e ambientais, podendo também ser utilizados em trabalhos com educação ambiental. Inclusive, no Art. 57 do Plano Diretor, uma das ações estratégicas da política municipal do meio ambiente é a “produção, monitoramento e atualização do Atlas Ambiental Urbano-AURA como inventário ambiental municipal e instrumento de educação ambiental do Sistema de Informações Municipais” (ARARAQUARA, 2002, p.35-6).

Na figura 20 a seguir, temos a carta imagem, elaborada pelo AURA, que mostra a ocupação do solo do município de Araraquara.

⁹⁵ Segundo a administração municipal, esse processo deverá ser implantado em todo o município, de forma gradativa, iniciando-se com um projeto piloto no bairro do Carmo, que possui cerca de 4.000 residências e aproximadamente 16.000 moradores.

⁹⁶ São realizados trabalhos em determinados bairros, visando, ao mesmo tempo, à valorização e à vivência em comunidade e à consciência ambiental da população.



Organizado por Alessandra Alberto.
 Fonte: Prefeitura Municipal de Araraquara, 2005.

Figura 20. Carta imagem de Araraquara.

Percebemos também que a questão ambiental é tratada no Plano Diretor sem distinção entre as áreas urbana e rural, senão vejamos os princípios e objetivos da política municipal do meio ambiente, dispostos no Art. 49:

I - Gestão e atuação do Município na promoção, manutenção e controle do meio ambiente ecologicamente equilibrado, entendido como bem de uso comum do povo;

II - Gerenciamento da utilização adequada dos recursos naturais baseadas na precaução e na ação conjunta do Poder Público e da coletividade, visando proteger, conservar e recuperar a qualidade ambiental propícia à vida, garantindo o desenvolvimento sustentável;

III - Organização e utilização adequada do solo urbano e rural, objetivando compatibilizar sua ocupação com as condições exigidas para a recuperação, conservação e melhoria da qualidade ambiental;

IV - Proteção dos ecossistemas, das unidades de conservação, da fauna e da flora; (ARARAQUARA, 2005, p.31).

Já os objetivos da política ambiental do município são estruturados no Art. 52:

I - Compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a instauração e ou conservação da qualidade ambiental, visando assegurar as condições da sadia qualidade de vida e do bem-estar da coletividade e demais formas de vida;

II - Estabelecer, no processo de planejamento da Cidade, normas relativas ao desenvolvimento urbano que levem em conta a proteção e melhoria ambiental e a utilização adequada do espaço territorial e dos recursos hídricos, mediante criteriosa definição do uso e ocupação do solo;

III - Estimular a adoção cultural de hábitos, costumes e práticas sociais e econômicas não prejudiciais ao Meio Ambiente;

IV - Adequar às atividades e ações do Poder Público e do setor privado, no âmbito urbano e rural, às exigências do equilíbrio ambiental e da preservação dos ecossistemas naturais;

V - Fixar critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais, de forma a promover, continuamente, sua adequação em face das inovações tecnológicas e de alterações decorrentes da ação antrópica ou natural;

VI – Promover a diminuição e o controle dos níveis de poluição ambiental: atmosférica, hídrica, sonora, visual e do solo.

VII – Promover a recuperação e proteção dos recursos hídricos, matas ciliares e áreas degradadas;

VIII – Incentivar a adoção de alternativas para utilização dos subprodutos e resíduos decorrentes das atividades urbanas, industriais e agrícolas;

IX – Estimular a revisão dos processos de produção industrial e agrícola, bem como de atividades urbanas com vistas à redução do consumo de energia e demais recursos naturais;

X – Estabelecer normas de segurança para armazenamento, transporte e manipulação de produtos, materiais e resíduos perigosos;

XI – Criar e manter unidades de conservação municipal, de relevante interesse ecológico e turístico;

XII – Proteger a fauna e a flora;

XIII – Realizar plano de manejo para implantação e consolidação de arborização urbana adequada;

XIV – Elevar os níveis de saúde, através de provimento de infra-estrutura sanitária e de condições de salubridade das edificações, vias e logradouros públicos;

XV – Proteger os patrimônios históricos, paisagísticos, artísticos, arqueológicos, geológicos, ecológicos e científicos;

XVI – Realizar a proteção ambiental regional, mediante convênios e consórcios com os Municípios vizinhos e participação no Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê-Jacaré; (ARARAQUARA, 2005, p.31).

Baseado nessas diretrizes de política ambiental, as preocupações ecológicas entremeiam as estratégias do Plano Diretor com vistas ao ordenamento da ocupação do solo no município de Araraquara.

Mais especificamente sobre o controle dos vazios urbanos, o novo Plano Diretor estabelece dentre os objetivos da política municipal de habitação (Art. 87), “promover o cumprimento da função social da cidade e da propriedade, por meio da utilização para habitação social dos vazios urbanos dotados de infra-estrutura pública” (ARARAQUARA, 2005, p.53). A preocupação com esse problema também é destacada no Art. 106, que trata do uso do solo do município e estabelece como princípios e objetivos da estrutura urbana e modelo espacial:

- I - Promover e incentivar por meio de instrumentos urbanísticos a função social da propriedade urbana e equidade socioespacial;
- II - Estimular, valorizar e apoiar o planejamento regional, o desenvolvimento urbano com a produção da cidade e a sua edificabilidade, evitando-se a ociosidade do solo urbano para fins especulativos;
- III - promover e valorizar a cidade compacta e sustentável, com controle adequado e apropriado de densidades urbanas;
- IV - promover a urbanização do solo urbano, assegurando adequada habitabilidade integrada a preservação e proteção ambiental;
- V - estimular a subdivisão territorial em polígonos espaciais definidos por regiões de planejamento como unidades e escalas territoriais de paisagem urbana;
- VI - estimular a produção da cidade polivalente e de novas centralidades urbanas, mediante processo e critérios de licenciamento ambiental municipal, evitando-se a segregação funcional;
- VII - estimular a produtividade do solo urbano com a racionalização e desempenho de seu sistema de infra-estrutura e de equipamentos urbanos (ARARAQUARA, 2005, p.73).

Até mesmo no Art.168, que se refere às ZEUS (Zonas de Estruturação Urbana Sustentável), que são subdivisões territoriais com vistas à orientação da política urbana, a aplicação e gestão dos instrumentos urbanísticos (previstas pelo Estatuto da Cidade e nesta lei), o assunto também é mencionado, uma vez que ele estabelece como objetivos:

- I - estimular o processo de urbanização para uma cidade compacta com controle de densidades residenciais;
- II - estabelecer condições de uso multifuncional do solo;
- III - promover novas acessibilidades e centralidades urbanas;
- IV - desenvolver programas e projetos estratégicos de desenvolvimento urbano;
- V- implementar sistemas de infra-estrutura, serviços urbanos e equipamentos sociais. (ARARAQUARA, 2005, p.103-104)

Um dos programas de urbanização determinado por essa lei é o Programa de Renovação e Revitalização Urbana, o qual abrange as “áreas intersticiais e vazios urbanos, dotados de infra-estrutura, com baixo adensamento e estoque construtivo, promovendo empreendimentos e unidades espaciais de projeto urbano sustentável, e de espaços de valor histórico, cultural, arquitetônico e paisagístico”. Dentre as diretrizes específicas de organização físico territorial das ZEUS, destacam-se duas referentes aos vazios urbanos da cidade:

- a) promover e aplicar os instrumentos urbanísticos, planos diretores de ações regionais, projetos urbanísticos estratégicos em áreas especiais de intervenções urbanas, a ocupação dos vazios urbanos existentes nas MGU-Macrozonas de Gestão Urbana⁹⁷ e MGB-Macrozonas de Gestão por Bairros⁹⁸;
- b) Estimular a continuidade física do processo de urbanização, crescimento e expansão urbana, evitando-se a produção de vazios urbanos intersticiais, como princípio da cidade compacta, sustentabilidade urbana e racionalização de sua capacidade de infra-estrutura instalada; [...] (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, 2005, p.104).

Como medida de controle aos vazios urbanos, o Art. 192 propõe a criação de lei específica responsável pela fixação de condições e prazos, podendo determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano, que seja considerado não edificado, subutilizado ou não-utilizado. Definem-se como imóveis não-edificados, “os terrenos e glebas com área superior a 2.500 m² (dois mil e quinhentos metros quadrados), nos quais o índice de aproveitamento utilizado é igual a zero”. Já os imóveis subutilizados são “os terrenos e glebas com área superior a 2.500 m² (dois mil e quinhentos metros quadrados), nos

⁹⁷ De acordo com os artigos 152 e 153 do Plano Diretor, as MGUs subdividem-se em 12 ROPs (Regiões de Orçamento e Planejamento Participativo), consideradas “as bases espaciais para o sistema de orçamento e planejamento participativo, por meio de um conjunto de critérios sociais, econômicos, culturais, espaciais e ambientais, particularmente os critérios fisiográficos definidos pela rede hidrográfica, rede viária estrutural de acessibilidade e mobilidade urbana, unidades de preservação, proteção e conservação ambientais naturais e culturais” (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, 2005, p.97).

⁹⁸ Nos artigos 156 e 157 consta que as MGBs, são subdivididas em 25 RPBs (Regiões de Planejamento por Bairros) contidas nas 12 ROPs e são definidas como “unidades espaciais para execução de planos de ações e programas locais, e que são delimitadas por meio de um conjunto de critérios socioespaciais e ambientais, especialmente os critérios definidos pela rede viária de acessibilidade, mobilidade urbana e transporte” (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, 2005, p.99).

quais o índice de aproveitamento não atingir o índice de aproveitamento básico, definido para o lote na zona onde se situam [...] ⁹⁹” (ARARAQUARA, 2005, p.117).

Uma vez que o imóvel pertença a uma das categorias referidas, o proprietário deverá ser notificado pelo Poder Executivo municipal para o cumprimento da obrigação (de parcelamento, edificação e utilização), cujo prazo deverá ser de um ano, a partir da notificação e execução do projeto, e dois anos a partir da aprovação do projeto para que o proprietário inicie as obras no imóvel. Caso o proprietário ou seus herdeiros, em caso de morte desse, não cumpram os prazos estabelecidos, “o Município procederá à aplicação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana-IPTU, progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos”. Passado esse tempo, caso o proprietário não cumpra a lei, a desapropriação do imóvel pelo Poder Executivo poderá ocorrer por meio do pagamento em títulos da dívida pública. Entretanto, o aproveitamento adequado do imóvel pelo Município tem prazo máximo de cinco anos, desde o momento em que ele seja incorporado ao patrimônio público (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, 2005, p.118).

Há casos também em que pode ser aplicado o Direito de Preempção, isso é o Poder Público Municipal tem a preferência, entre os particulares, na aquisição de um imóvel urbano que seja objeto de alienação onerosa, desde que tenha necessidade de áreas para as seguintes funções:

- I - Regularização fundiária;
- II - Execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;
- III - Constituição de reserva fundiária;
- IV - Ordenamento e direcionamento da expansão urbana;
- V - Implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- VI - Criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;
- VII - Criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;
- VIII - Proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico (ARARAQUARA, 2005, p.119).

⁹⁹Exceção deve ser feita aos imóveis ocupados por atividades econômicas que não necessitam de edificações para funcionarem, os que exercem a função de postos de abastecimento de veículos e os que integram o Sistema de Áreas Verdes e Institucionais do Município (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, 2005, p.117).

Dessa forma, o novo Plano Diretor, segundo o Secretário de Desenvolvimento Urbano, pretende resolver, ou pelo menos amenizar, o problema dos vazios urbanos em Araraquara. E, antes mesmo de sua aprovação, já existem alguns lotes anteriormente vazios sendo edificados, inclusive em áreas próximas ao centro da cidade.

Apesar disso, outra questão relacionada à ocupação urbana também nos chama a atenção na cidade. Estamos nos referindo à proliferação dos loteamentos fechados¹⁰⁰ destinados, sobretudo, à classe média alta. Para se ter uma idéia, segundo dados da POrefeitura Municipal, a partir de 1993, foram autorizados 4 loteamentos fechados na cidade, sendo que, atualmente, existem mais 8 aprovados, em fase de implantação (venda dos terrenos ou de construção das casas). Convém ressaltarmos, no entanto, que essa é uma tendência cada vez mais crescente nas cidades médias e grandes brasileiras, entre as quais Araraquara também está inserida.

No caso do loteamento fechado, as vias de comunicação são fechadas e o uso de todas as áreas públicas tornam-se exclusivas dos moradores do loteamento. Na realidade, o que temos são condomínios horizontais de lotes, nos quais não há a prévia construção das casas. A unidade autônoma é o próprio lote condominial; o proprietário desse lote pode nele erigir a casa segundo seus interesses pessoais, respeitadas, obviamente, as limitações impostas pela municipalidade e pelo próprio instituidor do condomínio.

A princípio, essa situação em Araraquara nos parece contraditória, afinal de contas, se há interesse por parte da administração municipal em controlar a expansão urbana, como continua permitindo a abertura de novos loteamentos? Além disso, tratam-se de áreas residenciais destinadas à classe média alta, muitas das quais residem em edifícios nobres de áreas centrais. Conseqüentemente, os serviços e equipamentos (leia-se infra-estrutura urbana) também deverão ser deslocados para as novas preferências de moradia, dando continuidade ao processo transformador de produção e apropriação do espaço urbano. Isso sem falar que

¹⁰⁰ O condomínio horizontal, instituído com o advento da lei 4.591/64, ocorre quando as edificações ou conjunto de edificações, ou ainda, construção de casas, etc., de um ou mais pavimentos, construídos sob a forma de unidades isoladas entre si, destinadas a fins residenciais ou não-residenciais, possuem todos os serviços, equipamentos, vias de circulação, praça, *playground*, etc., como propriedade privada dos comunheiros. No condomínio horizontal tradicional, as unidades autônomas são as casas, os apartamentos, lojas, salas, boxes, etc., que deverão estar construídos para que se institua o regime condominial da propriedade horizontal. (w)

poderá ocorrer crescimento na oferta de imóveis centrais, a qual, se não for acompanhada pela demanda, poderá contribuir para o aumento de vazios urbanos construídos na cidade.

Entretanto, embora alguns desses condomínios ainda estejam fora do perímetro urbano, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano garante que eles somente serão aprovados se estiverem localizados em áreas consideradas como vazios urbanos, aproveitando a infraestrutura e reduzindo os problemas sociais. Aqueles que não estão cumprindo tal função, é porque foram aprovados em gestões anteriores. Nos demais, a implantação deverá ser executada dentro da ótica do novo Plano Diretor.

Uma das únicas menções feitas aos loteamentos fechados no Plano Diretor do município (ainda que eles sejam apenas citados dentre os muitos assuntos a serem tratados) encontra-se no Art. 241, que trata “da execução do código de edificações e do ambiente construído e estabelece as diretrizes que deverão orientar a elaboração da legislação municipal” (ARARAQUARA, 2005, p.146). Entretanto, é o Art. 244, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no que tange aos loteamentos e desmembramentos, onde a referência aos condomínios e loteamentos fechados é mais elaborada, uma vez que os parágrafos 3º e 4º estabelecem que:

§ 3º Para aprovação definitiva de loteamento fechado ou condomínio horizontal, deverá estar o projeto, acompanhado do respectivo Estatuto Interno cujo modelo poderá ser disponibilizado pela Secretaria de Negócios Jurídicos e outorgado por decreto de permissão de uso, o sistema viário, as áreas institucionais e verdes que passarão ao domínio do Município.

§ 4º Todas as despesas com escrituração e registro referente às doações do sistema viário, áreas verdes, áreas institucionais e outros referentes ao desmembramento ou parcelamento, correrão por conta do interessado (ARARAQUARA, 2005, p.146).

No Anexo X desse mesmo artigo temos os parâmetros complementares municipais aos das leis federais nº 6.766/1979 e nº. 9.785/1999, dos quais destacaremos os principais pontos relacionados às questões de áreas verdes e de lazer: a) para loteamento fechado e condomínio horizontal fechado, será exigido 5% adicional em área verde para cinturões de contorno, canteiros e praças internas. Além disso, deverão ser observadas as diretrizes e indicadores de espaços livres públicos; b) as áreas inferiores a 10.000 m² estão desobrigadas da destinação de áreas institucional e de lazer; c) os loteamentos e condomínios horizontais fechados poderão conter até 30% da área de lazer em seu interior e mantidas pelos moradores.

Constatamos, em pesquisa de campo, a existência de um condomínio fechado que está sendo construído no Jardim Botânico, em que a firma empreendedora se responsabilizou pela implantação da infra-estrutura não apenas dentro da área construída como também das vias de acesso. Esse fato mostra a prática do sistema de parceria entre a administração municipal e a empreendedora do condomínio, que está inserido nas denominadas Unidades Espaciais de Planejamento e Projeto Urbano Sustentável (UEPUS). Aliás, cabe aqui mencionar que, no Art. 32, que versa sobre as ações estratégicas em desenvolvimento econômico, uma delas é

Implementar operações urbanas consorciadas e áreas de intervenção urbanística, definindo projetos urbanísticos estratégicos como uma nova agenda local definida por unidades espaciais de planejamento urbano sustentável, com o objetivo de induzir uma ocupação, ordenação e Configuração moderna e equilibrada das empresas no território urbano, associadas à diversidade e policentralidade funcional no zoneamento e uso; [...] (ARARAQUARA, 2005, p.22).

Pensando na melhoria da qualidade ambiental urbana, a ocupação da área, segundo o Secretário de Desenvolvimento Urbano, será efetuada por meio da implantação dos CIECOs (Corredores de Integração Ecológica) “como parques lineares urbanos de integração e acessibilidade dos diversos fragmentos urbanos, integrados ao sistema de áreas verdes e arborização urbana”, que estão previstos no Art. 110 do Plano Diretor (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, 2005, p.75). Todavia, tem surgido muitas críticas sobre esse projeto, alegando que o mesmo poderá trazer problemas ambientais futuros.

Nessa perspectiva, a rede hidrográfica (nesse caso a do ribeirão da Cruzes) é vista como um corredor ecológico que prioriza o transporte ecológico (ciclismo, caminhada) em detrimento do automóvel. Assim, um dos objetivos do referido artigo é

- Evitar o uso de corredores viários estruturais nas faixas limítrofes as redes hídricas e CIECO, privilegiando o uso de modais de transporte sustentáveis, e possibilitando referenciais estéticos e paisagísticos para a melhoria da qualidade ambiental de bairros; [...] (ARARAQUARA, 2005, p.75).

Estão previstos também no projeto desse condomínio, a construção das casas a partir de 100 metros do córrego, paisagismo com ciclovia, instalação de equipamentos comunitários, arborização, recomposição da mata ciliar e estruturação viária do loteamento, inclusive ligando-o a outros bairros da cidade. Tal determinação está prevista no Art. 111, que estabelece que,

Para a implementação dos objetivos e programas de corredores de integração ecológica e recuperação ambiental, fica previsto uma faixa com largura mínima de 100(cem) metros ao longo de cada uma das margens dos cursos d'água, fundos de vale ou talvegues do conjunto das redes hídricas que Configuram o espaço urbano e municipal [...] (ARARAQUARA, 2005, p.76).

Tendo em vista essa preocupação da administração municipal com a expansão urbana do município, resta saber como é feita a delimitação do perímetro urbano. Lembramos que, como já explicamos no capítulo 1, existe uma lei municipal responsável pela definição das áreas de expansão urbana e, conseqüentemente, pela delimitação do perímetro urbano. No caso de Araraquara, temos a Lei nº 3.502, de 23 de agosto de 1988, que “estabelece os perímetros urbanos da Sede e da Vila Xavier e de sua área isolada, do Município de Araraquara, e dá outras providências”¹⁰¹. O Art. 1º delimita a zona urbana do distrito da sede do município, descrevendo o perímetro urbano e as confrontações, enquanto nos Art. 2º e 3º são delimitadas as zona do distrito da Vila Xavier¹⁰² e da zona isolada do distrito da Vila Xavier, respectivamente. As restrições ao tipo de uso do solo são destacadas no Art. 6:

Nenhum loteamento, desmembramento ou construção será permitido na zona de Expansão Urbana sem autorização do Município, ficando expressamente vedada a construção de Drive-in, Cinemas ao Ar Livre e Estabelecimentos Congêneres (ARARAQUARA, 1988).

Rosa (2005) atenta para o fato de que, ao buscar a delimitação rural/urbano no município de Araraquara junto ao IBGE, podemos constatar que, no Censo Demográfico (2000), 14 bairros já urbanizados eram classificados como área rural. Conforme explicamos no capítulo 1, o IBGE define o rural e o urbano baseado nas leis municipais. Pois bem, como a prefeitura não havia legalizado esses bairros na época da coleta dos dados, eles se mantiveram como rurais, gerando dados desatualizados pelo referido órgão.

Conclui-se que além da morosidade do poder público em relação ao acompanhamento do crescimento da cidade, a falta de interação entre a prefeitura e o órgão governamental (IBGE) acabou comprometendo os dados estatísticos gerados, sobretudo por conta da incompatibilidade de definições produzidas entre essas duas instâncias (ROSA, 2005, p.32).

¹⁰¹ Qualquer loteamento ou área urbanizada surgidos após o estabelecimento dessa lei, passaram a ser regulamentados pela prefeitura por meio de leis complementares.

¹⁰² Tendo em vista o tamanho e a importância econômica, esse bairro representa um núcleo secundário de comércio e serviços na cidade que, a partir de 2005, passou a contar com uma subprefeitura.

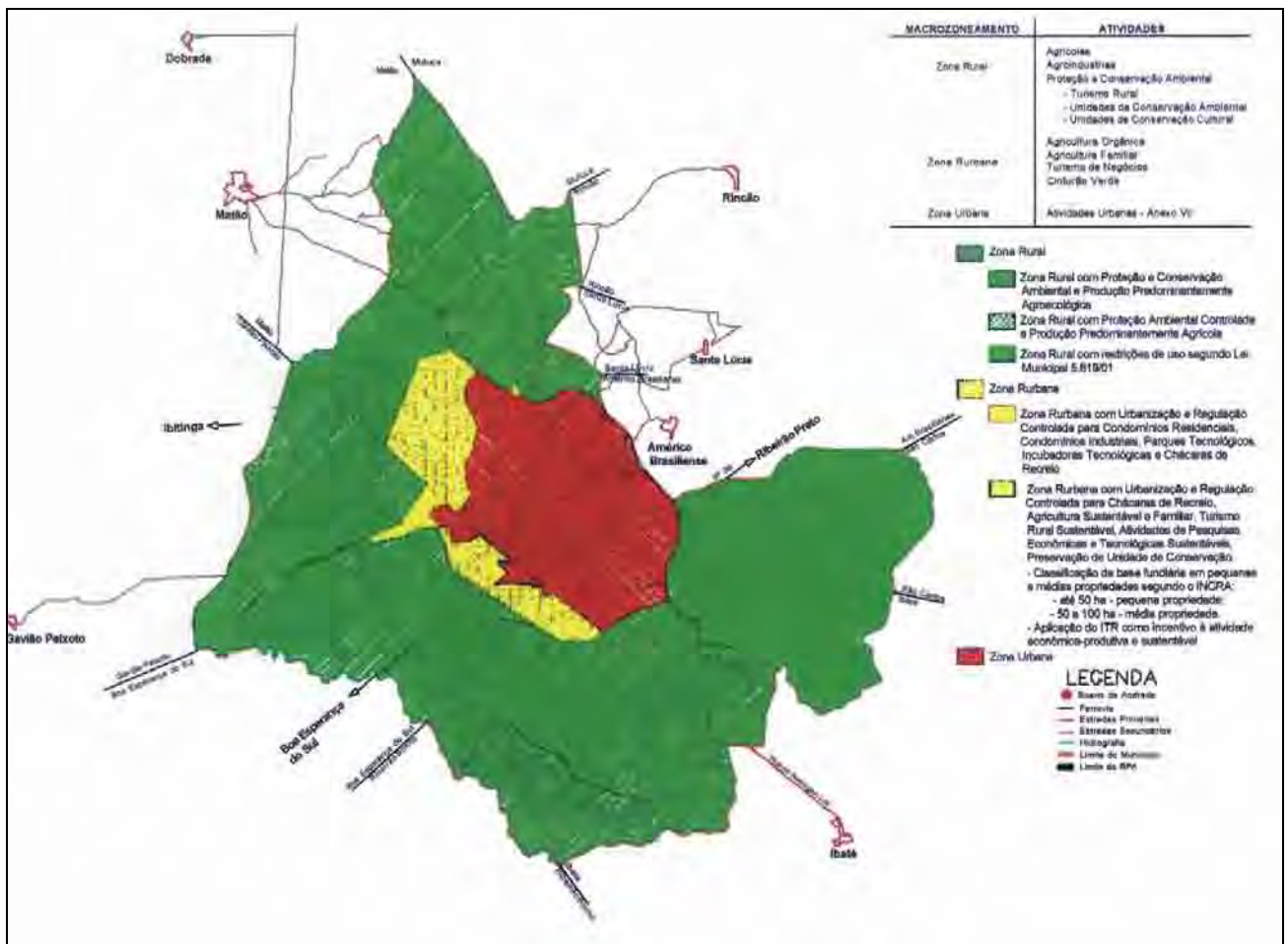
Dessa forma, não resta dúvida de que há necessidade de delimitar os espaços rural e urbano, principalmente porque as definições anteriores agravaram ainda mais os antigos problemas urbanos. Esse é o caso, por exemplo, da área de expansão urbana desenhada em forma de um quadrilátero ao redor do perímetro urbano, que contribuiu, ao longo da história, da cidade para “periferizar” os empreendimentos urbanos e agravar ainda mais os vazios urbanos.

Os planos diretores estabelecem as plantas de zoneamento que classificam os usos do solo, determinando as áreas de expansão. Assim sendo, o Art. 148 do novo Plano Diretor de Araraquara apresenta um macrozoneamento territorial, que subdivide o território municipal em:

- I - Área Urbana, como área intensiva de ocupação, densificação e indução do crescimento e desenvolvimento urbano de áreas consolidadas e em consolidação;
- II - Área Rurbana, de uso semi-extensivo, de baixa densidade com características funcionais de ecocidade, com um cinturão verde intermediário de preservação e proteção, e predominância de um conjunto de atividades de produção e promoção econômica sustentável e de gestão ambiental;
- III - Área Rural, como área extensiva, onde as diretrizes de uso e ocupação, devem promover prioritariamente as atividades agroindustriais, agroecológicas e de turismo sustentável (ARARAQUARA, 2005, p.96).

Podemos visualizá-lo no MAPE (Mapas Estratégicos) 12, Anexo 1 do Plano Diretor (Figura 21), em que observamos que a zona rurbana possui algumas restrições com relação à urbanização, podendo ser dividida em dois tipos. Na primeira, a urbanização e a regulação controlada destinam-se aos condomínios residenciais e industriais, além de parques tecnológicos, incubadoras tecnológicas e chácaras de recreio. Já na segunda, a ocupação é permitida para a agricultura (familiar e sustentável), chácaras de recreio, turismo rural sustentável, além ser uma área destinada às atividades de pesquisas econômicas e tecnológicas sustentáveis e à preservação de unidade de conservação¹⁰³.

¹⁰³ E é nessa segunda categoria de zona rurbana que se localiza em nossa área de estudo, a qual caracterizaremos no capítulo 3.



Fonte: Anexo 1 – Plano Diretor (2005)

Figura 21. Macrozoneamento territorial do município de Araraquara (SP).

Esse macrozoneamento passará então a ser utilizado como um dos instrumentos de modelo espacial pelo Plano Regulador que disciplina e ordena o parcelamento, o uso e a ocupação do solo do município (Art. 237). Nesse sentido, o espaço rurbano viria substituir a área de expansão urbana e seria uma forma de resolver (ou pelo menos controlar) os problemas citados anteriormente. A administração municipal acredita, inclusive, que, com esse macrozoneamento territorial, será possível uma maior aproximação com as definições e os indicadores do IBGE.

Todavia, apesar desse controle de uso do solo, o secretário ressalta que os agentes especuladores sempre encontram uma “brecha” nessa legislação para implantar loteamentos urbanos:

[...] o grande artifício da especulação imobiliária foi que entre essas duas áreas do macrozoneamento urbano e rural pudesse estabelecer uma espécie de permissão de uso, ou seja, uma saída do mercado imobiliário para a

produção de loteamentos na área periurbana e na franja rural de grandes glebas. Essa foi a saída que determinados planos diretores encontraram, até mesmo orientados pela academia, muitas vezes previstos em códigos municipais. O próprio CEPLAN, como um órgão de assessoramento ao município previa um processo de macrozoneamento de uma categoria denominada área de expansão urbana.

Uma questão a ser discutida com relação à delimitação do perímetro urbano é que, como já sabemos, é a partir dela que se estabelece se um imóvel é passível de ITR ou de IPTU¹⁰⁴. Entretanto, conforme constatamos no capítulo 1, essa delimitação nem sempre coincide com a arrecadação do IPTU. Esclarecendo melhor, existem bairros em Araraquara que, nos documentos jurídicos da prefeitura, constam como zona rural, apesar de os moradores contribuírem com o IPTU e da presença de características consideradas como urbanas. A administração municipal se justifica argumentando que tal ocorrência se deve ao fato de que tais imóveis se localizam na área de expansão urbana que, conseqüentemente, com o tempo, serão incorporadas ao perímetro urbano. No entanto, convém lembrar que, a despeito dessa localização, nem todos esses imóveis tem acesso à infra-estrutura presente nas áreas urbanas. Outro fato importante é que, no inciso 2º do Art. 148, o Plano Diretor propõe que sobre a área rurbana deve incidir o ITR, como forma de incentivar a ocupação, uma vez que possui “características especiais de produção e promoção econômica sustentável” (ARARAQUARA, 2005, p.96). Ocorre que, a nosso ver, a linha divisória que separa a área de expansão urbana da zona rurbana, é muito tênue para definir a aplicação ou não do IPTU. Retomaremos o assunto mais adiante.

É imprescindível acrescentar que a preocupação com as áreas rurais do município também é contemplada no Plano Diretor de Araraquara. Uma das diretrizes presentes no Art. 7 recomenda a necessidade de “integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência”. Nele consta também a importância de elaboração e implementação de

¹⁰⁴ Consideramos que é importante destacarmos também a Lei Orgânica do Município, na parte que trata da questão do Sistema Tributário Municipal. O Art. 191 desta lei estabelece que “a receita municipal constituir-se-á da arrecadação de tributos municipais, da participação em tributos da União e do Estado, dos recursos resultantes da utilização de seus bens, serviços e atividades e de outros ingressos”, enquanto no Art. 195 esclarece que “o Município é obrigado a prestar a todo contribuinte os esclarecimentos necessários sobre a tributação municipal, devendo para tal, manter serviço específico” (CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA, 2002, p.59-60). E, mais precisamente sobre a competência tributária do poder Executivo, o Art. 205 estabelece que um dos tributos a ser instituído pelo município é o IPTU, cujo valor venal dos imóveis deverá ser apurado pelo Executivo de acordo com os valores imobiliários vigentes, de acordo com o parágrafo 7º desse artigo (CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA, 2002, p.64).

um projeto de Agricultura Sustentável. de acordo com ao Art. 38 a política municipal de agricultura tem como objetivos e diretrizes:

- I - Instituição de um programa municipal de agricultura familiar articulado às esferas de atuação dos programas nacional e estadual;
 - II - Apoio às entidades não-governamentais que se proponham organizar as populações locais para a implantação de sistemas de produção familiar;
 - III - Ampliação do acesso à formação educacional, profissional, ao conhecimento ecológico e à educação ambiental;
 - IV - Alternativas de crédito ao manejo sustentável, para a compra de equipamentos e para investimentos em proteção ambiental;
 - V - Estímulo ao beneficiamento e agroindustrialização da produção cooperada com o objetivo de agregar valor aos produtos, atendendo padrões de qualidade exigidos pelo mercado;
 - VI - Incremento da infra-estrutura para armazenamento da produção familiar em regime cooperativo;
 - VII - Estímulo a mecanismos de comercialização, incluindo o processo de certificação ambiental verde de produtos agropecuários;
 - VIII - Estudos de viabilidade e de incremento de alternativas energéticas renováveis como a solar, eólica e o biodiesel;
 - IX - Estímulo às iniciativas integradoras entre políticas de agricultura e saúde.
 - X - Incentivo ao planejamento ambiental e ao manejo sustentável dos sistemas produtivos agrícolas;
 - XI - Incentivo a conservação da biodiversidade dos sistemas produtivos agrícolas;
 - XII - Incentivo a conservação e recuperação dos solos dos sistemas produtivos agrícolas;
 - XIII - Estabelecimento de instrumentos legais de redução e controle do uso de agrotóxicos;
 - XIV - Incentivo à geração e à difusão de informações, de conhecimentos e capacitação técnica que garantam a sustentabilidade da agricultura;
- (ARARAQUARA, 2005, p.25-26).

Entretanto, a despeito desses objetivos, não existe em Araraquara uma secretaria específica para a agricultura, uma vez que ela está inserida nos assuntos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que é composta pelos seguintes setores: Coordenadoria de Novas Tecnologias, Coordenadoria Agroindustrial e Coordenadoria de Comércio, Turismo e Prestação de Serviços. No caso da Coordenadoria Agroindustrial, sua principal função é o atendimento às necessidades dos pequenos produtores rurais, bem como o desenvolvimento de um programa de segurança alimentar, com o intuito de garantir à população alimentos de qualidade e a preços reduzidos. Por meio do programa “Direto do Campo”, a coordenadoria procura apoiar o pequeno produtor na comercialização direta de sua produção no varejo e

atacado, promovendo a feira do produtor, bancas no terminal de integração e mercado itinerante (bairros periféricos e mais populosos) ¹⁰⁵. Isso faz com que o projeto não apenas dê visibilidade aos pequenos agricultores policultores, destacando sua importância social, como também cumpra o papel de garantir a segurança alimentar às populações mais carentes do município. Todavia, o maior problema do programa “é que ele não consegue abranger número maior de agricultores em função da falta de espaços estratégicos na cidade que propiciem a inclusão de mais produtores e promova intercâmbio mais intenso e direto entre esse e o consumidor” (PEREIRA, 2005, p.40).

O Secretario de Desenvolvimento Urbano defende que a intenção da administração municipal é investir na melhoria das condições econômicas e sociais da agricultura familiar por meio de políticas públicas direcionadas à produção de alimentos direto do campo para a cidade e incentivos à formação de cooperativas de produtores rurais.

Pereira (2005) cita também a existência de outro projeto, o Sistema Agroindustrial Integrado (SAI), cujo objetivo é oferecer cursos de capacitação rural, dentre os quais: artesanato, padaria caseira, apicultura, confeitaria, turismo rural, fabricação de doces, etc. Nesse caso, os grandes empecilhos para os agricultores do município são tanto falta de recursos para adquirir os equipamentos de trabalho quanto a dificuldade de colocação dos produtos no mercado. Sobre a agricultura do município, e em especial sobre a agricultura familiar periurbana, que trataremos no próximo item.

Vale ressaltar que área rural do município de Araraquara, de acordo com os cadastros do INCRA de 1995, é composta por 890 propriedades, que ocupam uma área de 80.100 ha (hectares). Desse total, a maioria delas (cerca de 656) mede entre 0,1 e 50 ha, o que representa 74%. Todavia, em termos de área, apenas 0,4% das propriedades (acima de 2000 ha) ocupam as 75% das pequenas propriedades do município. Para Pereira (2005),

[..] isso demonstra já na origem, isto é, no acesso a terra, a marginalização social dos pequenos agricultores e a opção pelo modelo de desenvolvimento agrário vinculado aos interesses das elites que – em muitos casos – detêm a propriedade da terra apenas para ostentação de seu poder” (PEREIRA, 2005, p.24).

¹⁰⁵ Maiores informações são encontradas no site <<http://www.easysite.com.br/secretariadesenvolvimentoeconomico>>.

Em pesquisa realizada em 308 propriedades familiares entre 0,1 a 50 ha do município (inclusive algumas em nossa área de estudo), o autor pôde chegar a algumas constatações: a) em geral, as propriedades rurais do município distam entre 5 e 20 km do centro urbano de Araraquara; b) dentre as unidades familiares pesquisadas, um total de 75% são de agricultores pluriativos, embora a atividade agrícola seja a principal para grande maioria dessas famílias¹⁰⁶; c) a despeito de a adoção de atividades não-agrícolas ocuparem o tempo integral de alguns agricultores, é comum que o abandono da atividade agrícola não seja total, uma vez que ela é praticada nos finais de semana e feriados¹⁰⁷.

Mais especificamente sobre a agricultura rurbana do município, o Art.39 do novo Plano Diretor estabelece que ela deverá ter como objetivos:

I - Estimular a cessão de uso dos terrenos públicos e privados não utilizados ou sub-utilizados em área intraurbana, por meio de instrumentos urbanísticos, para o desenvolvimento de agricultura orgânica, com o intuito do controle dos vazios urbanos improdutivos e manejo sustentável do solo urbano;

II - Estimular o planejamento de zonas rururbanas¹⁰⁸ de transição urbano-rural, para produção agroecológica e agroindustrial, de base familiar ou associativa, criando cinturões verdes e priorizando a economia solidária, o abastecimento e a segurança alimentar, bem como o manejo sustentável do território periurbano (ARARAQUARA, 2005, p.26).

As diretrizes de uma agricultura rurbana aparecem no Art.40:

I - O desenvolvimento de políticas que visem o estímulo e incentivos ao aproveitamento e uso de terrenos públicos e privados improdutivos ou subutilizados em áreas urbanas, para produção alimentar orgânica;

II - O desenvolvimento de política de aproveitamento dos terrenos privados periurbanos, não utilizados ou sub-utilizados, visando a implantação de programas de agricultura rururbana, em zonas de transição urbano-rural, que objetivem a segurança alimentar e a economia solidária, com práticas agrícolas e manejo sustentável do solo (ARARAQUARA, 2005, p.27).

Como podemos observar nos artigos acima, há referências sobre as áreas periurbanas como se fossem áreas marginais à cidade e onde a produção agrícola deve ser praticada de forma sustentável, com vistas ao abastecimento urbano. Aliás, um dos objetivos da política de

¹⁰⁶ As principais atividades não-agrícolas desenvolvidas estão voltadas para o setor de serviços, sobretudo comércio.

¹⁰⁷ Há também o caso dos agricultores que não mantêm um vínculo permanente com ocupações fora da agricultura, mas apenas durante a entressafra.

¹⁰⁸ Observe que se utiliza os termos rurbano e rururbano concomitantemente.

abastecimento do município é “criar espaços, programas de comercialização e consumo de produtos agrícolas e alimentícios a baixo custo, em parceria direta com os produtores rurais e rururbanos, proporcionando a redução dos preços dos produtos e ampliação da oferta social” (ARARAQUARA, 2005, p.24).

Dentro das áreas especiais que constituem as *Zonas Especiais de Estruturação Predominantemente Produtivas (ZEPP)*, a agricultura periurbana está inserida na Zona de Produção Agrícola (ZOPAG), que “são áreas de predominância do setor primário, de ocupação extensiva de baixa densidade, com produção agroindustrial situadas preferencialmente em zonas rurais, e de produção agroecológica podendo ser permitida em áreas urbanas e rururbanas, podendo ser classificada em Zona de Produção Agroindustrial (ZOPAI) ou Zona de Produção Agroecológica Sustentável (ZOPAS) (ARARAQUARA, 2005, p.108).

Como pudemos comprovar, a expansão urbana no município de Araraquara deu-se de forma difusa, favorecendo o surgimento dos vazios urbanos, que a administração municipal pretende resolver com a implantação de uma política urbana voltada para a reordenação do uso do solo, que deverá cumprir sua função social. Todavia, é relevante esclarecer que, embora algumas medidas já tenham sido tomadas pelo Poder Executivo para solucionar os problemas causados pelo crescimento urbano desordenado, o novo Plano Diretor ainda não foi aprovado. Portanto, ainda é muito cedo para avaliarmos os seus resultados. Sabemos que a especulação imobiliária ainda é um dos grandes “vilões” responsáveis pelos vazios urbanos e que combatê-la não é tarefa fácil, uma vez que se trata de uma prática tipicamente capitalista.

O que nos interessa, a partir de agora, é compreender de que forma esse modelo de expansão urbana tem-se comportado com relação à ocupação do espaço periurbano do município.

3.4. O ESPAÇO PERIURBANO DE ARARAQUARA

Retomando o assunto do macrozoenamento territorial do município proposto pelo novo Plano Diretor, enfocaremos mais especificamente a área rururbana que, tomando por base a teoria discutida no capítulo 2, a consideraremos como sinônimo de espaço periurbano, embora saibamos que para a administração municipal, eles não o sejam.

São diversas as referências feitas à área rurbana no novo Plano Diretor de Araraquara. Uma delas está no Art.165, que se refere à permissão de usos e atividades urbanas nas chamadas Zonas de Proteção Ambiental (ZOPA), desde que atendam a determinados objetivos. Sobre as áreas rurbanas propriamente ditas, existem dois objetivos básicos:

[...] **II**- Desenvolvimento econômico de atividades rurais e agrícolas, cinturão verde em áreas rurbanas, a agroecologia, o ecoturismo rural, de lazer e científico;

III - Estímulo do uso regulado, controlado e restrito de atividades residenciais de baixa densidade de chácaras de recreio e assentamentos sociais sustentáveis em áreas rurbanas; [...] (ARARAQUARA, 2005, p.103).

Fica claro, então, que existe uma preocupação por parte da administração municipal com relação ao controle do uso do solo na área rurbana, uma vez que essa ocupação deverá ter como objetivo o desenvolvimento sustentável.

Assim, buscaremos analisar até que ponto a legislação está sendo cumprida (embora o Plano Diretor ainda não tenha sido aprovado), pois o que se observa nesses espaços, sejam eles denominados de rurbano, periurbano ou área de expansão, é uma mistura de usos do solo, por atividades nem sempre preocupadas com a sustentabilidade.

Para efeito de demonstração, escolhemos como área de estudo que somente uma localidade dentro do espaço periurbano de Araraquara que, a nosso ver, é bastante representativa pela presença de atividades agrícolas e não-agrícolas, que caracterizam uma dinâmica com características próprias.

3.4.1. Caracterização da área selecionada para estudo de caso

Como já mencionamos, Araraquara representa muito bem um exemplo de cidade média brasileira, onde a expansão urbana é intensa e contínua, e o espaço periurbano vem sofrendo transformações nos últimos anos. Optamos por escolher uma área periurbana do município na qual se constata a convivência da agricultura com outras atividades econômicas, sobretudo aquelas voltadas para o lazer, mais especificamente para as chácaras de recreio. A referida área situa-se na porção norte da cidade, ao longo da estrada vicinal Graciano da Ressurreição Affonso, que dá continuidade à Avenida José Barbieri Neto (onde termina o

perímetro urbano), e liga Araraquara ao distrito de Bueno de Andrada e ao município de Matão. A seguir, podemos observar uma imagem do trecho inicial da referida estrada vicinal (Figura 22).



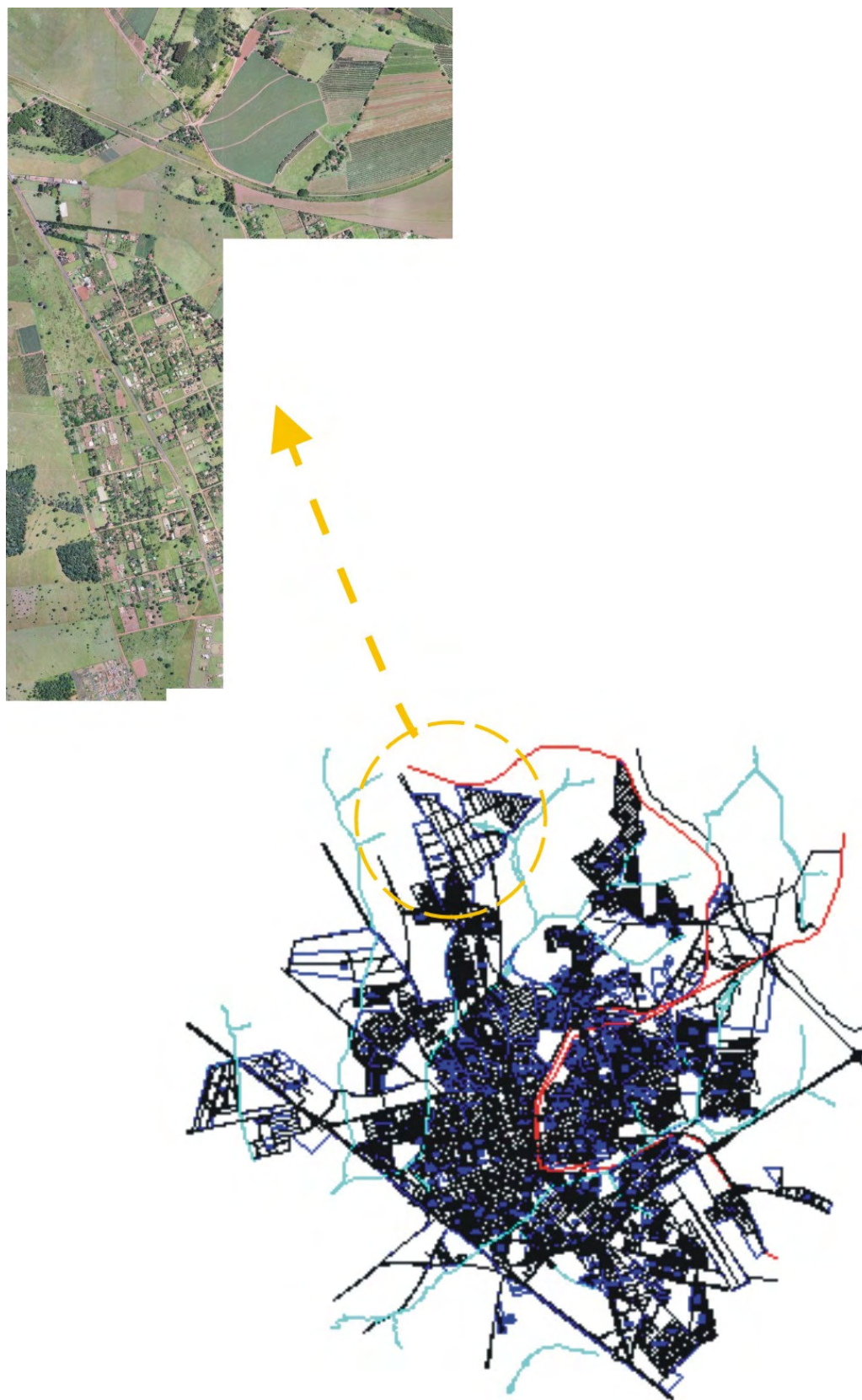
Realização: Ana Rute do Vale.

Figura 22. Trecho inicial da Estrada Vicinal Graciano da Ressurreição Affonso, que liga Araraquara ao distrito de Bueno de Andrada e ao município de Matão.

Trata-se de uma região do município, onde há um intenso trânsito de veículos, principalmente porque essa estrada é utilizada como “rota de fuga” de um pedágio existente entre Araraquara e Matão. Ademais, existem, nas margens da Avenida José Barbieri Neto (dentro do perímetro urbano), diversos equipamentos de lazer como chácaras de veraneio (locação ou segunda-residência), restaurante, clubes de associações (funcionários públicos, engenheiros, bancários, professores, etc.), *country clube*, haras, salões de festa, *drive-in*, etc., que exercem grande atrativo sobre a população do município e região, principalmente nos finais de semana e feriados. Também estão presentes nessa região da cidade três loteamentos fechados¹⁰⁹, além de loteamentos abertos, com toda infra-estrutura, prontos para a construção.

Podemos visualizar a localização de nossa área de estudo com relação ao perímetro urbano do município, por meio do mapa que se segue (Figura 23).

¹⁰⁹ Flamboyant, Portal das Araucárias e Manuela.



Organizado por Alessandra Alberto e Vitor Eduardo Molina Jr.
fonte: Prefeitura Municipal de Araraquara e DAAE (2002).

Figura 23. Localização da área de estudo.

A área escolhida como estudo de caso é considerada, segundo o Secretário de Desenvolvimento Urbano (baseado em estudos feitos pelo AURA), como um grande corredor de produção agroecológica, que separa as bacias dos rios Mogi-Guaçu e Jacaré-Guaçu¹¹⁰, o que justifica a necessidade de um controle da expansão urbana nesta direção do município. Um dos mecanismos utilizados para controlar o crescimento da cidade será a definição de corredores de produção econômica que, de acordo com o Art. 109 do futuro Plano Diretor:

[...] correspondem a estruturas e áreas espaciais onde devem ser estimuladas atividades econômicas mistas e sustentáveis, aprovadas por licenciamento ambiental municipal, que estimulem a integração entre desenvolvimento da atividade produtiva, geração de emprego, renda e habitabilidade (ARARAQUARA, 2005, p.75).

A partir da aprovação do Plano Diretor, a administração municipal pretende incentivar os sistemas de cooperativas de agricultores nesta área. Para tanto, será necessária a implantação de infra-estrutura viária para o escoamento da produção, conforme explica, em entrevista, o Secretário de Desenvolvimento Urbano:

[...] toda essa linha de expansão entre Araraquara e Matão-Bueno de Andrada é um grande corredor de produção agroecológica, que deverá ser suportado por infra-estruturas de suporte. Uma delas são vias arteriais de circulação, que estão separadas pela ferrovia. Ele deverá ter uma produção de uso do solo compatível com esses corredores. Provavelmente, deverá ter um processo de parcelamento com produção de grandes terrenos para permitir esse corredor agroecológico, para que se dê a vazão de cooperativas. Assim, no campo teremos grandes unidades cooperadas que se situam ao longo desse corredor, que faz toda mobilidade, todo transporte, toda circulação de mercadorias. Esse grande corredor é uma espécie de produção imobiliária dessa nova fisiologia econômica dessas áreas.

A proximidade de nossa área de estudo com o espaço urbano pode ver vista na figura 24, que mostra a forma como o perímetro urbano imbrica-se sobre o espaço periurbano. Esta área “urbana” mais próxima pertence ao bairro Chácara Flora. Ele merece ser ressaltado, pois acreditamos que, a partir das suas características, poderemos analisar melhor as propriedades rurais presentes no espaço periurbano.

¹¹⁰ Os cursos d’água existentes no Município de Araraquara fazem parte de duas bacias hidrográficas - a do Rio Jacaré-Guaçu, a oeste, afluente do Rio Tietê, e a do Rio Mogi-Guaçu, a leste, afluente do Rio Pardo.



Organizado por Alessandra Alberto e Vitor Eduardo Molina Jr.
Fonte: Prefeitura Municipal de Araraquara e DAAE (2002).

Figura 24. Imbricação do perímetro urbano no espaço periurbano.

3.4.2 Chácara Flora: o bairro “urbano” mais próximo

Esse bairro passou a integrar o perímetro urbano do município a partir do final da década de 1970. Entretanto, apesar de ser considerado urbano, ele “possui características diferenciadas pelo padrão de ocupação e infra-estrutura nele existentes, tendo em vista que se trata de um bairro constituído por chácaras de recreio e moradia” (ROSA, 2005, p.40). Na realidade, trata-se de uma antiga área rural do município que foi loteada e ocupada por chácaras, sem que a urbanização de fato tenha ocorrido de forma efetiva.

O referido bairro integrou o processo de ampliação do perímetro urbano de Araraquara, que praticamente triplicou na década de 1970 (conforme antes relatado), promovendo a valorização de grandes extensões de áreas rurais. Assim, o bairro teve origem a partir do loteamento da Fazenda Três Irmãs, pertencente a Roberto Selmi Dei (desde 1946), que também era proprietário da SAMUA (S.A. Melhoramentos Urbanos de Araraquara), empreendedora desse projeto. Em 1979, foram, então, aprovados 605 lotes, concebidos inicialmente como área residencial, exatamente como o Chácara Flora do município de São Paulo. O objetivo principal era oferecer terrenos maiores com baixo custo, para atender a classe média. Todavia, a administração municipal da época considerou que o tamanho dos lotes (40 m² x 46,6 m²) correspondia ao de chácara, fato que, segundo o atual diretor-gerente da SAMUA¹¹¹, contribuiu para que o bairro mudasse totalmente sua característica planejada. Nesse sentido, em se tratando de chácaras e não de terrenos, não haveria, por parte da prefeitura, a obrigatoriedade da implantação de toda infra-estrutura urbana, sobretudo o asfaltamento (que não existe até os dias atuais).

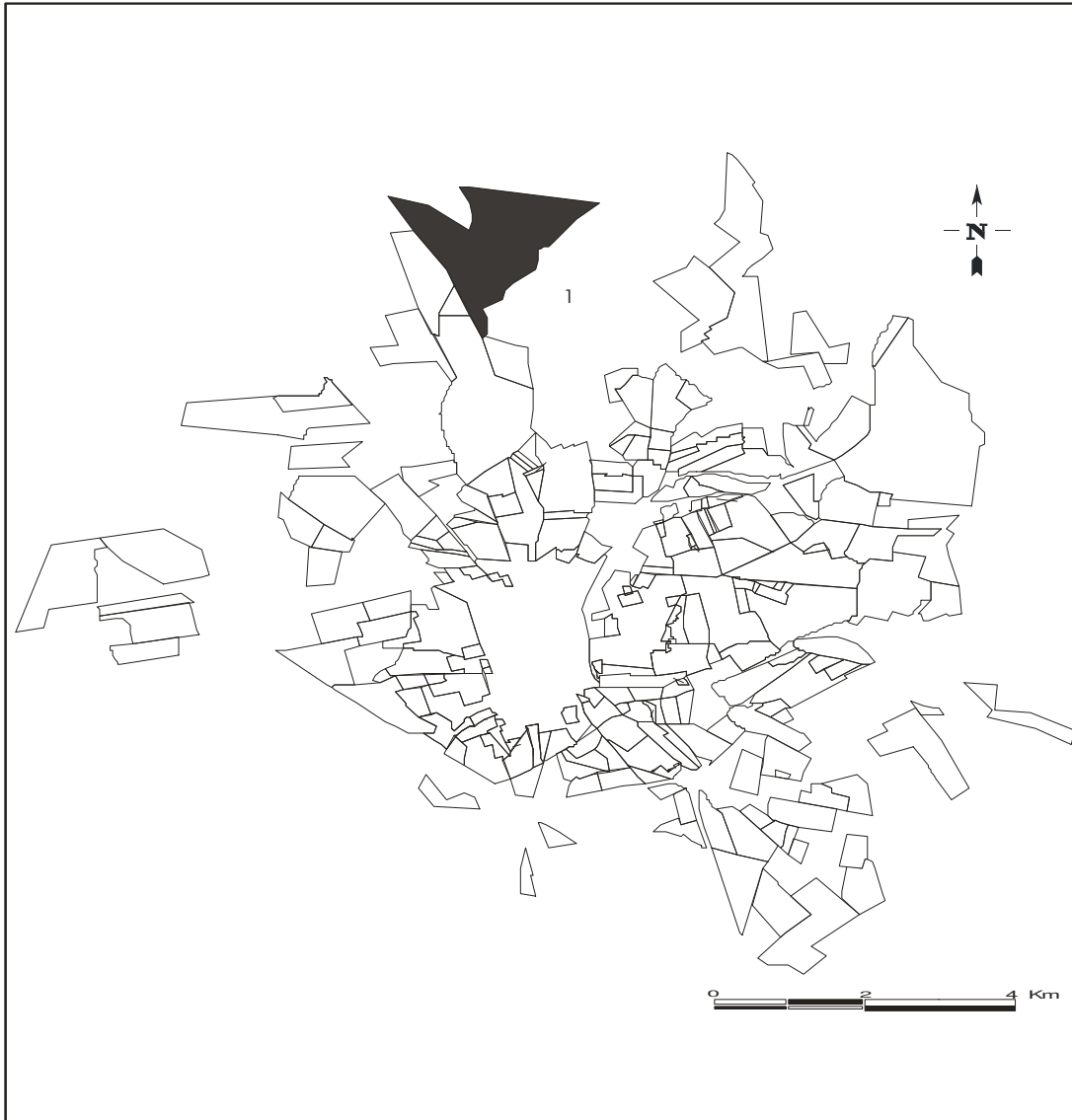
A ocupação da área deu-se, mais especificamente, ao longo da década de 80, quando todos os lotes foram vendidos e seus compradores acabaram transformando-os em chácaras de

¹¹¹ Norberto de Freitas.

veraneio e clubes. Aliás, existem atualmente dois clubes nesse bairro: o dos funcionários do Santander Banespa¹¹² e o dos funcionários da justiça de Araraquara.

De acordo com dados da Prefeitura Municipal e do IBGE, o Chácara Flora é considerado um dos bairros mais distantes do centro da cidade. O entorno do bairro caracteriza-se pela presença de loteamentos e condomínios de luxo, além dos empreendimentos de lazer, referidos anteriormente. No mapa a seguir, podemos visualizar a localização do bairro Chácara Flora na área urbana do município de Araraquara (Figura 25).

¹¹² Como o Banespa foi o banco financiador do loteamento, a empreendedora do Chácara Flora fez a doação de uma área no bairro, onde hoje existe esse clube, popularmente conhecido como “Banespinha”.



Fonte: ROSA (2005) *apud* Base digital - Projeto: *Políticas Públicas e Violência contra crianças e Adolescentes em Araraquara – SP*. Departamento de Antropologia, Política e Filosofia. FCLAr. Araraquara: Unesp/Fapesp, 2002.

Figura 25. Área urbana do município de Araraquara – SP: localização do bairro Chácara Flora.

O Censo demográfico de 2000 registrou um total de 574 pessoas residindo no Chácara Flora, distribuídas num total de 524 lotes. Aqui vale ressaltar que, pela elevada existência de chácaras de recreio, muitos desses lotes mesmo construídos, não são habitados, pelo menos durante a semana (ROSA, 2005).

Em termos de infra-estrutura urbana, 98% dos domicílios do bairro recebem abastecimento de água encanada, através da rede geral que abastece o município e, 99% são atendidos pela coleta de lixo e serviço de limpeza (IBGE, 2000). Todavia, a maioria das

chácaras possui fossa, uma vez que não há uma rede geral de esgoto. As ruas do bairro também não são asfaltadas, como já mencionamos. Em termos de transporte coletivo, o Chácara Flora é atendido por ônibus da linha urbana, que circulam em horários específicos, fazendo a ligação bairro-centro¹¹³.

A partir de uma pesquisa de campo realizada no referido bairro, Rosa (2005) traçou um perfil das chácaras presentes nele, no que tange aos usos dados pelos responsáveis pelas mesmas. Assim sendo, a tipologia estabelecia configura-se da seguinte forma:

- *Chácaras de recreio*: aquelas em que os responsáveis não residem, geralmente freqüentam o espaço aos fins de semana ou quinzenalmente;
- *Chácaras residenciais*: em que os responsáveis residem de fato no local;
- *Chácaras comerciais*: em que os responsáveis utilizam o espaço para comercialização de produtos cultivados, tais como produção de hortaliças, peixes e/ou outros produtos (ROSA, 2005, p.44-5).

A autora constatou também que, a despeito de ser uma área urbana, o Chácara Flora possui muitas características rurais. Além da paisagem que, em muito lembra o meio rural, é comum a prática da criação de animais (não somente de estimação) e o plantio de culturas para comercialização e consumo da família. Dentre os animais criados, destacam-se as aves (galinha, pato, peru), porcos, vacas e ovelhas¹¹⁴. A atividade agrícola, por sua vez, resume-se basicamente ao cultivo de hortaliças e árvores frutíferas.

Outras características do bairro, destacadas por Rosa (2005), dizem respeito ao fato de ele não oferecer aos moradores a possibilidade de suprirem suas necessidades no local. São muito poucos os estabelecimentos comerciais existentes (4 bares) e não há nenhum tipo de equipamento público, seja unidade de saúde, escola, seja posto policial. Inclusive, nem nos bairros vizinhos é possível encontrar tais tipos de serviço. Nesse sentido, os moradores são obrigados, muitas vezes, a se deslocar para a região central da cidade em busca dos serviços básicos.

¹¹³ Essas linhas de ônibus costumam atender também aos moradores da área periurbana.

¹¹⁴ Rosa (2005) ressalta, no entanto, que existe um número grande de chácaras que não possuem nenhum tipo de criação de animais, o que se explica pelo fato de serem chácaras de recreio, ocupadas somente nos finais de semana e feriados.

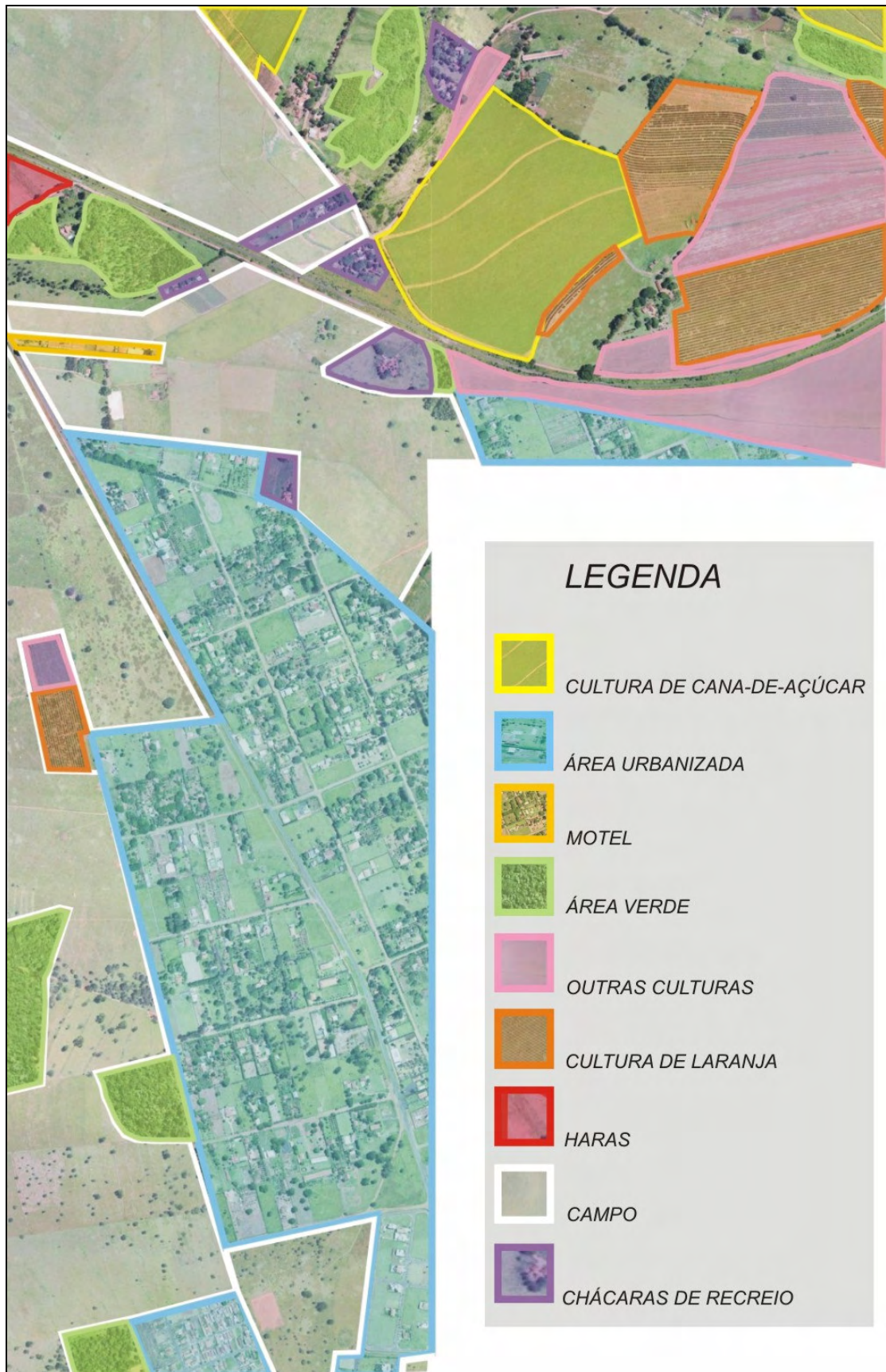
Merece destaque também a constatação, pela autora de que muitos moradores consideram suas chácaras como sendo, ao um só tempo, local de moradia e de lazer da família. Nesse sentido, ela concluiu que as chácaras

[...] representam também um espaço de descanso e de divertimento aos membros da família, por conta de suas características e de sua proximidade com a natureza, enfim, de reconstrução de um bucolismo existente em poucos locais. Por isto, durante o trabalho, foi perceptível a grande afinidade dos moradores com o local de moradia. Entre aqueles responsáveis pelas chácaras que não residem no local - ou seja, que possuem chácara de recreio - é grande a pretensão de futuramente residirem no local. Muitos demonstraram este desejo, e planejam mudarem-se para o bairro quando envelhecerem ou se aposentarem (ROSA, 2005, p.49).

Esse, segundo a autora, seria um dos motivos pelos quais, apesar dos problemas estruturais do bairro relatados, os moradores vêm a Chácara Flora como um espaço privilegiado, onde a tranquilidade e a relação com a terra ainda podem ser mantidas. Essa afinidade com o bairro, para ela, pode ser explicada pelo fato de a maioria dos proprietários entrevistados já terem residido no meio rural em determinado momento de sua vida.

3.5. A PLURIFUNCIONALIDADE DO USO DO SOLO NO ESPAÇO PERIURBANO DE ARARAQUARA

Apesar das transformações ocorridas no espaço periurbano de Araraquara com o surgimento de "novas" atividades, a agricultura e a pecuária ainda se fazem presentes. A área selecionada para o estudo caracteriza-se pela presença da agricultura familiar, bem como da monocultura (cana-de-açúcar e citricultura) e pecuária (pastagens). Dentre as "novas atividades" que aparecem nessa área, destacam-se aquelas voltadas para o lazer, como haras, motel e chácaras de recreio. Essas informações podem ser encontradas na figura 26, que mostra o uso e a ocupação do solo nessa área.



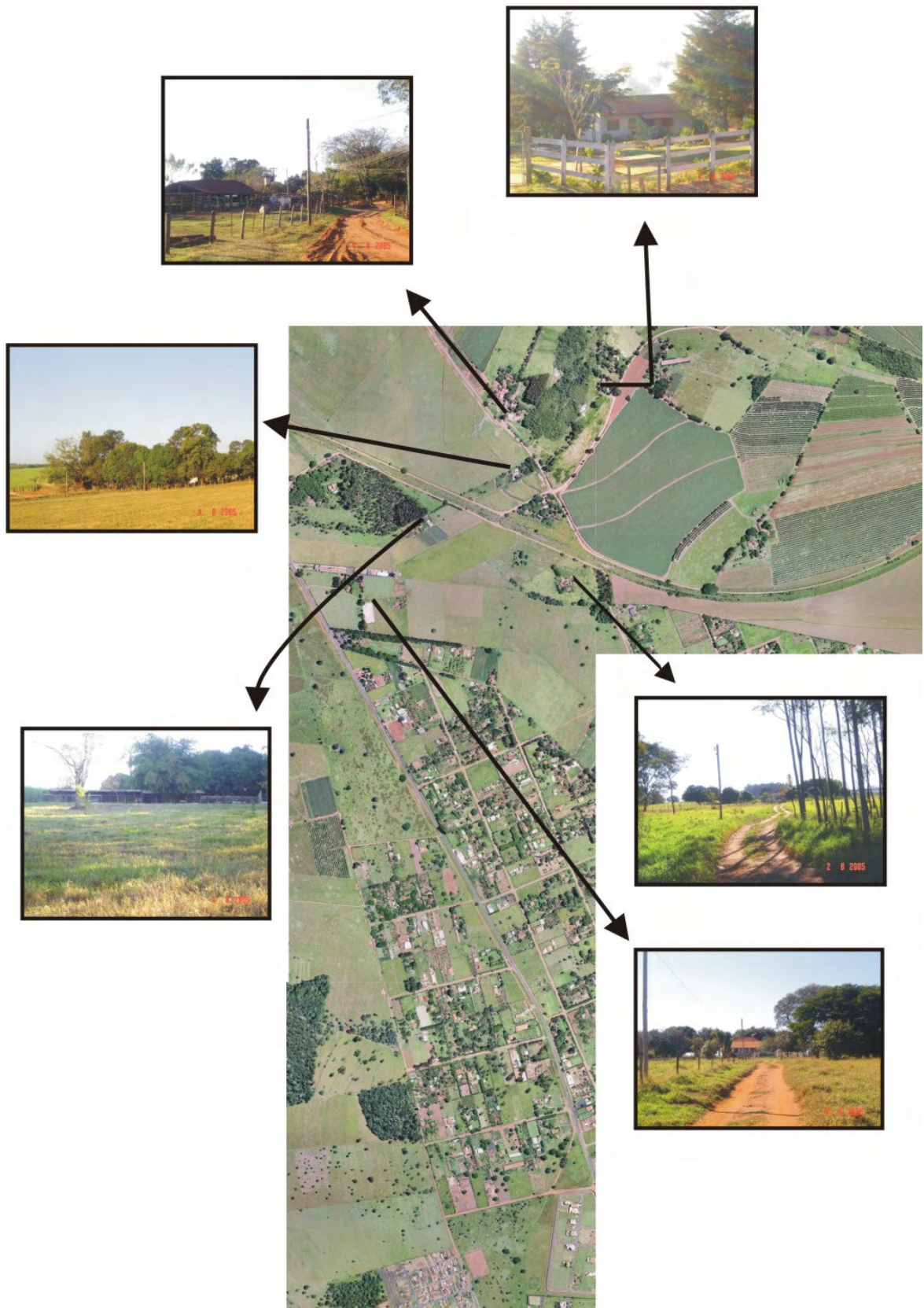
Organizado por Alessandra Alberto, Vitor Eduardo Molina Jr. e Ana Rute do Vale.
Fonte: Aerofotos do DAAE (2002).

Figura 26. Uso e ocupação do solo no espaço periurbano da área estudada.

Para traçarmos um perfil das propriedades existentes na área de estudo, consideramos a necessidade de entrevistar alguns proprietários de terra para compreendermos como se configura econômica, social e espacialmente esse espaço periurbano. Na realidade, o que pretendíamos era entender a dinâmica espacial das propriedades localizadas numa região tão próxima da cidade¹¹⁵. Porém, como antes já foi mencionado, o bairro mais próximo (Chácara Flora) não pode ser configurado como totalmente urbano, apesar de estar inserido no perímetro urbano de Araraquara há mais de 20 anos.

Na figura 27, temos uma foto aérea que mostra parte do Chácara Flora e a porção do espaço periurbano de Araraquara escolhida para estudo, destacando imagens de algumas propriedades rurais localizadas nessa área

¹¹⁵ As propriedades entrevistadas estão incluídas, segundo a engenheira agrônoma da CATI, no Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, pois estão localizadas na área da Microbacia Cabeceira do Boi (Integrante da Microbacia do Ribeirão das Cruzes que, por sua vez, integra a Bacia Tietê-Jacaré). Trata-se de um programa desenvolvido pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo voltado para o manejo de recursos naturais em microbacias hidrográficas. Seu objetivo geral “é promover o desenvolvimento rural do Estado de São Paulo, com a ampliação das oportunidades de ocupação, melhoria dos níveis de renda, melhor produtividade geral das unidades de produção, redução de custos e reorientação técnico-agronômica. Ganha prioridade o aumento de bem-estar das populações rurais, com a implantação de sistemas de produção agropecuária que garantam a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, com plena participação e envolvimento dos beneficiários da sociedade civil organizada” (ESTADO DE SÃO PAULO, 2002, p.1).



Organizado por Alessandra Alberto, Vitor Eduardo Molina Jr. e Ana Rute do Vale.
Fonte: Aerofotos do DAAE (2002).

Figura 27. Foto aérea de parte da Chácara Flora e espaço periurbano do Araraquara, destacando aspectos de algumas propriedades rurais.

Nesse sentido, podemos dizer que a relação dos proprietários da área estudada com a cidade é representada pela região central e não pelos bairros vizinhos. Aliás, somente um dos entrevistados reside no Chácara Flora, mas se considera muito mais um morador rural do que urbano. A dependência desses proprietários com relação à cidade sobressai-se, principalmente, em termos de fonte de rendimento, ou seja, a maioria dos entrevistados ganha o sustento da família com atividades não-agrícolas, enquanto a propriedade não é concebida como geradora de rendimentos, mas como espaço de lazer.

Em primeiro lugar, constatamos que, em geral, predominam na área pequenas propriedades, sendo que as pesquisadas não ultrapassam 50 ha. Aliás, esse é o tamanho médio desta região do município, como já foi citado. Somente uma das propriedades visitadas possui 46 ha, enquanto, nas demais, o tamanho varia entre 1,5 e 26 ha. Todas as propriedades são consideradas rurais pela prefeitura municipal, uma vez que todos declararam pagar ITR. A localização delas com relação à área central de Araraquara é de, no máximo, 8 km.

Todos os entrevistados são proprietários da terra (ou integrantes da família do proprietário). O tempo de aquisição da propriedade (compra ou herança) varia de acordo com o tamanho da mesma. Explicando melhor, as propriedades menores (entre 1,5 e 9 ha) pertencem aos atuais proprietários há 5 anos, em média, o que se explica pelo fato de serem resultantes de desmembramentos de propriedades maiores, cujos proprietários foram se desfazendo da terra aos poucos. No caso das propriedades maiores (entre 12 e 46 ha), esse tempo é maior, aproximadamente 25 anos, em média. Trata-se de terras que foram herdadas, já no tamanho atual, ou o proprietário adquiriu as partes dos demais herdeiros, aumentando a extensão da propriedade. Outra constatação foi que os proprietários mais velhos, geralmente, possuem uma ligação mais forte com a terra, sentimento que foi transmitido pelos pais agricultores.

A maioria dos proprietários entrevistados não reside na propriedade rural. Em geral, moram na cidade e exercem outra atividade (corretor de imóveis, professor, funcionário público, comerciante, engenheiro). A propriedade rural, neste sentido, torna-se somente uma segunda-residência, que é freqüentada durante a semana pelo proprietário (conforme a necessidade) e, nos finais de semana e feriados, pelos familiares e amigos, nos moldes parecidos com os do Chácara Flora. Algumas propriedades contam com a presença de um caseiro ou funcionário, que vive ali muito mais com o objetivo de tomar conta da propriedade do que de trabalhar na terra. Há o caso de um desses moradores, inclusive, cuja propriedade

funciona apenas como dormitório, para onde ele retorna depois do trabalho que exerce diariamente na cidade. Em outra situação, o caseiro reside na propriedade durante a semana e, nos finais de semana, quando o proprietário e sua família chegam, ele vai para a cidade visitar sua família.

Encontramos três propriedades habitadas pelos proprietários, mas com situações diferentes. Somente uma delas pode ser caracterizada como uma unidade de produção familiar, uma vez que a família residente (pai e dois filhos casados) vive essencialmente da exploração agropecuária, apesar de terem buscado a diversificação no passado com a implantação de infra-estrutura na propriedade para realização de rodeio e baile nos finais de semana, hoje desativada¹¹⁶ (Figura 27). Na segunda, a família mora, cria cavalos para provas de rodeio e aluga as cocheiras para cavalos de outros, mas, além desse rendimento, o filho possui uma revendedora de automóveis na cidade. E, no terceiro caso, o filho do proprietário reside na propriedade e, apesar da criação de gado e produção de feno, elas significam somente uma complementação, já que o pai é corretor de imóveis e o filho, advogado.



Realização: Ana Rute do Vale

Figura 28. Instalações de um antigo rodeio desativado no espaço periurbano de Araraquara.

¹¹⁶ Segundo a filha do proprietário os principais motivos pelo abandono dessa atividade foram a doença do pai, que não pode mais trabalhar, e a falta de segurança para os peões que montam os cavalos, uma vez que não há atendimento médico no local, o que já resultou na morte de um deles.

Somente uma das propriedades visitadas não possui residência, sendo utilizada para a criação de cavalos e algumas cabeças de gado. Os cavalos são utilizados para o lazer da família e amigos, sem nenhum objetivo de obtenção de renda. de acordo com o pai do proprietário¹¹⁷, que é a pessoa que toma conta dos animais, trata-se de um lazer muito trabalhoso. Além dos cavalos e do gado, eles mantêm charretes para passeios com a família nos finais de semana. Ele lamenta o fato de os filhos terem crescido e não terem mais tempo para o hipismo que praticavam na infância.

Nas entrevistas, foi possível constatar que para muitos proprietários, portanto, a propriedade significa muito mais um passatempo do que a atividade principal da família. Por isso, conserva-se na propriedade uma casa e equipamentos de lazer, como piscina, churrasqueira, etc. Inclusive, a renda extraída destas propriedades, segundo seus proprietários é muito baixa. Em geral, o capital investido na propriedade vem de outra atividade exercida pelo proprietário, como podemos constatar nas palavras de um deles: “Não comprei isso aqui para, propositadamente, ter uma renda. Então, como professor universitário, dá para tocar isso. Isso aqui é mais para lazer, vamos dizer assim”. Ou então, na fala de outra proprietária que argumenta: “Se a gente não tem outra sobrevivência para fora, não tem como”. Há ainda um deles, que disse que até já tentou cultivar milho na propriedade, mas não deu certo e acabou tendo prejuízo. Isso, segundo ele: “porque eu não me dedico, aliás, eu não vivo daquilo. Então, eu tenho aquilo mais por ser ‘engraçado’. Eu comprei a propriedade porque era barato”.

Essa, na opinião da agrônoma da CATI, é uma tendência das propriedades próximas da cidade, ou seja, voltar-se para o lazer e não mais para o plantio de culturas. Um dos motivos seria não apenas as dificuldades financeiras enfrentadas pelos pequenos proprietários, mas também a falta de interesse de seus filhos pela agricultura. E isso pode realmente ser constatado nas entrevistas quando os proprietários mais velhos disseram que os filhos (e o restante da família) freqüentam a propriedade apenas nos finais de semana e feriados.

A pecuária é uma atividade que está presente praticamente em todas as propriedades, variando entre gado de leite ou de corte, apesar de percebermos facilmente que não é uma atividade de grande expressão, já que o número de cabeças de gado é muito reduzido. Quando

¹¹⁷ O pai é delegado aposentado e o filho, funcionário público residente em Brasília (DF).

se trata da criação de gado de leite, a produção destina-se exclusivamente para o autoconsumo. Há o caso de uma propriedade em que a criação de gado e outros animais (porcos, ovelhas, cavalos) é feita com vistas à negociação¹¹⁸ e, em outras duas, em que os cavalos criados são treinados para a participação em provas de rodeios em cidades da região. Uma delas também cria boi com a mesma finalidade, além da produção de feno para venda. Além dos animais citados, encontramos também em uma das propriedades criação de avestruz que, por estar em fase inicial, ainda não propiciou ganhos financeiros.



Realização: Ana Rute do Vale

Figura 29. Criação de gado de corte no espaço periurbano de Araraquara.

A avicultura foi encontrada somente em duas propriedades visitadas, sendo que seus proprietários são fornecedores integrados¹¹⁹ de um abatedouro de frangos. Nas demais, quando há criação de aves, ela ocorre em pequena escala, somente para abastecer a família do proprietário.

O plantio propriamente dito, em geral, restringe-se às árvores frutíferas, horticultura, mandioca, mas não se destina ao mercado. A justificativa dos proprietários pelo não-

¹¹⁸ Trata-se de uma prática em que a compra do animal é feita com o objetivo de uma venda posterior, quando seu valor tiver ultrapassado ao daquele do momento em que foi adquirido.

¹¹⁹ Nesse caso, os avicultores assinam um contrato com agroindústria, que fornece os pintinhos, presta assistência técnica e adquire a produção no final do processo.

investimento na agricultura reside no fato de acreditarem que o mesmo nunca é compensatório, sobretudo, por se tratar de propriedades pequenas.

Somente duas propriedades, obviamente, as maiores, declararam que arrendam uma parte da propriedade para o plantio de cana-de-açúcar para uma usina do município. Aliás, a cana aparece por todos os lados, inclusive nas proximidades da cidade. Os proprietários disseram que o arrendamento representa uma importante fonte de renda para a família por se tratar de um rendimento fixo, ou seja, eles recebem mensalmente da usina. Entretanto, o valor recebido é muito baixo, não apenas porque a área arrendada não é muito grande, mas também porque o preço médio do arrendamento pago pela usina é bastante reduzido. Para se ter uma idéia, uma das proprietárias entrevistadas comentou que a usina com a qual assinou um contrato por quatro anos, paga R\$ 20,00 por tonelada produzida, o que resulta em uma média de R\$ 900,00 por mês, pela produção realizada em 29 ha arrendados. Mesmo no caso do outro proprietário que arrenda apenas 12 ha e recebe cerca de R\$ 450,00 por mês, percebe-se claramente que ele considera que é melhor arrendar a terra do que arriscar o plantio de outra cultura por conta própria. Na opinião da agrônoma da CATI, a questão é que os proprietários mais velhos tendem a se afastar da propriedade, sobretudo porque não possui mais condições físicas para o trabalho rural, ou mesmo para o deslocamento diário (no caso daqueles que residem na cidade), e os filhos não têm interesse na agricultura. Com isso, a alternativa encontrada é o arrendamento das terras para as usinas de cana-de-açúcar.



Realização: Ana Rute do Vale

Figura 30. Aspectos de uma pequena propriedade que se dedica à pecuária e, ao fundo, áreas de outras propriedades ocupadas pela cana-de-açúcar.

Houve também o caso de uma proprietária entrevistada que disse que costuma arrendar o pasto da propriedade para pecuaristas, apesar dele não estar arrendado no momento.

Todos os proprietários entrevistados mostraram preocupação com a preservação ambiental de sua propriedade, sobretudo com relação à vegetação e ao controle da erosão. A questão da vegetação aparece tanto na necessidade de preservar as árvores existentes na propriedade, como no plantio de novas. Já sobre a erosão, o cuidado maior diz respeito à construção de curvas de nível para conter a força da água. Os dois problemas aparecem nas palavras de um dos proprietários entrevistados que demonstrou que seus cuidados com o meio ambiente são:

Principalmente no que tange à erosão com relação à vegetação nativa, recuperação de ipês, algumas árvores características da região, da bacia do Tietê-Mogi, rio Grande, Pardo, etc. É uma região que trouxe muito da Mata Atlântica até por um caminhar do rio para a bacia Platina no sentido inverso, e essa mata tem árvores, que são bem características da Mata Atlântica. E com isso, a gente tem o cuidado de recuperar parte disso. Eu acho um absurdo você transformar isso em terra nua e sujeita a erosão muito brava. Se você não fizer uma curva de nível, não proteger para evitar também esse lado de erosão, de mata, de assoreamento de córrego e outros pontos. Essa preocupação sempre existe.

Apenas um dos entrevistados citou a necessidade de preservação da água, juntamente com a mata ciliar. Certamente está localizada nesta propriedade a nascente do rio Cabeceira do Boi, que dá nome à microbacia assistida pela CATI, conforme já assinalamos.

Tem que ter (preocupação ambiental) porque a gente depende da água. Se não tem preservação... que nem aquela mata ali, a gente não vai ter como ter água para tratar dos animais, não vai ter uma sombra para eles poderem descansar. Então, a gente tem que ter essa preservação. A gente tem várias minas, nascentes aqui em casa.

Aliás, este é um dos maiores problemas da área, segundo a agrônoma da CATI, ou seja, há uma constante preocupação em orientar os proprietários rurais no sentido de manter a mata ciliar e não contaminar os rios, já que, nessa microbacia, a contaminação vem ocorrendo por meio do lançamento de resíduos nos rios. Assim, os proprietários rurais são orientados

com relação ao destino dos resíduos sólidos¹²⁰ e na implantação de fossas assépticas. Na figura 31, temos o exemplo de uma área de nascente na propriedade rural de uma das pessoas entrevistadas.



Realização: Ana Rute do Vale

Figura 31. Área de nascente com mata ciliar preservada em uma propriedade rural periurbana.

Convém ressaltar que, via de regra, não há sistema de coleta de lixo na área, a não ser nas propriedades rurais próximas à estrada que leva a um loteamento denominado Recanto dos Nobres, sobre o qual, apesar de estar localizado fora do perímetro urbano, incide o IPTU. Por esse motivo, os moradores exigiram que a prefeitura oferecesse alguns serviços típicos das áreas urbanas, como é o caso da coleta de lixo (Figura 32).

¹²⁰ No caso das embalagens vazias de agrotóxicos, o retorno ao fabricante tornou-se obrigatório por lei.



Realização: Ana Rute do Vale

Figura 32. Trecho da estrada onde passa a coleta de lixo das propriedades localizadas no espaço periurbano.

A agrônoma acredita, no entanto, que é mais difícil o trabalho de conscientização junto às usinas, que arrendam as terras para o plantio da cana e utilizam agrotóxicos arbitrariamente, sem preocupações ambientais.

O problema das queimadas realizadas nos pastos, principalmente nas épocas de seca, foi lembrado somente por uma proprietária que diz não permitir essa prática em sua propriedade. Ela relatou que isso já ocorreu quando seu pasto foi arrendado para criadores de gado, mas que desde então, toda vez que faz um contrato para arrendamento, deixa claro que não será permitido nem a queima do pasto, nem o corte de árvores. Para ela, essa prática é considerada criminosa.

Houve também o caso de dois proprietários que demonstraram preocupação com a fauna, afirmando que não permitem a caça de animais em suas propriedades que, coincidentemente, estão localizadas às margens da estrada vicinal, onde a ação de caçadores é mais facilitada.

A proximidade da propriedade rural com a área urbana foi considerada como uma vantagem para os entrevistados, tendo em vista a facilidade de locomoção e economia de combustível, tanto para os que nelas residem e se deslocam para a cidade em busca de

produtos e serviços e até mesmo trabalho, quanto para os que moram na cidade e trabalham na propriedade diariamente. Uma das proprietárias residentes nos declarou que:

[...] a vantagem é que você mora num lugar tranqüilo. Tem uma saúde boa porque você pode plantar uma horta. Você tem uma qualidade de vida totalmente diferente. Eu que morei 5 anos em São Paulo, quando eu vim para cá, meu filho, que tinha problema respiratório, hoje ele mora aqui e tem uma saúde maravilhosa. Você tem uma liberdade, tem um sono mais tranqüilo. É totalmente diferente de morar na cidade. A vantagem é que você consegue ir para a cidade comprar as coisas que necessita. É mais fácil. Você tem ônibus perto de casa¹²¹. É bem mais simples. Além de ser tranqüilo, você tem a facilidade de estar comprando as coisas.

Houve também o caso de um morador de uma das propriedades entrevistadas, filho de um proprietário, que afirmou que, pelo fato de ele e o pai possuírem outra função na cidade, a facilidade de deslocamento contribuirá para que, no futuro, o pai também passe a residir ali. Podemos confirmar isso na fala dele:

A vantagem está sendo, por enquanto, da gente ter outra profissão, ter outro meio de ganhar dinheiro e é perto para a gente vir aqui e fazer o nosso ganho aqui também. Então, é perto para a gente ir para a cidade e voltar aqui, é perto. Se fosse longe, a gente ia ter que decidir ou ficava lá ou ficava aqui, não podia ficar nesse vai-e-vem, eu acho. Que nem para o meu pai, eu estou aqui sempre. Mas meu pai que tem que vir aqui, então para ele é um pulinho, 5 minutos da cidade. Mas então a nossa idéia principal é isso aí e ficar só aqui. Eu calculo que, no máximo, em um ano ou dois anos, nós estaremos só aqui.

Entretanto, a maioria dos proprietários reclamou que essa proximidade tem causado um grande problema com relação à segurança das propriedades rurais. Muitos acreditam que a expansão urbana e o surgimento de novos bairros (sobretudo os populares¹²²) são os responsáveis pelo aumento no número de roubos registrados nos últimos anos. Os relatos mostram que as incidências vão desde o furto de animais, frutas, alimentos cultivados, quando da ausência de moradores na propriedade, até um assalto à mão armada para roubo de uma caminhonete¹²³. Neste caso, o proprietário decidiu colocar uma família para tomar conta da propriedade; mesmo assim, continua acreditando que a proximidade só traz desvantagens.

¹²¹ Aqui a moradora está fazendo referência às linhas de ônibus que atendem ao Chácara Flora.

¹²² Os próximos são Jardim Roberto Selmi Dei, Jardim Adalberto Frederico de Oliveira Roxo e Jardim Veneza.

¹²³ Convém mencionar que é muito comum o aparecimento de veículos roubados para “desmanche” nos canaviais da região.

É porque eu a tenho há tempo (*a propriedade rural*) porque, se fosse para comprar ela hoje, eu não compraria. Tenho porque vou conservando, porque já vem de muitos anos. Então, se fosse hoje para eu comprar, eu não ia querer. Eu ia querer longe, porque perto sempre tem mais preocupação, o pessoal mexe nas coisas. Se você plantar, eles invadem. A cidade vai indo, vai apertando. Então quase que não dá para você fazer uma agricultura, uma coisa assim, porque o pessoal vai invadir, vai tirar. Por exemplo, se você tiver um pomar de laranja, você não vai colher laranja, se plantar milho, ele não vai secar.

A preocupação com a segurança faz com que muitos reforcem as cercas da propriedade, coloquem alarme, além de contratar um caseiro para morar nela, com já foi falado. Para os proprietários residentes, esse não chega a ser um problema tão preocupante. Um deles disse que, apesar de a propriedade fazer limite com o perímetro urbano, só houve ocorrência de roubo uma vez, mesmo durante o período em ele não morava nela. Ele acredita que essa tranquilidade se deve ao fato de ter como vizinhos um cemitério (limite do perímetro urbano), o qual as pessoas têm medo de ultrapassar para invadir a propriedade, e um motel com muros muito elevados (Figura 33).



Realização: Ana Rute do Vale

Figura 33. Chácara no espaço periurbano cercada por muros.

Sobre esse assunto, a agrônoma da CATI acredita que, se os proprietários se organizassem, poderiam montar um tipo de “patrulha” para vigiar as propriedades, diminuindo, assim, a incidência de roubos.

Nesse sentido, por meio da pesquisa, podemos chegar a algumas conclusões a respeito da agricultura periurbana no município de Araraquara, muito semelhantes aquelas características enumeradas por España (1991), no capítulo 2 desse trabalho (p.94), que são as seguintes:

1. Tamanho médio das propriedades nessas áreas não destoa muito da maioria das demais do município que está abaixo de 50 hectares, sendo que, em vez da agricultura familiar predominam as chácaras de recreio (ou sítios de lazer).
2. Quando as condições para a atividade agrícola se tornam desfavoráveis e as perspectivas futuras incertas, ela é facilmente substituída por atividades não-agrícolas, e as terras são arrendadas ou vendidas.
3. Tem aumentando a área, na propriedade, ocupada por pastagens e arrendamento para a produção de cana-de-açúcar, em detrimento de outros tipos de cultivo.
4. Existe um elevado e crescente número de proprietários de terra que se dedicam à agricultura em tempo parcial.
5. A maioria dos proprietários não vê a possibilidade de obter rendimentos elevados, uma vez que geralmente se dedicam a outra atividade.
6. Com relação ao meio ambiente, ficou claro que, independentemente da ligação do proprietário com a agricultura, a maioria considera importante mantê-lo preservado em sua propriedade, inclusive porque o contato com a natureza representa para eles uma melhor qualidade de vida.
7. A proximidade com a cidade pode trazer problemas predominantemente urbanos, como a violência, sobretudo os pequenos furtos.

3.5.1 Outros usos do solo periurbano

Como pudemos constatar no trabalho de campo, estão presentes no espaço periurbano, além das atividades agrícolas, outros usos do solo ligados ao lazer e ao entretenimento. Além dos referidos sítios ou chácaras de recreio, existe, no local, uma propriedade com criação de cavalos para montarias, um haras e um motel, como podemos observar nas figuras a seguir.



Realização: Ana Rute do Vale

Figura 34. Imagens de uma chácara com criação de cavalos para lazer no espaço periurbano.



Realização: Ana Rute do Vale

Figura 35. Aspectos de um haras localizado à margem da estrada vicinal Graciano Ressurreição Affonso.



Realização: Ana Rute do Vale

Figura 36. Vista da entrada de um motel localizado à margem da estrada vicinal Graciano Ressurreição Affonso.

Como a área de estudo está localizada ao longo de uma via intermunicipal, o Secretário de Desenvolvimento Urbano acredita que a existência de empreendimentos de lazer é um fator natural, espontâneo.

Nesses eixos viários intermunicipais, você percebe atividades urbanas desta natureza, pesque-pague nessas franjas periurbanas, chácaras, motéis. Ou seja, é quase que uma locação tradicional do mercado espontâneo. O que eu quero dizer é que, embora isso ocorra, não é talvez a intenção no Plano Diretor que essas atividades estejam dessa maneira. É claro que o Plano Diretor não esmaga nem congela nada. Pelo contrário, ele permite maior flexibilidade na ocupação do solo.

A utilização das propriedades rurais para atividades de lazer não precisa ser encarada como um problema, uma vez que a agricultura estaria sendo abandonada. Ocorre que, tendo em vista as dificuldades encontradas pelos pequenos proprietários em produzir, o lazer poderá representar uma nova fonte de renda, obviamente nos casos em que o proprietário abre sua propriedade para o público (aluguel das chácaras, por exemplo). de acordo com a agrônoma da CATI, essa pode ser uma alternativa tanto para as pequenas propriedades rurais no espaço periurbano, quanto em outras áreas do município de Araraquara, assim como a diversificação da produção por meio do cultivo de cogumelos, por exemplo.

Pelo que foi exposto, podemos dizer que o espaço periurbano de Araraquara possui características semelhantes àquelas relatadas no capítulo 2. Obviamente que, por se tratar de

uma cidade de porte médio, a plurifuncionalidade e os problemas gerados pela expansão urbana sobre o espaço periurbano não possuem a mesma magnitude encontrada nas áreas metropolitanas brasileiras e estrangeiras.

De qualquer forma, podemos constatar que a área de estudo representa, em certa medida, um espaço periurbano cujas propriedades rurais cada vez mais sofrem influência urbana, sobretudo no que tange à presença de atividades não-agrícolas, ou seja, a pluriatividade adotada pelos proprietários, residentes ou não. Percebemos que a proximidade com a cidade é um fator importante na determinação das características dessas propriedades rurais, inclusive porque o dinamismo dessa área está ligado à presença da cidade.

Na realidade, o que observamos é que existe, de fato, certa contigüidade entre o Chácara Flora e o espaço periurbano do município, uma vez que, como foi citado, esse bairro possui características muito mais rurais que urbanas. Além disso, nele predominam as chácaras de recreio, que também começam a proliferar no espaço periurbano. A única diferença é que, nesse último, elas não costumam ser alugadas para eventos, servindo apenas ao lazer da própria família. Essas propriedades são, então, utilizadas tanto como residências permanentes como secundárias. Seus proprietários são motivados pela busca do contato com a natureza e com o mundo rural, embora essa busca ainda não seja tão intensa por tratar-se de uma cidade média interiorana, onde o estresse urbano é bem menor que nos grandes centros.

É exatamente por isso que, dentro da diferenciação das três coroas periurbanas estabelecida por Bryant e Russwurm (1982), apresentada no capítulo 2 (Figura 1, p. 80), nossa área de estudo seria considerada como a área rural na qual a influência urbana é representada pela presença das segundas-residências, mas onde a agricultura continua se desenvolvendo. Aliás, em termos de paisagem, não há como negar a predominância da rural. Já em termos de delimitação das áreas rurais periurbanas, considerando as cinco tipologias para os espaços rurais estabelecidas pela Comissão Européia EUROPA 2000 (Figura 2, p. 86), a área pesquisada se enquadraria no tipo 3, ou seja, espaços rurais com atividades diversificadas (agricultura e turismo rural, pequena indústria e artesanato), embora no nosso caso apareça o lazer e não o turismo.

A presença de proprietários rurais, sem vínculos com a agricultura, configura o espaço periurbano de Araraquara como um local com tendência ao crescimento de formas e modos de vida cada vez mais urbanos, sobretudo por conta da facilidade de locomoção com relação à

região central da cidade. Entretanto, não existe na área uma diferenciação social muito expressiva, uma vez que predominam pequenas propriedades rurais. Em nossas visitas, foi possível perceber que, mesmo não residindo nas propriedades, esses proprietários mantêm laços de amizade entre si, ou pelo menos se conhecem de vista.

Nesse sentido, vemos que o espaço periurbano de Araraquara se caracteriza pela plurifuncionalidade, além de ser um espaço de reserva que poderá tornar-se urbanizável, embora o Secretário de Desenvolvimento Urbano garanta que não há intenção, por parte da administração municipal, de permitir a expansão urbana nessa porção do município, pelo menos enquanto existirem vazios urbanos a serem ocupados.

Para esse lado da cidade, que é o lado de crescimento urbano para Bueno de Andrada, existe uma grande oportunidade da planta de zoneamento ambiental que o crescimento imobiliário se dê nessa direção. Isso porque as características geomorfológicas são mais adequadas. Então, todo processo de crescimento futuro, depois de ocupar os vazios, em que a cidade vai crescendo novamente pelas franjas, periferia, há uma grande tendência de ela ocupar nessa direção porque as características geomorfológicas são mais adequadas para o processo de expansão urbana residencial. Porém, acho que isso também tem que ser discutido dentro deste conceito de mobilidade, onde se dá, qual é a maneira, todo processo de empreendimento urbanístico deve ser na linha do desenvolvimento sustentável, deve ser na linha de unidades espaciais de projeto urbano sustentável.

Tendo em vista essa plurifuncionalidade, o espaço periurbano está sujeito a transformações futuras provocadas pela expansão urbana e as conseqüentes pressões demográfica e econômica. No momento, a área de estudo caracteriza-se como um espaço relativamente produtivo, possuindo uma dinâmica sujeita ao processo de valorização/desvalorização, dependendo das atividades econômicas adotadas. O que hoje é área agrícola, poderá ser ocupada futuramente por residências (inclusive por loteamentos fechados, que estão em intensa proliferação na cidade), atividades terciárias, afinal o espaço periurbano está sempre sujeito às transformações que a cidade opera no campo.

Percebemos, então, que ao estudarmos o espaço periurbano, é importante analisar tanto as influências urbanas quanto as rurais. Em nossa área de estudo, vimos que, apesar de a influência urbana ser maior, a rural mantém-se, mesmo no caso das propriedades em que a atividade agrícola se restringe à produção para o autoconsumo. Para os proprietários que residem na área urbana, a cidade é vista como o lugar de moradia, trabalho e consumo, enquanto o campo representa o lugar do lazer e da tranquilidade.

Mesmo que muitas dessas propriedades rurais periurbanas não cumpram seu papel de produtoras agrícolas, o fato de serem mantidas e preservadas, até certo ponto, poderá significar uma contribuição para a melhoria ambiental do entorno urbano e uma certa integração entre o espaço rural e a urbanização. Isso, desde que essas propriedades não modifiquem sua paisagem rural, nem sejam engolidas totalmente pela ganância da especulação imobiliária, que já provou, no passado, seu poder, em Araraquara, no direcionamento da ocupação urbana.

Esperamos que o novo Plano Diretor, em fase de conclusão, realmente consiga cumprir os objetivos de sustentabilidade (aí incluso, a justiça social) do município. E, sobretudo, que, após sua aprovação, as autoridades municipais enxerguem o espaço periurbano não como uma área de expansão urbana, passível de ser urbanizada, mas como uma área com características peculiares que deve ser mantidas por representar o elo mais próximo entre o rural e o urbano. Nunca esquecendo que, conforme defende Espanha (1991), os espaços rural, urbano e periurbano compõem um sistema único integrado e devem ser compreendidos em sua totalidade. Portanto, políticas públicas de desenvolvimento rural e planejamento urbano estão interligadas e se refletem diretamente no espaço periurbano, cuja importância não poderá ser negligenciada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos este trabalho com a árdua tarefa de discutir a definição e a delimitação do rural e do urbano, com o objetivo de tentar esclarecer algumas inquietações de dois espaços tão distantes e ao mesmo tempo tão próximos. Vimos que, em termos de características, e sobretudo de paisagem, ambos permanecem diferenciados. Todavia, cada vez mais o processo de urbanização tende a influenciar o espaço rural, provocando mudanças socioeconômicas e espaciais. Questionamos a validade da dicotomia rural/urbano, para concluirmos que o que existe, na verdade, é um *continuum* espacial entre eles, uma vez que o espaço rural atravessa um processo renovador, a despeito de manter parcialmente sua identidade. Assim sendo, há uma interdependência, uma complementaridade rural-urbana que, a um só tempo, interliga e distingue duas realidades paralelas.

Considerando que existe um “novo rural” e, conseqüentemente, uma “nova ruralidade”, foi possível compreender que não podemos mais analisar o campo como “lócus” exclusivo das atividades agrárias, haja vista as diversas atividades não-agrícolas presentes nele (embora esse não seja um fenômeno recente). A “nova ruralidade” se expressa em forma de resgate do mundo rural, principalmente com relação à valorização do seu modo de vida, que, por sua vez, está relacionado ao contato com a natureza (a paisagem rural), algo tão sonhado pelos cidadãos dos grandes centros urbanos brasileiros. Daí a proliferação do turismo em áreas rurais (ecoturismo, turismo rural, turismo de aventura, etc.), das chácaras de recreio (alguma utilizadas como residências secundárias), dos hotéis-fazenda, entre outras formas de lazer. Desse modo, mesmo que haja um “novo rural” e uma “nova ruralidade”, o meio rural tende a manter suas funções e agregar outras.

Do lado urbano, quando buscamos a definição de cidade no Brasil, nos deparamos com uma legislação muito retrógrada, que permanece inalterada desde 1938, provocando enormes distorções, ao considerar como urbano qualquer sede de município, mesmo que este possua características muito mais rurais que urbanas. Como a delimitação do que é rural e do que é urbano é estabelecida pela prefeitura municipal, muitas vezes o que impera são os interesses tributários, uma vez que o imposto incidente sobre o espaço urbano (IPTU) vai para os cofres municipais, enquanto o cobrado das propriedades rurais (ITR) é destinado ao governo federal. Assim, é a partir das informações obtidas pelas prefeituras (lei municipal), que o IBGE realiza os recenseamentos e as PNADs, que mostraram, em 2000, que a taxa de urbanização brasileira já havia ultrapassado 80% do total de habitantes do País. Acontece que um distrito é facilmente transformado em município e a população que era rural, transforma-se em urbana da noite para o dia. Tudo isso pode interferir, inclusive, no tipo de política

adotada em relação a essas populações, ou seja, municípios com características rurais deverão ter políticas de planejamento voltadas para os problemas rurais muito mais que para os urbanos. Além disso, é muito comum ocorrerem no País situações em que, por habitar na sede do município (e, portanto, ser considerado urbano), muitos proprietários rurais não têm direito a benefícios concedidos a populações rurais. Não podemos esquecer que, procurando atenuar essas distorções, o IBGE introduziu algumas variantes na situação de domicílios da PNAD, mas nada que tenha alterado os dados dessa elevada taxa de urbanização, nem os direitos e deveres legais dos moradores de um ou outro espaço.

Quando discutimos a delimitação do rural e do urbano, preocupa-nos a forma como o uso e a ocupação desses espaços estão sendo ordenados, principalmente porque, cada vez mais, especialmente nas áreas do entorno das cidades, a agricultura vai sendo substituída por usos exclusivamente urbanos. A este espaço, próximo da cidade, que mescla os usos do solo rurais e urbanos, são atribuídas diversas denominações (franja rural-urbana, franja rurbana ou rururbana, subúrbio), dentre as quais espaço periurbano é o termo que adotamos neste trabalho.

Ao analisarmos o espaço periurbano, é preciso lembrar que sua existência e ocupação são resultado de um tipo de crescimento urbano difuso, em que a expansão da cidade se deu de forma desordenada, “engolindo” as áreas rurais mais próximas (suburbanização), vindo a população urbana e suas respectivas atividades a ocupar, progressivamente, os espaços agrícolas. Dessa forma, o resultado da cidade difusa é um aumento na segregação espacial e o surgimento de novos tipos de especialização funcional. Foi esse processo que observamos em Araraquara, município objeto de nosso estudo, onde percebemos claramente que a ocupação urbana se deu mais nas áreas periféricas, criando bairros muito distantes do centro. Assim, podemos afirmar que o crescimento difuso trouxe mais abetos negativos que positivos para a cidade, uma vez que: a) em nada alterou a desigualdade de oportunidades com relação aos acessos à renda, a equipamentos e a serviços para os cidadãos; b) contribuiu para aumentar os conflitos entre usos do solo agrícolas e não-agrícolas (em especial nas áreas rurais que, embora ainda não estejam enseridas no perímetro urbano, já se tornaram residenciais); c) causou impactos ambientais irreversíveis (com destaque para a abertura de loteamentos em áreas de mananciais) e a conseqüente transformação da paisagem; d) dificultou a gerência desses territórios, tanto em termos administrativos quanto fiscais; e e) aumentou os custos da implantação de infra-estrutura urbana para atender aos bairros periféricos.

Não bastesse esses problemas, a cidade difusa promove a proliferação dos vazios urbanos na cidade, que se configuram hoje como um dos principais temas discutidos pelo novo Plano Diretor.

Percebemos que no município estudado, até então, o poder público havia se mostrado omissos e, às vezes, conivente com a expansão urbana desordenada e o surgimento dos vazios urbanos. Apesar do esforço da administração atual, o problema se mantém e, mesmo que o novo Plano Diretor demonstre preocupação com ele (como podemos observar em nossa análise), achamos que sua resolução não ocorrerá no curto prazo, mesmo porque sabemos da lentidão das decisões judiciais em nosso país, em especial, no caso de punição dos proprietários dos terrenos não-construídos.

Entendemos que o espaço periurbano, apesar de ainda ser pouco estudado no Brasil, deveria merecer maior atenção por parte dos pesquisadores e administradores, sobretudo. Acreditamos que isso se deve ao fato de que predomina no país uma visão que valoriza sobremaneira tudo que é urbano. Para os urbanistas (até mesmo geógrafos), a cidade, muitas vezes, é analisada por si só ou por sua dominação sobre o campo. Na verdade, existe um interesse em propagar a existência de um Brasil urbano, com uma sociedade moderna e globalizada. Esquece-se, todavia, que ainda existem regiões no país que guardam características rurais e agrícolas e que permanecem distantes dessa “modernidade”, ou seja, que existe vida não-urbana além do limite do perímetro urbano, inclusive nos espaços muito próximos a ela, como é o caso do periurbano.

Constatamos que na porção do espaço periurbano estudado em Araraquara, existe uma dinâmica associada à plurifuncionalidade e é exatamente essa a especificidade dele com relação aos espaços rural e urbano. Explicando melhor, essa convivência de usos diferentes do solo, principalmente pela agricultura e atividades de lazer, confere ao espaço periurbano uma dinâmica própria, uma vez que as transformações territoriais, socioeconômicas e ambientais ocorrem de forma intensa ao longo do tempo. Apesar disso, ainda podemos dizer que a ruralidade se faz presente, mesmo que muitos proprietários rurais não tenham qualquer tipo de ligação com a atividade agrícola. Tal ruralidade pode até ser denominada de “nova” e se expressa principalmente no modo de vida e nas relações interpessoais entre os vizinhos.

Notamos, no entanto, que a proximidade com a cidade tende a gerar conflitos, que, atualmente, vêm ocorrendo entre os proprietários rurais e moradores de bairros próximos, que são acusados de furtar produtos agrícolas e animais dos sítios e chácaras.

Para uma reflexão maior sobre o espaço periurbano (principalmente nas cidades brasileiras) achamos pertinente levantar duas questões e tentar respondê-las. Primeiro, por que ele é focado mais do ponto de vista urbano do que rural? (Caso contrário, seria espaço perirural e não periurbano). A nosso ver, mais uma vez, esse espaço é sempre analisado como um apêndice da cidade, ou seja, um espaço “quase urbano”, que tende a se urbanizar com o tempo. Trata-se portanto de um processo inevitável. Segundo, apesar disso, a maioria dos estudiosos defende a predominância das características rurais no espaço periurbano. Quais seriam os interesses? Para os pesquisadores, certamente seria a idéia de que é possível a produção agrícola em pequenas propriedades rurais no entorno urbano, a despeito de sabermos que a pressão da urbanização é muito maior aí do que nas áreas mais distantes. Para os agentes imobiliários (entre eles o Estado), a paisagem rural pode significar a valorização dos espaços periurbanos, sobretudo para atrair novos moradores interessados em viver em locais que prometem o tão sonhado contato com a natureza a poucos quilômetros do centro urbano.

Nesse sentido, apesar de acalentarmos alguma esperança em relação à predominância da paisagem rural e da atividade agrícola, nosso estudo mostrou que na disputa entre os diversos usos de solo no espaço periurbano, a agricultura que, a princípio poderia contribuir para o abastecimento urbano (inclusive para amenizar a questão da fome nos grandes centros urbanos), cada vez mais é substituída por outras atividades (serviços, principalmente) ou até pela inatividade, constituindo esses espaços em “reserva de valor” para futuras expansões urbanas. O primeiro passo é subdividir os sítios em chácaras, o segundo, transformar esses em lotes urbanos ou condomínios fechados.

Esse processo já é visível em Araraquara, como demonstrado na pesquisa realizada. A efetivação da transformação legal dessas áreas periurbanas em urbanas deverá sofrer entraves como mostra o novo Plano Diretor, mas, de fato, o processo de urbanização já se instalou e, apesar dos obstáculos legais, mesmo que lentamente, deverá desenvolver-se. Certamente, tal processo gerará outro conflito: entre proprietários rurais que ainda restarem e os novos habitantes do espaço periurbano do município.

Nosso maior desejo é que esse e outros trabalhos sobre o espaço periurbano dos municípios brasileiros cumpram a função não apenas de transmitir conhecimentos sobre o tema, mas de chamar a atenção dos nossos administradores, principalmente na elaboração de leis municipais (inclusive os planos diretores) e da sociedade civil, para que reivindique a manutenção de uma área que ainda conserva características rurais. O incentivo à produção agrícola (veja o exemplo dos cinturões verdes) no espaço periurbano seria uma forma de garantir rendimentos e emprego para os agricultores e alimentos mais baratos para a população urbana, aliada à preservação ambiental, que está presente muito mais no discurso do que na ação efetiva. Assim, o espaço periurbano poderia contribuir para melhorar a qualidade de vida dos brasileiros e garantir o tão propagado desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Texto para discussão nº 702**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, 31p.

ALENCAR, C. M. M.; MOREIRA; **Cidade e campo**: uma noção inteira para pensar o desenvolvimento humano contemporâneo. Disponível em: www.ruralidades.org.br/produções/archives/txt14_campo_ciadade_metropolitanos.doc > Acesso em: 01/12/2003.

ALENTEJANO, O que há de novo no rural brasileiro? Geografia política e cidadania. **Terra Livre**. São Paulo: AGB, 2000, n.15. p.87 – 112.

ALVES, T. Plurifuncionalidade e desenvolvimento nas áreas rurais em Portugal. COLÓQUIO HISPANO-PORTUGUÊS DE ESTUDIO RURALES, 4., Santiago de Compostela: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, 2001. Disponível em: <<http://www.isega.es>>. Acesso em 20/02/2005.

ANDRADE, M. C. Geografia Rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1995. **Boletim de Geografia Teorética**. v. 25, n. 49-50, p.03-14.

ASSIS, L. F. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Território**. Rio de Janeiro: URFJ, n.11,12 e 13, jul/dez. 2002, 2003, p.107-122.

ARARAQUARA. Prefeitura do Município de Araraquara. **Ofício nº 0079/2005**. 24 de janeiro de 2005. Disponível em: <<http://www.easysite.com.br/secretariadesenvolvimentourbano>>. Acesso em 08/06/2005.

ARARAQUARA. Prefeitura Municipal de Araraquara. **Cidade Paratodos**. Araraquara, mar. 2003. 1 CD ROM.

_____. Prefeitura Municipal de Araraquara. **Anuário Araraquara em dados - 2002**. Araraquara: Edigma Editora, 2002.

_____. Prefeitura do Município de Araraquara. **Lei nº 3.502**. Estabelece os perímetros urbanos da Sede e da Vila Xavier e de sua área isolada, do Município de Araraquara, e dá outras providências. 23 de agosto de 1988.

BARBUGLI, R. A. **Influência do ambiente construído na distribuição das temperaturas Araraquara/SP**.2004. 171f. Dissertação (Mestrado em Construção Civil). Universidade Federal de São Carlos. Centro de Ciências Exatas e Tecnologia. São Carlos, 2004.

BIZELLI, J. L. **As armadilhas do governo local**: a tentativa da reforma administrativa em Araraquara. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara. 2002.

_____. **O planejamento municipal e o poder local em Araraquara**. 1990. 323 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara. 1990.

- BLUME, R. **Território e ruralidade**: a desmistificação do fim do rural. Porto Alegre – R.S. 2004. Dissertação (Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2004, 182f.
- BRASIL. **Plano Diretor participativo** - Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: CONFEA/Ministério das Cidades, 2004. 160 p. Disponível em < www.cidades.gov.br > Acesso em 06/08/2004.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 311**, de 2 de **março de 1938**. Dispõe sobre a divisão territorial do país, e dá outras providências. Coleção de Leis [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 1, p.438, 1938. Col. 1
- CARVALHO, P.F. instrumentos legais de gestão urbana: referências ao Estatuto da Cidade e ao zoneamento. In: BRAGA, R.; CARVALHO, P.F. (org.) **Estatuto da Cidade**: política urbana e cidadania. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal – Deplan – UNESP, 2000, p.41-59.
- CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA, **Lei Orgânica do Município de Araraquara**. 2002. Disponível em: <<http://www.camara-arq.sp.gov.br/legislacao/Lei%20Organica.doc>>. Acesso em: 02/07/2005.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 23, **Anais...** Natal: Sober, 1997, p.147-185.
- _____. **Camponeses, agricultura e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998.
- CAPEL, H. La definición de lo urbano. **Estudios Geográficos**, n.138-139, febrero-mayo 1975, p.265-301. Scripta Vetera. Edición electrónica de trabajos publicados sobre geografía y ciencias sociales. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sv-33.html>>. Acesso em: 22 jan. 2003.
- CARLOS, A. F.A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.
- CASTRO, A. B. **7 Ensaios sobre a economia brasileira**. 3º ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977 (Vol. 1).
- CERRI, C. O chão do amanhã. **Globo Rural**. São Paulo: Globo, n.192, p.48-59, out. 2001.
- CINTRÃO, L.M. G. **Os vazios urbanos na estruturação da cidade de Araraquara**. 2004. 155f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2004.
- _____. **A Estrutura de Produção da cidade**: processo, função e forma. Estudo de caso – Araraquara – S.P.1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia, São Carlos, 1995.
- CLARCK. D. **Introdução à Geografia Urbana**. São Paulo: Difel, 1985.

- COELHO, J. E. L. Significações do Estatuto da Cidade no contexto municipal e perspectivas no desenvolvimento regional. **NADRI**. Santiago, RS: Urisantiago, 24 out. 2003. Disponível em: <<http://w%20CIDADE%20I.pdf>> Acesso em 19/03/2004.
- COELHO, M. S. Uma rurbanização nos contrafortes de Meruoca? (Ensaio de aplicação de novas categorias em Geografia Urbana). **Revista da Casa da Geografia de Sobral**. Sobral, CE: UVA, n. 1, 1999, p.15-28.
- CORRÊA, R. L. **O Espaço urbano**. 4ª ed., São Paulo: Ática, 1999 (Série Princípios).
- CORELLANO, F. P. El ciclo del agua y la reconversión del paisaje periurbano en las ciudad de la red C-6. In: MONCLÚS, F. J. **La ciudad dispersa** - Suburbanización y nuevas periferias. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998, p.111-142 (Urbanismo, ciudad, historia I).
- CORRÊA, J. M.; CORRÊA, W. K.; GERARDI, L. H. O. A problemática da definição e da delimitação do espaço rural – mudanças no espaço rural e práticas institucionais: o exemplo da ilha de Santa Catarina. **Geografia**, Rio Claro, v. 6, n. 1, abr. 2001, p.37-58.
- COSTA, R. H. M. R. **Safras-pico e transferência de capital e iniciativas entre campo e cidade**: análise em cinco municípios paulistas. Rio Claro - S. P.2002. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2002, 198 f.
- DAVID, E. **Morar e viver no Selmidei**: conquistas e apropriações do espaço de Araraquara. 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 1993.
- DEMATTEIS, G. Suburbanización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y cidades latinas. In: MONCLÚS, F. J. **La ciudad dispersa** - Suburbanización y nuevas periferias. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998, p.17-33 (Urbanismo, ciudad, historia I).
- DROPA, R. F. Lei de Responsabilidade Fiscal. **Artigos Jurídicos**. Dez. 2003. Disponível em: <http://www.advogado.adv.br/artigos/2003/romualdoflaviodropa/leideresponsabilidadefiscal.htm#_ftn1>. Acesso em 03/03/2005.
- DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo/SP: Ed. Perspectiva, 1976.
- ENTRENA DURÁN, F. Cidades sem limites. In: MACHADO, A. S. (org.) **Trabalho, economia e tecnologia**: novas perspectivas para a sociedade global. São Paulo: Tendenz; Bauru: Práxis, 2003. disponível em: <<http://www.forum-global.de/curso/textos/tecno.pdf>>
- ESPAÑA, E. D. **La agricultura en espacios periurbanos en el municipio de Alboraya**. Valencia: Universidad de Valencia, 1991.
- ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada. **Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas**. Campinas: SAA/CATI, 2002.

FAISSOL, S.; MOREIRA, L.L.; FERREIRA, M.L. O processo de urbanização brasileiro: uma contribuição à formação de uma política de desenvolvimento urbano/regional. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 40, n.2, p.1-160, abr./jun. 1987.

FAO. Comitê de Agricultura. **La agricultura urbana y periurbana**. In: Documento do Tema 9 del Programa Pro-visional. Roma, 25-29 jan. 1999. Disponível em: <<http://www.fao.org/unfao/bodies/coag/coag15/x0076s.htm>>. Acesso em 26/05/2005.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília: FAO/INCRA, 1994. 988p.(Projeto UTF/BRA/036-versão preliminar).

FERREIRA, C. Reencontros com o mundo rural: dos lazeres turísticos à fixação de “novos e velhos” residentes. In: CAVACO, C. **Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos/Universidade de Lisboa, 1999, p.313-318 (Estudos para Planeamento Regional e Urbano 50).

FERREIRA, D. A. O. **Mundo rural e Geografia – Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

FERNÁNDEZ GARCÍA, A. Las pautas del crecimiento urbano posindustrial: de la rururbanización a la ciudad difusa. **Ería**. Revista de Geografia, Departamento de Geografia, Universidad de Oviedo. n. 60, 2003, p.88-92.

FRANCA, T. J. F. et al. Turismo e lazer em áreas periurbanas de proteção de mananciais: território, paisagem e plurifuncionalidade. **Negowat**. Jan. 2005. Disponível em: <http://www.negowat.org/Docs4Web/Brazil_pdf/12_Brazil.pdf> Acesso em 10/08/2005.

FREYRE, G. **Rurbanização: que é?** Recife: Massangana, 1982.

GONZÁLES REVERTÉ, F. El proceso de urbanización en Cataluña. Una visión de las áreas perimetropolitanas des litoral. **Ería**. N. 60, 2003, p.17-31.

GRAZIANO DA SILVA, J. G. Velhos e novos mitos do rural brasileiro: implicações para as políticas públicas. In: ARBIX, G. et al. **Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois**. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

_____. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

_____. Sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil: testando as aberturas geográficas das novas Pnads. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL: O público e o privado na agricultura brasileira, 35., Natal, RN, 1997. **Anais**. Brasília: SOBER, p.114-45, 1997.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. G.; VILARINHO, C.; DALE, P.J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL (orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Papyrus, 2000, p.15-62 (Col. Turismo).

- GUIMARÃES, J. R. S. A insustentável leveza da urbanização e do êxodo rural na Bahia. **Bahia: Análise & Dados**. V.12, n.3, dez. 2002, p.179-189. Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/bahia_analise/analise_dados/pdf/retros2002/pag_179.pdf>. Acesso em 06/02/2005.
- IAQUINTA, D. L.; DRESCHER, A. W. Defining the peri-urban: rural-urban linkages and institutional connections. **Land Reform: land settlement and cooperatives**. n. 2, 2002, p.8-24. Disponível em: <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/003/X8050t/X8050T03.pdf>
- IBGE. **Características da população e dos domicílios**. Resultados do universo. Rio de Janeiro, 2000.
- _____. **Censo Demográfico 2000**. Agregados dos Setores Censitários do Universo. Rio de Janeiro, 2002.
- JORNAL “O E. F. ARARAQUARA”. **Fundação da Cidade e Histórico da Estrada de Ferro Araraquara**. Araraquara, dezembro, 1922.
- KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: alguns aspectos metodológicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, SOBER, 36., 1998. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congrsem/sober4.html>>. Acesso em: 04 fev. 2003
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. 3ª ed., São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- LANGENBUCH, J. R O fenômeno da contra-urbanização e seu estudo. **Geografia**, Rio Claro, v. 24, n.1, p.27-84, 1999.
- _____. Os municípios turísticos do Estado de São Paulo: determinação e caracterização geral. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1977, p.1-49.
- LEFÉBRVE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Documentos, 1969.
- LIMA, A. **Vazios urbanos e dimensões de sustentabilidade: uma nova proposta conceitual para um inventário fundiário**. 2002. 154f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Exatas e Tecnologia. São Carlos, 2002.
- LIMA, F. R. F. Especulação imobiliária. Anais da AGB Curitiba, n. 2, v.2, Curitiba, 2002. Disponível em: <<http://www.crea-pr.org.br/geografo/anais-agb/artigos/lima.htm>>. Acesso em: 07 abr. 2003.
- LIMA, M. C. **O processo de urbanização e a questão da habitação popular em Araraquara: 1970-1980**. 1986. Monografia. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 1986.
- LÓPEZ TRIGAL, L. Ciudades y periferias sostenibles. Una revisión de conceptos y enfoques aplicados a España y Catilla y León. **Geoinova**. n. 7, Lisboa, 2003, p.59-74.

- MAIA, D. S. Hábitos rurais em vidas urbanas. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. (Org.) **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 2001.
- MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 2ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- MARQUES, M.I.M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo: AGB, n.19, jul./dez. 2002, p.95-112. Disponível em: <www.cibergeo.org/agbnacional/terralivre19/6_O_conceito_de_espa_o_rural_em_questao.pdf>. Acesso em: 22/02/2005.
- MELO, V. A.; ALVES JÚNIOR, E. D. **Introdução ao lazer**. Barueri, SP: Manole, 2003.
- MIRANDA, Z. A. I. As terras que a cidade engoliu. In: SEMINÁRIO NOVO RURAL BRASILEIRO, 3., 2003 Campinas. **Anais Eletrônicos...** Campinas: Unicamp. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>>. Acesso em 16 jul. 2003.
- MOLINERO, F. La urbanización del campo: la inversión de las tendencias tradicionales en los espacios rurales. In: MOLINERO, F. **Los espacios rurales: agricultura y sociedad en el mundo**. Barcelona : Ariel, 1990, p.322-347.
- MONTEIRO, A. V. M. Agricultura Urbana e Periurbana: Questões e perspectivas. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.32, n.6, Jun. 2002, p.39-44. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=52>
- MOREIRA, J. B. **Processo de urbanização de Araraquara: 1970-93**. Araraquara -SP.1995. Monografia. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 1995.
- MOTA, D. M.; SCHMITZ H. Pertinência da categoria rural para análise do social. **Ciência e Agrotecnologia**. Lavras: UFLA, v.26, n.2, p.392-399, mar./abr., 2002. Disponível em: <<http://www.editora.ufla.br/revista/26>>. Acesso em: 22 jan. 2003.
- NEL-LO, O. Los cofines de la ciudad sin confines. Estructura urbana y límites administrativos en la ciudad difusa. In: MONCLÚS, F. J. **La ciudad dispersa - Suburbanización y nuevas periferias**. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998, p.111-142 (Urbanismo, ciudad, historia I).
- PACHECO, C. A. **Café e cidades em São Paulo: um estudo de caso da urbanização na região de Araraquara e São Carlos**. 1988. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.
- PELEGRINI FILHO, A. **Dicionário Enciclopédico de Ecologia & Turismo**. São Paulo: Manole, 2000.
- PEREIRA, J. C. A. **Agricultura familiar e pluriatividade: o potencial das atividades agrícolas e não- agrícolas no município de Araraquara**. 64 f. 2005. Monografia. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2005.
- PEREIRA, M. T. Agricultura urbana e periurbana. **Qualidade de Vida**. São Paulo: Universidade de São Paulo, n. 11, abr./ 2000.

PERILLO, S. R.; ARANHA, V. J. Trajetórias da urbanização paulista. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação Seade, v. 7, n. 3, 1993.

PROJETO RURBANO. **Conceitos e Variáveis-Chave no Projeto Rurbano**. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/glossario/glossario.html>>. Acesso em: 26 nov. 2004.

QUEIROZ, M. I. P. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Org.). **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. São Paulo: Nacional, 1979, p.160-175.

_____. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: EDUSP, 1978.

QUEVEDO NETO, P.S.; LOMBARDO, M. A. Dinâmica e qualidade da paisagem na área de transição urbano-rural. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo: Departamento de Geografia/ FFLCH/USP, 2005, p.12158-12173 (1 CD Rom)

REIS, J. O rural e o urbano: as novas soluções institucionais e o problema das densidades dos meios. In: CAVACO, C. **Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos/Universidade de Lisboa, 1999, p.33-35 (Estudos para Planejamento Regional e Urbano 50).

RODRIGUES, A. R. Turismo rural no Brasil - ensaio de uma tipologia. In: RODRIGUES, A. R. (Org.). **Turismo rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001, p.101-116 (Coleção Turismo Contexto).

ROSA, L. R. **Das estatísticas à vivência: uma análise da sincronia entre campo e cidade, rural e urbano em Araraquara – SP**. 81f. 2005. Monografia. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2005..

SAMPAIO, H. J. P. O rural e o urbano: considerações teóricas e implicações no universo dos grupos de Coco-de-Roda. **Política & Trabalho**, n. 16, set. 2000, p.151-170,. Disponível em: <http://www.geocities.com/ptreview/16-sampaio.html> . Acesso em 22 jan. 2003.

SANTOS, M. **A urbanização Brasileira**. 3ª ed., São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. S. A produção social do espaço: do campo à cidade, da cidade ao campo. **Revista de Humanidades**, Natal: UFRN/CERES. v.2, n. 4, jun./jul. 2001. Disponível em: <<http://www.seol.com.br/mneme/>>. Acesso em: 22 jan. 2003.

SARACENO, E. O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala europeia. Programa de Seminários sobre **DESENVOLVIMENTO NAS ÁREAS RURAIS**. Métodos de análise e políticas de intervenção. Roma, 30 out. 1996. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/ruralida.html>>. Acesso em: 17 fev. 2003.

SCHNEIDER, S. A dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro: elementos teóricos para análise da pluralidade em situações de agricultura familiar. In: SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO, 2., 2001, Campinas. **Anais**

eletrônicos... Campinas: UNICAMP, 2001. <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>>. Acesso em: 25 jan. 2002.

SCHMIDT, W.; TURNES, V. Desenvolvimento rural em espaços rurais: a construção de "território" nas encostas da Serra Geral em Santa Catarina. In: PAULILO, M. I. S.; SCHMIDT, W. (Orgs.) **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

SCUSSEL, M. C. B. O rural e o urbano na região metropolitana de Porto Alegre: o processo de expansão metropolitana. In: GRANDO, L. A.; MIGUEL, M. Z. (Orgs.) **Agricultura na região metropolitana de Porto Alegre: aspectos históricos e contemporâneos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002, p.43-70.

SILVA, A. Nova lei pode direcionar ocupação de vazios urbanos. **Tribuna Imprensa**. Araraquara, 25 jun. 2003. p.3.

SILVA, A. F. **A relação cidade-campo: como analisá-la?** Natal: Imagem e Gráfica Editora, 1998.

SIQUEIRA, D. OSÓRIO, R. O conceito de rural. In: GIARRACCA, N. (Coord.). **Una nueva ruralidad en America Latina?** Buenos Aires: Clacso, 2001, p.67-79. Disponível em: <<http://www.clacso.edu.ar/~libros/rural/osorio.pdf>>. Acesso em 20/02/2005.

SOLARI, A. B. O objeto da sociologia rural. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Org.). **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. São Paulo: Nacional, 1979.

SOUZA, J. L. A. M. Algumas noções sobre o rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6., 2004, Goiânia: AGB/UFG, 2004, p.(1 CD Rom).

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPÓSITO, M. E. **O chão em Presidente Prudente: a lógica da expansão territorial urbana**. 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 1983.

STEINBERG, J. La periurbanization em France (1988-2000). **Geoinova**. Lisboa, n. 7, 2003, p.75-86.

SPECHT, S.; BLUME, R. Os fundamentos legais e os equívocos induzidos pela delimitação normativa brasileira: a discussão das fronteiras do rural e do urbano. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6., 2004, Goiânia: AGB/UFG, 2004 (1 CD Rom).

TAVARES, L. A. As fronteiras do espaço rural: uma concepção normativo-demográfica. **RA'EGA**. Curitiba: Ed. UFPR, n.7, 2003, p.33-46. Disponível em: <<http://calvados.c3sl.ufpr.br/raega/include/getdoc.php?id=38&article=17&mode=pdf>>. Acesso em 06/02/2005.

TEIXEIRA, M. A.; LAGES, V. N. Transformações no espaço rural e a geografia Rural: idéias para discussão. **Geografia**. São Paulo, v. 14, p.9-33, 1997.

TOLEDO, M. Estudo vê 50% de vazios urbanos em Araraquara. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 27 fev. 2005. Folha Ribeirão. Caderno G, p.4.

TULIK, O. Residências secundárias: repercussões sócio-culturais. In: CORRÊA, T. G. **Turismo e lazer: prospecções da fantasia do ir e vir**. São Paulo: Edicon, 1996, p.63-72.

VALETTE, E. A economia rural periurbana ou inovação em periferia: o caso de Montpellier (França). **Interações**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande: UCDB, vol. 5, n.8, Mar. 2004, p.9-19.

VASQUES, A. R.; MENDES, A. A. *Brownfields* - espaços potenciais de redesenvolvimento. SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 2., 2003, Rio Claro: UNESP, p.87-98, 2003. 1 CD-ROM.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

_____. et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE - IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

VILLELA, T. M. C. **A interiorização do desenvolvimento e a habitação de Araraquara de 1960-80**. Araraquara -SP.19. Monografia. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 19.

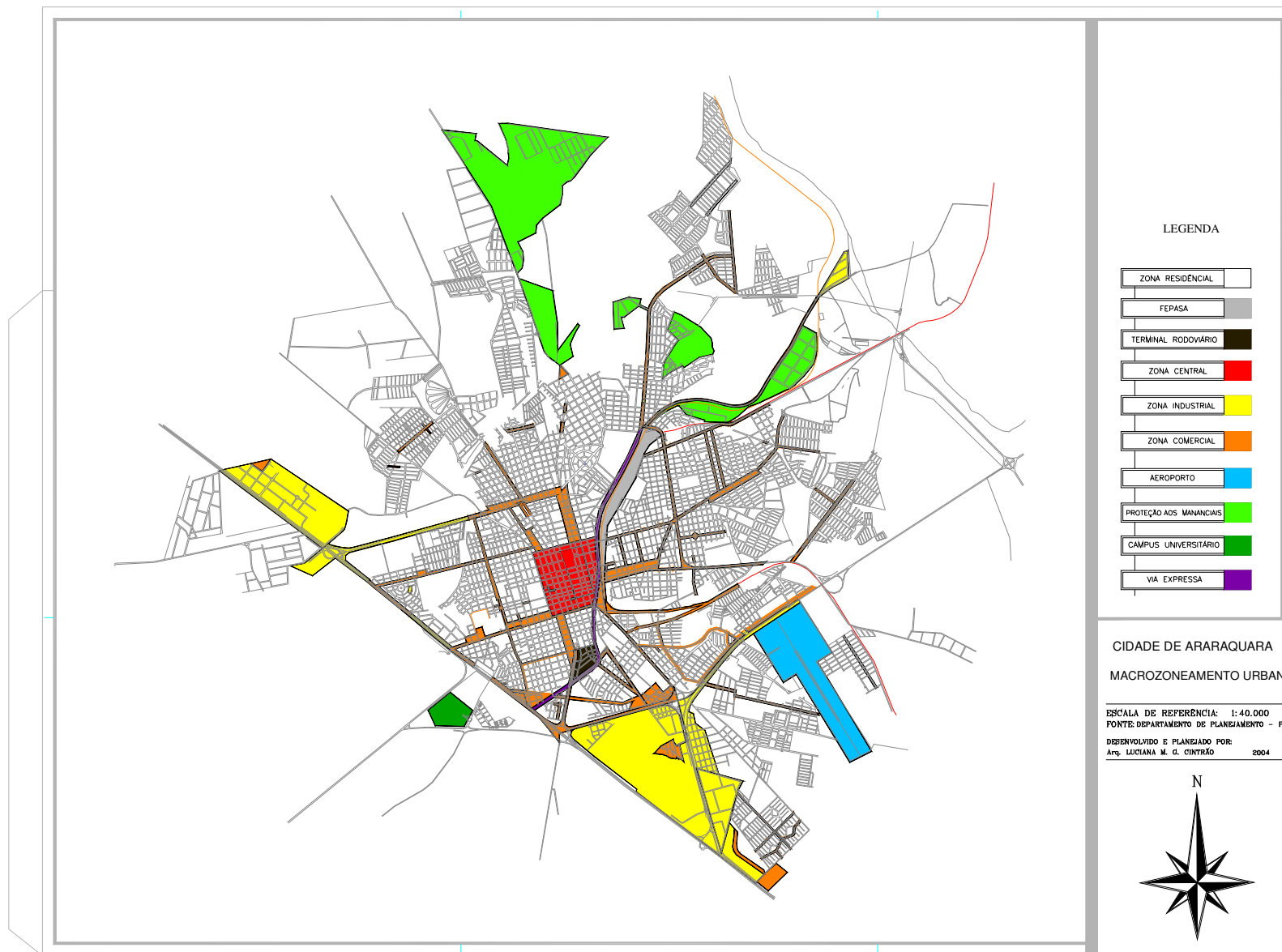
WANDERLEY, M. N. B. O “lugar” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35., 1997, Natal. Anais, Brasília: SOBER, p.90-113, 1997.

_____. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e meio ambiente**. Curitiba, n. 2, p.29-37, jul./dez. 2000.

ZABOTTO M. C.; OLIVEIRA, B. A. C. C. Rural e urbano: verso e reverso da mesma moeda. **Território & Cidadania**, n. 2, jul.-dez./2004. Disponível em: <<http://ns.rc.unesp.br/igce/planejamento/territorioecidadania/Artigos/Zabotto1.htm>>. Acesso em 20/02/2005.

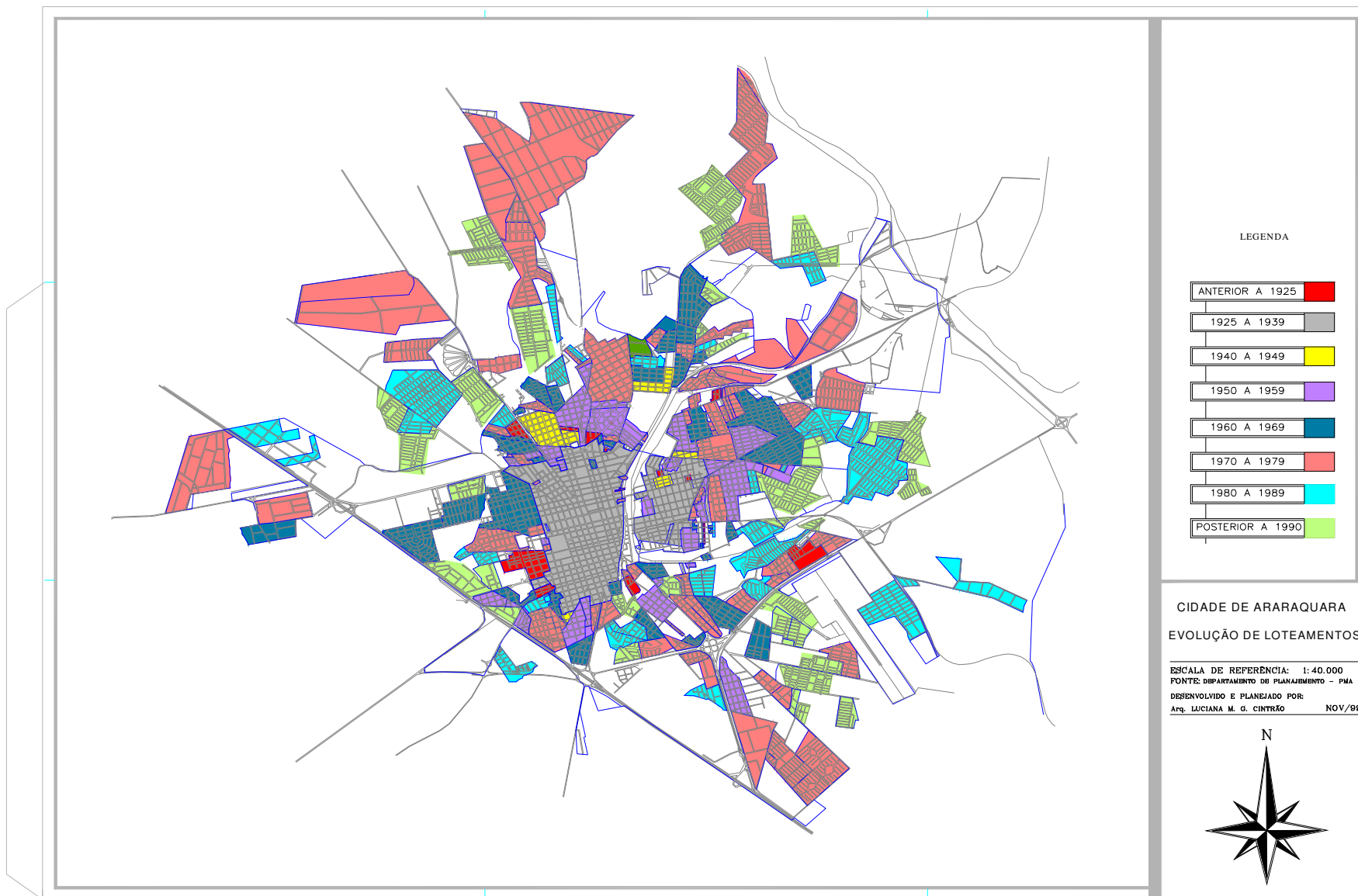
ZÁRATE, A. **El mosaico urbano - organización interna y vida en las ciudades**. Madrid: Cíncel, 1984 (Cuadernos de Estudios 13).

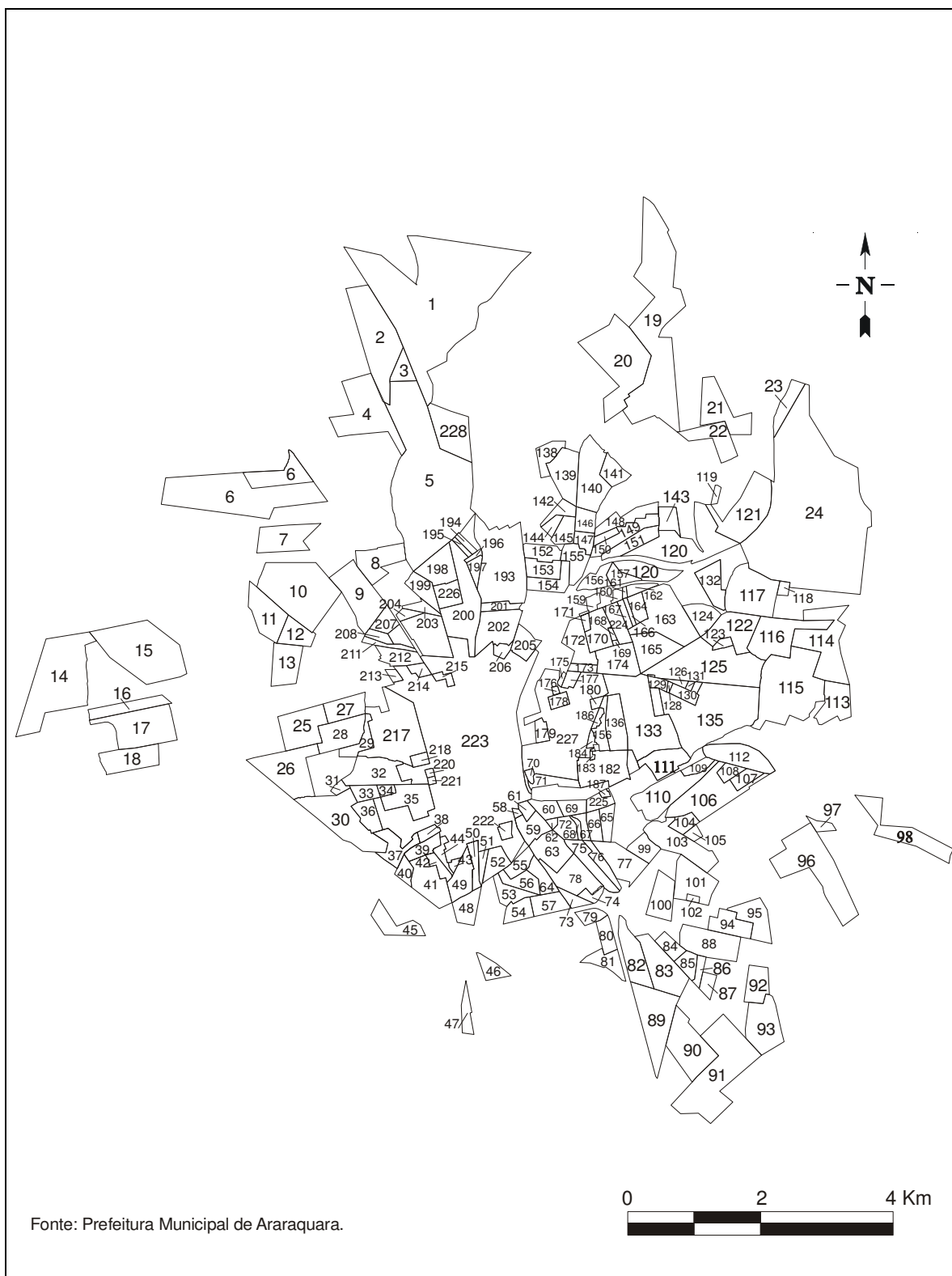
ANEXOS



ANEXO 1.

ANEXO 2.





ANEXO 3. MAPA ÍNDICE DOS BAIRROS DE ARARAQUARA (SP).

ANEXO 4. BAIRROS E CÓDIGOS.

Bairros	Indicadores
Chácara Flora Araraquara	1
Parque Planalto	2
Condomínio Estância Primavera	3
Jardim Maria Luiza I e II	4
Loteamento Cidade Jardim	5
Jardim Botânico	
Jardim Cambuí	
Parque Tropical	6
Jardim Águas do Paiol	7
Jardim Residencial Paraíso	8
Jardim Igaçaba	9
Jardim Residencial Vale do Sol	10
Jardim Acapulco	11
Jardim Nova Araraquara	12
Residencial Lupo I e II	13
Portal das Laranjeiras	14
CEI Omar Maksoud	15
Jardim das Bandeiras	
Jardim Rosa	16
Recreio Campestre Idanorma	17
Loteamento Cociza	18
Jardim Roberto Selmi Dei	19
Jardim Adalberto Frederico de Oliveira Roxo	20
Jardim Veneza	
Jardim São Rafael I e II	21
Jardim Indaiá	22
Chácara Velosa	23
Distrito Industrial (III)	24
Jardim das Flores	25
Jardim Universal	26
Jardim dos Manacás	27
Parque das Laranjeiras	28
Jardim São Gabriel	29
Jardim Quitandinha I e II	30
Jardim Morumbi a	31
Jardim Morumbi	32
Jardim Santa Mônica	33
Vila D.E.E. R.	34
Vila Nossa Senhora do Carmo	35
Chácara Califórnia	36
Vila Bela Vista	37
Vila Progresso	38
Jardim dos Ipês	39
Jardim Vitória	40
Jardim Santa Lúcia	41
Jardim Cecília	42
Bairro dos Machados	43
Vila Kátia	44
Campus Vile	45
Chácara do Trevo	46
Chácara Francisco de Assis Leite e Outros	47
Jardim Tamoyo	48
Parque do Carmo	49
Parque São José	50
Jardim Ártico	51
Jardim Nova América	52
Jardim Arangá	53
Jardim das Gaivotas	54
Vila Teixeira	55

Jardim São Jorge	56
Jardim Panorama	57
Irmãos Laurini	58
Antônio Caíres	59
Parque Alvorada	60
Vila Furlan	61
Jardim Pe. Anchieta	62
Vila Melhado	63
Vila Sucunaza	64
Jardim Santa Rosa	65
Jardim Nova Época	66
Jardim Mangiacapra	67
Vila Normanda	68
Vila Nova	69
Jardim São Jorge	70
Jardim Paulista	71
Jardim Almeida	72
Jardim Guanabara	73
Vila Guatranases	74
Jardim Higienópolis	75
Jardim Martinez	76
Jardim Eliana	77
Antônio Melhado	78
Jardim Guanabara	79
Distrito Industrial (I)	80
Jardim Rafaela A. Micely	81
Jardim Regina	82
Distrito Industrial (V)	83
Jardim Santa Marta	84
Jardim Santa Adelha	85
Vila Bonilha	86
Jardim dos Industriários	87
Jardim Esplanada Jardim Imperial Jardim Silvestre	88
Distrito Industrial (II)	89
Vila Apacoara Bairro Dr. Tancredo de Almeida Neves (Parque Cecap)	90
Parque Residencial Iguatemi	91
Jardim Victório de Santi	92
Jardim Victório de Santi II	93
Jardim Ieda	94
Jardim Del-Rey	95
Parque das Hortências	96
Vila Nossa Senhora Aparecida	97
Condomínio Satélite	98
Jardim Residencial Água Branca	99
Jardim Arco Íris	100
Jardim Cruzeiro do Sul I e II	101
Adelino Silva	102
Jardim das Palmeiras Jardim Santos Dumont	103
Jardim Araraquara	104
Mário M. Kaibara	105
Jardim Residencial Itália Jardim Florença	106
Jardim Palmares	107
Jardim Palmeiras	108
Jardim Santa Júlia (III)	109
Núcleo Residencial Yolanda Ópice	110
Jardim Santa Júlia (I)	111
Jardim Santa Júlia (II)	112

Parque Sabiá	113
Jardim Altos do Pinheiro I e II	114
Parque Residencial São Paulo	115
Jardim Ana Adelaide	116
Jardim Pinheiros I	117
Jardim Pinheiros II	118
Sítio São João	119
Chácaras Velosa	120
Jardim Zavanela	121
Jardim Santa Clara	122
Vila Joinville	123
Jardim Europa	124
Jardim América	125
Chácara Floresta I	126
Chácara Floresta II	127
Chácara Floresta III	128
Vila Vieira	129
Vila Vieira II	130
Álvaro Najn	131
Vila Biagioni	132
Jardim Brasil	133
Parque Gramado	135
Parque Gramado II	135
Jardim Silvania	136
Vila Esperança	137
Loteamento Estrela e Kanashiro	138
Jardim Uirapuru I e II	139
Jardim Imperador I e II	140
Jardim Santo Antônio	141
Chácaras Reunidas	142
Jardim Maria Luiza III	143
Jardim Celiamar	144
Jardim Marivan	145
Jardim Adalgisa	146
Jardim Primor	147
Jardim Aclimação	148
Jardim do Bosque	149
Jardim Thien	
Jorge M. Lavand	150
Fujimoto Sakamoto	151
Jardim Vale das Rosas	152
Jardim das Roseiras	153
Vila Velosa	154
Vila Sedenho	155
Jardim Morada do Sol	156
Jardim Brasília	157
João T. de Souza	158
Jardim Viaduto	159
João F. Silva	160
J. Silva. S.	161
Vila Gaspar	162
Jardim das Estações	163
Alvarinho Thomaz	164
Jardim Tabapuã	165
A. Oliveira	166
Jardim Lisboa	167
Cidade Azul	168
Caram Salomão	169
Jardim Paulistano	170
José de Carvalho	171
Cidade Industrial	172
Vila Santo Malara	173
Jardim Floridiana	174

Vila Karu	175
Maluina Cury	176
Jardim Cristo Rei	177
Fundação Casa Popular	178
Boaventura Gravina	179
Joaquim de F. Silva	181
Vila Santa Maria	182
Miguel Paradiso	183
Adolpho Pellizari e outros	184
Parque São Benedito	185
Filipo Malzoni	186
Vila Renata	187
Vila Harmonia	193
Vila do Servidor	194
Vila do Girassol	195
Vila Nina	196
Loteamento Eldorado	197
Jardim Dom Pedro I	198
Jardim Biagioni	199
Vila José Bonifácio	200
Jardim Maracanã	201
Jardim Primavera	202
Jardim Residencial Bargugli	203
Loteamento Franciscato	204
Vila Ferroviária	205
Vila Godoi	206
Jardim Tangará	207
Loteamento Santa Rita de Cássia	208
Bosque da Saúde	209
Jardim Santa Angelina	210
Vila Sampaio	211
Vila Yamada	212
Bairro São Geraldo	213
Jardim das Oliveiras	214
Jardim Domingos Sávio	215
Vila Santana	217
Jardim São Paulo	218
Loteamento Dona Eliza	220
Alexandre Bertoni	221
Vila Higia	222
Centro	223
Freitas	224
Stander	225
Vila Independência	226
Vila Xavier	227
J. Flamboiã	228

Fonte: Base digital - Projeto: *Políticas Públicas e Violência contra crianças e Adolescentes em Araraquara – SP*. Departamento de Antropologia, Política e Filosofia. FCLAr. Araraquara: Unesp/Fapesp, 2002.

ANEXO 5. ROTEIRO DAS QUESTÕES - ENTREVISTAS COM OS PROPRIETÁRIOS RURAIS.

1. É proprietário ou arrendatário? Há quanto tempo?

2. Qual o tamanho da propriedade? Você reside nela? Se não, onde reside?

3. Há quanto tempo possui a propriedade?

4. Que tipo de atividade desenvolve? Por quê? Qual a importância econômica desta atividade?

5. Arrenda alguma parte da propriedade? Para que atividade, desde quando? Qual a importância econômica?

6. Há preocupação com a preservação ambiental? de que tipo?

7. Paga IPTU ou ITR?

8. Qual a vantagem de estar tão próximo da cidade?

